

INFORME 2011 - ANISTIA INTERNACIONAL
O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



A polícia tenta impedir o trabalho de um cinegrafista durante manifestação da "Estratégia 31" contra as restrições à liberdade de reunião na Rússia, maio de 2010. As liberdades de reunião e de expressão continuaram sob ataque no país, com a proibição de manifestações e a dispersão violenta dos manifestantes.

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento mundial que conta com mais de 3 milhões de apoiadores, membros e ativistas que realizam campanhas para que os direitos humanos reconhecidos internacionalmente sejam respeitados e protegidos.

Trabalhamos por um mundo em que cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

A missão da Anistia Internacional é desenvolver pesquisas e ações com o objetivo de prevenir e de pôr fim aos abusos mais graves contra todos os direitos humanos: civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desde a liberdade de expressão e de associação até a integridade física e mental, e desde a proteção contra a discriminação até o direito à moradia – esses direitos formam um todo indivisível. A Anistia Internacional é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas. Fundos governamentais não são aceitos nem buscados para investigar ou para fazer campanhas contra abusos dos direitos humanos. A Anistia Internacional é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões.

A Anistia Internacional é um movimento democrático cujas decisões políticas mais importantes são tomadas por representantes de todas as seções nacionais durante as assembleias do Conselho Internacional, que se reúne a cada dois anos. Os membros do Comitê Executivo Internacional, eleitos pelo Conselho para que implementem suas decisões, são: Pietro Antonioni (Itália), Euntae Go (Coreia do Sul), Louis Mendy (Senegal), Christine Pamp (Suécia – vice-presidente), Peter Pack (Reino Unido – presidente), Vanushi Rajanayagam Walters (Nova Zelândia), Guadalupe Rivas (México), Bernard Sintobin (Bélgica, Flanders – tesoureiro internacional), Tjalling J.S. Tiemstra (Países Baixos – membro cooptado) e Julio Torales (Paraguai).

Unidos contra a injustiça, trabalhamos juntos pelos direitos humanos.

Publicado em 2011
originalmente em inglês por
Anistia Internacional
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido

© Amnesty International 2011
Índice AI: POL 10/001/2011
ISBN: 978-0-86210-465-8

www.amnesty.org

Todas as fotografias aparecem
com os respectivos créditos e
legendas na própria imagem.

Impresso no Brasil por
Algo Mais Artes Gráficas
Porto Alegre

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta
publicação poderá ser
reproduzida, armazenada
em sistema de recuperação
ou transmitida, em qualquer
formato ou por qualquer
meio eletrônico, mecânico,
por fotocópia, gravação
e/ou outros, sem a
autorização prévia
dos editores.



INFORME 2011 - ANISTIA INTERNACIONAL

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



© Juan Pablo Gutierrez

Menina em acampamento cigano de Orly, próximo a Paris, França, em setembro de 2010, quando as autoridades locais marcaram as casas com spray. Por toda a Europa, os ciganos corriam risco de serem despejados à força e continuaram lutando para conseguir ter acesso à moradia, a serviços de saúde e educação.

ÍNDICE

INFORME ANUAL

2011

PARTE I

Prefácio

Ativistas usam novas ferramentas para desafiar a repressão/13

PARTE II

Perspectivas regionais

África/29

Américas/41

Ásia e Oceania/53

Europa e Ásia Central/65

Oriente Médio e Norte da África/77

PARTE III

Países

Afeganistão/93

África do Sul/96

Alemanha/100

Angola/102

Arábia Saudita/105

Argentina/109

Bolívia/110

Brasil/112

Canadá/117

China/118

Colômbia/123

Cuba/128

Egito/130

Espanha/134

Estados Unidos da América/137

França/142

Guiné-Bissau/145

Haiti/147

Índia/148

Indonésia/153

Irã/155

Iraque/160

Israel/Territórios Palestinos Ocupados/164

Itália/169

Japão /172

México/174

Moçambique/178

Palestina/179

Paquistão/182

Paraguai/186

Portugal/188

Reino Unido/189

República Democrática do Congo/193

Rússia/197

Síria/202

Sri Lanka/205

Sudão/208

Timor-Leste/212

Venezuela/213

Zimbábue/215

DADOS REFERENTES AOS PAÍSES

Os dados no cabeçalho de cada seção de país neste relatório foram obtidos das seguintes fontes:

Todos os dados sobre **expectativa de vida** e sobre **taxa de alfabetização** de adultos são do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), obtidos em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf

Os dados mais recentes disponíveis são de expectativa de vida ao nascer (2010) e taxa de alfabetização (percentagem de pessoas maiores de 15 anos 2005-2008).

Para mais informações, visite o site do PNUD ou acesse www.uis.unesco.org.

Para os propósitos de cálculo do IDH, o PNUD pressupôs para alguns países que se inserem na faixa de “alto desenvolvimento humano” uma taxa de alfabetização maior do que 99 por cento.

Nesses casos, tal dado não consta no cabeçalho de informações básicas dos países.

Todos os dados sobre **população** são de 2010 e os dados sobre **mortalidade de crianças até 5 anos** referem-se a estimativas do período 2005-2010; ambos provêm dos Indicadores Sociais, Demográficos e Econômicos do Fundo de População das Nações Unidas, acessados em

<http://www.unfpa.org.br/swop2010/links/PT-SWOP2010-web.pdf>

Os dados de população visam tão somente indicar o número de pessoas afetadas pelas questões apresentadas neste relatório.

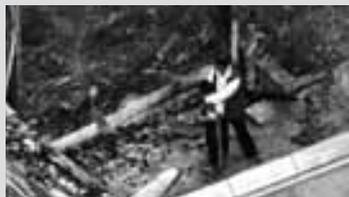
A Anistia Internacional reconhece as limitações desses dados e não toma posições em questões tais como disputas de territórios ou a inclusão ou exclusão de certos grupos populacionais.

Certas seções de países neste relatório não fazem referência a algumas ou a nenhuma das categorias mencionadas acima. Essas omissões se devem a diversas razões, entre as quais a ausência da informação nas tabelas da ONU citadas acima.

Os dados aqui apresentados eram os mais recentes disponíveis no momento em que este relatório foi impresso e têm apenas uma função de contextualização. Devido a diferenças de metodologia e aos períodos de referência dos dados, comparações entre países devem ser feitas com cuidado.

ABREVIACÕES USADAS NESTE INFORME

ACNUR, a agência da ONU para os refugiados	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AI	Anistia Internacional
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CIA	Agência Central de Informações dos EUA
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura	Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes
Convenção da ONU contra a Tortura	Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
Convenção da ONU contra o Racismo	Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
Convenção da ONU sobre a Criança	Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança
Convenção da ONU sobre a Mulher/CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
Convenção da ONU sobre Desaparecimentos Forçados	Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados
Convenção da ONU sobre Refugiados	Convenção relativa ao Status dos Refugiados
Convenção da ONU sobre Trabalhadores Migrantes	Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias
Convenção Europeia dos Direitos Humanos	Convenção [Europeia] para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EUA	Estados Unidos da América
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MDM	Metas de Desenvolvimento do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Relator especial da ONU sobre a tortura	Relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes
Relator especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos	Relator especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos
Relator especial da ONU sobre o racismo	Relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, de discriminação racial, de xenofobia e de intolerâncias correlatas
Relator especial da ONU sobre povos indígenas	Relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas
UA	União Africana
UE	União Européia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura





INFORME 2011 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE UM: PREFÁCIO



Salil Shetty, secretário-geral da Anistia Internacional, fala sobre direitos humanos na China, em um seminário organizado pela Anistia Internacional Noruega em Oslo, dezembro de 2010.



ATIVISTAS USAM NOVAS FERRAMENTAS PARA DESAFIAR A REPRESSÃO

Salil Shetty, secretário-geral

O ano de 2010 deverá ser lembrado como um divisor de águas, quando ativistas e jornalistas usaram novas tecnologias para afirmar a verdade frente aos poderosos e exigir maior respeito pelos direitos humanos. Foi também o ano em que governos repressores perceberam que seus dias poderiam estar contados.

A informação é fonte de poder, e para quem desafia os abusos de poder dos Estados e de outras instituições, vivemos uma época de imensas possibilidades. Desde que a Anistia Internacional surgiu, há meio século, temos visto e moldado transformações semelhantes na luta de poder entre os que cometem abusos e as pessoas corajosas e criativas que denunciam as injustiças. Como um movimento que se dedica a canalizar a indignação das pessoas de todo o mundo em favor de outras pessoas injustiçadas, nós nos empenhamos em apoiar os ativistas que acreditam num mundo em que a informação seja verdadeiramente livre e onde as pessoas possam exercer o direito de manifestar pacificamente suas diferenças de opinião sem serem controladas pelas autoridades.

Há 50 anos, a Anistia Internacional tem explorado as fronteiras da tecnologia para dar voz aos mais fracos e às vítimas de abusos. Desde os teletipos, fotocopiadoras e aparelhos de fax, passando pelo rádio, pela televisão e pela comunicação por satélite, até os telefones, os e-mails e a internet, todos esses instrumentos foram arregimentados para possibilitar mobilizações em massa. São ferramentas que, de um modo ou de outro, auxiliaram na luta por direitos humanos, apesar dos sofisticados esforços que os governos empreendem para restringir o fluxo de informações e para censurar as comunicações.

Em 2010, o Wikileaks, um site que se dedica a publicar informações recebidas de uma ampla variedade de fontes, começou a divulgar os primeiros documentos de centenas de milhares que teriam sido copiados por um analista de inteligência do exército dos Estados Unidos de 22 anos, chamado Bradley Manning. Atualmente, ele se encontra detido provisoriamente e pode passar mais de 50 anos na cadeia se for condenado por espionagem ou por outras acusações.

O Wikileaks criou um repositório virtual de fácil acesso para autores de denúncias do mundo todo e mostrou o poder que essa plataforma tem para publicar e disseminar documentos governamentais secretos e confidenciais. Desde cedo, a Anistia Internacional reconheceu a contribuição do Wikileaks para o ativismo de direitos humanos, quando o site divulgou informações sobre as violações cometidas no Quênia em 2009.

Porém, foi preciso que os repórteres e os analistas políticos dos jornais tradicionais entrassem em cena para garimpar uma enorme quantidade de informações brutas, analisá-las e identificar indícios de crimes e de violações contidos nesses documentos. A fim de potencializar essas informações, os ativistas políticos, por sua vez, recorreram a outras novas ferramentas de comunicação, agora facilmente disponíveis em telefones celulares e redes sociais, com a intenção de fazer com que as pessoas saíssem às ruas para exigir satisfações.

Um exemplo tão contundente quanto trágico do poder que podem ter as ações individuais quando amplificadas por meio das novas ferramentas do mundo virtual é a história de Mohamed Bouazizi. Em dezembro de 2010, esse vendedor de frutas ambulante da cidade de Sidi Bouzid, na Tunísia, ateou fogo ao próprio corpo, em frente à prefeitura municipal, para protestar contra o assédio da polícia, a humilhação, as dificuldades econômicas e a sensação de impotência sentidos pelos jovens como ele.

À medida que a notícia desse ato de rebeldia e desespero se espalhava pela Tunísia, por meio de celulares e da internet, ela liberava, com consequências imprevisíveis, uma pressão há muito acumulada contra esse governo opressor. Mohamed Bouazizi morreu em consequência das queimaduras que sofreu, mas sua revolta seguiu viva na forma das manifestações que tomaram conta do país. Os ativistas da Tunísia – um grupo formado por opositores políticos, sindicalistas e jovens –, alguns dos quais se organizaram através de sites de relacionamento social, saíram às ruas para mostrar que compartilhavam do

mesmo espírito de rebeldia que havia tomado Mohamed. Nos protestos, o conhecimento dos mais experientes se somou à força dos mais jovens para desafiar um regime repressivo.

O governo tunisiano tentou impor um bloqueio aos meios de comunicação e impedir o acesso individual à internet, mas graças às novas tecnologias as notícias se propagaram rapidamente. Os manifestantes deixaram claro que sua revolta se dirigia tanto à repressão brutal do governo contra quem ousava desafiar seu autoritarismo, quanto à falta de oportunidades econômicas provocadas, em parte, pela corrupção governamental.

Em janeiro, menos de um mês após o ato desesperado de Mohamed Bouazizi, o governo do presidente Zine El Abidine Ben Ali caiu e ele fugiu do país, indo se refugiar em Jidá, na Arábia Saudita. A população tunisiana comemorou o fim de mais de 20 anos de um regime que atuava com impunidade. Abria-se assim o caminho para a volta de um regime participativo e respeitador de direitos, a ser eleito pelo povo da Tunísia.

A queda do governo Ben Ali reverberou por toda região e também pelo mundo. Aqueles governos que contavam com a tortura e com a repressão para suprimir a dissidência, e que enriqueciam por meio da corrupção e da exploração econômica, começaram a se sentir preocupados. A elite local e os governos estrangeiros que sustentavam esses regimes ilegítimos ao mesmo tempo em que pregavam democracia e direitos humanos também ficaram um pouco nervosos.

Tão logo aflorou, a agitação na Tunísia provocou tremores que se fizeram sentir em outros países. Na Jordânia, na Argélia, no Iêmen, no Egito, em Bahrein e na Líbia, a população resolveu sair às ruas.

Se as ferramentas usadas em 2010 eram novas, as injustiças a ser enfrentadas eram as mesmas, em busca de se viver uma vida digna, com a possibilidade de usufruir de todos os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais. Ativistas de todo o mundo que, por muito tempo, suportaram as ameaças e sentiram na pele a realidade das prisões, das torturas e das brutalidades cometidas por causa de suas opiniões políticas, crenças ou identidades, começaram a imaginar um mundo de possibilidades, em que se poderia viver sem medo, com uma participação política satisfatória. O que as mensagens postadas na rede mostraram claramente foi que a falta de oportunidades econômicas experimentadas por muitos naquela região encontrou forte ressonância em quem apoiava de outros lugares os ativistas da Tunísia.

A frustração de quem vive oprimido por regimes repressivos parece estar sempre à flor da pele. No Egito, por exemplo, em junho de 2010, Khaled Said morreu depois de ser agredido por dois policiais num cibercafé de Alexandria. Sua morte provocou uma comoção pública que, olhando em retrospecto, parece ter sido o primeiro presságio das grandes manifestações que irromperiam em 2011. Os dois policiais foram acusados de o terem prendido ilegalmente e torturado, mas não foram responsabilizados diretamente por sua morte. No Irã, as autoridades governamentais restringiram o acesso a fontes

externas de informação, como a internet. Enquanto isso, crescia a insatisfação com os resultados contraditórios das eleições de 2009 e as feridas abertas pela violenta repressão aos manifestantes não cicatrizavam.

Na China, o governo tentou esconder a história de um homem que matou uma mulher e feriu outra quando dirigia alcoolizado. Ao ser abordado por policiais, ele se recusou a ser preso alegando parentesco com um oficial graduado da polícia. A expressão “sou filho de Li Gang” se tornou sinônimo de impunidade, e a história que deu origem à frase foi postada e reproduzida inúmeras vezes na internet, por toda a China, por mais que as autoridades tentassem impedir.

Os ativistas que mostraram claramente que suas frustrações decorrem tanto da falta de oportunidades políticas quanto econômicas desmentem aqueles políticos que argumentam que os direitos econômicos, sociais e culturais devem se sobrepor aos direitos civis e políticos – ou vice-versa –, pois essa é uma falsa dicotomia, que ignora as experiências de milhões, senão bilhões de pessoas, em todo o mundo, que vivem sem nenhum desses direitos.

A Anistia Internacional começou seu trabalho defendendo os prisioneiros de consciência. Porém, há muito tempo, a organização percebeu que tão importante quanto apontar as violações subjacentes que motivam os ativistas a se expressarem e a saírem às ruas é garantir que esses ativistas não sejam detidos e nem sofram abusos. As redes de relacionamento social, apesar de novas, têm uma importância imensa, por se constituírem num poderoso instrumento que pode facilitar a solidariedade e o apoio entre indivíduos que manifestam seu descontentamento com governos igualmente abusivos de todo o mundo.

VAZAMENTOS E REVELAÇÕES

Em julho, o Wikileaks e diversos jornais importantes começaram a publicar cerca de 100 mil documentos relativos à guerra no Afeganistão. O vazamento suscitou controvérsias sobre seu conteúdo, legalidade e consequências. Os documentos revelaram evidências extremamente valiosas que corroboravam as violações documentadas por ativistas de direitos humanos e jornalistas, as quais haviam sido negadas pelos governos do Afeganistão, dos Estados Unidos e da OTAN. Porém, um alarme soou nas organizações de direitos humanos quando o Talibã anunciou que estava examinando os documentos vazados pelo Wikileaks, a fim de punir os cidadãos afegãos que haviam colaborado com o governo do país ou com seus apoiadores internacionais. As novas tecnologias, como qualquer ferramenta, trazem vários benefícios, mas também alguns riscos. Por isso, o Wikileaks tomou as providências necessárias para garantir que futuras revelações de documentos incorporassem o antigo princípio de “não causar danos”, o qual tem fundamentado o trabalho da Anistia Internacional há mais de 50 anos.

Os governos implicados nos abusos reagiram invocando uma desculpa conhecida: alegar que os documentos vazados, apontando as violações e as falhas desses mesmos governos, eram uma ameaça à segurança nacional e, portanto, eram ilegais. De modo

geral, eles simplesmente ignoraram que as revelações continham indícios de crimes contra o direito internacional, e mostravam que eles não investigaram tais crimes nem processaram os responsáveis.

Em outubro, o Wikileaks divulgou aproximadamente 400 mil documentos relacionados à guerra no Iraque. Mais uma vez, a Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos precisaram lembrar que, enquanto esses governos recorriam à defesa da segurança nacional, eles não estavam cumprindo seu dever de investigar e processar os responsáveis por crimes de guerra e por outros crimes de direito internacional. Os documentos também confirmaram que, apesar de tais governos rejeitarem as denúncias feitas pela Anistia Internacional e por outras organizações de direitos humanos sobre as violações, eles possuíam documentos que atestavam claramente a veracidade das denúncias.

Entretanto, todos esses vazamentos foram só uma pequena amostra do que estaria por vir. Em 2010, o Wikileaks e cinco dos jornais mais importantes do mundo começaram a publicar simultaneamente as primeiras 220 das 251.287 correspondências diplomáticas confidenciais (mas não totalmente secretas) vazadas de embaixadas dos EUA em todo o mundo, abrangendo o período de 28 de dezembro de 1966 a 28 de fevereiro de 2010. Todo esse repositório de informações inéditas, analisado tanto por jornalistas veteranos quanto por novos blogueiros apaixonados, serviu de alimento para movimentos já estabelecidos e de inspiração para novos protagonistas.

ABALOS PELO MUNDO

Há diferentes perspectivas sobre a história do Wikileaks. Enquanto alguns comentaristas dizem que o site opera em um “vácuo moral”, outros o consideram o equivalente moderno da divulgação dos Papéis do Pentágono. O que é indiscutível, porém, é o impacto que os vazamentos causaram.

A “Revolução de Jasmim” jamais teria acontecido na Tunísia se não fosse pela luta corajosa que os defensores dos direitos humanos travaram nas duas últimas décadas no país. No entanto, foram as revelações encontradas nos documentos do Wikileaks sobre a Tunísia que parecem ter alavancado o apoio dos ativistas estrangeiros. Com o conhecimento dos fatos, ficou mais fácil entender a revolta dos tunisianos. Alguns dos documentos, por exemplo, deixavam bem claro que diversos países de todo o mundo tinham conhecimento tanto da repressão política quanto da falta de oportunidades econômicas na Tunísia; porém, de modo geral, não tomavam nenhuma iniciativa para mudar essa situação. Um dos telegramas vazados mostrava que o enviado canadense na época e os embaixadores dos EUA e do Reino Unido sabiam que as forças de segurança tunisianas torturavam os detentos, que as garantias diplomáticas de que o governo não torturaria os detentos devolvidos à Tunísia tinham “certo valor”, mas não eram confiáveis e que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha não tinha acesso aos centros de detenção administrados pelo Ministério do Interior.

Em outro telegrama, o embaixador dos EUA detalhava como a economia da Tunísia estava em ruínas devido à corrupção generalizada, que inclui desde as extorsões praticadas pela polícia até as atividades operadas pelo longo braço da “família” – isto é, o conjunto dos familiares imediatos e indiretos de Ben Ali que utilizavam seu poder com o intuito de acumular riquezas.

Isso tudo nos remete de volta a Mohamed Bouazizi e a tantos outros tunisianos que pareciam ter perdido toda esperança diante das torturas, das privações econômicas, da corrupção do governo, da brutalidade policial e da repressão implacável aos opositores políticos ou a quem quer que manifestasse opiniões divergentes. Mohamed Bouazizi não contava com nenhuma via política para exigir oportunidades econômicas, e quando ele tentou encontrar sua própria saída, vendendo frutas e legumes na rua com um carrinho-de-mão, a polícia confiscou suas mercadorias. Quando ele se dirigiu às autoridades policiais para reclamar do abuso da polícia, elas se recusaram a aceitar ou a investigar sua queixa.

A revolta de Mohamed Bouazizi não foi um fato isolado. Mas seu gesto de autoimolação aconteceu na época em que o Wikileaks publicou documentos mostrando que os governos “ocidentais” aliados do governo Ben Ali tinham conhecimento de todos esses problemas, mas, aparentemente, não estavam dispostos a exercer pressão externa para que o governo respeitasse os direitos humanos. Tudo indica que a combinação desses dois eventos foi o estopim que deflagrou a onda de apoio aos manifestantes na Tunísia. E a população dos países vizinhos foi especialmente solidária, uma vez que, nessa região, muitos conheciam de perto as dificuldades para se desfrutar de direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais.

UMA REAÇÃO REVELADORA

Confrontados com a situação da Tunísia e do Egito, os governos ocidentais responderam de modo bastante esclarecedor. Os Estados Unidos romperam seus antigos laços com o presidente Ben Ali da Tunísia. O ministro de Relações Exteriores francês inicialmente propôs ajudar o governo Ben Ali a lidar com os protestos, mas a reação de ultraje diante dessa proposta foi tamanha na França que, antes de o presidente Zine El Abidine Ben Ali fugir da Tunísia, os franceses acabaram declarando seu apoio aos manifestantes. Diante de protestos semelhantes no Egito, o governo dos EUA e de muitos países europeus pareciam surpreendidos pelos acontecimentos e, no início, não se mostraram dispostos a apoiar as demandas dos manifestantes de que o Presidente Mubarak deixasse o poder.

Os Estados Unidos, principalmente, investiram pesado na estabilidade do governo Mubarak, mesmo diante das flagrantes evidências da brutalidade do regime nos últimos 30 anos. Na verdade, muitos governos de todo o mundo que proclamam dar valor aos direitos humanos e à democracia deram seu apoio explícito a líderes políticos como Muhammad Hosni Mubarak, no Egito, e Zine El Abidine Ben Ali, na Tunísia, os quais eles sabiam que eram corruptos, repressores e indiferentes aos direitos de seus próprios

cidadãos. Vale lembrar ainda que as primeiras transferências extrajudiciais, conhecidas como *renditions* (ou seja, a terceirização da tortura), aconteceram durante a administração Clinton, que costumava enviar detentos para o Egito – local bem conhecido por praticar a tortura de forma sistemática. As provas dessa hipocrisia, corroboradas por todas as correspondências diplomáticas disponíveis no Wikileaks, revelam como agem esses governos e lançam dúvidas sobre seu comprometimento com os direitos humanos. Ao final, a coragem dos manifestantes pacíficos que arriscaram suas vidas nas ruas do Cairo e de outras cidades provou ser maior do que o Presidente Mubarak e seus aliados.

Depois de vazados os telegramas diplomáticos, os governos estão se esforçando para encontrar algum crime que pudesse ter sido cometido pelo Wikileaks (e por Bradley Manning). Uma reação com aspectos, no mínimo, preocupantes. O governo dos Estados Unidos, que tem atacado o Wikileaks com mais ferocidade, manifestou uma opinião bem diferente ao apoiar as novas possibilidades de disseminação de informações a respeito de outros países. Em janeiro de 2010, a secretária de Estado dos EUA proferiu um discurso incentivando os governos de todo o mundo a garantirem que sua população tivesse acesso à internet e comparando a censura na rede ao Muro de Berlin. “A informação nunca foi tão livre”, declarou Hillary Clinton. “Mesmo nos países autoritários, as redes de informação estão ajudando as pessoas a descobrirem fatos novos e fazendo com que os governos tenham que prestar contas do que fazem”.

Em seguida, ela relatou como o presidente Barack Obama, durante sua visita à China, em 2009, havia “defendido o direito de as pessoas terem livre acesso às informações e dito que quanto mais livre o fluxo de informações, mais forte se tornam as sociedades. Ele falou sobre como o acesso à informação ajuda os cidadãos a cobrarem responsabilidade de seus governos, gera novas ideias e incentiva a criatividade”.

Os Estados Unidos, entretanto, não são os únicos que querem uma internet bem comportada ou que estão dispostos a empregar tecnologias cibernéticas para violar o direito à privacidade. A internet acaba expondo o desejo dos governos de controlar o acesso à informação. Quando os detentores do poder imaginam que algum conteúdo possa ameaçá-los, eles buscam controlar os usuários da rede, sem hesitar em incorporar a seus métodos a vigilância e a pirataria.

Porém, o que essas investidas revelam é que, por mais que os governos queiram, eles não estão com as rédeas na mão. A grande muralha que a China ergueu para bloquear e censurar a internet tem conseguido sufocar de maneira significativa o livre debate de ideias na rede. Quem não se restringiu às regras foi intimidado ou preso. Em julho de 2010, por exemplo, Hairat Niyaz, jornalista e editor de sites uigur, foi sentenciado a 15 anos de prisão por “colocar em risco a segurança do Estado”. Como provas contra ele, o tribunal mencionou entrevistas concedidas a meios de comunicação estrangeiros e uma tradução online que ele havia feito para uma organização uigur sediada no exterior. O texto traduzido convocava para um protesto contra o tratamento

dado pelo governo a um incidente em que pelo menos dois uigures foram mortos quando trabalhadores chineses da etnia majoritária han atacaram trabalhadores uigures na cidade de Shaoguan, província de Guangdong, no sul da China. Mais uma vez, apesar das mais sofisticadas tecnologias, as autoridades chinesas se viram desestabilizadas e ultrapassadas pelos internautas – que agem, nas palavras da blogueira cubana Yoani Sanchez, como potros selvagens que se recusam a ser domados.

Foi o que também se viu no caso de Liu Xiaobo, acadêmico e coautor do manifesto dissidente Carta 08. Sua inspiração veio das práticas dos intelectuais do leste europeu que lutavam contra o autoritarismo comunista nas décadas de 1970 e 1980. Também eles se beneficiaram das novas tecnologias da época – aparelhos de fax e fotocopiadoras – para divulgar suas ideias e desafiar, com a intenção de derrubar, governos abusivos.

Liu Xiaobo era muito pouco conhecido pela grande maioria da população chinesa, mesmo depois de ter sido condenado a 11 anos de prisão, no dia de Natal, em 2009. Mesmo assim, quando ele foi condecorado com o prêmio Nobel da Paz, em outubro de 2010, ciberativistas de todo o mundo passaram a trabalhar intensamente para que fosse reconhecida a dimensão de seu papel.

As autoridades chinesas buscavam ansiosamente sufocar o debate. Abaladas pelo enorme apoio recebido pelo homem que rotularam oficialmente de “traidor”, elas impediram as buscas pelo termo “cadeira vazia”, uma expressão que muitos chineses começaram a utilizar para se referir à maneira com que Liu Xiaobo foi homenageado durante a cerimônia de entrega dos prêmios em Oslo.

Até o surgimento do Wikileaks, os governos pareciam acreditar que tinham o controle da situação. Mas quando aquelas empresas das quais dependia o funcionamento do site resolveram retirar seu apoio – e ainda não está claro se isso aconteceu por pressão direta do governo – tanto essas empresas quanto os governos que condenaram o Wikileaks passaram a ser alvos de ataques de hackers de todo o mundo.

A escalada solidária dos hackers e a crescente disseminação dos documentos, mesmo diante das ameaças e da fúria de muitos governos, mostraram que o Wikileaks mudou as regras do jogo no que se refere ao controle da informação. Mas mostraram também que uma atitude de vingança cega de alguns hackers pode ameaçar a privacidade e a segurança das pessoas.

ENCONTRANDO O EQUILÍBRIO – O CUIDADO NECESSÁRIO

Como já vimos acontecer, o desejo de divulgar informações, quando não leva em conta os direitos individuais, torna-se, em si, um problema. Em agosto, duas mulheres entraram com ações judiciais contra Julian Assange, o fundador do Wikileaks, com base na legislação sueca sobre crimes sexuais. Hackers divulgaram os nomes e as identidades das mulheres, que haviam sido vilificadas pela mídia como sendo marionetes dos governos dos EUA e da Suécia. Isso demonstra que, num novo universo virtual, as mulheres continuam sendo tratadas como joguetes, ou pior, como parte dos

danos colaterais aceitáveis. Para que os fatos venham à luz, essas mulheres merecem que suas denúncias sejam amplamente investigadas e, havendo provas suficientes, o suposto autor deve responder à Justiça. Da mesma forma, Julian Assange deve usufruir da presunção de inocência e ter assegurado o respeito a todas as garantias processuais necessárias, além de um julgamento justo.

O direito dos direitos humanos não deixa dúvidas quanto a isso. Os governos devem ser transparentes e somente poderão restringir a liberdade de expressão (e o direito de receber e transmitir informações) se for para promover o respeito pelos direitos ou pelas reputações de outras pessoas ou para proteger a segurança nacional, a saúde, a moral e a ordem pública. As pretensões dos governos de que a segurança nacional ofereça carta branca para restringir informações jamais se justifica – principalmente quando essa restrição parece encobrir violações do direito humanitário e dos direitos humanos. Do mesmo modo, nem a hipocrisia nem as mentiras dos governos justificam que se hackeie o ministério público e que se viole a privacidade das autoras da denúncia.

UM FUTURO DIGITAL PARA OS DIREITOS HUMANOS

Não há nada de mágico nem de determinista com relação à internet ou a outras tecnologias de comunicação. As tecnologias não respeitam e também não prejudicam os direitos humanos. Elas são e continuarão sendo instrumentos e serem utilizados tanto por aqueles que buscam desafiar as injustiças cometidas em todo o mundo quanto por aqueles que querem controlar o acesso à informação e suprimir as vozes divergentes. É bem provável que as rádios FM e os telefones celulares tenham feito mais para promover e proteger os direitos humanos na África do que a maioria dos outros métodos convencionais. O uso inovador de técnicas como o *crowdsourcing* (geração de soluções e conteúdos pelo público) pelo site queniano Ushahidi.com, abre um novo leque de possibilidades para prevenir a ocorrência de conflitos.

A tecnologia servirá aos propósitos de seus controladores – sejam estes a promoção ou a restrição de direitos. Devemos estar conscientes de que, num mundo de poderes assimétricos, a habilidade dos governos e de outros atores institucionais de explorar e abusar das tecnologias será sempre maior do que aquela dos ativistas dos movimentos de base, dos defensores dos direitos humanos cercados por pressões, dos mais audazes denunciadores de irregularidades e de qualquer pessoa cujo sentimento de justiça exige que ela seja capaz de buscar informações ou de descrever e documentar injustiças, através do uso dessas novas tecnologias.

Na discussão que se criou em torno do Wikileaks, a divulgação de documentos de maneira que parece não ter levado suficientemente em consideração a segurança das pessoas expostas, assim como a controvérsia a respeito do processo por delitos sexuais contra Julian Assange, não permitiu que se enxergassem nitidamente os contornos morais do caso. Tal situação não nos permite ter a mesma clareza moral que – pelo menos em retrospecto – associamos à publicação dos *Papéis do Pentágono*. Para

aqueles que consideram o Wikileaks amoral, é importante lembrar que, quando as pessoas que deveriam dizer a verdade frente ao poder não fazem o que deveriam fazer, é compreensível que aquelas pessoas que vivem na pele os abusos diários do poder queiram comemorar as ações do Wikileaks. Quando tudo o mais falha, a última esperança de prestação de contas está na revelação – por mais que isso possa parecer incômodo, embaraçoso ou contraproducente.

Apesar de tudo, vivemos uma época fascinante para a Anistia Internacional e para outros ativistas de direitos humanos que vislumbram as múltiplas possibilidades oferecidas pela tecnologia para revelar a verdade e trazer à tona debates que estejam livres da censura estatal e que superem fronteiras para unir as pessoas. Alimentamos a esperança de viver num mundo verdadeiramente igualitário, em que todos possam ter acesso às informações relevantes, em que todos possam participar plenamente das decisões que afetam suas vidas e onde nenhuma injustiça deixe de ser contestada.

Em 2011, a Anistia Internacional comemora seu 50º aniversário. Descrito por um de seus críticos como “uma das maiores insanidades de nossa época”, o movimento surgiu de um simples pedido de ajuda feito pelo advogado britânico Peter Benenson, que apelou para que a sociedade se lembrasse de “um prisioneiro esquecido”. Sua inspiração nasceu quando ele tomou conhecimento de que dois jovens portugueses haviam sido presos por fazerem um brinde à liberdade.

Felizmente, para milhares de prisioneiros esquecidos, desde então, essa “insanidade” não só prevaleceu como perdura até hoje. Em parceria com nossos aliados, continuamos determinados a promover o direito à informação e à liberdade de expressão. Juntos, realizamos campanhas de sucesso para a libertação de milhares de prisioneiros de consciência, alguns dos quais, como Ellen Sirleaf Johnson, tornaram-se hoje chefes de Estado. Juntos, contribuímos para que, em novembro de 2010, Aung San Suu Kyi finalmente fosse libertada, demonstrando, mais uma vez, que a perseverança, sem esmorecimento, acaba por produzir mudanças positivas. Juntos, salvamos inúmeras vidas. Entre as mais recentes, estão as de dois ativistas que desafiaram as forças de segurança de uma mineradora que estavam em vias de iniciar um confronto para se livrar desses indivíduos que se dispunham a arriscar suas vidas para revelar a verdade frente aos poderosos.

Este aniversário é o momento de pensarmos até onde podem chegar nossas conquistas quando trabalhamos juntos com os mesmos objetivos. Se cada um dos membros da Anistia Internacional, que são mais de três milhões, pudesse trazer uma única pessoa para se juntar à nossa luta, o impacto seria imenso. Como vimos no Oriente Médio, as ações coletivas de pessoas que se unem na busca mais essencial por justiça têm o poder de derrubar governos repressores.

Enquanto os governos insistirem em perseguir quem desafia os abusos do poder, é preciso que aqueles que valorizam os direitos e as liberdades trabalhem em conjunto, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras. Ao mesmo tempo em que indivíduos

corajosos e determinados reivindicam seus direitos e liberdades, governos, grupos armados, corporações e instituições internacionais tentam burlar a vigilância pública e se livrar da prestação de contas.

Nossa inspiração vem da libertação de Daw Aung San Suu Kyi, da bravura de Liu Xiaobo, da resistência de milhares de prisioneiros de consciência, da coragem de inúmeros defensores dos direitos humanos e da tenacidade, contra todas as adversidades, de centenas de milhares de cidadãos comuns na Tunísia que, confrontados com a trágica história de Mohamed Bouazizi, resolveram manter acesa a chama da vida desse jovem, organizando-se para combater o abuso de poder que levou à sua morte. Na Anistia, nós nos comprometemos a redobrar nossos esforços a fim de fortalecer o movimento global de direitos humanos e a continuarmos a lutar para ter certeza de que ninguém mais se sinta tão abandonado em seu desespero a ponto de não enxergar uma saída.

Manifestação em Oslo, na Noruega, com tochas iluminadas para o ativista político chinês homenageado com o prêmio Nobel da Paz Liu Xiaobo, que cumpre pena de 11 anos de prisão por "incitar à subversão", dezembro de 2010. O governo chinês continuou perseguindo pessoas que manifestavam pacificamente suas visões políticas e religiosas.



ND HOTEL







INFORME 2011 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE DOIS: PERSPECTIVAS REGIONAIS

Homem pisa em mancha de petróleo que cobre um riacho próximo à cidade de Bodo, no Delta do Níger, Nigéria, junho de 2010. A poluição e a degradação ambiental causadas pela indústria do petróleo continuaram tendo graves consequências para os direitos humanos dos habitantes da região.

ÁFRICA

“Todo mundo sabe em que circunstâncias meu filho morreu, mas ninguém sabe explicar como ele desapareceu. Acho que o assunto foi enterrado junto com seu corpo. O Estado não quer falar sobre isso.”

Mãe de Dominique Lopy, que morreu em 2007, no Senegal, depois de ser torturado sob custódia. Em 2010, ela conversou com a Anistia Internacional.

No decorrer do ano, diversos países africanos comemoraram seus 50 anos de independência; outros se preparavam para esse aniversário em breve. Apesar das solenidades, as esperanças e as aspirações de muitos africanos continuaram frustradas, pois seus direitos humanos não foram nem respeitados nem protegidos. A devastação que essa situação provoca se evidencia nas dificuldades, na repressão e na violência sofridas por pessoas de todo o continente, como aquelas que moram nos assentamentos informais de Port Harcourt, na Nigéria, como as que definham nas prisões de Angola, apesar de a lei que as prendeu ter sido revogada, como as mulheres e meninas de Burkina Faso, privadas de seus direitos sexuais e reprodutivos, e como outros milhões de pessoas que continuam tentando fugir dos conflitos armados e da pobreza.

Conflito

Embora diversas guerras civis prolongadas tenham chegado ao fim na última década, outros conflitos continuaram a trazer destruição.

O conflito armado de Darfur, no Sudão, intensificou-se durante o ano, deixando outras dezenas de milhares de pessoas desabrigadas. Muitas delas cruzaram a fronteira para o vizinho Chade. Alguns ataques dos grupos armados e das forças governamentais tiveram como alvo direto a população civil. Partes de Darfur permaneciam inacessíveis às organizações humanitárias e à missão conjunta das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID). Trabalhadores humanitários e funcionários da UNAMID eram frequentemente sequestrados em Darfur, de modo muito semelhante ao que ocorreu recentemente no leste do Chade. As diversas iniciativas de mediação tentadas durante o ano não produziram resultados tangíveis. Em Darfur, as autoridades sudanesas prosseguiram com a repressão. Pessoas foram detidas de modo

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁFRICA

arbitrário, maltratadas e mantidas presas sem acusações contra elas, sobretudo nas mãos do Serviço Nacional de Inteligência e Segurança. Mas a região viu também acontecimentos positivos, pois as preparações para o referendo sobre a secessão do Sudão do Sul não provocaram aumento da violência.

As relações entre o Chade e o Sudão apresentaram melhoras, e as tensões entre ambos foram reduzidas. Além de ser criada uma patrulha conjunta de fronteira, os dois países prometeram não apoiar grupos armados de oposição que atuam no território um do outro, e seus chefes de Estado fizeram visitas recíprocas. Embora o Chade seja signatário do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), o país se recusou a prender o presidente Omar Al Bashir quando este visitou seu território, em julho, apesar de o TPI ter emitido um mandado de prisão contra ele por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Do mesmo modo, o Quênia também deixou de prender o Presidente Al Bashir quando de sua visita ao país em agosto. O Sudão continuou se recusando a colaborar com o TPI no que se refere a outros mandados de prisão ainda por serem cumpridos. Em julho, a Assembleia da União Africana (UA) reiterou sua decisão de não cooperar com o TPI no que diz respeito à rendição e à prisão do Presidente Al Bashir.

O Chade pediu a suspensão da Missão da ONU na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT), e o Conselho de Segurança da ONU docilmente obedeceu, mesmo diante do impacto potencialmente negativo que essa retirada teria sobre a proteção de centenas de milhares de refugiados e de desalojados que se encontram no leste do Chade. Essas pessoas continuavam correndo risco de terem seus direitos humanos violados, com a prática de violência contra mulheres e meninas e com o recrutamento e uso de crianças pelas forças armadas do Chade e pelos grupos armados.

Extensas áreas da República Centro-Africana permaneceram sob o controle de grupos armados e, conseqüentemente, afetadas pela violência, que incluía ataques contra civis por parte do Exército de Libertação do Senhor, um grupo com base em Uganda. Dezenas de milhares de pessoas continuavam desaparecidas e a violência sexual permanecia uma prática disseminada.

Na Somália, o conflito armado entre o governo federal de transição, apoiado pela Missão da União Africana na Somália (AMISON), e os grupos armados islâmicos prosseguiu com a mesma intensidade, principalmente em Mogadíscio. Outras centenas de milhares de pessoas ficaram desalojadas e o acesso à assistência humanitária foi severamente limitado, devido à insegurança, às restrições à ajuda humanitária e aos ataques sofridos pelos

Houve poucos progressos para garantir a prestação de contas por crimes contra o direito internacional, principalmente porque não houve vontade política para isso.

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁFRICA

trabalhadores humanitários, que tonaram-se alvos dos grupos armados islâmicos. As partes no conflito não tomaram as precauções necessárias para evitar a morte de civis durante os embates militares. Em alguns casos, os civis foram alvos diretos dos ataques. Crianças foram recrutadas à força para uso das partes adversárias. A comunidade internacional continuou mais preocupada com a pirataria na costa da Somália do que com as agruras da população civil. A ajuda militar ao governo federal de transição, por parte de vários Estados, entre os quais os EUA, sem as salvaguardas adequadas para isso, pode até ter exacerbado os problemas humanitários e de direitos humanos. A comunidade internacional não mostrou disposição para cobrar responsabilidade dos indivíduos responsáveis por crimes de guerra.

O conflito na República Democrática do Congo (RDC) resultou em inúmeras violações das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário. Em Walikale, Kivu-Norte, mais de 300 pessoas foram sexualmente abusadas, em apenas quatro dias, por membros de grupos armados durante uma série de ataques contra vilarejos. Nem as forças armadas congoleesas (FARDC), nem a missão de manutenção de paz da ONU na RDC (MONUC) intervieram, apesar de ambas estarem posicionadas nas imediações. As forças armadas congoleesas também foram responsáveis por inúmeras violações de direitos humanos nessa região. Praticamente ninguém teve de prestar contas pelas graves violações cometidas contra os direitos humanos, como estupro e outras formas de violência sexual. As autoridades congoleesas continuaram se recusando a entregar Bosco Ntaganda, oficial graduado das FARDC, ao TPI, apesar de um mandado de prisão ter sido expedido contra ele por recrutamento e uso de crianças soldados.

Em outubro, a ONU publicou um relatório mapeando as violações graves das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário ocorridas na RDC entre 1993 e 2003. O documento trazia uma ampla série de recomendações para fortalecer o sistema de justiça congolês e enfrentar a impunidade, as quais exigirão acompanhamento e apoio político. É decepcionante que países como Ruanda e Uganda, apontados no relatório como perpetradores de violações dos direitos humanos, tenham criticado o documento, pois isso demonstra que não estão dispostos a fazer com que os responsáveis prestem contas de seus crimes.

Em outros países, houve poucos progressos no sentido de garantir a prestação de contas por crimes contra o direito internacional, principalmente porque não houve vontade política para isso. No Burundi, a Comissão da Verdade e Reconciliação e o Tribunal Especial

Em muitos países, as eleições foram manchadas por violência e pelo aumento das violações dos direitos humanos. Na maioria dos casos, essas violações foram cometidas com absoluta impunidade.

que haviam sido previstos não foram estabelecidos até o fim do ano. Na Libéria, a maioria das recomendações da Comissão de Verdade e Reconciliação não foi colocada em prática. Constava entre as propostas a criação de um tribunal penal extraordinário para investigar e processar os crimes contra o direito internacional cometidos durante a guerra civil. No Senegal, o presidente Abdoulaye Wade declarou, em dezembro, não estar mais interessado em levar adiante a investigação e os procedimentos judiciais contra o ex-presidente do Chade, Hissène Habré, embora o financiamento para instauração do processo judicial parecesse já ter sido assegurado. Essa atitude sinaliza uma flagrante desconsideração do Senegal com suas obrigações sob o direito internacional e com uma petição formulada pela UA. Outro revés foi sofrido em dezembro, quando o parlamento do Quênia aprovou uma moção pedindo que o governo se retirasse do Estatuto de Roma depois que o Procurador do TPI apresentou uma requisição para que seis cidadãos quenianos comparecessem perante o Tribunal.

Preocupações com a segurança pública

A África seguiu atormentada por violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança e de aplicação da lei. As violações documentadas incluíam execuções extrajudiciais, torturas, maus-tratos e uso de força excessiva que, por vezes, resultavam em homicídios ilegais.

No delta do Níger, a situação se deteriorou no decorrer do ano, quando grupos armados e outras gangues sequestraram trabalhadores da indústria do petróleo e seus familiares, além de atacarem as instalações petrolíferas. A reação das forças de segurança nigerianas muitas vezes resultou em violações dos direitos humanos, como execuções extrajudiciais e tortura. Em outras partes da Nigéria, violações contra os direitos humanos também foram a norma quando se tratava de cumprir a lei, com diversos casos de homicídios injustificados, inclusive execuções extrajudiciais, de desaparecimentos forçados, de detenções arbitrárias, de torturas e de outros maus-tratos. No estado nigeriano de Plateau, a violência entre as comunidades prosseguiu, deixando centenas de pessoas mortas e milhares desalojadas.

No Burundi, próximo ao fim do ano, foram registradas várias execuções extrajudiciais. Entre as vítimas estavam pessoas ligadas às Forças Nacionais de Libertação (FNL), um grupo opositor. Embora uma comissão judicial tenha sido criada para investigar esses fatos, nenhum progresso havia sido feito até o fim do ano.

Na África do Sul, foram relatados vários casos de tortura e outros maus-tratos nas mãos da polícia, muitos dos quais foram investigados

pela Diretoria de Queixas Independente. Os métodos registrados incluíam espancamentos, choques elétricos, sufocamento e ameaças de morte. Também em Uganda ocorreram violações de direitos humanos, depois dos atentados a bomba do mês de julho, quando pelo menos 76 pessoas foram mortas. Alguns indivíduos foram presos e mantidos incomunicáveis, outros foram ilegalmente transferidos do Quênia para Uganda, onde ficaram detidos.

Em Moçambique, a polícia usou munição real contra manifestantes que protestavam pelo alto custo de vida, matando ao menos 14 pessoas. Na Guiné, as forças de segurança dispararam com munição real contra manifestantes pacíficos. No Quênia, a polícia matou sete pessoas durante uma operação policial realizada num assentamento informal em Nairobi.

Mortes sob custódia, geralmente em consequência de tortura ou de outros maus-tratos, foram registradas em diversos países, como África do Sul, Burkina Faso, Camarões, Eritreia, Gana, Maurítânia, República do Congo, RDC e Suazilândia. Em muitos países, as condições prisionais permaneceram terríveis, como no caso de Angola, Benin, Burundi, Libéria, Maláui, Serra Leoa e Tanzânia.

Apesar de uma tendência em direção à abolição da pena de morte na África, a Guiné Equatorial, o Sudão e a Somália executaram pessoas que haviam sido sentenciadas à morte, geralmente em julgamentos injustos. Há informações de que Botsuana também realizou uma execução. Em 2010, o Gabão aboliu por lei a pena de morte.

Repressão às diferenças de opinião

Em muitos países, as eleições foram manchadas por violência e pelo aumento das violações contra os direitos humanos. Na maioria dos casos, essas violações foram cometidas com absoluta impunidade.

No Sudão, as eleições presidenciais e parlamentares de abril resultaram na repressão à liberdade de expressão. Veículos de imprensa foram fechados, a censura prévia foi restabelecida e jornalistas foram presos; alguns deles torturados. Muitas das violações dos direitos humanos foram cometidas pelo Serviço Nacional de Inteligência e Segurança; porém, a Lei de Segurança Nacional, que entrou em vigor em fevereiro, previa que os agentes do serviço de inteligência desfrutassem de imunidade processual por violações dos direitos humanos.

As eleições de maio na Etiópia também ocasionaram restrições à liberdade de expressão e de reunião. Os partidos de oposição afirmaram que muitos de seus membros e ativistas foram hostilizados, espancados e presos antes das eleições, inclusive na região de Oromia.

Na África, milhões de pessoas que vivem em favelas e assentamentos informais são privadas de serviços básicos como água potável, cuidados de saúde, educação e policiamento eficaz.

No Burundi, diversas pessoas detidas no decorrer das investigações sobre uma série de ataques com granadas no período pré-eleitoral foram torturadas pelo Serviço Nacional de Inteligência. Embora o governo burundiano tenha declarado publicamente que iniciaria uma investigação a respeito, até o fim do ano não havia sido feito qualquer progresso no sentido de fazer com que os responsáveis prestassem contas. O governo proibiu temporariamente as reuniões dos partidos políticos de oposição.

Ruanda também restringiu as liberdades de expressão e de associação antes das eleições de agosto. Os partidos políticos de oposição não tiveram permissão para se registrar, adversários políticos foram presos e diversos veículos de imprensa foram fechados. Jornalistas tiveram que fugir do país. Leis amplas e indefinidas sobre "ideologia do genocídio" e "sectarianismo" foram usadas indevidamente para restringir a liberdade de expressão. Os assassinatos de um importante político e de um jornalista, bem como os ataques de granada que mataram várias pessoas, contribuíram para o clima de tensão e de insegurança no período pré-eleitoral.

As eleições presidenciais na Guiné provocaram um aumento da violência e das violações de direitos humanos. As forças de segurança se excederam no uso da força, inclusive atirando indiscriminadamente e com munição real contra manifestantes. Dezenas de pessoas foram detidas arbitrariamente durante o período eleitoral, muitas vezes sendo privadas do contato com os familiares, de cuidados médicos ou de representação legal.

Na Costa do Marfim, os resultados das eleições presidenciais de dezembro não foram aceitos pelo presidente em exercício, Laurent Gbagbo. As forças de segurança leais ao mandatário cometeram inúmeras execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e prisões arbitrárias. Apesar das pressões políticas da ONU, da UA e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), Laurent Gbagbo se recusou a deixar a Presidência, levando a um forte impasse político e ao possível aumento da violência.

Em diversos outros países, os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica não foram respeitados. Defensores dos direitos humanos, jornalistas e membros da oposição política corriam risco de serem hostilizados e intimidados, detidos arbitrariamente, torturados, maltratados ou executados ilegalmente.

Em Angola, na República Centro Africana, em Gâmbia, no Níger e no Zimbábue defensores dos direitos humanos e ativistas foram presos e detidos de modo arbitrário. No Zimbábue, em novembro, a Suprema Corte concluiu que a prisão e a detenção de duas integrantes da organização Mulheres do Zimbábue Levantem (WOZA), em 2008,

havia sido equivocada e que seus direitos haviam sido violados. A Corte constatou ainda que o Estado não havia protegido as duas defensoras dos direitos humanos contra abusos. No Burundi, defensores dos direitos humanos receberam ameaças, enquanto que, na RDC, um proeminente defensor dos direitos humanos, Floribert Chebeya, foi assassinado. No Quênia, não houve qualquer progresso nas investigações sobre os assassinatos de dois defensores dos direitos humanos, Oscar Kingara e Paul Oulu, ocorridos em 2009. Na Etiópia, entrou em vigor a Proclamação sobre Sociedades e Instituições Sem Fins Lucrativos, que impõe rígidos controles à sociedade civil e dificulta seriamente as atividades de direitos humanos.

Manifestações pacíficas foram proibidas – ou manifestantes foram presos – em países como Angola, Benin, Camarões, Suazilândia e Togo.

Jornalistas foram intimidados, ameaçados ou detidos de modo arbitrário na África do Sul, Burundi, Chade, Costa do Marfim, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné Equatorial, Madagáscar, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda e Zimbábue.

Opositores políticos foram presos de modo ilegal ou arbitrário no Burundi, Guiné Equatorial, Madagáscar, Níger e Togo. Em Uganda, policiais e homens armados investiram contra um comício da oposição e espancaram vários participantes.

Na Eritreia, diversos ativistas, jornalistas, líderes religiosos e outros permaneceram detidos, geralmente incomunicáveis, sob risco de maus-tratos.

Em alguns países, como a Somália, grupos armados, tais como os *al-Shabab*, cometeram abusos contra jornalistas e defensores dos direitos humanos, inclusive homicídios. Os grupos armados islamistas da Somália também foram responsáveis por promover apedrejamentos de pessoas até a morte e amputações. Em vários países do Sahel (região semi-árida abaixo do Saara, que se estende de leste a oeste do continente), a Al Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), sequestrou pessoas e as tomou como reféns, matando algumas delas.

Populações em movimento

Migrantes continuaram sendo expostos a discriminação e a outras violações de seus direitos humanos. As forças de segurança angolanas expulsaram mais de 12 mil cidadãos congolese entre o início de setembro e o fim de dezembro. Há informações de que dezenas de mulheres e alguns homens foram abusados sexualmente durante a expulsão. Muitas dessas pessoas foram submetidas a outros abusos,

sendo devolvidas despidas e sem os seus pertences. Migrantes que, em sua maioria, provinham de outros países da África ocidental, foram detidos arbitrariamente na Mauritânia, a fim de impedir que tentassem chegar à Europa. Refugiados e imigrantes foram fisicamente agredidos em diversas partes da África do Sul, apesar de as autoridades terem empreendido novos esforços para responder aos incidentes de violência. Cidadãos do Zimbábue tiveram a oportunidade de regularizar sua situação na África do Sul.

Em julho, cerca de 1.700 requerentes de asilo ruandeses recusados, além de certo número de refugiados que haviam obtido reconhecimento, foram repatriados à força de Uganda para Ruanda, em infração ao direito internacional. Até o fim de 2011, devido à pressão de Ruanda sobre os países vizinhos, outras dezenas de milhares de refugiados ruandeses podem perder seu status de refugiados e se tornarem passíveis de repatriamento. Milhares de refugiados burundianos ainda corriam risco de serem devolvidos à força para a Tanzânia. Duas pessoas que foram devolvidas à força da Alemanha para a Eritreia, em 2008, fugiram novamente e obtiveram status de refugiadas na Alemanha. Elas haviam sido detidas em condições desumanas depois de devolvidas à Eritreia. O país continuou a praticar uma política de “atirar para matar” contra qualquer pessoa flagrada tentando cruzar a fronteira.

Por todo o continente, milhões de pessoas permaneciam desalojadas em consequência de conflitos e de insegurança, tanto dentro de seus próprios países quanto como refugiadas. O Quênia manteve fechada sua fronteira com a Somália, dificultando, com isso, o auxílio e a proteção às pessoas que tentavam fugir da Somália.

A violência e a discriminação contra mulheres e meninas continuou a devastar suas vidas, restringir suas oportunidades e privá-las de seus direitos.

Moradia – despejos forçados

Na África, milhões de pessoas que vivem em favelas e assentamentos informais são privadas de serviços básicos como água potável, cuidados de saúde, educação e policiamento eficaz. Em muitos países, as autoridades ignoram as aflições dessas pessoas e as excluem dos planos e orçamentos nacionais. A falta de água e de saneamento muitas vezes ocasionou outros tipos de abusos, como a violência sexual, verificada nos assentamentos informais de Nairóbi, no Quênia.

Despejos em massa foram registrados em diversos países, como Angola, Gana, Nigéria e Quênia, geralmente aprofundando a situação de pobreza das pessoas afetadas. No Chade, na Guiné Equatorial, no Quênia e no Zimbábue, milhares ainda corriam risco de despejo. Na maioria das vezes, as pessoas despejadas à força em anos anteriores não receberam indenizações nem alternativas de moradia e

continuaram a viver em situação de indigência e sem segurança de posse.

Saúde materna

O continente africano apresentou melhoras com relação à saúde materna. Burkina Faso se comprometeu a eliminar as barreiras financeiras que impedem as mulheres de terem acesso a atendimento obstétrico de emergência e a planejamento familiar. Essa promessa agora aguarda ser cumprida. Em Serra Leoa, um serviço de assistência médica gratuita, que exime de pagamento as mulheres grávidas e as crianças menores de cinco anos, foi lançado em abril. Porém, com o aumento da demanda nas unidades de saúde, acabaram faltando remédios e suprimentos médicos.

Outros fatores que contribuem com as altas taxas de mortalidade materna, e que precisam ser enfrentados com urgência em muitos países, são as práticas tradicionais prejudiciais à saúde, a discriminação contra as mulheres, a falta de educação sexual e reprodutiva e a ausência de mecanismos de prestação de contas.

Em julho, a Assembleia da UA se comprometeu a implementar uma série de ações voltadas a reduzir a mortalidade materna. Entre elas, a destinação de 15 por cento do orçamento público à saúde, o lançamento de campanhas para reduzir a mortalidade materna e uma maior prestação de contas com relação a decisões que envolvem políticas públicas e financiamentos. Foi requerido à Comissão da UA que formasse um grupo especial para questões de saúde materna, da criança e do recém-nascido, com a incumbência de preparar e examinar relatórios sobre os progressos obtidos na área de saúde materna e infantil.

Discriminação

A violência e a discriminação contra mulheres e meninas continuou a devastar suas vidas, restringir suas oportunidades e privá-las de seus direitos. No Sudão, o regime de ordem pública foi utilizado no norte do país para hostilizar, prender e maltratar mulheres e meninas com base em alegações de comportamento ou de vestuário “indecente” ou “imoral”. Dezenas de milhares de casos de violência sexual foram denunciados à polícia da África do Sul no decorrer do ano. No Quênia, uma pesquisa revelou índices elevados de violência doméstica, inclusive estupro conjugal, que não é considerado uma infração pelas leis do país. Na Libéria, a maioria dos casos de estupro denunciados envolvia meninas menores de 16 anos. Em muitos países, meninas e mulheres submetidas à violência sexual não tinham acesso à polícia ou ao sistema de justiça, eram incentivadas a aceitar acordos

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁFRICA

extrajudiciais, tinham que pagar um preço proibitivo pelo tratamento médico e eram ostracizadas por suas comunidades. As mulheres continuaram sendo afetadas de modo desproporcional pela pandemia de HIV/AIDS, sobretudo no sul da África. A mutilação genital feminina seguiu sendo praticada em diversos países, mesmo quando proibida por lei, como, por exemplo, na Tanzânia.

As pessoas continuaram sendo amplamente discriminadas pelo que era ou se acreditava ser sua orientação sexual. Em Camarões, pessoas foram processadas e submetidas a maus-tratos por se suspeitar que tivessem mantido relações sexuais com parceiros do mesmo sexo. Em Maláui, duas pessoas foram condenadas por “atentado violento ao pudor” e prática de “atos anormais”, sendo sentenciadas a 14 anos de trabalhos forçados. Elas foram indultadas algumas semanas depois. Em Uganda, um jornal publicou as fotos e os nomes de pessoas que afirmava serem homossexuais, acompanhadas de mensagens incentivando o uso de violência. As autoridades não se manifestaram publicamente contra o jornal. Enquanto isso, no parlamento, uma legislação draconiana de combate à homossexualidade aguardava aprovação.

Na Maurítânia, prosseguiu a prática da escravidão, apesar de isso ser considerado um delito penal. A polícia pouco fez para que a lei fosse cumprida. Pelo contrário, oito ativistas antiescravidão foram presos e acusados porque alertaram a polícia da existência desses casos. Os oito sofreram maus-tratos.

Pessoas albinas continuaram sendo atacadas em alguns países. Na Tanzânia, as autoridades não conseguiram dar uma resposta adequada a essa questão, pois não investigaram detalhadamente os ataques e os homicídios cometidos anteriormente, nem deram proteção suficiente para os ativistas que atuam para proteger os direitos das pessoas albinas.

Durante uma visita à República do Congo, o relator especial da ONU sobre povos indígenas manifestou preocupação com a continuidade das práticas discriminatórias no país. Na Eritreia, indivíduos continuaram sendo perseguidos e presos por motivos religiosos; as pessoas só podiam praticar sua fé se fizessem parte de uma das religiões permitidas.

A maré está virando

Em breve, a Anistia Internacional também irá comemorar seus 50 anos. Desde que a Anistia publicou seus primeiros relatórios, em meados dos anos 60, o escopo geográfico e a gama de questões de direitos humanos que esses documentos abarcam aumentaram significativamente. Nesse meio século, muitas outras organizações de

direitos humanos foram criadas, algumas delas inspiradas no trabalho da Anistia. Na África, hoje, diversos países contam com uma sociedade civil dinâmica que, apesar de muitas vezes ainda reprimida, não pode mais ser ignorada por quem está no poder. Ainda há muito a ser conquistado, mas a maré já está virando.

PERSPECTIVAS REGIONAIS

ÁFRICA

Manifestação de mulheres diante do Palácio da Justiça em Lima, no Peru, pedindo justiça para seus familiares desaparecidos, julho de 2010. Milhares de famílias continuam sem saber o que aconteceu com seus entes queridos que desapareceram durante o conflito armado interno das décadas de 1980 e 1990.



AMÉRICAS

“Sofremos demais com tanta violência [...] Não fazemos pedidos, exigimos direitos: a demarcação de nossas terras com urgência para que nosso povo volte a viver em paz, com felicidade e dignidade.”

Carta aberta dos índios Guarani-Kaiowá ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, agosto de 2010

Nas Américas, nos últimos 50 anos, muitos direitos humanos passaram a ser reconhecidos por lei, embora nem sempre o tenham sido na prática. Apesar de claramente persistirem alguns abusos, principalmente contra os grupos mais vulneráveis, não se pode negar o progresso que a região alcançou, muito embora de forma lenta e parcial. E os governos podem, com razão, reivindicar seus créditos por tais mudanças. Entretanto, os verdadeiros motores desses avanços foram as comunidades mais atingidas pelos abusos de seus direitos humanos. Foram essas comunidades que resolveram quebrar o silêncio e ir à luta para conquistar as mudanças desejadas, muitas vezes pondo em risco sua própria segurança. Tanta determinação e persistência serviram de inspiração para milhões de pessoas e fizeram com que seja cada vez mais difícil para os Estados ignorar o clamor crescente por mudanças fundamentais e irreversíveis.

Porém, o ano começou com uma triste lembrança do quanto podem ser frágeis essas conquistas. Em janeiro, um terremoto devastador atingiu o Haiti, deixando mais de 230 mil mortos e milhões de desabrigados. Até o fim do ano, mais de 1.050.000 pessoas desalojadas pela tragédia continuavam a viver em barracas nos campos provisórios montados para os desabrigados, privadas do direito a um abrigo adequado e vulneráveis a todo o tipo de ataques. O aumento dramático no número de estupros foi uma indicação clara do fracasso das autoridades em garantir a segurança das mulheres e meninas que vivem dentro dos campos.

A situação do Haiti é um retrato perturbador do que a falta de vontade política para priorizar a proteção de direitos pode significar para os cidadãos comuns. No entanto, essa situação trágica também trouxe à tona a capacidade das organizações populares que estão na linha de frente da proteção dos direitos humanos de superar adversidades aparentemente insuperáveis para manter vivas a

PERSPECTIVAS REGIONAIS AMÉRICAS

A situação trágica do Haiti também trouxe à tona a capacidade das organizações populares que estão na linha de frente da proteção dos direitos humanos de superar adversidades aparentemente insuperáveis para manter vivas a esperança e a dignidade.

esperança e a dignidade. A *Comissão de Mulheres Vítimas em Favor das Vítimas* (KOFIV) é uma dessas organizações, que trabalha para oferecer apoio a um número crescente de sobreviventes de violência sexual nos campos de desabrigados do Haiti. A maioria das integrantes da KOFIV são, elas mesmas, sobreviventes, e muitas perderam tudo o que tinham no terremoto. Mesmo assim, superando sua própria tragédia pessoal, essas mulheres tiveram a força e a determinação de oferecer às sobreviventes o tipo de auxílio médico, psicológico e financeiro que o Estado haitiano deveria ter oferecido, mas não foi capaz de oferecer.

Mesmo em tempos de relativa paz e estabilidade, os governos não costumam garantir que os direitos sejam respeitados na prática, principalmente os direitos daqueles que correm maior risco de sofrer abusos, como a população mais pobre, os povos indígenas e as mulheres e meninas. Isso é ainda mais verdadeiro quando interesses econômicos poderosos consideram que respeitar os direitos das comunidades pobres e marginalizadas atrapalha seus objetivos econômicos.

Defensores dos direitos humanos

Em muitos países da região, defender os direitos humanos continuou sendo um trabalho perigoso. Ativistas foram mortos, ameaçados, hostilizados ou submetidos a procedimentos judiciais arbitrários em diversos países, como Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México e Venezuela. Frequentemente, eles eram perseguidos porque seu trabalho desafiava os interesses econômicos e políticos dos detentores do poder.

Em países como a Colômbia e o Brasil, algumas medidas foram colocadas em prática para diminuir os riscos que os defensores enfrentam. Em outros países, porém, o ano terminou sem que se criassem medidas integradas para lidar com o problema. No México, por exemplo, onde a segurança dos ativistas era motivo de crescentes temores, as autoridades pouco fizeram para pôr em prática um programa de proteção, embora tenham se comprometido a fazê-lo em 2008.

Povos indígenas

Nos últimos anos, os povos indígenas das Américas se tornaram cada vez mais visíveis e articulados na defesa de seus direitos. Ainda assim, o imenso legado de abusos contra esses povos e o fracasso em fazer com que os responsáveis prestem contas ajudaram a perpetuar a discriminação e a miséria que há muito tempo afligem as comunidades indígenas de todo o Continente.

A expansão da indústria agropecuária e extrativista e a imposição de grandes projetos de exploração econômica do meio, tais como a construção de estradas e de hidroelétricas nas terras tradicionais dos índios, constituem uma ameaça perigosa e crescente para os povos indígenas. Na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Panamá, Paraguai e Peru, quando se considerava que os povos indígenas pudessem estar no caminho de interesses comerciais poderosos, eles eram ameaçados, hostilizados, despejados, desalojados e mortos, pois o desejo de explorar os recursos naturais das áreas em que eles viviam era cada vez mais intenso.

Apesar de os Estados das Américas terem votado a favor de uma Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007, até o fim de 2010 nenhum desses Estados havia colocado em vigor as leis necessárias para garantir que os projetos de obras que afetem a vida dos índios só possam ser empreendidos com o consentimento livre, prévio e informado das comunidades.

O Peru esteve próximo de adotar uma legislação histórica, quando a Lei sobre o Direito à Consulta Prévia dos Povos Indígenas ou Originários, elaborada com a participação dos índios, foi aprovada pelo Congresso em maio. O presidente Alan Garcia, porém, se recusou a promulgá-la. O Paraguai continuou não acatando duas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 2005 e 2006, determinando que o Estado devolvesse as terras tradicionais dos índios Yakye Axa e dos Sawhoyamaya. Em agosto, a Corte proferiu sua sentença sobre um terceiro caso envolvendo direitos dos povos indígenas, condenando o Paraguai por violar os direitos dos Xákmok Kásek. No Brasil, onde já em 1988 o direito dos povos indígenas às “terras tradicionalmente ocupadas” por eles havia sido consagrado na Constituição, os Guarani-Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul continuam enfrentando inúmeros obstáculos e demoras intermináveis para resolver a questão de suas terras. Enquanto suas reivindicações ficam paralisadas nos tribunais, os Guarani-Kaiowá continuam sendo intimidados e atacados pelos pistoleiros contratados por fazendeiros locais que querem expulsá-los da terra.

Conflito

Na Colômbia, um conflito armado que já dura 45 anos segue causando grande número de mortes entre a população civil, que continua a sofrer o maior impacto das hostilidades. Milhares de pessoas viram-se forçadas a abandonar suas casas, foram vítimas de homicídios ilegais, de sequestros ou de desaparecimentos forçados devido às ações dos grupos guerrilheiros, das forças de segurança e dos paramilitares. Os grupos mais marginalizados – comunidades

PERSPECTIVAS REGIONAIS AMÉRICAS

A expansão da indústria agropecuária e extrativista e a imposição de grandes projetos de exploração econômica do meio constituem uma ameaça perigosa e crescente para os povos indígenas.

Houve avanços significativos e constantes para levar à Justiça alguns dos responsáveis pelas graves e extensas violações contra os direitos humanos cometidas pelos regimes militares do passado.

indígenas, de afrodescendentes e de agricultores, assim como os pobres urbanos – foram alvos de ataques das partes beligerantes. As promessas feitas pelo presidente Juan Manuel Santos, de que priorizaria os direitos humanos e o combate à impunidade, reacenderam as esperanças de que seu governo teria a vontade política necessária para enfrentar a crise de direitos humanos que há tanto tempo assola o país. Porém, os ataques constantes contra defensores dos direitos humanos, ativistas e líderes comunitários, sobretudo os que atuam sobre direitos fundiários, revelaram a magnitude das dificuldades a serem vencidas.

Em diversos países, principalmente na região andina, houve extensas manifestações contra leis e políticas governamentais referentes a questões tais como o acesso aos recursos naturais, à terra, à educação e aos serviços públicos. Em setembro, o Equador esteve à beira de um conflito civil quando centenas de policiais saíram às ruas para protestar contra uma proposta do governo de alterar seu sistema de pagamentos e benefícios. O presidente Rafael Correa, que se viu enredado em meio aos protestos, teve que ser brevemente hospitalizado para tratar dos efeitos do gás lacrimogêneo.

Segurança pública

A pobreza, a violência do crime e a proliferação das armas de pequeno porte criaram e perpetuam as condições para que as violações dos direitos humanos prosperem. Os moradores dos bairros mais pobres dos centros urbanos, principalmente no México, na América Central, no Brasil e no Caribe, continuaram encurralados entre a violência das gangues criminosas, de um lado, e os abusos cometidos pelas forças de segurança, de outro.

Em muitos casos, a corrupção endêmica dentro das instituições do Estado minou a capacidade desses órgãos responderem adequadamente ao crime organizado. Os governos, mesmo assim, não demonstraram muita vontade de resolver um problema tão entranhado e já sistêmico. Em vez disso, preferiram recorrer ao exército para reagir ao crime organizado e ao que julgavam ser uma ameaça à segurança.

No México, por exemplo, a mobilização dos militares para combater o crime organizado resultou em várias denúncias de violações graves dos direitos humanos, como homicídios ilegítimos, desaparecimentos forçados, tortura e detenções arbitrárias. Em maio, na Jamaica, foi declarado estado de emergência, em algumas partes do país, devido a uma explosão de violência provocada por gangues criminosas. Durante o estado de emergência, pelo menos quatro mil pessoas foram detidas e 76 foram mortas; dentre elas, três membros

das forças de segurança. Acredita-se que mais da metade das mortes tenham sido execuções extrajudiciais.

Combate ao terrorismo e direitos humanos

A promessa do presidente dos EUA, Barack Obama, de que a unidade de detenção de Guantánamo seria fechada até janeiro de 2010 não foi cumprida. No final do ano, 174 pessoas ainda eram mantidas na prisão. O único detento até o momento transferido para o território continental dos Estados Unidos, a fim de ser processado em um tribunal federal, foi julgado e condenado. No decorrer do ano, dois detentos de Guantánamo foram condenados por comissões militares após terem se declarado culpados. As regras que governam os procedimentos das comissões militares para os suspeitos na chamada “guerra ao terror” foram revisadas em abril. Os novos regulamentos indicam que o governo dificilmente fará mudanças substanciais ou respeitará os direitos humanos.

Justiça e impunidade

Em diversos países latino-americanos, sobretudo no Cone Sul, houve avanços significativos e constantes no sentido de levar à Justiça alguns dos responsáveis pelas graves e extensas violações de direitos humanos cometidas pelos regimes militares do passado.

Na Argentina, Reynaldo Bignone, ex-general e ex-presidente no período militar, foi condenado, em abril, por atos de tortura, homicídio e vários sequestros. Os crimes foram cometidos entre 1976 e 1978, quando ele comandava o famigerado centro de detenção Campo de Mayo. Em julho, o general Luciano Benjamín Menéndez e o ex-chefe de inteligência da polícia de Tucumán, Roberto Albornoz, foram condenados à prisão perpétua por violações dos direitos humanos cometidas em um centro de detenção secreto na província de Tucumán durante o regime militar (1976-1983).

Em julho, Manuel Contreras, ex-chefe da Direção de Inteligência Nacional do Chile, DINA, foi sentenciado a 17 anos de prisão por sua participação no assassinato de um ministro do governo do presidente Salvador Allende (1970-73), o general Carlos Prats, e de sua esposa, em 1974, na Argentina.

Em outubro, numa decisão histórica, a Suprema Corte do Uruguai declarou que uma lei de anistia de 1986 era inconstitucional. A decisão, porém, referia-se especificamente ao processo contra o ex-presidente Juan María Bordaberry (1971-1976) e, portanto, não implicará a reabertura dos processos já arquivados.

Também em outubro, integrantes do grupo de extermínio peruano “Colina” e ex-funcionários de alto escalão do governo de Alberto

PERSPECTIVAS REGIONAIS AMÉRICAS

**Continuou não havendo
nem prestação de contas
nem reparações pelas
violações cometidas no
âmbito do programa de
detenções secretas e de
transferências
extrajudiciais dos Estados
Unidos.**

Fujimori (1990-2000) foram condenados pelos assassinatos de 15 pessoas e pelo desaparecimento forçado de outras 10, em 1991 e 1992.

Na Colômbia, o coronel da reserva Luis Alfonso Plazas Vega foi sentenciado, em junho, a 30 anos de prisão pelo desaparecimento forçado de 11 pessoas em 1985, quando os militares invadiram o Palácio da Justiça, no qual o grupo guerrilheiro M-19 mantinha várias pessoas reféns.

Apesar desses progressos, em muitos outros casos os avanços foram obstruídos porque as instituições militares não colaboraram ou porque opuseram forte resistência às investigações sobre violações dos direitos humanos. Na Bolívia, por exemplo, os funcionários que investigavam os desaparecimentos forçados ocorridos desde 1980-81 continuaram enfrentando entraves para ter acesso aos arquivos militares, apesar de a Corte Suprema ter expedido duas ordens determinando a abertura dos arquivos.

No México e na Colômbia, os sistemas de justiça militar continuaram a reivindicar competência para julgar os processos de supostas violações contra os direitos humanos cometidas por membros das forças armadas. Nem as novas leis aprovadas na Colômbia e nem as reformas jurídicas propostas no México asseguraram que todos os casos de violações de direitos humanos seriam excluídos da jurisdição militar, mesmo diante das evidências bastante claras de que os tribunais e os promotores militares não eram independentes nem imparciais.

Em alguns países, as iniciativas para introdução de novas leis de combate à corrupção permaneciam paradas, enquanto que, em outros, os avanços obtidos nos anos anteriores retrocederam. Foi o que aconteceu no Chile, em abril, quando a Suprema Corte confirmou a decisão de que a Lei de Anistia de 1978 deveria se aplicar ao caso de Carmelo Soria Espinosa, um diplomata espanhol morto pelas forças de segurança em 1976. Ainda em abril, o Supremo Tribunal Federal do Brasil decidiu manter a interpretação de que os crimes cometidos pelos militares – como execuções extrajudiciais, torturas e estupros –, eram atos políticos ou correlatos e que, portanto, teriam cobertura da Lei de Anistia aprovada em 1979 pelo regime militar. Em novembro, porém, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu que a Lei de Anistia de 1979 não tem valor legal. Ademais, a Corte lembrou as autoridades de sua obrigação de levar os perpetradores à Justiça. Enquanto isso, no Peru, o Congresso votou pela revogação do Decreto Lei 1097, que, efetivamente, garantia anistias para violadores dos direitos humanos. Entretanto, dois outros decretos, permitindo que membros das forças armadas

acusados de violar os direitos humanos fossem julgados por tribunais militares, continuaram em vigor.

Em El Salvador, o presidente Mauricio Funes promulgou um decreto executivo, em janeiro, criando uma nova Comissão Interinstitucional de Busca por Meninos e Meninas Desaparecidos, a fim de encontrar as crianças desaparecidas durante o conflito armado de 1980 a 1992. Porém, até o fim do ano, a nova comissão ainda não estava funcionando, e o paradeiro de centenas de crianças desaparecidas continuava desconhecido.

Nos Estados Unidos, enquanto isso, os responsáveis por crimes contra o direito internacional cometidos no contexto da “guerra ao terror”, como torturas e desaparecimentos forçados, não foram chamados a prestar contas. Em novembro, o ex-presidente George W. Bush admitiu ter autorizado, durante seu governo, o uso de *waterboarding* (ou asfixia com água), uma forma de tortura que dá início ao processo de afogamento de um detento. Apesar de tudo, continuou não havendo nem prestação de contas nem reparações pelas violações cometidas no âmbito do programa de detenções secretas e de transferências extrajudiciais dos Estados Unidos. Em novembro, sem fornecer maiores explicações, o Departamento de Justiça dos EUA anunciou que ninguém seria objeto de ação penal referente à destruição, em 2005, de 92 fitas de vídeo em que foram registradas provas da prática de *waterboarding* e de outras técnicas de tortura usadas contra dois detentos em 2002.

Justiça internacional

Em dezembro, um tribunal francês condenou à revelia 14 indivíduos: 12 ex-oficiais do exército chileno, entre os quais o general Manuel Contreras, um civil chileno e um ex-oficial do exército argentino. As penas variavam entre 15 anos de reclusão e prisão perpétua. Os 14 foram condenados por envolvimento no desaparecimento de quatro cidadãos franco-chilenos nos primeiros anos do governo militar de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990).

Os juízes das Américas recorreram ao direito internacional dos direitos humanos para reabrir casos de violações dos direitos humanos que haviam sido arquivados porque, de acordo com certas normas, os crimes teriam prescrito. Na Colômbia, por exemplo, a Corte Suprema de Justiça concluiu, em maio, que o ex-congressista César Pérez García deveria enfrentar processo por um massacre cometido por paramilitares em Segovia, em 1988, quando mais de 40 agricultores foram mortos. A Corte argumentou que o massacre configurava crime contra a humanidade, e que, portanto, não estava sujeito a prescrição.

PERSPECTIVAS REGIONAIS AMÉRICAS

Em 2010, Santa Lúcia tornou-se o 113º Estado a ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. O Paraguai e o Brasil ratificaram a Convenção contra os Desaparecimentos Forçados; porém, nenhum dos Estados reconheceu a competência do Comitê sobre Desaparecimentos Forçados para receber e avaliar comunicados provenientes ou em nome de vítimas.

Pena de morte

Quarenta e seis prisioneiros – 45 homens e uma mulher – foram executados nos Estados Unidos em 2010. Com essas mortes, elevou-se para 1.234 o número total de execuções efetuadas no país desde 1976, quando a Suprema Corte suspendeu uma moratória da pena de morte.

Na Guatemala, em outubro, o Congresso aprovou uma legislação que poderia conduzir a uma retomada da pena de morte. O Presidente, porém, vetou a lei e, em dezembro, a Guatemala votou a favor de uma resolução da Assembleia Geral da ONU requerendo uma moratória do uso da pena capital.

Em dezembro, Cuba comutou as sentenças dos três últimos presos que haviam sido condenados à morte.

Embora sentenças com pena capital tenham sido proferidas nas Bahamas, na Guiana, na Jamaica e em Trinidad e Tobago, nenhuma execução foi realizada.

Liberdade de expressão

A região das Américas continuou sendo um lugar perigoso para quem trabalha com a imprensa. Em 2010, somente a Ásia registrou maior número de jornalistas assassinados. Quase 400 profissionais da imprensa foram ameaçados ou atacados nas Américas, e pelo menos 13 jornalistas foram mortos por agressores não identificados. A maioria dessas mortes aconteceu no México, seguido de Honduras, Colômbia e Brasil. Em muitos casos, acredita-se que essas pessoas tenham sido assassinadas devido aos seus esforços para revelar casos de corrupção ou para expor as conexões existentes entre as autoridades públicas e as redes do crime.

Diversas emissoras de televisão, principalmente na Venezuela e na República Dominicana, foram temporariamente fechadas; estações de rádio também foram afetadas. Na República Dominicana, pelo menos sete estações de rádio e TV tiveram seus sinais de transmissão bloqueados ou foram forçadas a fechar provisoriamente às vésperas das eleições de maio. Até o fim do ano, alguns canais ainda não haviam conseguido retomar as transmissões.

Leis que proíbem o aborto em quaisquer circunstâncias continuaram a privar as meninas e as mulheres de El Salvador, do Chile e da Nicarágua de seu direito à saúde sexual e reprodutiva.

Em Cuba, os jornalistas continuaram a ser detidos arbitrariamente, e todos os meios de comunicação permaneceram sob controle do Estado.

Desigualdade e desenvolvimento

Registraram-se progressos na redução da pobreza na Argentina, no Brasil, no México e na Venezuela. Porém, apesar dos indícios de que a pobreza esteja gradualmente diminuindo na América Latina e no Caribe, quase um quinto da população da região ainda vive em situação de miséria, como é o caso da vasta maioria dos povos indígenas. Embora tenha havido redução das desigualdades em diversos países, sobretudo na Venezuela, muitas das nações menos desenvolvidas não apresentaram nenhuma melhora concreta, e, no final de 2010, a América Latina continuava sendo uma das regiões mais desiguais do mundo.

Mais do que qualquer outro grupo, as comunidades indígenas e de afrodescendentes constituíam uma fatia desproporcional das pessoas que vivem na pobreza. A ideia falsa, embora muito propagada, de que respeitar os direitos dos povos indígenas é algo incompatível com o crescimento econômico e o desenvolvimento fornece as bases que sustentam esquemas típicos e persistentes de violações de direitos. Na Guatemala, apesar de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ter requerido a suspensão das operações da mina de ouro Marlin 1, no departamento de San Marcos, o empreendimento seguia funcionando no final ano. No Canadá, em janeiro, a Bolsa de Valores de Toronto decidiu deslistar a mineradora Copper Mesa Mining Corporation. A empresa foi alvo de uma ação judicial movida pelos índios Intang do Equador, que acusaram a companhia de ser responsável por violações dos direitos humanos. Em maio, um tribunal de Ontário anulou a ação; porém, um recurso foi interposto na Corte de Apelações de Ontário e estava pendente no fim do ano.

Em julho, 18 agências da ONU que atuam na América Latina publicaram um relatório sobre o progresso alcançado pelos Estados para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM). O informe revelou que a MDM de redução da mortalidade materna era a que estava mais distante. Dezenas de milhares de mulheres continuaram a morrer de complicações evitáveis relacionadas à gravidez. Além disso, permanecia uma enorme disparidade no acesso aos serviços de saúde de qualidade. De acordo com o relatório, essa situação é resultado da discriminação contra as mulheres e de seu baixo prestígio na sociedade.

PERSPECTIVAS REGIONAIS AMÉRICAS

Violência contra mulheres e meninas e negação de direitos reprodutivos

A violência, inclusive sexual, contra mulheres e meninas continuou disseminada, e a maioria das sobreviventes sequer conseguia ter acesso à Justiça ou obter reparações. Embora os países da região tenham introduzido leis de combate à violência baseada em gênero, tais leis raramente eram aplicadas na prática e as investigações e os processos eram raros. Nos EUA, uma nova legislação trouxe esperança para as mulheres indígenas sobreviventes de estupro, ao criar sistemas mais robustos de acesso à Justiça. Entretanto, em países como Bolívia, Guatemala, Haiti e Nicarágua, sistemas de justiça problemáticos ajudaram a perpetuar a impunidade de quem comete violência baseada em gênero, contribuindo para um ambiente em que essas violações proliferam.

Por toda a região, milhares de mulheres foram estupradas, desapareceram à força ou foram mortas durante o ano. As que viviam em certas partes do México, assim como as mulheres indígenas do Canadá, corriam maiores riscos. A falta de recursos disponíveis para investigar e processar esses crimes suscitou questionamentos sobre a real disposição das autoridades para tratar da violência contra as mulheres.

Muitas das que foram submetidas à violência por gênero eram meninas menores de 18 anos. Em outubro, por exemplo, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança requisitou que a Nicarágua adotasse medidas urgentes para erradicar a violência sexual contra crianças, pois se tornava cada vez mais evidente a extensão dos abusos sexuais contra meninas e adolescentes no país.

Leis que proíbem o aborto em quaisquer circunstâncias continuaram a privar as meninas e as mulheres de El Salvador, do Chile e da Nicarágua de seu direito à saúde sexual e reprodutiva. Segundo as leis que criminalizam o aborto, qualquer pessoa que ofereça ou que busque um procedimento abortivo corre o risco de ser presa, inclusive meninas e mulheres que engravidaram em consequência de estupro ou que tiveram complicações potencialmente fatais durante a gravidez.

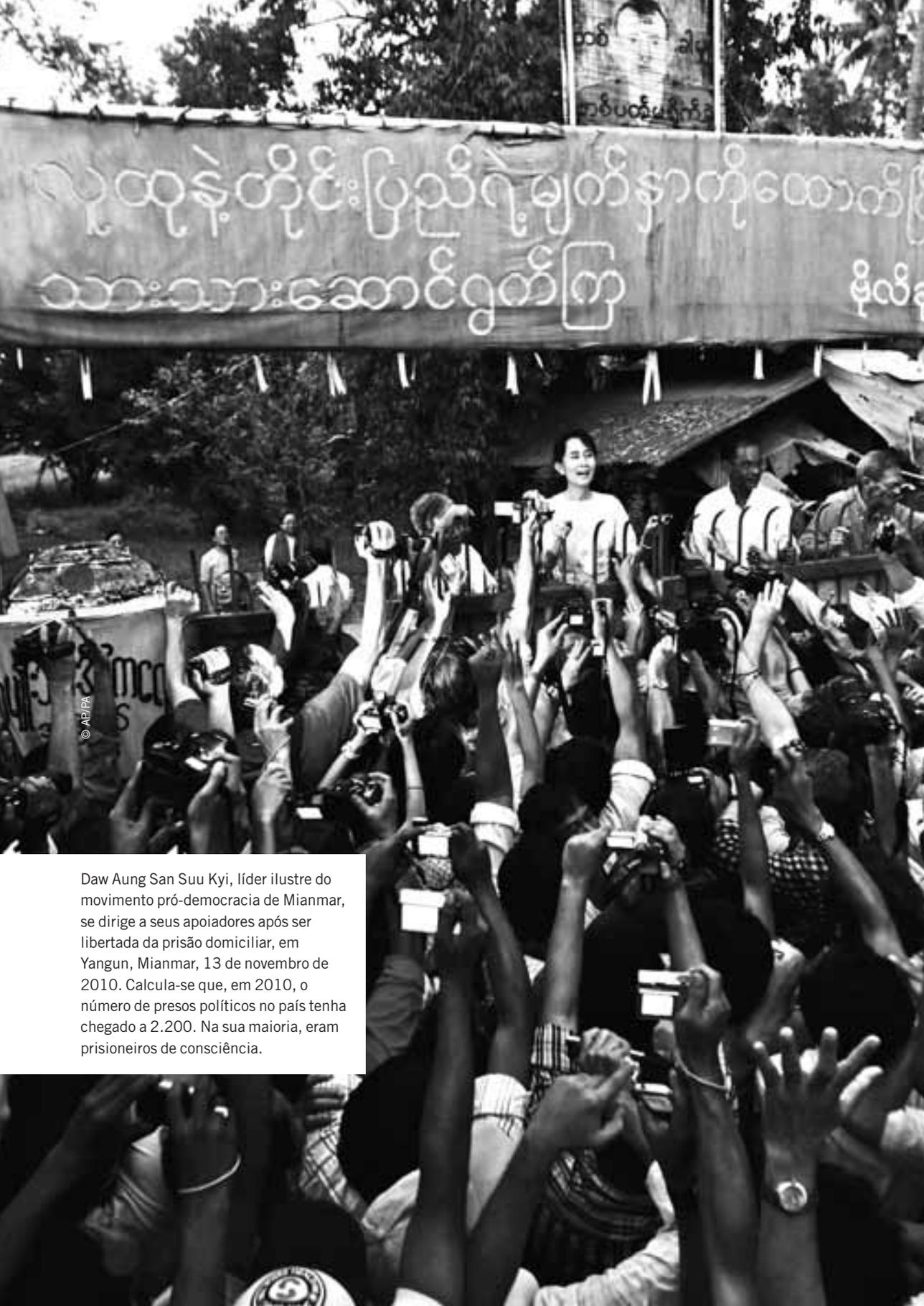
Em outros países, quando a interrupção da gravidez era prevista em lei, o procedimento era proibido na prática, uma vez que os entraves judiciais tornavam quase impossível conseguir fazer um aborto seguro, principalmente para aquelas mulheres que não tinham condições de pagar por procedimentos particulares.

“Exijo que o governo respeite nossos direitos como mulheres. Somos meninas que temos direitos, e até que esses direitos não sejam

respeitados vamos continuar lutando para exigir que sejam". Clara, de 18 anos, é defensora dos direitos dos jovens em Manágua, Nicarágua.

PERSPECTIVAS REGIONAIS

AMÉRICAS



© AP/PA

Daw Aung San Suu Kyi, líder ilustre do movimento pró-democracia de Mianmar, se dirige a seus apoiadores após ser libertada da prisão domiciliar, em Yangun, Mianmar, 13 de novembro de 2010. Calcula-se que, em 2010, o número de presos políticos no país tenha chegado a 2.200. Na sua maioria, eram prisioneiros de consciência.

ÁSIA E OCEANIA

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁSIA E OCEANIA

“Sou inocente e vou provar minha inocência. Vou sair e recomeçar meu trabalho pelos direitos humanos e pelo direito à saúde das comunidades adivasis de Chhattisgarh, mesmo com as ameaças contra mim e contra outros defensores dos direitos humanos”.

Dr. Binayak Sen, em declaração à Anistia Internacional, 24 de fevereiro de 2010

Em uma região que abarca quase um terço do planeta e que abriga quase dois terços da população mundial, alguns poucos defensores dos direitos humanos, como Binayak Sen, continuaram fazendo manchetes e influenciando nos eventos nacionais e geopolíticos por causa de sua coragem de confrontar os poderosos com a verdade. Os eventos de 2010 mostraram que os indivíduos corajosos têm um papel crucial na hora de exigir maior dignidade e respeito, mas esses acontecimentos também chamaram atenção para o preço elevado que esses defensores dos direitos humanos pagam por sua coragem e para a necessidade constante de que o mundo preste solidariedade a essas pessoas.

Cinquenta anos depois de a Anistia Internacional ter surgido como uma organização dedicada a proteger os direitos de pessoas detidas simplesmente por expressarem suas opiniões, os governos da Ásia e da Oceania ainda costumam responder às críticas com intimidações, prisões, maus-tratos e até mesmo com a morte. A repressão governamental não fez distinção entre aqueles que clamavam por direitos civis e políticos e aqueles cujas queixas eram motivadas por violações dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Contudo, 2010 trouxe algumas boas novidades. Em meados de novembro, o mundo comemorou junto com a população de Mianmar a libertação de Aung San Suu Kyi, depois de ela cumprir sua pena, tendo passado 15 dos últimos 21 anos sob diversas formas de detenção.

Por muitos anos, Aung San Suu Kyi teve a honra peculiar de ser a única ganhadora viva de um prêmio Nobel da Paz a ser mantida em detenção. Em dezembro, essa distinção indesejada foi dividida com Liu Xiaobo, escritor e dissidente que cumpre pena de prisão na China por sua participação na elaboração da Carta 08, um manifesto que clamava por um governo mais compreensivo e mais inclusivo no país.

Aung San Suu Kyi, Liu Xiaobo, e Binayak Sen são todos símbolos da resistência contra a injustiça e a indignidade. Suas dificuldades refletem aquelas de milhares de defensores dos direitos humanos perseguidos pelos governos da região.

O governo chinês respondeu com uma tentativa fracassada de forçar o governo norueguês a anular a homenagem, intimidando e bajulando vários governos para que não comparecessem à cerimônia de entrega dos prêmios. Apesar de o evento em Oslo ter sido prestigiado por um grande número de países, Liu Xiaobo seguiu definhando na cadeia, enquanto sua esposa, Liu Xia, era mantida em prisão domiciliar e outros familiares e companheiros ativistas eram impedidos de viajar a Oslo para receber o prêmio ou participar das festividades. Liu Xiaobo tornou-se, assim, o primeiro ganhador de um Nobel da Paz a ser impedido de receber o prêmio pessoalmente desde 1936, quando o governo nazista da Alemanha não permitiu que Carl von Ossietzky participasse da cerimônia. A escolha de Liu Xiaobo pelo Comitê Nobel e a reação petulante do governo chinês põem em evidência as tentativas constantes e crescentes feitas para silenciar os críticos do governo nas três últimas décadas.

O final do ano foi marcado pela imposição de uma pena de prisão perpétua a Binayak Sen por um tribunal estadual da Índia. Prisioneiro de consciência, esse médico e ativista criticou tanto o governo indiano quanto os grupos armados maoístas pela intensificação da violência na região central da Índia. Seu julgamento teve motivações políticas e caracterizou-se por graves falhas processuais e probatórias, além de ser amplamente questionado por observadores de dentro e de fora da Índia. Mesmo assim, um tribunal do estado de Chhattisgarh sentenciou Binayak Sen à prisão perpétua por sedição – com base na mesma lei controversa que foi usada contra Mahatma Gandhi pelo governo colonial britânico.

Aung San Suu Kyi, Liu Xiaobo e Binayak Sen foram símbolos de resistência contra a injustiça e a indignidade. Porém, além disso, eles também são pessoas que sofrem na pele as durezas da prisão. Eles podem ser o centro das atenções internacionais e até se beneficiar com essa atenção, mas, em cada um desses casos, essas pessoas sofreram abusos das autoridades do governo, enquanto seus familiares e parceiros eram submetidos a ameaças e hostilidades. Nesse sentido, as dificuldades que eles enfrentam não são diferentes daquelas de milhares de ativistas e defensores dos direitos humanos que são perseguidos pelos governos da Ásia e da Oceania, mas que não recebem atenção nem das manchetes nem dos legisladores.

Liberdade de expressão

Como mesmo uma revisão superficial dos eventos de 2010 faz notar, muitos jornalistas e ativistas da região da Ásia e da Oceania

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁSIA E OCEANIA

arriscaram suas vidas e seu bem-estar com o intuito de desafiar governos e outros atores poderosos a cumprirem suas obrigações de respeitar os direitos e a dignidade de todos. Em consequência, muitos dos que ousaram exercer seu direito de manifestar livremente suas opiniões sofreram violações de seus direitos civis e políticos. Paradoxalmente, essas violações dos direitos civis e políticos é que costumavam render manchetes, e não suas causas mais complexas, como as violações dos direitos econômicos, sociais e culturais que, em primeiro lugar, haviam sido justamente o motivo das queixas e das críticas.

Qualquer que fosse a natureza das divergências, a maioria dos governos da região compartilhava da vontade de conter seus críticos, independentemente de distinções políticas, étnicas, religiosas ou culturais. Outra prática muito comum entre os governos da região era invocar a “segurança nacional” ou a manutenção da harmonia e da estabilidade para justificar suas tentativas de silenciar as opiniões divergentes.

O governo norte-coreano, acossado por sérias dificuldades econômicas e pela crescente tensão política com seus vizinhos, continuou a sufocar pesadamente as comunicações dentro do país. Vitit Muntarbhorn, relator especial da ONU sobre a Coreia do Norte, concluiu seu mandato condenando veementemente a espantosa falta de respeito do país por quase toda a gama dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente. Não havia naquele país sequer indícios de liberdade de expressão ou de uma sociedade civil organizada, e o governo punia severamente qualquer iniciativa até mesmo de receber informações de fontes não autorizadas, como, por exemplo, através de rádios de ondas curtas.

Poucos governos chegaram ao ponto de exercer tamanho controle sobre as opiniões recebidas ou expressadas por seus cidadãos. Até mesmo em Mianmar o governo fez tentativas de reformular sua imagem desgastada (tanto dentro quanto fora do país), realizando eleições parlamentares em novembro e substituindo os dirigentes militares uniformizados por dirigentes civis (embora, geralmente, se tratassem dos mesmos indivíduos). A maioria dos observadores, porém, considerou que as eleições foram problemáticas, uma vez que não se permitiu que os eleitores tivessem a oportunidade de debater o futuro do país e muitos, senão a maioria, dos potenciais candidatos opositores foram impedidos de participar.

A libertação de Aung San Suu Kyi, apenas uma semana depois das eleições, pode ter sido uma tentativa do governo de Mianmar de amenizar as fortes críticas internacionais e regionais. Entretanto, o fato de milhares de prisioneiros continuarem detidos, muitos deles em

Ao mesmo tempo em que é extremamente sensível às críticas, o governo chinês demonstrou ter muito medo de confiar na participação dos cidadãos do país em seu próprio governo.

condições tenebrosas, invalida quaisquer pretensões genuínas de demonstrar que houve melhoras. Há muito se sabe que as autoridades mantêm presos cerca de 2.200 ativistas políticos que, em sua maioria, apóiam a causa defendida por Aung San Suu Kyi e seu partido, a Liga Nacional para a Democracia. Porém, investigações realizadas pela Anistia Internacional em 2010 revelaram o quanto as autoridades militares de Mianmar vigiavam e puniam a dissidência entre os diversos grupos étnicos minoritários do país, os quais vêm sendo, por muito tempo, deixados à margem do poder, enquanto suas terras e seu trabalho são expropriados.

Na maior parte dos países da região, as autoridades tentaram controlar as manifestações de críticas, mesmo diante do surgimento de novas formas de expressão. No Vietnã, por exemplo, mais de uma dezena de ativistas foram condenados em processos problemáticos, simplesmente por criticarem pacificamente as políticas governamentais. A maioria foi acusada com base em leis de “segurança nacional” redigidas de modo vago e precário.

O governo da China manteve uma pressão intensa sobre algumas comunidades de minorias étnicas, principalmente sobre os tibetanos, mas também sobre os uigures, um grupo majoritariamente muçulmano da região de Xinjiang, uma área rica em recursos naturais. Passado mais de um ano dos violentos distúrbios que eclodiram na região, o governo chinês continua a perseguir os ativistas uigures e a amordaçar aqueles que criticam a conduta do governo, justificando suas práticas repressivas com a invocação da ameaça de “separatismo”, além de outras ameaças vagas e infundadas à segurança nacional.

Indivíduos de todas as etnias que ousaram desafiar diretamente o governo chinês sentiram a pesada mão da repressão. O governo não conseguiu sequer atingir os parâmetros que ele mesmo estabeleceu em seu plano de ação para os direitos humanos, que tinha duração de dois anos e terminou em 2010. Na contramão de um avanço crescente do debate público, seja em plataformas de mídia mais tradicionais, como os jornais, seja nas redes de relacionamento social da internet, as vozes que clamavam por um governo mais representativo continuaram sendo duramente reprimidas. Ao mesmo tempo em que é extremamente sensível às críticas públicas dos meios de comunicação ou da sociedade civil, o governo chinês demonstrou ter muito medo de confiar na participação dos cidadãos do país em seu próprio governo.

Na Tailândia, cuja imprensa opera num ambiente menos sufocante que o de seus vizinhos do sudeste asiático, a instabilidade política e a violência nas ruas fez com que o governo aumentasse as

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁSIA E OCEANIA

restrições à liberdade de expressão. Quando manifestações extensas, e por vezes violentas, eclodiram em Bancoc, o governo impôs um estado de emergência e tomou medidas enérgicas contra milhares de websites. Dezenas de milhares de sites foram fechados por supostamente ameaçarem a segurança nacional ou por terem, de alguma maneira, insultado a monarquia, algo que infringiria as severas leis nacionais de lesa-majestade.

Há muito que a Índia se orgulha de possuir uma imprensa vibrante e um sistema jurídico poderoso – duas coisas que fundamentam sua proclamação de ser a maior democracia do mundo. No entanto, o governo indiano se apoiou em denúncias inconsistentes e infundadas de ameaças à segurança nacional para embasar o processo que moveu contra Binayak Sen e contra centenas de pessoas detidas no tumultuado estado de Jammu e Caxemira. Diante da forte escalada dos protestos contra a maneira severa com que o governo indiano controla o estado, as autoridades detiveram dezenas de suspeitos e mantiveram muitos deles sob detenção administrativa, sem o devido processo legal.

Em vários outros países do sudeste asiático, os cidadãos também sofreram significativas restrições à liberdade de expressão. No Sri Lanka, as limitações impostas aos jornalistas e à sociedade civil aumentaram com a reeleição do presidente Mahinda Rajapaksa. Jornalistas e ativistas que se opunham ao seu governo relataram terem sofrido intimidações e ameaças, as quais foram acompanhadas de uma série de incidentes, em que forças que se acredita estarem ligadas ao governo hostilizaram, detiveram ou sequestraram jornalistas. Situação semelhante foi a dos jornalistas afegãos, que tiveram de enfrentar cada vez mais hostilidades e ataques tanto de atores estatais quanto não-estatais, sobretudo no período das eleições parlamentares do país, as quais foram amplamente desacreditadas. Contudo, pelo menos nas áreas do Afeganistão controladas pelo governo, os jornalistas prosseguiram corajosamente com seu trabalho, apesar das intimidações e das detenções arbitrárias por parte das autoridades. Infelizmente, em porções cada vez maiores do país, o Talibã e outros grupos contrários ao governo conseguiram verdadeiramente extinguir qualquer tipo de debate crítico.

Em diversas circunstâncias, quando o governo não interferia diretamente na liberdade de expressão, pouco era feito para proteger os jornalistas ou os canais de expressão da população. Mais de um ano após o massacre de 33 jornalistas nas Filipinas, o processo contra os supostos perpetradores ainda se arrasta nos tribunais, enquanto as vítimas denunciam estarem sendo ameaçadas e intimidadas. Em

No Afeganistão, a taxa de mortalidade materna continua sendo uma das mais altas do mundo: uma em cada oito mulheres afegãs morreu por complicações relacionadas à gravidez.

2010, o Paquistão foi palco de 19 atentados fatais contra profissionais da imprensa, a maior parte com autores não identificados claramente. Em diferentes incidentes, os responsáveis poderiam ter sido desde o Talibã paquistanês até grupos religiosos radicais ou os obscuros serviços de inteligência do governo. De seu lado, o governo pouco fez para proteger os jornalistas ou para levar seus agressores à Justiça. Mesmo frente aos ataques, muitos jornalistas paquistaneses não mediram esforços para denunciar os diversos problemas que acometem o país.

Mais uma vez, o Paquistão teve um ano marcado por desastres naturais, como as enchentes sem precedentes que, em julho e agosto, inundaram quase um quinto do país, atingindo aproximadamente 20 milhões de pessoas. Essa catástrofe veio agravar a situação de miséria de milhões de paquistaneses que já viviam aflitos com a violência resultante de conflitos, de desalojamentos e da pobreza extrema. No noroeste do país, os militares frequentemente violaram as leis da guerra e os direitos humanos, prendendo civis de modo arbitrário e submetendo pessoas suspeitas de insurgência a execuções extrajudiciais. Por sua vez, o Talibã paquistanês e outros grupos insurgentes infligiram punições cruéis à população civil, atacaram indivíduos e prédios civis, tais como escolas, e realizaram atentados suicidas letais nas maiores cidades do país, deixando centenas de pessoas mortas ou feridas. No Baluquistão, os corpos de dezenas de ativistas balúquis desaparecidos foram encontrados crivados de balas em diversos locais da província. Familiares das vítimas e ativistas acusam as forças de segurança do Paquistão de serem responsáveis pela prática de matar e abandonar os corpos. As atrocidades só fizeram aumentar o clima de medo, assim como o ressentimento da população balúqui pela má conduta do governo e pela marginalização a que é submetida. Entretanto, uma vez que as informações provenientes das áreas afetadas pelo conflito são raras e insuficientes, só é possível ter uma ínfima noção do imenso sofrimento humano experimentado na província.

De modo semelhante, na Índia, as restrições impostas pelo governo e a insegurança generalizada sufocaram a cobertura da imprensa (e, conseqüentemente, a compreensão) da crise cada vez mais aguda provocada pelos insurgentes maoístas armados nas regiões central e nordeste da Índia. O primeiro-ministro Manmohan Singh classificou a situação como o maior desafio do país em termos de segurança interna. Uma mistura potencialmente explosiva de pobreza, discriminação étnica e de casta, dogmatismo religioso e ganância corporativa pode resultar numa grave crise, opondo, de um lado, as forças de segurança e os grupos paramilitares a elas

associados e, de outro, os grupos militantes que costumam atuar de modo indiscriminado. Entre eles, a população civil, que, como sempre, paga o maior preço.

Violações cometidas pelas corporações

Foi necessária a ação de ativistas como Binayak Sen para chamar atenção sobre as dificuldades que assolam a região central da Índia, sobretudo o estado de Chhattisgarh. Há tempo os ativistas alertam para os motivos que alimentam o conflito na região central da Índia. Dentre eles, as políticas governamentais que só agravaram a pobreza na região e a inércia do governo diante dos delitos cometidos por corporações, como o desastre provocado pela Union Carbide em Bhopal, em 1984, e as recentes tentativas de impor o desenvolvimento econômico sem consultar adequadamente os moradores da região.

Em uma ação positiva, o governo indiano colocou limites ao projeto de uma grande obra de mineração de alumínio desenvolvido pela companhia britânica Vedanta Resources e pela estatal indiana Orissa Mining Corporation, depois que um comitê administrativo constatou que as empresas estavam levando adiante o projeto sem terem assegurado o consentimento livre, prévio e informado da população adivasi autóctone da região, para a qual a área em que a mina será instalada tem uma importância religiosa máxima. Trata-se de uma decisão inédita na Índia, que reascende as esperanças de que o governo indiano possa dedicar mais atenção à população adivasi, bem como a outros grupos que enfrentam uma situação institucionalizada de pobreza e marginalização.

A rejeição do projeto da Vedanta foi o resultado de uma intensa campanha conduzida pelos adivasis em conjunto com grupos internacionais, dentre os quais a Anistia Internacional, que liderou a ação global por pressões econômicas e de relações públicas. Para pressionar os acionistas da Vedanta reunidos em Londres, em julho de 2010, os ativistas recorreram ao direito internacional, a argumentos econômicos e à ajuda de celebridades que prestaram seu apoio à causa. Para completar, eles se pintaram de azul, invocando o recente sucesso cinematográfico Avatar, cujo enredo retrata a história de uma população nativa que luta para se defender de uma corporação que tenta invadir suas terras, situação com aspectos similares à de Orissa.

Acesso a cuidados de saúde e mortalidade materna

Em outras esferas, as campanhas para manter a dignidade e para defender os direitos dos mais pobres e marginalizados continuaram

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁSIA E OCEANIA

Em 2010, a noção de que até mesmo chefes de Estado podem e devem se submeter à Justiça já não é uma ideia estranha. Prova disso são os enormes esforços empreendidos por eles para ludibriar a justiça e fugir de suas responsabilidades.

rendendo frutos. Na Indonésia, grupos locais que combatem os índices desproporcionalmente altos de mortalidade materna do país recentemente intensificaram seus esforços para reverter essa tendência, reformando leis discriminatórias e atitudes societais problemáticas que estão na origem dessas estatísticas. Mesmo diante de uma situação em que milhares de mulheres indonésias morrem devido a complicações da gravidez ou do parto que poderiam ser facilmente evitadas, é extremamente difícil obter da população o apoio necessário para chamar a atenção do governo e motivá-lo a resolver o problema.

Apesar das dificuldades, o governo se comprometeu a melhorar as condições de vida da população do país, sobretudo das mulheres e meninas indonésias. Muito mais difícil, porém, é lutar pelos direitos dos cidadãos de países cujos governos, em maior ou menor grau, simplesmente ignoram suas obrigações.

Na Coreia do Norte, milhões de pessoas sofrem com a falta de alimentos, de remédios e de cuidados com a saúde. As práticas econômicas lesivas e ultrajantes do governo, somadas à estiagem natural, têm provocado uma grave escassez de alimentos. Em muitos casos, as pessoas estão tendo que suplementar sua alimentação com plantas não-comestíveis, e tentando sobreviver sem os cuidados mais básicos de saúde. Apesar das dificuldades por que passa a população, o governo norte-coreano tem restringido a distribuição de ajuda internacional.

No Afeganistão, a taxa de mortalidade materna continua sendo uma das mais altas do mundo: uma de cada oito mulheres afegãs morreu por complicações relacionadas à gravidez. Os casamentos precoces, frequentemente antes dos 15 anos, e a falta de acesso a cuidados médicos antes que as complicações se agravem são dois fatores que impedem as melhoras nessa área.

Em poucos lugares a situação é tão extrema quanto na Coreia do Norte e no Afeganistão. Mas a violação intencional dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente pode ocorrer mesmo num país mais próspero, como a Malásia, onde o governo desafia a proibição internacional da tortura e continua permitindo o açoitamento com vara de milhares de pessoas detidas por supostos delitos migratórios e outros de menor gravidade. Segundo dados do próprio governo, dezenas de milhares de pessoas foram submetidas na última década a essa punição, uma prática que provoca dores intensas e deixa cicatrizes permanentes. Em fevereiro, três mulheres foram açoitadas com varas por terem supostamente infringido a lei religiosa, ou sharia. Foi a primeira vez que o castigo foi aplicado a mulheres. O governo da Malásia chegou até mesmo a elaborar uma lista de

médicos para auxiliarem no processo, preparando as vítimas para o açoitamento, uma violação flagrante da ética médica e da obrigação que têm esses profissionais de impedir os danos à saúde das pessoas sob seus cuidados.

Infelizmente, ao invés de agir prontamente para acabar com essa prática vergonhosa, o governo da Malásia tentou sufocar o debate sobre o assunto, chegando inclusive a censurar a edição internacional da revista *Time* que fazia referência à “epidemia” de açoitamentos com vara na Malásia.

Justiça internacional

A atenção da mídia e a pressão da opinião pública são apenas alguns dos componentes necessários para garantir que nossos líderes respondam e prestem contas pelo dever de respeitar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente. As restrições que os governos impõem ao seu monitoramento são um forte indício do quanto é importante prestar testemunho dos fatos e falar a verdade. Porém, sem que haja um mecanismo para que esses testemunhos se traduzam em justiça, os poderosos, na maioria das vezes, se livram de seus crimes. Em 2010, as balanças da justiça na Ásia e na Oceania penderam, pesadamente, para o lado dos perpetradores.

O governo do Sri Lanka passou o ano tentando evitar prestar contas pelos crimes de guerra e pelas violações dos direitos humanos que caracterizaram o longo conflito que terminou com a aniquilação militar do grupo armado Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (eles mesmos responsáveis por inúmeros abusos dos direitos humanos), pois a vitória do governo teve um custo: milhares de civis mortos, feridos e detidos. Apesar de ter prometido à ONU que faria justiça, o governo criou uma Comissão de Reconciliação e de Lições Aprendidas, cujo mandato não faz qualquer menção à prestação de contas. A Comissão parecia destinada a ser mais um dos organismos especiais ociosos criados nas duas últimas décadas para lidar com a impunidade no Sri Lanka e que não têm condições de fazer justiça. A esperança de prestação de contas, portanto, está agora na comissão de especialistas encarregada de auxiliar o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, a avaliar a necessidade de se criar um mecanismo internacional de prestação de contas.

Em 2010, os mecanismos atuais tiveram um desempenho variável. No Camboja, Kaing Guek Eav, o mal afamado dirigente da prisão do Khmer Vermelho, também conhecido com “Duch”, foi sentenciado, em julho, a 35 anos de prisão por crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Foi a primeira condenação desse tipo

PERSPECTIVAS REGIONAIS ÁSIA E OCEANIA

pelas Câmaras Extraordinárias dos Tribunais do Camboja, um tribunal estabelecido com apoio da ONU para julgar os processos do Khmer Vermelho. Outros quatro dirigentes do Khmer continuam sob custódia enquanto aguardam julgamento – um passo pequeno, mas significativo na busca por prestação de contas pelos campos de extermínio do país. O líder do Camboja, Hun Sen, pediu publicamente que as atividades das Câmaras Extraordinárias se limitassem a esses cinco indivíduos.

Em março, de modo similar, o presidente do Timor-Leste, José Ramos-Horta, afirmou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU que “tendo em vista a manutenção da paz entre comunidades que por muito tempo foram rivais, muitas vezes temos que comprometer a justiça”. Sua declaração foi um golpe contra as recomendações da própria Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação estabelecida pelo país em 2005, mas também contra as vítimas timorenses, os grupos nacionais de direitos humanos e os especialistas em justiça da ONU.

Até o momento, o princípio da justiça universal na região da Ásia e da Oceania se destaca mais por sua violação do que por sua prática. Em 2010, contudo, a noção de que pessoas poderosas, até mesmo chefes de Estado, podem e devem se submeter à Justiça já não é uma ideia estranha. Prova disso são os enormes esforços empreendidos por governos, corporações e grupos armados quando se trata de ludibriar os ideais de justiça a fim de sub-repticiamente fugirem de suas responsabilidades.

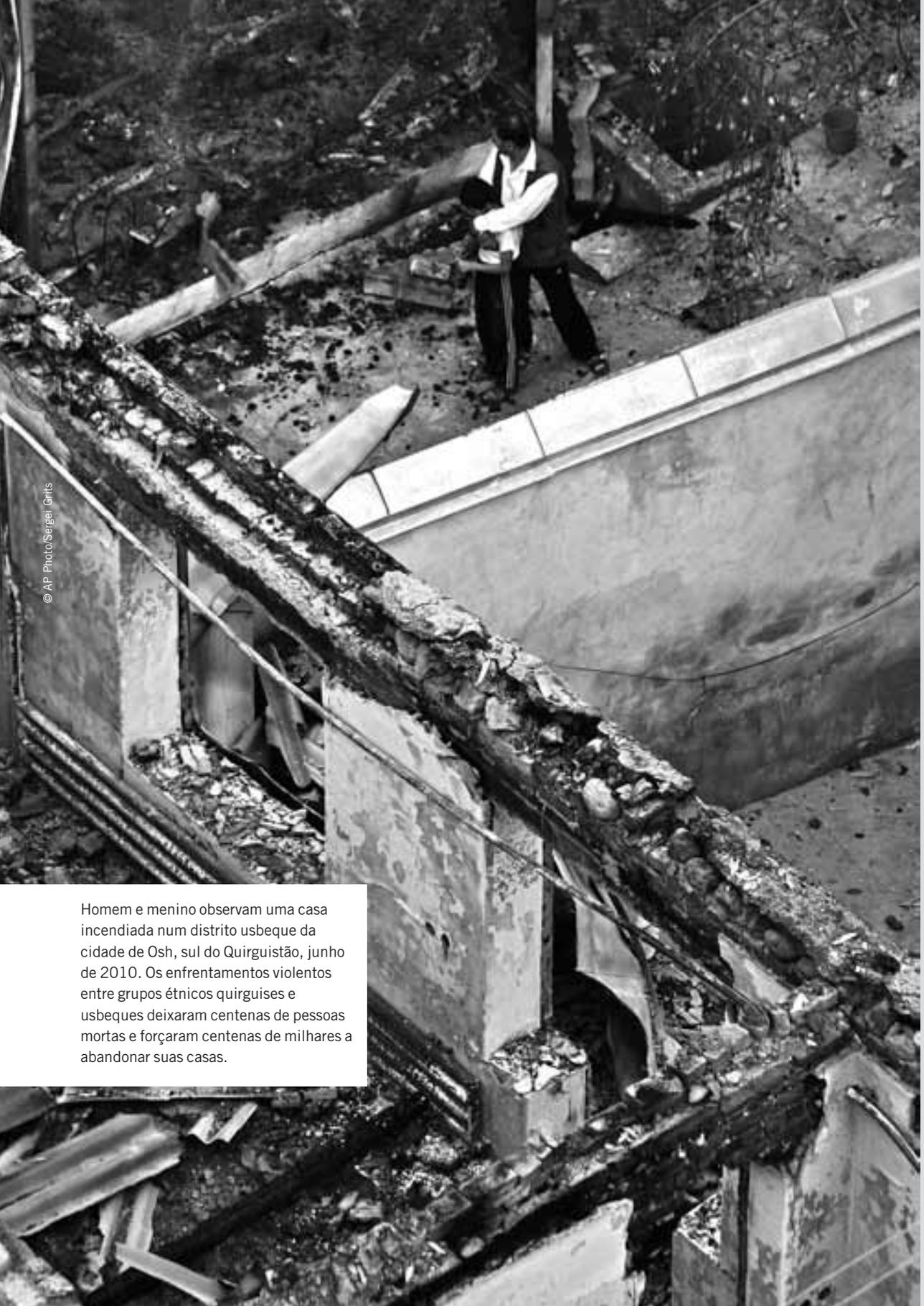
O coração da luta

Na Ásia e na Oceania, alguns ativistas como Aung San Suu Kyi, Liu Xiaobo e Binayak Sen alcançaram proeminência global; cada um deles usou sua fama e enfrentou punições injustas para lutar por melhoras nos direitos da população dessas regiões. A contribuição mais importante desses defensores dos direitos humanos, porém, não foi dada por sua posição de prestígio, mas por mostrarem que o que acontece com eles também acontece com centenas de outros críticos e ativistas corajosos e menos famosos. Acima de tudo, o mais importante é focar as violações que essas pessoas sofreram, pois, como demonstrado no caso Duch, assim como em outros processos exitosos, é preciso apenas um caso, um conjunto de fatos individuais, para se garantir uma condenação por violações do direito internacional dos direitos humanos. É por isso que, em 2010, assim como em anos anteriores, o trabalho individual de cada um desses defensores e defensoras é o coração da luta por direitos humanos em todo o mundo, mesmo quando as batalhas são travadas contra

violações monumentais e sistemáticas, numa região que abriga quase dois terços da população mundial e que se estende por quase um terço da superfície do planeta.

PERSPECTIVAS REGIONAIS

ÁSIA E OCEANIA



© AP Photo/Sergei Grits

Homem e menino observam uma casa incendiada num distrito usbeque da cidade de Osh, sul do Quirguistão, junho de 2010. Os enfrentamentos violentos entre grupos étnicos quirguises e usbeques deixaram centenas de pessoas mortas e forçaram centenas de milhares a abandonar suas casas.

EUROPA E ÁSIA CENTRAL

PERSPECTIVAS REGIONAIS EUROPA E ÁSIA CENTRAL

“A grande mentira foi posta a nu. A verdade finalmente triunfou.”

Tony Doherty, cujo pai, Paddy Doherty, morreu num domingo, 30 de janeiro de 1972, em Derry, Irlanda do Norte, quando soldados abriram fogo contra uma passeata por direitos civis.

O direito à verdade e à justiça, assim como a determinação das vítimas e de seus familiares de alcançar esses objetivos, por mais longa ou árdua que seja a luta, continuou sendo um aspecto crucial do cenário de direitos humanos da Europa e da Ásia Central durante todo o ano de 2010.

No dia 15 de junho, algumas famílias se reuniram no prédio de um órgão municipal na Irlanda do Norte para, pela primeira vez, tomar conhecimento das conclusões de um inquérito, tão demorado quanto aguardado, sobre o assassinato de 13 pessoas pelo exército britânico, na data que ficou conhecida como *Bloody Sunday*, ou Domingo Sangrento.

Essas famílias esperaram por quase quatro décadas pela justiça, e sua chegada fez brotar uma alegria que mal podia ser contida. O inquérito rejeitou todas as alegações dos relatórios anteriores do governo, de que cada um dos mortos e feridos pelos soldados havia apresentado ameaça, portado arma de fogo ou atirado bombas incendiárias ou de pregos. A investigação inocentou seus entes queridos de qualquer responsabilidade pelos disparos dos soldados. O documento confirmou que várias vítimas haviam sido atingidas por tiros nas costas enquanto corriam, e constatou que os depoimentos da maioria dos soldados eram flagrantemente falsos. Em resposta, o primeiro-ministro do Reino Unido se desculpou publicamente em nome do Estado.

Liberdade de expressão

Em uma região que se orgulha de ser um farol para a liberdade de expressão, a paisagem se mostrou sombria para quem tentava denunciar abusos, elaborar pontos de vista alternativos ou fazer com

Ao fazerem conexões infundadas entre o crime e a condição de imigrante, alguns políticos e autoridades governamentais acabam eles mesmos contribuindo para fomentar um clima de intolerância e xenofobia.

que os governos e outros atores prestassem contas. As liberdades de expressão e de reunião continuaram sendo atacadas, assim como os próprios defensores dos direitos humanos.

Na Turquia, apesar de haver um debate cada vez mais aberto sobre temas que antes eram considerados tabus, a manifestação de opiniões divergentes, sobretudo as críticas relacionadas às forças armadas, à situação de armênios e curdos na Turquia e ao andamento de certos processos, motivaram a instauração de vários procedimentos criminais. Além de diversos artigos do Código Penal, leis antiterroristas que preveem penas mais duras e implicam ordens de prisão preventiva também foram usadas com frequência para sufocar a livre expressão legítima de opiniões. Ativistas políticos curdos, jornalistas e defensores dos direitos humanos estavam entre os maiores alvos de perseguição. Restrições arbitrárias que impediam o acesso a determinados sites continuaram sendo impostas e jornais tiveram ordens temporárias de fechamento. Pessoas que ousavam manifestar suas opiniões continuaram recebendo ameaças de violência.

Em outras partes da região, a repressão prosseguiu de modo tristemente familiar. No Turcomenistão, toda manifestação de divergência foi praticamente suprimida. Jornalistas que trabalham para a imprensa estrangeira foram hostilizados e intimidados, enquanto ativistas da sociedade civil não conseguiam atuar abertamente. Os temores por sua segurança aumentaram quando o Presidente apelou ao Ministério da Segurança para que investisse contra aqueles que “difamam nosso Estado democrático e de direito”. No Uzbequistão, defensores dos direitos humanos e jornalistas independentes foram assediados, espancados, presos e detidos com base em julgamentos injustos. Situação semelhante ocorria no Azerbaijão, onde leis civis e penais de difamação foram usadas para silenciar os críticos, e na Sérvia, onde defensores dos direitos humanos e jornalistas continuaram sendo submetidos a ameaças, ataques e incitação ao ódio.

Na Rússia, as autoridades continuaram transmitindo mensagens contraditórias sobre liberdade de expressão. Elas prometiam respeitar e proteger jornalistas e ativistas da sociedade civil, ao mesmo tempo em que lançavam, ou não coíbiam, campanhas de difamação contra críticos proeminentes do governo. O ambiente para os defensores dos direitos humanos e para as ONGs independentes continuou pesado. Prosseguiram as ameaças, as agressões, as intimidações administrativas e os ataques públicos a sua personalidade e integridade, com o objetivo de impedir seu trabalho e de minar sua credibilidade. Também produziram resultados insignificantes as investigações sobre os ataques e os assassinatos de que foram vítimas

outros importantes jornalistas e defensores dos direitos humanos. A repressão contra o ativismo social também se manteve firme, com a proibição e a dispersão violenta de manifestações e com a instauração de processos segundo leis de combate ao extremismo.

Na Ucrânia, o clima se fechava de maneira preocupante sobre os defensores dos direitos humanos. Por realizarem seu trabalho legítimo de direitos humanos, eles sofreram agressões físicas e intimidações dos agentes policiais. Em Belarus, às vésperas das eleições presidenciais de dezembro, um novo golpe foi desferido contra a sociedade civil, obscurecendo os frágeis sinais de abertura que até então se faziam notar. Logo após o pleito, marcado por irregularidades, a polícia de choque dispersou violentamente os manifestantes que protestavam de maneira pacífica. Até o fim do ano, 29 pessoas, dentre as quais seis candidatos presidenciais da oposição, membros de suas equipes de campanha e jornalistas, enfrentaram acusações fabricadas de promoverem a perturbação da ordem pública, bem como penas de até 15 anos de prisão, por seu envolvimento com as manifestações. No Quirguistão, depois dos episódios de violência que deixaram centenas de mortos em junho, o clima era de acusações mútuas e de discursos cada vez mais nacionalistas. Os defensores dos direitos humanos, além de enfrentarem os obstáculos impostos pelas autoridades ao tentarem documentar os acontecimentos, enfrentaram a difícil tarefa de ter que justificar seu trabalho de proteger diferentes comunidades étnicas.

O ambiente também piorou para aquelas mulheres que, para expressar sua crença religiosa ou identidade pessoal, política ou cultural, optaram por usar um tipo de véu que cobre quase todo o rosto. Os parlamentos da Bósnia-Herzegóvina e da Itália discutiram a adoção de leis com o intuito de proibir o uso de vestimentas que cobrem o rosto em público. Leis semelhantes foram propostas pelo novo governo dos Países Baixos, foram votadas pelo parlamento da Bélgica e foram adotadas na França. Na Espanha, várias cidades também aprovaram regulamentos que proíbem o uso do véu que cobre a face nos prédios municipais. Na Turquia, não houve qualquer progresso no sentido de eliminar os obstáculos que impedem as mulheres de usar o lenço que cobre a cabeça em universidades, embora tal proibição tenha sido pouco observada durante o ano.

Populações em movimento

Apesar da contração econômica, a Europa continuou despontando como destino preferencial para quem busca escapar da pobreza, da violência e da perseguição. Um grande número de imigrantes e requerentes de asilo continuou percorrendo caminhos que eludem os

PERSPECTIVAS REGIONAIS EUROPA E ÁSIA CENTRAL

esforços feitos pelos governos para impedir sua chegada, como políticas de interceptação marítima, acordos de readmissão com países de origem e de trânsito e controles mais rígidos das fronteiras. As principais rotas usadas em anos anteriores para sair da África ocidental e da Líbia e alcançar a fronteira marítima da Espanha, da Itália e de Malta tiveram seu fluxo bastante reduzido, uma vez que os imigrantes que tentam entrar na Europa passaram a visar as fronteiras terrestres da Grécia e da Turquia.

A crise econômica global também aumentou a vulnerabilidade dos imigrantes e dos requerentes de asilo, principalmente diante das redes de tráfico e de contrabando. Muitos acabaram caindo na economia informal e viram seus direitos econômicos e sociais se reduzirem ainda mais. Em muitos países da região, as autoridades não protegeram adequadamente os cidadãos estrangeiros que se encontravam em seu território, como refugiados, requerentes de asilo ou imigrantes, os quais enfrentaram crescentes hostilidades e violências por motivos raciais. Ao fazerem conexões infundadas entre o crime e a condição de imigrante, alguns políticos e autoridades governamentais acabam eles mesmos contribuindo para fomentar um clima de intolerância e xenofobia.

A resposta típica dos Estados europeus aos desafios apresentados por fluxos migratórios intensos, complexos e diversificados continuou sendo a repressão. Essa reação resultou num padrão consistente de violações de direitos humanos relacionadas à interceptação, detenção e expulsão, por parte dos Estados, de cidadãos estrangeiros, inclusive daqueles que estavam qualificados a obter proteção internacional. A detenção de requerentes de asilo e de imigrantes irregulares foi amplamente utilizada como instrumento de dissuasão e de controle, em vez de ser usada, legitimamente, como último recurso.

Além disso, os sistemas de asilo da região muitas vezes não ampararam quem buscava proteção. Os solicitantes de asilo se viram obrigados a enfrentar uma série de violações, como impedimentos de acesso ao território e aos procedimentos de asilo, detenções ilegais, negação de orientação e do apoio necessários para que levassem adiante sua reivindicação, sujeição a viver em condições precárias, expulsão antes mesmo que seu pedido fosse considerado e retorno compulsório para países nos quais corriam o risco de sofrerem violações graves de seus direitos humanos.

Uma tendência inquietante foi a disposição dos Estados de enviar pessoas de volta para locais onde corriam um risco bastante real de serem perseguidas ou gravemente vitimadas. Países como Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Noruega, Suécia e Reino Unido devolveram ao Iraque requerentes de asilo recusados, apesar das

Em muitos países, o crescimento constante do racismo e dos discursos de ódio serviu para marginalizar ainda mais as pessoas que já eram excluídas por causa da pobreza ou da discriminação.

recomendações contrárias do ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados. Os países da UE e a Suíça também continuaram devolvendo indivíduos de etnia roma para Kosovo, contrariando as advertências do Comissariado para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, de que muitas pessoas devolvidas estavam sendo privadas de seus direitos básicos, sob risco de discriminação cumulativa, o que configurava perseguição. Diversos países da UE devolveram requerentes de asilo para a Grécia com base no Regulamento Dublin II, embora esse país não possua um sistema de asilo operante. A Itália e a Turquia devolveram pessoas sem que elas pudessem sequer acessar os sistemas de asilo desses países. O Cazaquistão intensificou seus esforços para repatriar requerentes de asilo e refugiados para a China e para o Uzbequistão, apoiando-se em medidas de segurança nacional e de combate ao terrorismo.

Diversos países, ao contrário, escolheram um caminho mais positivo. Foi o caso da Albânia, Alemanha, Bulgária, Eslováquia, Espanha, Geórgia, Letônia e da Suíça, que aceitaram em seu território ex-detentos de Guantánamo que não podiam ser repatriados a seus países de origem, pois corriam o risco de tortura ou de outros maus-tratos.

Por toda a região, centenas de milhares de pessoas ainda se encontravam desalojadas pelos conflitos que marcaram o colapso da ex-Iugoslávia e da União Soviética. Geralmente, essas pessoas não podiam retornar para os lugares em que moravam anteriormente, devido a seu status legal, ou à falta dele, e à discriminação que enfrentavam para ter acesso aos seus direitos, como, por exemplo, o direito de posse.

Discriminação

Em muitos países, o crescimento constante do racismo e dos discursos de ódio serviu para marginalizar ainda mais as pessoas que já eram excluídas por causa da pobreza ou da discriminação.

Um dos exemplos mais marcantes de discriminação sistemática é aquela que acontece com o povo roma, ou cigano. Os ciganos são praticamente excluídos da vida pública e, com frequência, são alvos favoritos da hostilidade pública e dos discursos políticos xenofóbicos. Eles ainda são um dos poucos grupos contra os quais comentários e atitudes abertamente racistas não só são tolerados, como são amplamente compartilhados. Muitas vezes, as famílias ciganas não conseguiram usufruir plenamente do acesso à moradia, à educação, ao emprego e aos serviços de saúde.

Muitos ciganos continuaram a viver em assentamentos informais ou em favelas, sem contar com a menor segurança de posse, pois os assentamentos eram irregulares e eles não tinham os documentos

Assim como em anos anteriores, as palavras de ordem “segurança” e “segredo de Estado” foram invocadas com bastante frequência para afiançar políticas e práticas que lesaram os direitos humanos ao invés de fortalecê-los.

oficiais necessários para confirmar sua titularidade. Em países como Itália, Grécia, França, Romênia e Sérvia, eles permaneceram vulneráveis a despejos, o que agravava ainda mais sua condição de pobreza e marginalização e frustra qualquer esperança de reparação. Na Itália, por exemplo, algumas famílias foram submetidas a despejos consecutivos. Isso não só perturbou a vida da comunidade e dificultou seu acesso ao trabalho, como impediu que algumas crianças frequentassem a escola. Na França, um discurso do Presidente, descrevendo os campos onde vivem os ciganos como antros de criminalidade, foi acompanhado de uma instrução ministerial para que os locais fossem desmantelados. Embora a ordem tenha sido mais tarde rephraseada com palavras mais brandas, seu efeito foi o mesmo. O incidente acabou expondo as tensões resultantes de décadas de negligência com a situação dos ciganos na Europa e suscitou apelos por maiores esforços da UE para fazer com que os Estados respeitem os direitos dos ciganos.

Por toda a Europa, a situação de carência de milhões de ciganos era ainda mais agravada pelos baixos índices de alfabetização e pela escolaridade precária ou incompleta das comunidades. Uma das vias para vencer esse círculo vicioso de pobreza e de marginalização, a educação, era negada a muitas crianças ciganas alocadas em classes ou em escolas segregadas e abaixo do padrão, inclusive em países como Croácia, República Tcheca, Grécia, Hungria, Romênia e Eslováquia. Os estereótipos negativos, assim como o isolamento físico e cultural, também frustravam suas perspectivas de futuro.

Em diversos países, as autoridades fomentaram um clima de intolerância contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). Na Itália, num ambiente em que os comentários depreciativos de políticos e de autoridades são acompanhados do aumento da intolerância e dos discursos de ódio contra homossexuais, continuaram a ocorrer ataques homofóbicos violentos. Na Turquia, a ministra para Questões das Mulheres e da Família declarou que a homossexualidade era uma doença e que requeria tratamento.

Na Lituânia, passaram a vigorar dispositivos legais com o propósito de sufocar qualquer discussão pública sobre homossexualidade ou qualquer manifestação pública de identidade LGBT. Apesar de tudo, a primeira Parada do Orgulho LGBT foi realizada no país, mesmo diante dos esforços de algumas autoridades para proibi-la. Tais esforços, infelizmente, funcionaram em países como Belarus, Moldávia e Rússia, onde as passeatas foram proibidas ou impossibilitadas.

Lamentavelmente, alguns Estados-membros continuaram bloqueando uma nova diretiva regional da UE sobre não-discriminação, a qual apenas fecharia uma brecha legal referente à

proteção de pessoas que enfrentam discriminação fora do âmbito empregatício, por serem portadoras de deficiência, por suas crenças, sua religião, sua orientação sexual e sua idade. As leis adotadas pela UE nessa área fariam uma diferença crucial no modo com que os europeus lidam com todas as formas de discriminação.

Segurança e combate ao terrorismo

Apesar da falta de vontade política e da total obstrução de certos governos, alguns passos pequenos, mas significativos, foram dados no sentido de se lançar alguma luz e requerer prestação de contas sobre o papel que tiveram os governos europeus nos programas de transferências extrajudiciais e detenções secretas operados pela CIA.

Um inquérito criminal sobre a cumplicidade da Polônia com esses programas estava em andamento. Em julho, confirmou-se que voos operados pela CIA haviam aterrissado num aeroporto próximo a um suposto centro de detenção secreto em Stare Kiejkuty. Em setembro, a Procuradoria confirmou que estava investigando as denúncias de um cidadão saudita de que havia estado preso em um centro de detenção secreto na Polônia. Em outubro, foi-lhe concedida a condição de “vítima”. Pela primeira vez, uma denúncia de transferência extrajudicial (*rendition*) feita por uma vítima foi admitida pelas autoridades na Europa. Novos indícios da participação da Romênia nos programas de transferências extrajudiciais e detenções secretas vieram à tona quando a Guarda de Fronteira da Polônia revelou que um voo de passageiros proveniente da Polônia havia seguido para a Romênia. O governo, entretanto, ainda insiste em negar o que fica cada vez mais evidente.

Frente a uma pressão crescente, o Reino Unido anunciou que abriria um inquérito sobre as denúncias de que agentes do Estado estiveram envolvidos com transferências extrajudiciais, detenções secretas e/ou tortura e outros maus-tratos de vários detentos mantidos no estrangeiro. Uma delegação do Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura visitou dois locais de detenção secretos na Lituânia, onde uma investigação criminal estava sendo conduzida para esclarecer como se deu o estabelecimento e o funcionamento desses locais. Temia-se, no entanto, que a investigação pudesse ser encerrada prematuramente. Na Itália, um tribunal de recursos confirmou a primeira e única condenação, até o momento, relativa a violações de direitos humanos cometidas no contexto dos programas secretos de transferência e detenção. Vinte e cinco indivíduos – 22 agentes da CIA, um militar dos EUA e dois agentes da inteligência italiana – foram condenados por participarem do sequestro de um cidadão egípcio em

PERSPECTIVAS REGIONAIS EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Continuam praticamente sem investigação as denúncias que apontam para a responsabilidade de vários líderes políticos e militares de destaque no comando de ações que configuram crimes de guerra.

uma rua de Milão. Depois disso, ele foi transferido ilegalmente pela CIA da Itália para o Egito, onde foi detido sigilosamente e teria sido torturado. O governo italiano, porém, entrou com recurso alegando “segredo de Estado”, e as acusações contra cinco altos funcionários do serviço de inteligência italiano foram arquivadas.

Assim como em anos anteriores, as palavras de ordem “segurança” e “segredo de Estado” foram invocadas com bastante frequência para afiançar políticas e práticas que lesaram os direitos humanos ao invés de fortalecê-los. Alguns governos, por exemplo, continuaram usando garantias diplomáticas de cumprimento não-obrigatório com o intuito de se livrarem de estrangeiros supostamente envolvidos com ações de terrorismo, ao invés de processar essas pessoas por quaisquer crimes de que tiverem sido acusadas. O Reino Unido continuou a deportar indivíduos considerados uma ameaça à “segurança nacional” para países em que eles correriam o risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos.

Na Turquia, embora as reformas da Constituição e da Lei Antiterrorismo tenham sido fatos positivos, julgamentos injustos continuaram sendo conduzidos segundo leis antiterroristas. Além disso, essas leis, que previam penas mais rígidas e implicavam ordens de prisão preventiva, foram utilizadas, com frequência, para sufocar a liberdade de expressão legítima.

Na porção russa do norte do Cáucaso, a situação de segurança permaneceu instável, e a violência prosseguiu na Chechênia, na Inguchêtia, no Daguestão e nas regiões próximas. As autoridades governamentais admitiram publicamente que as medidas tomadas para combater a violência armada não estavam sendo eficazes. Um grande número de agentes da segurança, assim como de civis, foi morto em ataques de grupos armados.

Em outras partes da Europa e da Ásia Central, os grupos armados também causaram mortes e destruição, como na Grécia, na Espanha e na Turquia. Em setembro, o grupo armado separatista basco Euskadi Ta Askatasuna (ETA) anunciou que não realizaria mais nenhuma “ação ofensiva armada”.

Pena de morte

Belarus, o último executor da região, continuou a demonstrar comportamento ambíguo. Seguindo uma tendência positiva que se consolida, representantes do Estado manifestaram seu desejo de se integrar à comunidade internacional no que diz respeito à pena de morte e manifestaram intenção de preparar a opinião pública para a abolição. Apesar dessa sinalização, três sentenças de morte foram proferidas e duas pessoas foram executadas por um sistema de justiça

criminal problemático, cujos trâmites processuais permaneciam envolvidos em segredos. Os prisioneiros e seus familiares não foram avisados com antecedência sobre a data das execuções, e as famílias não tiveram permissão nem para reivindicar o corpo, nem para saber onde este seria enterrado. As execuções foram levadas a cabo mesmo com o pedido do Comitê de Direitos Humanos da ONU para que fossem suspensas a fim de que o órgão pudesse avaliar cada um dos casos.

Impunidade em situações pós-conflito

Houve alguns avanços no sentido de se enfrentar a impunidade pelos crimes cometidos no território da ex-Iugoslávia durante as guerras da década de 1990, tanto no âmbito dos tribunais nacionais quanto no do discurso internacional. Surpreendeu positivamente o pedido de desculpas feito pelo presidente da Croácia às vítimas e seus familiares, assim como o fato de o parlamento sérvio ter condenado os crimes cometidos contra a população muçulmana da Bósnia em Srebrenica, em julho de 1995 – apesar de o órgão nem de longe se referir a esses crimes como genocídio.

Os problemas fundamentais, contudo, persistem. Apesar do posicionamento manifestado pelo Presidente em relação à Croácia, ainda faltava muita vontade política para pôr em prática as reformas necessárias no sistema de justiça e para enfrentar a impunidade, especialmente no que se refere os preconceitos étnicos que perspassam os procedimentos judiciais. Continuam praticamente sem investigação as denúncias que apontam para a responsabilidade de vários líderes políticos e militares de destaque no comando de ações que configuram crimes de guerra. Na Bósnia-Herzegovina, o fato de políticos de alto escalão terem desferido ataques verbais contra o sistema de justiça e terem negado a ocorrência de crimes de guerra, inclusive o genocídio de Srebrenica, em julho de 1995, compromete seriamente os esforços do país para investigar e julgar os crimes de guerra. Em ambos os países, as medidas de proteção e de apoio às vítimas continuaram, em grande parte, inadequadas, constituindo-se num dos principais obstáculos para que as vítimas de crimes de guerra e suas famílias obtenham justiça. Em Kosovo e na Sérvia, pouco se fez para tentar esclarecer o destino das pessoas que estão desaparecidas desde a guerra de 1999. O Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia exortou a Sérvia a tomar mais medidas proativas para prender o ex-general sérvio-bósnio Ratko Mladić e o ex-dirigente sérvio-croata Goran Hadžić.

Nenhuma das partes no conflito de 2008 entre a Rússia e a Geórgia conduziu investigações detalhadas sobre as violações

PERSPECTIVAS REGIONAIS EUROPA E ÁSIA CENTRAL

decorridas, embora um relatório produzido por uma missão internacional de averiguação dos fatos comissionada pela UE, um ano após o término do conflito, tenha confirmado que violações das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário foram cometidas pelas forças da Geórgia, da Rússia e da Ossétia do Sul.

Tortura e outros maus-tratos

De modo semelhante, vítimas de tortura e de outros maus-tratos não puderam contar com os sistemas de justiça, pois eles não faziam com que os responsáveis prestassem contas de seus atos. Essa prestação de contas foi impedida por diversos motivos: as vítimas não tinham acesso imediato a advogado, o ministério público não investigava com o devido rigor, as vítimas temiam represálias, as penas impostas aos policiais condenados eram brandas e não havia sistemas independentes e dotados de recursos suficientes para monitorar as denúncias e investigar os casos mais graves de má conduta policial.

Muitas vezes, a retórica de cumprimento da lei servia apenas para encobrir a continuação da tortura. No Cazaquistão e no Uzbequistão, por exemplo, as denúncias de tortura e de outros maus-tratos prosseguiram no ritmo habitual, embora o governo tenha prometido adotar uma política de tolerância zero, ou afirmado que essa prática havia diminuído. Na Rússia, apesar de declarações favoráveis à reforma da polícia, parecia evidente que a corrupção e a cumplicidade entre policiais, investigadores e promotores estava prejudicando a eficácia das investigações e obstruindo os procedimentos judiciais. Frequentemente, os detentos faziam denúncias sobre punições disciplinares ilegais e negação de tratamento médico necessário.

Na Turquia, porém, num julgamento expressivo, 19 agentes da lei, como policiais e guardas prisionais, foram condenados por participarem da tortura que resultou na morte do ativista político Engin Çeber em Istambul, em outubro de 2008. Quatro dos condenados receberam pena de prisão perpétua. Foi a primeira vez na história jurídica da Turquia que agentes do Estado receberam uma sentença desse tipo por causar a morte por meio de tortura. Infelizmente, tratou-se apenas de um caso isolado, em contraste com tantos outros sobre suposta prática de tortura por agentes do Estado, cujas investigações e processos continuam sendo ineficazes.

Violência contra as mulheres

A violência contra mulheres e meninas, no seio da família, continuou a impregnar a região, atingindo todas as faixas etárias e grupos sociais. Somente uma pequena parcela das mulheres denunciava

oficialmente esses abusos. Elas eram dissuadidas por medo de represálias dos parceiros abusivos, pela ideia de trazer “desonra” sobre a família e por questões de insegurança financeira. Esse medo era maior entre as mulheres que se encontravam em situação irregular, pois temiam registrar ocorrência junto à polícia devido ao risco de expulsão caso sua condição imigratória fosse revelada. Acima de tudo, a impunidade generalizada desfrutada pelos perpetradores estava ligada ao fato de as mulheres saberem que não havia muito o que pudessem fazer.

Aquelas que conseguiam reunir a coragem para denunciar se viam, muitas vezes, desamparadas pelos sistemas de justiça ou de apoio, que eram inadequados ou indiferentes. Em países como a Albânia, a violência doméstica não é tipificada como delito penal. Muitos países não contavam com sistemas nacionais de referência, e os serviços de proteção às sobreviventes de violência doméstica, como abrigos temporários e moradias alternativas adequadas e seguras, eram absolutamente precários. Em toda a Armênia, por exemplo, existia um único abrigo, que era financiado por doações estrangeiras.

Justiça e impunidade

Por toda a região, mantinha-se vivo o desejo de buscar a verdade, a justiça e a reparação. Para muitas pessoas, essa aspiração foi realizada por meio de mudanças na vontade política para enfrentar os eventos do passado ou da obstinação de amigos, familiares e advogados que se recusavam a desistir de lutar. Para outras, a espera foi longa, mas sempre compensadora. Foi o caso da família de Himzo Demir, que, durante as guerras da Iugoslávia, em 1992, foi sequestrado e tido como “desaparecido”. Em outubro, sua família recebeu a confirmação de que seus restos mortais foram encontrados entre os corpos não identificados enterrados em uma cova coletiva em Višegrad. Sua busca foi encerrada e a família, finalmente, pôde realizar seu funeral.

Em meio a tantas histórias inspiradoras, porém, o que mais chama atenção é a quantidade de pessoas que permanecem esperando enquanto os Estados tentam impedir seu acesso à verdade, obstruir a justiça e se eximir de reparações. E isso tudo numa região que conta com uma arquitetura de direitos humanos inigualável no resto do mundo.

Está na hora de os governos europeus perceberem que os esforços que eles ou seus aliados empreendem para negar ou obscurecer os fatos, ao final, não irão prevalecer. Pois eles estão diante de pessoas extremamente corajosas, que ousam lutar por seus direitos sem se importar com os custos pessoais, até que as devidas contas sejam prestadas.

PERSPECTIVAS REGIONAIS EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Libano, 2010. Amineh Abd al Husri segura a foto de seu filho, Ahmed Zuhti al Sharqawi, desaparecido em 1986. Sucessivos governos libaneses pouco fizeram para investigar o que aconteceu com milhares de pessoas que continuam desaparecidas desde a guerra civil, que durou de 1975 a 1990.



ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

PERSPECTIVAS REGIONAIS ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

“Queremos as duas coisas: liberdade para trabalhar e para falar. Em vez disso, o que ganhei foi uma surra.”

Walid Malahi, que foi espancado pela polícia de choque tunisiana durante uma manifestação contra o governo, em conversa com os pesquisadores da Anistia na Tunísia.

O ano de 2010 abriu com o foco das atenções internacionais voltado de maneira inusitada para o Iêmen, atraído por um suposto incidente terrorista. E fechou com muitos olhos fixados na eclosão de poder popular na Tunísia e na reação em cadeia que os eventos provocaram em outras partes da região. Ambos os eventos envolveram suicídios – no primeiro, um suposto terrorista suicida que queria matar os passageiros de um voo comercial; no segundo, a autoimolação de um jovem desesperado com a falta de trabalho e de oportunidades, atormentado pela repressão política.

Esses eventos, porém, não foram apenas a abertura e o encerramento do capítulo 2010. Ambos projetaram uma luz sobre o cenário que se instalara nos países do Oriente Médio e do Norte da África – governos que se preocupam com sua segurança política enquanto negligenciam a segurança da população e não respeitam os direitos humanos que fundamentam essa segurança.

Em janeiro, no Iêmen, enquanto o governo lidava com um crescente movimento separatista no sul, o país estava à beira de um sangrento conflito na empobrecida região nortista de Sada. Porém, apesar dos abusos contra os direitos humanos que esses eventos ocasionaram, não foram eles que fizeram do Iêmen um dos focos principais da atenção internacional. O que chamou atenção, na verdade, foi um incidente acontecido no dia 25 de dezembro de 2009, a milhares de quilômetros de distância, quando um passageiro nigeriano, que teria sido treinado pela Al Qaeda no Iêmen, tentou explodir uma aeronave que voava sobre Detroit, nos Estados Unidos. Seu ato fez com que as atenções se voltassem rapidamente para o Iêmen, pois o país poderia abrigar uma possível base da Al Qaeda, logo ao sul da Arábia Saudita e a curta distância, pelo Mar Vermelho, da

Somália, um Estado devastado por conflitos. Essa atenção se tornou ainda mais aguda devido aos relatos de que a Al Qaeda estaria se estruturando na Península Arábica por meio de uma fusão entre as forças da Al Qaeda no Iêmen e na Arábia Saudita.

País mais pobre da região, o Iêmen já vinha enfrentando graves problemas sociais, econômicos e políticos: uma população predominantemente jovem que via crescer a pobreza e o desemprego; um país cujas reservas de petróleo e de água estão a ponto de se esgotar; e um governo comandado por um presidente que se mantém no poder desde 1978, cada vez mais intolerante com as opiniões divergentes. Tudo isso, somado ao conflito de Sadah e às pressões separatistas cada vez mais intensas no sul, significavam que, em breve, o Iêmen poderia novamente se tornar foco da atenção internacional. Temia-se que qualquer deterioração da situação desse país, composto de tantos poderes tribais armados, pudesse levar a um colapso total da ordem pública.

O fato de que, em grande medida, isso já estava acontecendo, tornou-se claro quando os pesquisadores da Anistia Internacional estiveram no país em março. Na visita, eles puderam comprovar indícios sobre a procedência dos armamentos utilizados no ataque a um suposto campo de treinamento da Al Qaeda, em dezembro de 2009. A investida, que aconteceu apenas uma semana antes do incidente com explosivo num avião em Detroit, matou 41 civis iemenitas, a maioria mulheres e crianças. As marcas encontradas nos fragmentos de armamentos indicavam que eles haviam partido de um míssil Tomahawk carregado com bombas de fragmentação, e que o ataque provavelmente havia sido efetuado por forças dos Estados Unidos, possivelmente a partir de um navio de guerra posicionado próximo à costa do Iêmen, e não pelas forças de segurança iemenitas. Essa hipótese foi confirmada mais tarde em documentos governamentais dos Estados Unidos. O registro de uma reunião entre o presidente do Iêmen e uma autoridade de alto escalão dos EUA revelou que o Presidente admitiu, arrependido, ter mentido para seu próprio povo quando afirmou que o ataque havia sido realizado por forças iemenitas, a fim de acobertar o que ele considerou como uma verdade que lhe traria prejuízos políticos – que a morte de civis iemenitas fora resultado direito de um ataque dos EUA.

Na Tunísia, no dia 17 de dezembro, o gesto desesperado de Mohamed Bouazizi, um jovem de 24 anos que ateou fogo ao próprio corpo depois que um fiscal da prefeitura de Sidi Bouzid impediu-o de vender legumes na rua com seu carrinho-de-mão, aparentemente tendo-o agredido, foi uma manifestação solitária e derradeira de protesto que tocou profundamente seus milhares de companheiros

Muitos olhos se fixaram na eclosão de poder popular na Tunísia e na reação em cadeia que os eventos provocaram em outras partes da região.

tunisianos, assim como outras centenas de milhares de egípcios, de argelinos e de outras nacionalidades por toda a região. Seu ato foi o estopim de uma eclosão de protestos que, como fogo em mato seco, se espalhou rapidamente pelo país. Seu gesto externou e amplificou a frustração sentida por tantos jovens de sua geração com a natureza abusiva dos governos de todo o Oriente Médio e Norte da África, onde poucos privilegiados monopolizam praticamente todo o poder político e econômico. Tais governos não prestam contas de seus atos, reprimem, não toleram opiniões diferentes e não se importam em recorrer a forças de segurança e a serviços de informações brutais, onipotentes e onipresentes a fim de manterem suas garras sobre o Estado e suas riquezas, como a maioria deles vem fazendo há décadas. Retrato fiel desse modelo, o governo Ben Ali, diante dos protestos populares, não hesitou em recorrer à força e atirar contra os manifestantes, assim como havia feito em Gafsa em 2009. Desta vez, porém, os manifestantes não se intimidaram e, ao invés disso, ficaram cada vez mais decididos a alcançar seu objetivo de livrar seu país do Presidente Ben Ali.

Conflito e insegurança

O conflito na região de Sadah, no Iêmen, passou praticamente despercebido dos meios de comunicação. Ali, jatos sauditas bombardearam cidades e vilarejos, contribuindo para que cerca de 350 mil pessoas tivessem que abandonar suas casas na zona do conflito, que terminou com um cessar-fogo em fevereiro. No Iraque, porém, os combates seguiam intensos, enquanto as tropas estadunidenses reduziam sua presença no país, e os EUA concluíam o processo de passar ao controle do governo iraquiano tanto as prisões quanto os milhares de detentos que ainda não haviam sido julgados. A transferência foi consumada mesmo diante das constantes revelações de que o governo do Iraque estava usando prisões secretas e que as forças de segurança iraquianas estavam praticando tortura em uma escala epidêmica. O governo dos Estados Unidos preferiu simplesmente olhar para o lado ao invés de cumprir sua obrigação de proteger os detentos contra o risco de tortura. Ademais, entregou cerca de 3.400 exilados iraquianos, que viviam no campo Ashraf, ao norte de Bagdá, a um futuro incerto e inseguro depois que suas forças passaram o controle do campo às autoridades iraquianas.

Os grupos armados no Iraque seguiam incansáveis a provocar explosões que mataram e mutilaram civis. Peregrinos xiitas e cristãos estavam entre as vítimas preferidas dos grupos armados sunitas. Determinados a exibirem sua força e a semear ainda mais discórdias sectárias, eles intensificaram seus ataques nos meses de limbo

Os combates no Iraque seguiam intensos. O governo dos Estados Unidos preferiu olhar para o lado ao invés de proteger os detentos contra o risco de tortura. Os grupos armados no Iraque seguiam incansáveis a provocar explosões que mataram e mutilaram civis.

político que se seguiram à inconclusão do resultado das eleições nacionais iraquianas realizadas em março.

A resposta do governo iraquiano foi prender os suspeitos, torturá-los para extrair “confissões” e colocá-los diante de um tribunal, condenando dezenas à morte depois de julgamentos injustos. Enquanto isso, os incansáveis atentados suicidas a bomba seguem desafiando os supostos efeitos dissuasores atribuídos à pena de morte

Outro ponto fulcral de conflito na região continuou sendo a luta constante entre israelenses e palestinos. De maneira inusitada, um dos assaltos dessa luta foi disputado em alto mar, no mês de maio, quando soldados israelenses interceptaram uma flotilha de seis embarcações que tentavam quebrar o embargo militar de Israel a Gaza, a fim de levar ajuda humanitária para 1,5 milhão de palestinos que viviam confinados no local. Nove pessoas foram mortas a bordo do navio de bandeira turca *Mavi Marmara* quando a embarcação foi invadida por tropas israelenses. A ação provocou tantos protestos internacionais que Israel se viu obrigado a atenuar levemente o bloqueio a Gaza. Uma investigação da ONU concluiu que pelo menos seis das nove mortes pareciam configurar execuções “extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias” por parte das forças israelenses. No fim do ano, ainda não havia sido divulgado o resultado de uma sindicância que os próprios israelenses estavam conduzindo, a qual carecia de independência.

Em dezembro, completou-se o segundo aniversário do lançamento da Operação “Chumbo Fundido”, a ofensiva israelense de 22 dias contra Gaza, que matou aproximadamente 1.400 palestinos, entre os quais mais de 300 crianças. Em 2009, um inquérito de averiguação dos fatos, presidido pelo juiz Richard Goldstone, havia acusado tanto o lado israelense quanto o palestino de crimes de guerra e de possíveis crimes contra a humanidade. O inquérito pedia que os fatos fossem investigados e que os responsáveis prestassem contas do que fizeram. No fim de 2010, porém, as vítimas ainda esperavam por justiça e por reparações. As investigações domésticas conduzidas por Israel foram problemáticas, careciam de independência e até mesmo de conhecimento sobre a dimensão das baixas civis que suas forças haviam causado. O Hamas, por sua vez, não chegou sequer a conduzir algo que se assemelhasse a uma investigação, afirmando, contra todas as evidências, que visava apenas a instalações militares quando disparava foguetes e outras armas de forma indiscriminada sobre áreas israelenses habitadas por civis. Em março de 2011, a questão seria levada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, para que o órgão decidisse se permitiria que ambas as partes abusivas continuassem a ignorar as denúncias de suas vítimas, ou se essa

questão deveria ser encaminhada aos mecanismos de justiça internacional.

Repressão às diferenças de opinião

A liberdade de expressão, um direito fundamental que não só tem importância vital por si mesmo, mas também por dar acesso a outros direitos humanos, foi restringida de todas as maneiras pelos governos da região. Igualmente tolhidos foram os direitos intimamente relacionados de liberdade de associação e de reunião. As autoridades desses Estados impediram o estabelecimento de ONGs de direitos humanos e sufocaram a emergência de uma vibrante sociedade civil, geralmente com tentativas de frustrar a expressão pública de opiniões divergentes.

Em países como o Irã, a Líbia, a Arábia Saudita e a Síria, pessoas que ousavam se manifestar a favor de mais liberdade, contra seu governo ou em defesa dos direitos humanos, o faziam arriscando sua vida. Nesses e em outros Estados, as forças da repressão – polícias secretas obscuras, todo-poderosas, que não prestam contas do que fazem – estavam sempre por perto. Críticos do governo foram hostilizados, intimidados, presos e detidos, sendo, às vezes, torturados, julgados ou presos por acusações forjadas para silenciá-los e amedrontar outros que não pareciam temer denunciar. No Irã, vários ativistas de minorias étnicas foram sumariamente enforcados em represália por um ataque armado realizado depois que eles já se encontravam presos. Na Síria, a ordem dos advogados parecia ter sido cooptada para perseguir e banir um respeitado advogado de direitos humanos que havia denunciado os julgamentos conduzidos perante o injusto tribunal especial de segurança da Síria. Na Cisjordânia, a Autoridade Palestina, dominada pelo Fatah, perseguiu pessoas suspeitas de apoiar o Hamas, enquanto que, em Gaza, a administração *de facto* do Hamas igualmente atormentava os apoiadores do Fatah. No Saara Ocidental, administrado desde 1975 pelo Marrocos, as autoridades marroquinas perseguiram defensores dos direitos humanos saarianos e pessoas que defendiam a autodeterminação da população do território. No Bahrein, uma importante ONG de direitos humanos passou a ser efetivamente controlada pelo governo após ter denunciado um caso de tortura contra membros proeminentes da comunidade xiita detidos em agosto e setembro.

Liberdade de expressão e meios de comunicação

Embora as autoridades tenham se esforçado para manter o controle sobre o livre fluxo de informações, recorrendo a métodos conhecidos e

PERSPECTIVAS REGIONAIS ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

As autoridades se viram cada vez mais desafiadas pela emergência e pela acessibilidade das mídias sociais e por uma população determinada a expressar o que pensa.

defasados, elas se viram cada vez mais desafiadas pela emergência e pela acessibilidade das mídias sociais e por uma população determinada a expressar o que pensa. No Egito, na Síria e em outros lugares, blogueiros foram presos e detidos. No Irã e na Tunísia, entre outros, os governos bloquearam o acesso à internet e cortaram as linhas de telefones celulares como parte de seu esforço para estancar os protestos. No Iêmen, um conhecido jornalista foi sequestrado na rua e detido, enquanto um tribunal para a imprensa perseguia editores e jornalistas que não obedeciam a linha ditada pelo governo. Ali, assim como em outros países, as autoridades recorreram a processos criminais por difamação para tentar sufocar os debates e impedir que os jornalistas denunciassem abusos contra os direitos humanos ou corrupção nos altos escalões.

Porém, como mostraram os protestos na Tunísia, os governos que obstruem o acesso à internet ou que cortam as redes de telefonia móvel estão, simplesmente, dando um tiro no próprio pé. Um número crescente de ativistas está recorrendo às redes sociais para se manter sempre à frente das autoridades e divulgar as evidências que comprovam os abusos dos Estados. Nesse sentido, o ano de 2010 deu sinais promissores de que o campo de batalha pelo controle do acesso à informação finalmente estava sendo tomado pelo ativismo dos cidadãos.

“Segurança” pública

A tortura e outros maus-tratos contra detentos continuaram sendo uma constante por toda a região. As vítimas eram geralmente pessoas detidas por questões políticas, frequentemente em locais desconhecidos, onde eram submetidas a interrogatórios e mantidas incomunicáveis por semanas ou mesmo meses. A violência policial contra pessoas suspeitas de terem cometido crimes também era endêmica no Egito e em outros países. Nos casos em que essas pessoas eram julgadas, as normas internacionais para julgamentos justos eram rotineiramente ignoradas, principalmente nos casos envolvendo divergências ou oposição direta a quem estava no poder.

No Irã, continuaram sendo realizados julgamentos espetaculosos de pessoas que participaram dos protestos contra os resultados oficiais das eleições presidenciais de 2009, resultando em pelo menos duas execuções. Na Arábia Saudita, os julgamentos de indivíduos acusados de delitos contra a segurança continuaram sendo realizados a portas fechadas e cercados de segurança extrema. No Egito, ativistas políticos e civis, assim como outros supostos militantes, continuaram sendo julgados por tribunais militares ou de emergência, sob a direção do Presidente do país.

O estado de emergência nacional que vigorava no Egito havia 30 anos foi mais uma vez renovado no mês de maio por um obediente parlamento. De modo similar, os governos da Argélia e da Síria se aferravam a prolongados estados de emergência por meio dos quais suas forças de segurança, assim como as do Egito, foram munidas de poderes extraordinários de prisão e detenção, os quais foram utilizados para suprimir atividades políticas legítimas e a expressão dos direitos humanos.

Vários governos conservaram ou usaram extensivamente a pena de morte e outros castigos cruéis, tais como amputações e açoitamentos. Aliás, dada a antipatia mútua entre os líderes e os governos das duas potências do Golfo, Irã e Arábia Saudita, havia certa ironia no fato de ambos compartilharem de tamanha devoção pela pena de morte e por outras punições cruéis, as quais eram justificadas em nome da sharia (a lei islâmica), mas usadas de modo que indicava razões mais cínicas e políticas. Esse afincamento à pena capital era ainda mais agudo no Irã, onde, com exceção da China, as autoridades realizaram mais execuções do que em qualquer outro país, com a evidente intenção de aterrorizar a população. Aproximadamente 252 execuções foram registradas no Irã, embora o número verdadeiro deva ser muito maior. Entretanto, a comoção internacional pela notícia de que Sakineh Mohammadi Ashtiani estava prestes a ser apedrejada até a morte foi tão grande que ela ainda estava viva no fim do ano, apesar de ter pela frente um futuro incerto, uma vez que várias autoridades iranianas recorreram a toda espécie de desculpas para tentar justificar sua execução. A indignação que sua situação provocou, tanto dentro do Irã quanto no exterior, foi um sinal revelador do impacto que pode ter a opinião pública na prevenção de violações graves dos direitos humanos.

Na Arábia Saudita, pelo menos 27 prisioneiros foram executados. Esse número, contudo, foi menor do que o registrado nos dois anos anteriores, o que poderia ser um indicio esperançoso da consolidação de uma tendência de longo prazo, embora não haja quaisquer garantias de que isso, realmente, venha a acontecer. Governos repressores também seguiram realizando execuções no Egito, no Iraque, na Líbia, na Síria e no Iêmen, sendo que, em Gaza, o Hamas consumou cinco execuções. No entanto, esses países pareciam estar cada vez mais fora de compasso com a tendência mundial de abandono dessa que é a expressão mais cruel da violência do Estado, tendência que se reflete no fato de os países do Magreb, assim como a Jordânia e o Líbano, virem mantendo moratórias das execuções.

PERSPECTIVAS REGIONAIS ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

A pobreza extrema, agravada pela recessão mundial, continuou devastando a vida de muitas comunidades, já arruinadas pela falta de infraestrutura, pela corrupção oficial ou, simplesmente, por má governança.

Vinte anos depois de terminada a guerra civil do Líbano, as pessoas ainda se reúnem em um parque de Beirute, segurando fotografias amareladas de seus familiares desaparecidos, querendo saber o que aconteceu com eles.

Preocupações econômicas – moradia e meios de subsistência

Os 1,5 milhão de palestinos que vivem espremidos na Faixa de Gaza tiveram que suportar mais um ano de extremas dificuldades impostas pelo bloqueio militar israelense, que configura uma punição coletiva e uma infração do direito internacional, além de confiná-los a um enclave minúsculo e consumido pela guerra. Por duas vezes Israel anunciou que abrandaria o bloqueio, sem que isso tivesse, praticamente, nenhum efeito significativo. Cerca de 80 por cento da população de Gaza continuava tendo que depender da ajuda humanitária internacional e da doação de alimentos para sua sobrevivência.

Em outras partes da região, a pobreza extrema, agravada pela recessão mundial, continuou devastando a vida de muitas comunidades, já arruinadas pela falta de infraestrutura, pela corrupção oficial ou, simplesmente, por má governança. Esses reflexos se faziam sentir nas altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens, situação que fomentou um forte sentimento de marginalização e suscitou demandas por mudanças: duas das forças que impulsionaram o levante de dezembro na Tunísia. Geralmente, as pessoas forçadas a viver à margem da sociedade eram aquelas que sentiam o peso maior da brutalidade policial e da negligência oficial.

No Egito, trabalhadores e outros segmentos continuaram a protestar contra o aumento no custo de vida e a exigir melhores salários e condições de trabalho. Milhões de pessoas estão inchando as favelas que se alastram cada vez mais pelo país. Enquanto isso, no Cairo, milhares de pessoas correm o risco de serem despejadas de onde moram porque as áreas foram consideradas “inseguras” ou porque foram destinadas a empreendimentos imobiliários e de infraestrutura ou porque querem transformá-las em áreas mais “nobres”. Na maioria das vezes, as pessoas que seriam removidas não eram consultadas com antecedência, nem podiam ter participação nas decisões oficiais sobre seu reassentamento, sendo que algumas acabavam sem ter onde morar. Assim, as autoridades que tinham a responsabilidade de defender e respeitar os direitos humanos dessas pessoas eram as responsáveis por incutir nelas a sensação de que não tinham nenhum direito.

Discriminação

O ano de 2010 trouxe poucas melhoras para a situação das mulheres e das meninas de toda a região, que continuaram enfrentando discriminação e violência, inclusive dentro da própria família. Segundo as leis que regulam a vida familiar e pessoal, os homens ainda

PERSPECTIVAS REGIONAIS ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

mantinham um status superior ao das mulheres em questões relacionadas ao casamento, ao divórcio, à guarda dos filhos e aos direitos de herança. O direito penal igualmente impunha às mulheres um status inferior ao dos homens. Principalmente nas regiões mais conservadoras, as meninas eram submetidas a casamentos precoces e as mulheres tinham que obedecer a rígidos códigos de vestuário. Caso contrário, eram passíveis do julgamento, por parte de seus parentes homens, de que elas não estariam se comportando de acordo a noção peculiar que eles tinham a respeito da “honra” da família, o que muitas vezes resultava em represálias violentas e até mesmo em assassinatos, pelas mãos de seus próprios pais, irmãos, maridos ou de outros parentes homens. Era extremamente frequente que, se os homens invocassem alguma questão de “honra” como fator atenuante para os crimes violentos que cometiam contra suas parentes mulheres, eles se livrassem em parte ou totalmente de qualquer punição.

Se quase todas as mulheres na região corriam o risco de sofrer violência por causa de seu gênero, para as mulheres trabalhadoras domésticas imigrantes, esse risco era muito maior. Na sua maioria, elas vinham de países pobres ou menos desenvolvidos da África e da Ásia, para trabalhar nos países do Golfo, assim como na Jordânia e no Líbano. Geralmente, essas mulheres eram totalmente excluídas das legislações trabalhistas locais, se é que tais leis existissem, e se encontravam triplamente vulneráveis – como estrangeiras, como imigrantes e como mulheres – a todo o tipo de exploração e de abusos, inclusive violência sexual e outras, nas mãos de seus empregadores. Dois dos casos mais perturbadores que vieram à tona em 2010 envolviam mulheres que trabalhavam como domésticas na Arábia Saudita, um país afluente devido à produção de petróleo. Uma delas, vinda do Sri Lanka, denunciou que seu patrão havia inserido mais de 20 pregos em suas mãos, perna e cabeça, quando ela reclamou do trabalho excessivo que tinha de fazer. A outra, da Indonésia, teve o rosto cortado com uma tesoura, foi queimada com ferro quente e espancada a ponto de ser internada em um hospital.

Migrantes da África subsaariana que partiam para o norte da África em busca de trabalho, ou para tentarem encontrar ali uma porta de entrada para os países da Europa, estavam sujeitos a prisão e detenção arbitrária, ou a deportação. Refugiados e requerentes de asilo eram os mais vulneráveis. No Egito, guardas de fronteira prosseguiram com a política de atirar nos migrantes que tentavam cruzar a divisa do país em direção a Israel, tendo matado pelo menos 30 pessoas. Na Líbia, milhares de pessoas suspeitas de serem imigrantes irregulares, inclusive refugiados e requerentes de asilo,

eram mantidos em centros de detenção superlotados e insalubres, enfrentando os abusos de costume, que às vezes chegavam à tortura.

Membros de minorias étnicas e religiosas também enfrentaram discriminação, como no Irã, ou foram alvos de ataques de grupos armados, como no Iraque. No Egito, ocorreram ataques contra cristãos coptas. No Líbano, refugiados palestinos continuaram sendo proibidos de praticar diversas profissões e impedidos de ter acesso a outros direitos básicos. Na Síria, os curdos enfrentavam constante discriminação, assim como restrições ao uso de sua língua e à expressão de sua cultura. Em toda a região do Oriente Médio e do Norte da África a vida era difícil, mas era ainda mais difícil para os imigrantes, para os refugiados e para os membros de minorias.

Acertando as contas com o passado

O demorado processo de verdade e reconciliação, lançado com certo alarde no Marrocos e no Saara Ocidental em 2004, seguiu em ritmo extremamente lento e continuou a decepcionar. Desde o início, o processo omitiu explicitamente qualquer consideração à Justiça como meio através do qual remediar as graves violações cometidas pelas forças do governo entre 1956 e 1999, além de, na prática, não ter conseguido sequer revelar a verdade sobre o que aconteceu com as pessoas que desapareceram ou que sofreram abusos graves. Para completar, as autoridades marroquinas não demonstraram estarem dispostas a implementar as abrangentes reformas legais e institucionais que deveriam decorrer do processo, a fim de possibilitar que a força da lei fosse usada para garantir que as forças de segurança prestassem contas do que fizeram, assim como para acabar com o uso de detenções secretas e de tortura. Em 2010, salientando o fracasso em se levar adiante esse processo, vieram à tona novas denúncias de que a polícia secreta do Marrocos havia torturado suspeitos.

Enquanto isso, os trabalhos do Tribunal Especial para o Líbano, criado sob os auspícios da ONU após o assassinato do ex-primeiro-ministro libanês Rafic Hariri, em 2005, provocaram uma tempestade política que ameaçava o governo de coalizão encabeçado pelo filho do falecido premiê. A tensão aumentou devido às informações de que o Tribunal pretendia indiciar diversos membros do Hizbollah, a força política com maior poder dentro do Líbano e que integra a coalizão governamental. Isso fez com que o Hizbollah acusasse o Tribunal Especial de ter motivações políticas. No fim de 2010, embora todos os fatos ainda não tivessem vindo à tona, era difícil não se chegar à conclusão de que, desde o início, o Tribunal demonstrara ser bastante seletivo com a justiça. Seu mandato e competência eram limitados,

abrangendo apenas o assassinato de Hariri e alguns ataques relacionados. Nenhum governo libanês jamais fez nada, ou praticamente nada, para investigar os milhares de desaparecimentos, sequestros, homicídios e outros abusos cometidos durante os 15 anos de uma feroz guerra civil que terminou em 1990, nem sequer para proteger as sepulturas coletivas, mesmo diante dos apelos dos familiares já idosos das milhares de pessoas desaparecidas. O legado desses anos que foram os mais tenebrosos da história recente do Líbano ainda terá que ser enfrentado. Para que essa obrigação seja lembrada, todos os dias um grupo de pessoas se reúne em um parque de Beirute, em clima solene, segurando fotografias tão amareladas quanto preciosas de seus entes queridos, há muito desaparecidos, mas jamais esquecidos, para perguntarem o que aconteceu com eles e onde estão seus restos mortais. É uma cena comovente. Infelizmente, passados 20 anos, não se viu nenhuma exigência do Conselho de Segurança da ONU ou qualquer pressão internacional para que tais pessoas tivessem as respostas que lhes são devidas.

PERSPECTIVAS REGIONAIS ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Manifestantes que pediam mudanças se defrontam com as forças de segurança em Túnis, capital da Tunísia, dezembro de 2010. Durante a onda de protestos, a forças de segurança fizeram uso excessivo da força, com munição real, balas de borracha e gás lacrimogêneo contra manifestantes em sua maioria pacíficos. Mais de 100 pessoas foram mortas.









INFORME 2011 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE TRÊS: PAÍSES





Campo para pessoas desalojadas, erguido próximo ao aeroporto de Porto Príncipe após o terremoto que devastou o Haiti, janeiro de 2010. No fim do ano, mais de um milhão de pessoas permaneciam desalojadas por causa do desastre, vivendo em campos provisórios onde a violência contra mulheres e meninas era crescente.

AFEGANISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFEGANISTÃO

Chefe de Estado e de governo:

Hamid Karzai
retencionista

Penal de morte:

29,1 milhões

População:

44,6 anos

Expectativa de vida:

Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f): **233/238 por mil**

A violência relacionada ao conflito e as consequentes violações de direitos humanos aumentaram em todo o país, inclusive no norte e no oeste do Afeganistão, em áreas antes consideradas relativamente seguras. A ONG afegã *Security Office* (ANSO), que presta consultoria sobre as condições de segurança no Afeganistão, registrou em 2010 quase 2.428 civis mortos ou feridos em consequência do conflito – baixas, na sua maioria, atribuídas ao Talibã e a outros grupos antigovernistas. Não houve aumento significativo no número de assassinatos e execuções praticados pelos Talibãs contra civis por “apoiarem” o governo ou por “servirem como espões” para as forças internacionais. Intensificou-se a violência causada pelos insurgentes, desencadeando abusos generalizados de direitos humanos. Em vista da escalada do conflito e da ausência de um sistema nacional de justiça adequado, a Anistia Internacional apelou ao Tribunal Penal Internacional para que investigue os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade. A comunidade internacional começou a considerar mais concretamente o fim da presença militar no país. É cada vez menor a confiança do povo afegão na capacidade do governo e das forças internacionais de segurança de manterem o Estado de direito e de prestarem os serviços sociais essenciais. A atenção à saúde, a educação e a ajuda humanitária continuam fora do alcance das pessoas na maioria das áreas rurais, especialmente no sul e no sudeste, onde o conflito é mais intenso.

Informações gerais

As eleições parlamentares, realizadas em 18 de setembro, foram marcadas por quase seis mil denúncias de irregularidades e fraudes, intimidações e ataques aos candidatos, bem como agressões a eleitores, mesários e candidatos, por parte dos talibãs.

Após a Conferência Internacional sobre o Afeganistão, realizada em 28 de janeiro em Londres,

e a Assembleia Nacional Consultiva de Paz (Jirga), realizada de 2 a 4 de junho em Cabul, o Presidente Karzai instituiu o Supremo Conselho de Paz, formado por 68 membros, para estabelecer negociações de paz com os grupos insurgentes. O Supremo Conselho de Paz incluía pessoas acusadas publicamente de cometerem abusos contra os direitos humanos e crimes de guerra. Apenas 10 mulheres foram indicadas para o Supremo Conselho de Paz, a despeito das fortes pressões internacionais por uma representação adequada das mulheres nas equipes e fóruns de negociação. Os grupos da sociedade civil afegã, em particular os grupos de mulheres, de vítimas de guerra e daqueles que sofreram nas mãos dos talibãs, apelaram ao governo para que ofereça garantias de que a proteção e a promoção dos direitos humanos não serão sacrificadas para facilitar as negociações com o Talibã e outros grupos insurgentes. A lei de Estabilidade Nacional e Reconciliação, que garante imunidade contra processos criminais a pessoas que cometeram graves violações de direitos humanos e crimes de guerra ao longo dos últimos 30 anos, entrou em vigor. O projeto de lei foi aprovado em março de 2007, mas a lei só foi divulgada e sancionada no início de 2010. Nove milhões de afegãos e afegãs – mais de 30 por cento da população – vivem com menos de US\$ 25 por mês, sem conseguir atender às suas necessidades fundamentais. Segundo o UNICEF, a razão de mortalidade materna do Afeganistão, de 1.800 por 100.000 nascidos vivos, segue sendo a segunda mais alta em todo o mundo. Estima-se que mais de meio milhão de mulheres afegãs morrem a cada ano por razões relacionados ao parto ou puerpério (período de recuperação pós-parto).

Abusos cometidos por grupos armados

O Talibã e outros grupos armados (alguns antigovernistas e outros ostensivamente pró-governo) perseguiram, sequestraram, atacaram indiscriminadamente e assassinaram civis, cometendo abusos de direitos humanos e flagrantes violações do direito internacional humanitário. Segundo a ANSO, o Talibã e outros grupos armados antigovernistas foram responsáveis por 2.027 vítimas, um aumento de mais de 25 por cento em relação ao do mesmo período em 2009. O número de civis assassinados ou executados por grupos armados aumentou em mais de 95 por cento, inclusive com

execuções públicas de crianças. As vítimas foram acusadas de “apoiar” o governo ou de “espionar” para as forças internacionais.

Ataques suicidas

■ Em 18 de janeiro, homens-bomba talibãs atacaram importantes prédios do governo, o Hotel Kabul Serena, um shopping center e um cinema no centro de Cabul. Sete pessoas, incluindo uma criança, morreram e pelo menos 35 civis ficaram feridos.

■ Em 26 de fevereiro, quatro homens-bomba atacaram uma pensão, na cidade de Cabul. Pelo menos 16 pessoas, a maioria de uma equipe médica estrangeira, foram mortas e mais de 50 ficaram feridas. O Talibã assumiu responsabilidade pelo atentado, mas o governo afegão acusou um grupo armado sediado no Paquistão, o Lashkar e Taiba, pelo ataque.

■ Em 3 de maio, homens-bomba do Talibã atacaram prédios do governo na província de Nimroz e mataram 13 pessoas, incluindo uma parlamentar, Gul Makai Osmani.

■ Em 9 de junho, pelo menos 40 pessoas foram mortas e mais de 70 ficaram feridas quando um homem-bomba invadiu uma festa de casamento na província de Kandahar, sul do país. Entre os mortos havia 14 crianças.

Sequestros

■ Em 26 de setembro, Linda Norgrove, uma escocesa a serviço da ajuda humanitária, e três colegas do Afeganistão, foram sequestrados por membros do Talibã, na província de Kunar, no leste do país. As três afegãs, trabalhadoras humanitárias, foram libertadas em 3 de outubro, mas Linda Norgrove, supostamente, foi morta pelas forças especiais dos EUA durante uma tentativa de resgate.

Homicídios ilegais

■ Em 8 de junho, o Talibã enforcou um menino de 7 anos, acusado de espionar para as forças britânicas na província de Helmand, sul do país.

■ Em 5 de agosto, 10 membros da *International Assistance Mission* (Missão de Assistência Internacional), uma organização de ajuda humanitária, foram mortos na província Badakhshan, sul do país, quando retornavam de uma missão médica. Tanto o Talibã quanto o *Hezb-e Islami* (Partido Islâmico) assumiram o atentado e acusaram as vítimas de serem missionários.

Violações cometidas pelas forças afegãs e internacionais

A ANSO informou que 401 civis foram mortos por forças de segurança afegãs e internacionais, uma redução de 14 por cento em relação a 2009. Os ataques aéreos seguem sendo os mais desastrosos dentre as operações táticas, respondendo por 53 por cento das mortes de civis imputadas às forças de segurança afegãs e internacionais. Trinta e sete por cento das mortes ocorreram durante operações de campo, inclusive ataques noturnos.

Em março e em agosto, a ISAF – Força Internacional de Assistência à Segurança – divulgou diretrizes táticas para diminuir o impacto dos combates sobre a população civil. A primeira buscou regulamentar as ofensivas noturnas e a segunda pretendia regular os ataques aéreos e os bombardeios indiscriminados sobre áreas residenciais. Contudo, houve um aumento no número de ofensivas noturnas, sobretudo nas regiões sul e leste do Afeganistão, que geralmente resultaram em baixas entre civis.

■ Em 21 de fevereiro, 27 civis foram mortos e outros 12 ficaram feridos, próximo à fronteira das províncias de Dai Kundi e Uruzgan, quando dois helicópteros do exército dos EUA abriram fogo contra vários veículos civis que os militares pensaram estarem conduzindo insurgentes.

■ Em 23 de julho, 45 civis, incluindo crianças, foram mortos em um ataque aéreo da OTAN, na província de Helmand.

■ Em 4 de agosto, mais de 12 civis afegãos morreram durante uma ofensiva noturna por tropas estadunidenses que procuravam talibãs na província de Nangarhar.

■ Em 11 de agosto, três irmãos foram mortos durante uma ofensiva noturna da OTAN e das forças estadunidenses na província de Wardak. As mortes desencadearam protestos antiamericanos na região, onde os moradores afirmam que os irmãos eram civis, e não insurgentes.

Nem o judiciário afegão nem os governos que financiam a ISAF se mostraram capazes ou dispostos a prestar contas ou prover reparações às vítimas das violações praticadas pelas forças pró-governo.

Liberdade de expressão

Jornalistas afegãos continuam a noticiar os fatos sob condições críticas, correndo riscos de perseguição,

violência e censura. As autoridades afegãs, especialmente o serviço de inteligência – a Direção Nacional de Segurança – prenderam jornalistas de modo arbitrário. A Procuradoria-Geral da Nação fechou ilegalmente estações de rádio e censurou outros veículos de imprensa. Uma das justificativas mais frequentes para a imposição dessas restrições é a vaga acusação de anti-islamismo.

O Talibã e outros grupos antigovernistas continuam a perseguir jornalistas e a impedir quase todo o trabalho informativo a partir das áreas sob seu controle.

■ Em 5 de setembro, Sayed Hamed Noori, jornalista, apresentador e vice-presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas do Afeganistão, foi assassinado em Cabul.

■ Em 18 de setembro (dia das eleições), Hojatullah Mujadadi, diretor da Rádio Kapisa FM foi preso pelo serviço de inteligência, a Direção Nacional de Segurança, em um posto eleitoral na província de Kapisa. Ele afirmou ter sido ameaçado pelo governador e por agentes da Direção em razão de sua cobertura independente da situação na província.

■ Kosuke Tsuneoka, jornalista *freelance* japonês, foi sequestrado no final de março, quando cobria os acontecimentos em uma região controlada pelos talibãs, no norte do Afeganistão. Em 7 de setembro, seus sequestradores o libertaram, entregando-o à Embaixada do Japão. Após ser libertado, ele informou que seus sequestradores não eram insurgentes talibãs, e sim “uma facção armada corrupta” ligada ao governo afegão.

Liberdade de religião

Pessoas que se convertiam a outra religião eram processadas pelo judiciário afegão. Três cidadãos afegãos que se converteram ao cristianismo foram presos e detidos pela Direção Nacional de Segurança. ONGs de caráter religioso, acusadas de proselitismo, foram forçadas a suspender temporariamente suas atividades.

■ Em outubro, Shoib Asadullah foi preso por se converter do islamismo ao cristianismo. Um tribunal de primeira instância na cidade de Mazar-e-Sharif, ao norte do país, ameaçou executá-lo por apostasia se ele se negasse a voltar atrás.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas afegãs seguem enfrentando violência endêmica e discriminação, tanto no lar quanto na esfera pública. A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão documentou 1.891 casos de violência contra mulheres, embora o número verdadeiro seja muito mais alto.

■ Em março, o marido de uma jovem de 18 anos, Bibi Aysha, da província de Uruzgan, no sul do Afeganistão, cortou-lhe o nariz e as orelhas, ao que parece, por ordem de um comandante talibã que atuou como “juiz” para julgá-la pelo crime de fugir para livrar-se dos abusos que sofria da família do marido.

■ No dia 9 de agosto, o Talibã matou a tiros uma mulher, na província de Badghis, depois de forçá-la a abortar seu feto, sob acusação de adultério.

■ Em 16 de agosto, o Talibã apedrejou até a morte um casal, no distrito de Imam Sahib, província de Kunduz, por suposto adultério e por fugirem juntos.

Aumentaram os ataques por parte do Talibã e de outros grupos armados contra as mulheres afegãs, principalmente as que tentavam carreira política, inclusive candidatas a cargos legislativos.

■ Em março, Fawzia Kofi, uma parlamentar, foi atingida por tiros disparados por um homem desconhecido quando viajava de Jalalabad para Cabul.

■ Em abril, Nadia Kayyani, membro do Conselho Provincial, foi deixada em estado crítico depois de ser atingida por tiros disparados de um carro em Pul-e-Khumri, capital da província de Baghlan, norte do Afeganistão.

Duas trabalhadoras humanitárias afegãs foram mortas em Helmand, ao retornar do distrito de Garmseer, onde desenvolviam um projeto de empoderamento econômico de mulheres. Ambas foram forçadas a sair de seu carro por um grupo de homens armados. Seus corpos foram encontrados no dia seguinte, perto da área central do distrito de Garmseer.

Refugiados e desalojados internos

O ACNUR informou que 102.658 afegãos foram forçados a deixar suas casas em 2010, em consequência do conflito armado, elevando para 351.907 o número de desalojados internos.

■ Cerca de 26 mil pessoas foram desalojadas na província de Helmand, entre fevereiro e maio, depois que a OTAN lançou uma forte ofensiva militar contra grupos insurgentes no distrito de Marjah, naquela província.

■ Mais de sete mil pessoas foram desalojadas nos distritos de Zhari e de Arghandab, na província de Kandhar, depois de intensa operação militar da OTAN naquela área, em setembro. As partes em conflito não asseguraram assistência humanitária adequada às pessoas desalojadas.

Segundo o ACNUR, mais de 2,3 milhões de afegãos e afegãs estão refugiados em outros países, a maioria nos vizinhos Irã e Paquistão. Em consequência da insegurança crescente, da infraestrutura precária, das poucas oportunidades de emprego e da falta de serviços básicos como educação e saúde, cada vez menos refugiados escolhem voltar para o Afeganistão. A maioria dos desalojados que vive em acampamentos informais localizados em áreas urbanas também carece de serviços básicos e corre o risco de despejos forçados.

Justiça e forças de segurança

O sistema formal de justiça segue inacessível para a maioria da população afegã. Temores de corrupção, ineficiência e custos elevados levam muitas pessoas a recorrerem a métodos tradicionais de resolução de disputas, bem como a buscarem “justiça” nos tribunais talibãs, que operam sem as garantias básicas do devido processo legal e do Estado de direito, impõem penas brutais e invariavelmente discriminam as mulheres.

O governo iniciou esforços para ampliar o número de policiais de 96.800 para 109.000 em 2010, bem como para melhorar o desempenho da polícia no âmbito distrital. Contudo, a polícia afegã enfrenta denúncias generalizadas de envolvimento em atividades ilegais, inclusive contrabando, sequestros e extorsão em postos de controle. Na ausência de um sistema de justiça efetivo, que se pronuncie ante a omissão das partes em conflito em prestar contas, a Anistia Internacional insistiu para que o governo afegão peça ao Tribunal Penal Internacional para investigar as denúncias de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade cometidos por todos os envolvidos.

Pena de morte

Pelo menos 100 pessoas que foram sentenciadas à morte tiveram suas sentenças confirmadas pela Suprema Corte e aguardavam que o Presidente considerasse seus pedidos de clemência.

Visitas/relatórios da AI

📅 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Afeganistão em fevereiro e julho.

📄 Afghanistan: Human rights must be guaranteed during reconciliation talks with the Taliban (ASA 11/003/2010)

📄 Open letter to delegates of the International Conference on Afghanistan, Kabul, 20 July 2010 (ASA 11/009/2010)

📄 Afghan civilians at risk during NATO offensive against Taliban, 17 February 2010

📄 Afghan women human rights defenders tell of intimidation and attacks, 8 March 2010

📄 Afghanistan leak exposes NATO's incoherent civilian casualty policy, 25 July 2010

ÁFRICA DO SUL

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Chefe de Estado e de governo:	Jacob G. Zuma
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	50,5 milhões
Expectativa de vida:	52 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	79/64 por mil
Taxa de alfabetização:	89 por cento

Houve denúncias de incidentes de tortura e de execuções extrajudiciais cometidas pela polícia. Continuaram elevados os índices de violência contra mulheres e meninas e houve indícios de um aumento nas práticas nocivas aos seus direitos. Persistiram os relatos de ataques violentos contra lésbicas, perseguidas por sua orientação sexual. Houve alguma melhora no acesso a serviços de saúde para as pessoas vivendo com HIV, porém a pobreza segue sendo uma barreira importante, especialmente nas áreas rurais. Refugiados e imigrantes continuaram a sofrer discriminação e deslocamentos forçados em incidentes de violência em grande escala. Houve novas ameaças ao trabalho de defensores e defensoras dos direitos humanos.

Informações gerais

Persistiram as tensões associadas aos rumos da política econômica e às soluções adequadas para as questões da pobreza, da desigualdade e do

desemprego, com longas greves de servidores do setor público e inúmeros protestos em comunidades urbanas pobres. Em abril, o Presidente Zuma nomeou uma Comissão de Planejamento Nacional composta por 20 membros, presidida pelo ex-ministro das Finanças, Trevor Manuel, para elaborar um plano de desenvolvimento nacional e uma visão de longo prazo para o país. Em setembro, os altos índices de pobreza e desigualdade de renda, com persistentes disparidades raciais e de gênero, foram apontados no relatório do país relativo às Metas de Desenvolvimento do Milênio. Em outubro, sindicatos e organizações da sociedade civil (OSCs) lançaram uma campanha por políticas econômicas de promoção da justiça social e de proteção aos direitos socioeconômicos.

Tortura e outros maus-tratos

Houve denúncias de casos de tortura e de outros maus-tratos praticados pela polícia contra pessoas suspeitas de cometerem crimes. Entre os métodos cuja aplicação já foi comprovada estavam espancamentos, choques elétricos e tortura por sufocamento enquanto a pessoa se encontrava algemada ou encapuzada, além de ameaças de morte. O órgão de supervisão da polícia, a Diretoria de Queixas Independente, informou que, entre abril de 2009 e março de 2010, foram recebidas cinco denúncias específicas de tortura e 920 de agressão com intenção de provocar lesões corporais graves, sendo que algumas delas estavam sob investigação para que se apurassem evidências de tortura. Sete das 294 mortes ocorridas sob custódia estavam relacionadas a tortura e outras 90 a “lesões sofridas sob custódia”. A Diretoria de Queixas também investigou 24 denúncias de estupro praticados por policiais.

Um projeto de lei que confere à Diretoria de Queixas um estatuto independente da legislação que regula a polícia ainda estava em análise pelo Parlamento no final do ano. Em audiências públicas realizadas em agosto, as OSCs demandaram a inclusão de obrigações explícitas de investigação das denúncias de tortura e de estupro praticados sob custódia e da notificação compulsória desses crimes por policiais que tenham ciência deles. Tais recomendações foram incluídas em um substitutivo do projeto de lei.

Apesar dos contínuos esforços por parte da Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos e das OSCs, a África do Sul não ratificou o Protocolo

Facultativo à Convenção contra a Tortura. Um substitutivo ao projeto de lei para criminalizar a tortura estava circulando para pareceres, mas, até o final do ano, ainda não havia sido apresentado no Parlamento.

■ Em maio, um policial, Vinod Maharaj, foi preso e supostamente torturado por membros da Unidade de Crime Organizado e da unidade especial da polícia, os Hawks. Segundo informações, ele foi submetido a choques elétricos, espancamentos, extração de uma unha e tortura por sufocamento. Quatro dias depois de sua prisão, ele foi levado a um tribunal acusado de posse de armas e assassinato. Apesar de o tribunal ter ordenado que a polícia assegurasse seu acesso a tratamento médico, este lhe foi negado. Quatro dias depois, ele foi levado ao hospital para uma cirurgia de emergência. Até o final do ano, ele permanecia sob custódia preventiva, sem data definida para o julgamento.

■ Em junho, um advogado em consulta com seu cliente na delegacia de polícia de Protea, em Soweto, ouviu gritos vindos de uma sala adjacente onde, ao que parece, um homem estava sendo eletrocutado. Quando ele tentou convencer os policiais a intervirem, foi agredido verbalmente, ameaçado de violência e expulso da delegacia. Mais tarde, advogados conseguiram localizar o homem que foi torturado e um segundo detento que também tinha sido agredido; eles estavam no Hospital Leratong, sob guarda da polícia. O acesso a eles foi negado. Quatro dias depois, eles foram tirados do hospital por membros da Unidade de Crime Organizado e, segundo relatos, submetidos novamente a tortura, antes de serem presos provisoriamente acusados de roubo e assassinato. Um deles foi libertado posteriormente.

■ Três supostos imigrantes ilegais presos perto da fronteira com o Lesotho foram detidos e agredidos na delegacia de polícia de Ladybrand. Em 14 de junho, seu advogado notou que eles apresentavam lesões no rosto e sangue nas roupas e que um deles demandava assistência médica urgente. No dia seguinte, agentes da imigração autorizaram sua libertação. Quando tentaram denunciar as agressões praticadas pelos policiais, o advogado e um dos presos foram agredidos verbalmente, empurrados e ameaçados de violência por um policial na delegacia. Ao tentar obter o laudo médico legal, o advogado disse ter sido novamente agredido diversas vezes pelo mesmo policial e forçado a deixar a delegacia. Em setembro, depois de uma

rápida investigação das denúncias pela Diretoria de Queixas Independente, o chefe do ministério público decidiu processar dois policiais por agressão.

■ Após uma investigação da Diretoria de Queixas e uma audiência disciplinar na polícia, o delegado responsável pela delegacia de Sasolburg foi exonerado do cargo por estuprar uma voluntária em seu escritório, em 5 de fevereiro. Até o final do ano, seu julgamento não havia sido concluído.

Entre abril de 2009 e março de 2010, a Inspetoria Judicial de Prisões recebeu mais de duas mil queixas de agressões contra prisioneiros praticadas por carcereiros. A superlotação permaneceu um sério problema, com 19 das 239 instalações apresentando taxas de ocupação de mais de 200 por cento de sua capacidade e condições descritas como “terrivelmente desumanas”.

Execuções extrajudiciais

Em setembro, o conselho de ministros aprovou um projeto de emenda à seção 49 do Código de Processo Penal, que regula o uso da força durante a captura de suspeitos. As emendas propostas geraram preocupação pública, pois permitiriam aos “captadores” utilizar força letal contra um suspeito que fuja ou resista à prisão se considerarem substancial o risco de “morte futura” caso a prisão seja adiada. O projeto permitiria a civis, assim como a policiais, o uso de força letal em circunstâncias que extrapolam as admitidas pelas normas internacionais de direitos humanos.

Em novembro, a Diretoria de Queixas informou uma redução de seis por cento, para 860, no número de mortes sob custódia e “resultantes da ação policial” entre abril de 2009 e março de 2010. No entanto, na província de KwaZulu-Natal, houve aumento de um ano para outro, de 258 para 270 mortes. O comissário nacional da polícia, general Bheki Cele, disse ao Parlamento, em outubro, que o aumento de disparos pelos policiais foi decorrente dos perigos que eles enfrentaram e da inexperiência.

Violência contra mulheres e meninas

Altos índices de violência contra mulheres e meninas continuaram a ser registrados e a provocar comoção nacional. Mais de 63.500 casos de crimes sexuais, incluindo estupro, contra mulheres e crianças foram denunciados à polícia entre abril de 2009 e março de 2010.

O relatório de uma comissão parlamentar, apresentado ao Parlamento em fevereiro, recomendou mudanças substanciais na Lei de Violência Doméstica (LVD) e nas políticas e práticas utilizadas pela polícia, pelo judiciário e pelos órgãos de assistência social. As recomendações resultaram de amplas consultas com OSCs sobre falhas na implementação da lei, que deixaram muitas vítimas sem acesso a reparações efetivas. Em novembro, a Diretoria de Queixas informou ao Parlamento que somente um quarto das 522 delegacias de polícia inspecionadas no ano anterior cumpria plenamente com as obrigações determinadas pela LVD. Os principais problemas apresentados pela Diretoria de Queixas foram a falta de entendimento pela polícia dos requisitos da lei, a relutância em disciplinar os funcionários que não a implementaram e a omissão em prender agressores violentos.

Parece ter crescido o número de sequestros e de casamentos forçados de meninas relacionados a uma prática tradicional, a ukuthwala, especialmente nas áreas rurais da província do Cabo Oriental.

■ Em agosto, um tribunal de primeira instância em Willowvale, no Cabo Oriental, indeferiu a demanda de um marido pelo retorno de sua esposa de 17 anos ou a devolução da lobola (preço da noiva). A jovem, que foi defendida pelo Centro Jurídico para Mulheres, tinha 14 anos quando foi submetida a um casamento tradicional.

Em resposta à realização indiscriminada de testes de virgindade, em alguns casos com o respaldo econômico de líderes tradicionais financiados pelo Estado na província de KwaZulu-Natal, a Comissão para a Igualdade de Gênero e algumas OSCs condenaram tais testes como uma violação do direito à igualdade, à dignidade e à privacidade, bem como dos direitos da criança.

Em março, a Corte da Igualdade, em Joanesburgo, decidiu, em uma ação interposta pela ONG Sonke Justiça de Gênero, que o presidente da Liga Jovem do Partido do Congresso Nacional Africano (CNA), Julius Malema, violou o direito das mulheres à dignidade e que os comentários feitos por ele em um evento público sobre mulheres que denunciaram estupro caracterizaram discurso de ódio. Ele foi sentenciado a emitir uma retratação pública e a pagar uma contribuição a uma organização de assistência a sobreviventes de violência de gênero, mas não cumpriu a decisão. Em outubro, ele solicitou

permissão para recorrer da sentença. Um projeto de lei antitráfico foi apresentado no Parlamento, porém não havia sido aprovado até o final do ano.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

Continuaram a ser registrados graves incidentes de violência contra lésbicas ou mulheres percebidas como lésbicas devido à sua sexualidade. Até o final do ano, não estava claro se o projeto de lei proposto para penalizar os crimes de ódio incluía as agressões motivadas pela orientação sexual da vítima, como as OSCs haviam recomendado. Em dezembro, a África do Sul apoiou uma emenda para restaurar uma referência à orientação sexual em uma resolução da ONU que insta os Estados a investigarem assassinatos relacionados à discriminação.

Direito à saúde – pessoas vivendo com HIV/Aids

Segundo o UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV e Aids), cerca de 5,7 milhões de pessoas viviam com HIV. Até o final do ano, o número de pacientes de Aids que recebiam tratamento antirretroviral (TAR) havia aumentado para mais de 971.500, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Mais de um terço delas estavam em KwaZulu-Natal, a província mais afetada pela epidemia e com os mais altos índices de infecção entre mulheres grávidas. Em março, o governo estabeleceu novas diretrizes para o tratamento, que ampliaram o acesso antecipado ao TAR para mulheres grávidas e pessoas coinfectadas por HIV e tuberculose. O acesso ao tratamento também melhorou em várias províncias, quando o Ministério da Saúde, em parceria com ONGs e com instituições financiadoras, fortaleceu a capacidade de clínicas fora dos hospitais de prestarem assistência e tratamento abrangentes. Contudo, a pobreza, a carência diária de alimentação adequada, os sistemas de transporte caros e pouco confiáveis e a escassez de profissionais da saúde nas áreas rurais seguem sendo sérias barreiras ao acesso à saúde.

Em março, o governo lançou uma campanha para ampliar a testagem voluntária para o HIV e, em KwaZulu-Natal, promoveu a circuncisão masculina médica para reduzir os índices de infecção pelo HIV. Ambos os programas foram criticados por privilegiarem excessivamente metas numéricas. Em

alguns casos, não houve orientação adequada nem consentimento informado. O Conselho Nacional de Aids da África do Sul foi criticado por falta de iniciativa no monitoramento da implementação da estratégia nacional para HIV e Aids.

Refugiados e imigrantes

Refugiados e imigrantes continuaram a sofrer violações do direito à vida e à integridade física. Nos primeiros seis meses do ano, pelo menos 14 incidentes envolvendo ataques violentos e saques a lojas, especialmente de cidadãos somalis e etíopes, foram registrados em cinco províncias. Ocorreram deslocamentos em larga escala de comunidades estrangeiras em diversas áreas, entre as quais Siyathemba/Balfour, Sasolburg e Middelburg. A proteção policial foi muitas vezes lenta ou inadequada e as vítimas enfrentaram dificuldades em obter justiça e reparação. Em algumas áreas da província de Gauteng, a cooperação entre delegados de polícia, agências da ONU e monitores da sociedade civil impediu a escalada da violência. Em maio, imigrantes e refugiados receberam ameaças verbais e escritas de violência para que fechassem seus negócios ou partissem até o final da Copa do Mundo de 2010. Em junho, um Comitê Interministerial foi criado para coordenar a resposta oficial aos incidentes de violência. Apesar do incremento no emprego das forças de segurança após 11 de julho, ocorreram pelo menos 15 ataques a propriedades e a pessoas nas províncias do Cabo Ocidental e de Gauteng, inclusive em lugares como Philippi East, Khayelitsha, Wallacedene e Kya Sands. Centenas de pessoas foram desalojadas em consequência dos ataques. Membros do Comitê Interministerial negaram publicamente que os incidentes fossem xenofóbicos, porém, em setembro, a vice-ministra do Desenvolvimento Social reconheceu que os refugiados e imigrantes eram vítimas de "crimes de ódio".

Organizações que trabalham pelos direitos dos refugiados receberam com satisfação uma decisão tomada em novembro pela Suprema Corte, ordenando os bancos a aceitarem a documentação de refugiados e requerentes de asilo, a fim de que possam abrir contas bancárias.

Em pelo menos duas ocasiões, em ações movidas pela organização Advogados pelos Direitos Humanos, os tribunais ordenaram a libertação de cidadãos

zimbabuanos e somalis mantidos ilegalmente sob custódia e em risco de serem devolvidos à força ao seu país. O plano do Ministério do Interior, anunciado em setembro, que visa regularizar a situação de milhares de zimbabuanos que vivem na África do Sul e levantar a moratória contra sua deportação, despertou temores de futuras deportações em massa devido às dificuldades práticas de se receber e tramitar os requerimentos em tempo hábil. Em dezembro, a ministra do Interior declarou que os zimbabuanos que dessem entrada no processo de requerimento do visto até 31 de dezembro não seriam deportados. Segundo dados oficiais, mais de 250 mil entraram com pedidos até a data limite. Houve denúncias de uso excessivo da força por parte do pessoal de segurança contra zimbabuanos que aguardavam para fazer o requerimento nas dependências do Departamento do Interior da Cidade do Cabo.

Defensores dos direitos humanos

■ O julgamento de 12 apoiadores do movimento por direitos à moradia Abahlali baseMjondolo, acusados de uso de violência no assentamento informal de Kennedy Road, em setembro de 2009, começou em novembro. Uma testemunha do Estado, que negou seu depoimento anterior à polícia afirmando ter sido coagida, recebeu ameaças de morte dias depois que seu nome foi publicado na mídia. O julgamento foi adiado para maio de 2011. Todos os acusados foram libertados sob fiança.

■ Em janeiro, membros de uma comunidade afetada por atividades de mineração e pela repressão policial aos seus protestos na província de Limpopo requereram à Suprema Corte a revisão judicial de um contrato de arrendamento concedido com aprovação oficial para a empresa mineradora Anglo-Platinum. Os requerentes queriam uma ordem judicial declarando que o acordo não se baseou no consentimento informado e no direito da comunidade a uma compensação justa e adequada. Até o final do ano, não houve audiência do caso.

■ Em agosto, membros dos Hawks prenderam ilegalmente um jornalista investigativo do Sunday Times, Mzilikazi wa Afrika, aparentemente em razão de sua reportagem sobre um suposto esquadrão da morte ligado a antigos membros do governo da província de Mpumalanga. Eles confiscaram suas anotações e o mantiveram em diversos locais por 24 horas, antes que

recebesse permissão para contatar seu advogado. Depois de uma petição judicial urgente, a Suprema Corte de Pretoria ordenou sua libertação imediata. O incidente ocorreu em um momento de pressão crescente do partido do governo, o CNA, e do governo por um controle mais rigoroso dos meios de comunicação e da liberdade de expressão através da proposta de um Tribunal de Recursos dos Meios de Comunicação e de uma legislação draconiana de proteção da informação. Organizações da sociedade civil lançaram a campanha Right2Know (“direito de saber”) em oposição às propostas.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o país em março, agosto e novembro.

📄 South Africa: police negligence in xenophobic attack (AFR 53/003/2010)

📄 South Africa: grave concern at continuing violence against refugees and migrants (AFR 53/004/2010)

📄 Human rights concerns in South Africa during the World Cup (AFR 53/007/2010)

ALEMANHA

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Chefe de Estado:	Christian Wulff (sucedeu a Horst Köhler em julho)
Chefe de governo:	Angela Merkel
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	82,1 milhões
Expectativa de vida:	80,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	5/5 por mil

As respostas às denúncias de maus-tratos permaneceram insatisfatórias. Vários estados da federação continuaram a devolver indivíduos romanis (ciganos) à força para Kosovo, apesar de sua necessidade de proteção internacional.

Escrutínio internacional

Em fevereiro, o relator especial da ONU sobre o racismo recomendou que se fortalecesse o mandato e

se aumentassem os recursos da Agência Federal Antidiscriminação; que fosse incluída no código penal uma referência explícita ao racismo como circunstância agravante; que se instituisse formação específica em identificação de crimes de ódio para agentes policiais, promotores e juízes; e que se adotassem medidas especiais para assegurar a representação adequada de pessoas de origem imigrante nas instituições estatais.

Tortura e outros maus-tratos

A omissão das autoridades em garantir que as violações de direitos humanos praticadas pela polícia fossem investigadas adequadamente, a insuficiência de informações sobre os procedimentos de denúncia e as dificuldades na identificação de agentes policiais podem ter facilitado a impunidade dos perpetradores e prejudicado o acesso das vítimas à justiça e à reparação.

Continuaram ocorrendo denúncias de maus-tratos e não foram estabelecidos órgãos independentes de queixas da polícia com mandato para investigar denúncias de violações de direitos humanos cometidas por agentes policiais. Apenas alguns estados da federação disponibilizaram em seus sites informações sobre como apresentar queixas por desvios de conduta dos policiais.

■ Em 3 de março, o Ministério Público Federal encerrou as investigações sobre supostos maus-tratos infligidos por agentes policiais contra uma repórter fotográfica durante a cúpula do G8, em Rostock, em 2007, alegando ser impossível identificá-los com suficiente certeza. Berlim foi o único estado federativo a introduzir a identificação individual compulsória para a polícia fardada, medida a ser implementada em janeiro de 2011. No resto do país, não há obrigação de os policiais usarem crachás de identificação.

■ No processo criminal sobre a morte de Oury Jalloh, ocorrida, em 2005, por inalação de fumaça em razão de um incêndio em sua cela enquanto estava sob custódia da polícia em Dessau, o Supremo Tribunal Federal anulou a absolvição de um policial em 7 de janeiro e determinou um novo julgamento. A ação judicial de primeira instância, concluída em 2008, havia apontado deficiências graves nos estágios iniciais da investigação.

■ Segundo relatos dos manifestantes, a polícia, destacada para proteger um grande projeto de infraestrutura em Stuttgart, uso a força de modo

excessivo durante uma manifestação pública ocorrida em 30 de setembro. Em 27 de outubro, o parlamento regional de Baden-Württemberg instalou uma comissão de inquérito para investigar a ação policial. No final do ano, o promotor público seguia investigando as denúncias.

Refugiados e requerentes de asilo

Vários estados continuaram a forçar o regresso de romanis (ciganos), ashkalis e egípcios para Kosovo, apesar do risco de perseguição e discriminação em seu retorno, principalmente pela falta de acesso à educação, saúde, habitação e benefícios sociais. No entanto, em 21 de setembro, o estado de Renânia do Norte-Westfália emitiu um decreto exigindo uma avaliação individual de risco, prévia ao retorno forçado desses grupos para Kosovo e, em 1º de dezembro, aprovou a suspensão por quatro meses das devoluções forçadas devido ao frio do inverno kosovar.

Ao longo do ano, 55 requerentes de asilo foram transferidos para a Grécia com base no Regulamento Dublin II, apesar de não funcionar naquele país um sistema de concessão de asilo. Em vários casos, o Tribunal Constitucional Federal suspendeu as transferências, que dependem de uma decisão final.

Em 15 de julho, o governo informou ao secretário-geral da ONU que havia retirado suas reservas à Convenção sobre os Direitos da Criança, e insistiu que não eram necessárias mudanças na legislação interna sobre asilo. Em função disso, adolescentes entre 16 e 17 anos continuaram recebendo tratamento de adultos durante os procedimentos de asilo, sem contarem com o auxílio de um tutor.

■ Khaled Kenjo, um curdo sírio que foi repatriado à força para seu país de origem em 2009 e, posteriormente, detido e sentenciado a um breve período de prisão por “disseminar no exterior informações falsas que poderiam prejudicar a reputação do Estado [sírio]”, teve permissão para retornar à Alemanha em julho e ganhou status de refugiado.

■ Os cidadãos eritreus Yonas Haile Mehari e Petros Aforki Mulugeta, que tinham sido repatriados à força para a Eritreia em 2008, retornaram à Alemanha em abril e junho, respectivamente, depois de ganharem status de refugiados, em 2009, durante sua ausência.

Segurança e combate ao terrorismo

Em fevereiro, um estudo da ONU sobre detenções secretas concluiu que a Alemanha foi cúmplice na detenção secreta do cidadão sírio-alemão Muhammad Zammar, que foi transferido ilegalmente para a Síria em dezembro de 2001. Evidências apresentadas em um inquérito parlamentar realizado entre 2006 e 2009 confirmaram que agentes alemães o haviam interrogado na Síria, em novembro de 2002, e também haviam enviado perguntas às autoridades sírias para que fossem usadas em seu interrogatório. Em junho de 2009, no entanto, o relatório do inquérito parlamentar concluiu que as autoridades alemãs não estavam implicadas em quaisquer violações de direitos humanos relacionadas a esse caso. Desde então, as autoridades se recusaram a se comprometer com uma nova investigação sobre seu papel nas transferências extrajudiciais (*renditions*).

O governo confirmou que continuará a se apoiar em “garantias diplomáticas” que, supostamente, serviriam para mitigar o perigo de tortura e outros maus-tratos quando pessoas fossem repatriadas aos seus países de origem.

■ Em maio, a Suprema Corte Administrativa na Renânia do Norte-Westfália confirmou a decisão tomada em 2009 pelo Tribunal Administrativo de Düsseldorf de que, no caso de um cidadão tunisiano suspeito de atividades ligadas ao terrorismo, o uso de “garantias diplomáticas” subverteu o princípio da proibição absoluta da tortura. Em decorrência da decisão, sua repatriação forçada à Tunísia não foi autorizada.

■ Em 16 de setembro, um palestino apátrida e um cidadão sírio, ambos libertados da Baía de Guantánamo, receberam proteção nos estados de Hamburgo e Renânia-Palatinado, respectivamente. O ministro do Interior anunciou que nenhum outro ex-detento de Guantánamo receberia proteção da Alemanha.

■ Em 7 de dezembro, o Tribunal Administrativo de Colônia rejeitou uma ação ingressada pelo cidadão alemão Khaled el Masri. Ele instou a Alemanha a reconsiderar a decisão de não levar adiante a extradição de 13 cidadãos estadunidenses suspeitos de transferi-lo ilegalmente para o Afeganistão em 2004. O tribunal argumentou que o governo agiu dentro da lei, uma vez que o pedido de Khaled el Masri foi analisado tendo em vista os interesses da política

alemã de relações exteriores e de segurança nacional. Khaled el Masri apelou da sentença.

Visitas/relatórios da AI

Unknown assailant: Insufficient investigation into alleged ill-treatment by police in Germany (EUR 23/002/2010)

Open secret: Mounting evidence of Europe's complicity in rendition and secret detention (EUR 01/023/2010)

ANGOLA

REPÚBLICA DE ANGOLA

Chefe de Estado:	José Eduardo dos Santos
Chefe de governo:	António Paulo Kassoma
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	19 milhões
Expectativa de vida:	48,1 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	220/189 por mil
Taxa de alfabetização:	69,6 por cento

Várias pessoas foram presas acusadas de cometer crimes contra o Estado. Algumas permaneceram detidas sem julgamento. Dois prisioneiros de consciência e diversos possíveis prisioneiros de consciência foram condenados por crimes contra a segurança do Estado. Despejos forçados continuaram sendo realizados. Várias manifestações que estavam programadas foram proibidas de maneira arbitrária. Em pelo menos um caso de execução extrajudicial policiais foram levados à Justiça. A polícia, porém, continuou a violar os direitos humanos. Apesar de um acordo firmado entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC) para interromper as expulsões em massa dos cidadãos dos respectivos países, Angola prosseguiu com as expulsões, durante as quais foram cometidas violações dos direitos humanos.

Informações gerais

No dia 8 de janeiro, a seleção de futebol do Togo sofreu um ataque em Cabinda, quando viajava para participar da Copa da África de Nações que seria realizada em Angola. Duas pessoas foram mortas e

diversas ficaram feridas durante o ataque. Uma facção da Frente de Libertação do Estado de Cabinda/Posição Militar (FLEC/PM) reivindicou a autoria do atentado, afirmando que não pretendia atacar a equipe desportiva, mas apenas os membros das Forças Armadas angolanas que escoltavam a seleção. Poucos dias depois, outra facção, a Frente de Libertação do Estado de Cabinda/Forças Armadas de Cabinda (FLEC/FAC), também teria reivindicado a autoria do atentado. Dois homens, João António Puati e Daniel Simbai, foram detidos suspeitos de efetuar o ataque. João António Puati foi condenado e sentenciado a 24 anos de prisão, enquanto que Daniel Simbai foi absolvido. Pelo menos outras 14 pessoas foram presas após o ataque, sem serem diretamente acusadas de realizá-lo. No decorrer de 2010, ocorreram outros ataques das FLEC em Cabinda.

Em janeiro, a Assembleia aprovou uma nova Constituição segundo a qual o Presidente deve ser eleito pelo Parlamento. A Carta também possibilita que o presidente José Eduardo dos Santos, que está no cargo há mais de 30 anos, cumpra mais dois mandatos de cinco anos. Além disso, substitui o cargo de primeiro-ministro pelo de vice-presidente, o qual é escolhido pelo presidente.

Em setembro, a Ordem dos Advogados de Angola solicitou que Tribunal Constitucional decidisse a respeito da legalidade do artigo 26 da Lei dos Crimes contra a Segurança do Estado. O artigo afirmava que "todo e qualquer ato não previsto na lei que ponha ou possa pôr em perigo a segurança do Estado" será passível de punição. Em dezembro, o tribunal concluiu que não precisava tomar tal decisão, pois uma nova Lei dos Crimes contra a Segurança do Estado havia sido aprovada pelo Parlamento em novembro. A nova lei revoga o artigo 26 da lei anterior; porém, criminaliza as injúrias contra a República, contra o presidente ou contra qualquer órgão ou poder do Estado.

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos em Angola foi avaliada na Revisão Periódica Universal da ONU. Em setembro, Angola apresentou seu relatório ao Comitê sobre os Direitos da Criança.

Direito a moradia adequada – desalojamentos forçados

Em outubro, o Presidente dos Santos reiterou o compromisso do governo de capacitar as famílias

angolanas a adquirirem suas casas próprias. Em novembro, ele lançou um projeto de restauração de favelas. Mesmo assim, os despejos forçados prosseguiram na capital, Luanda. Na província de Huíla, expulsões desse tipo foram realizadas em grande escala. Também houve ameaças de despejos forçados em outras partes do país.

■ Em março, mais de 3.000 casas próximas à estrada de ferro de Lubango, província de Huíla, foram demolidas para dar lugar à expansão da linha férrea. Pelo menos duas crianças morreram durante os despejos: uma delas foi atingida por escombros e a outra, aparentemente, devido às condições de vida precárias que teve de suportar após as demolições. As famílias despejadas à força foram, então, transferidas para o bairro de Tchavola, na periferia de Lubango, onde foram deixadas sem acesso à água potável ou serviços básicos e expostas a fortes intempéries. Apenas 600 tendas foram disponibilizadas para todas as famílias. Em abril, o governo provincial de Huíla se desculpou pelas demolições. No entanto, há relatos de que novos despejos forçados ocorreram em agosto e setembro em Lubango.

Homicídios ilegais

Em março, sete policiais foram condenados e sentenciados pelo Tribunal Provincial de Luanda a 24 anos de prisão por terem matado oito jovens, em julho de 2008, na região do Largo da Frescura, em Luanda. Entretanto, muitos policiais continuaram violando os direitos humanos com impunidade.

■ Em maio, os corpos de William Marques Luís "Líro Boy" e de Hamilton Pedro Luís "Kadú" foram encontrados por suas famílias no Necrotério Central de Luanda. Eles haviam sido presos em casa no bairro de Benfica, em Luanda, por policiais que não possuíam mandado de prisão. Em seguida, os dois foram executados extrajudicialmente. Segundo informações, Kadú foi espancado pela polícia diante de sua casa antes que ele e Líro Boy fossem levados. Kadú foi atingido por tiros na cabeça e no abdômen, e seu corpo apresentava escoriações compatíveis com espancamento. Líro Boy foi atingido por vários tiros na cabeça e seu corpo apresentava sinais de tortura, inclusive com membros fraturados. Em novembro, autoridades policiais anunciaram que os responsáveis pelas mortes haviam sido detidos. Outros detalhes não foram divulgados.

■ Em julho, Valentino Abel, de 19 anos, foi morto quando um policial efetuou vários disparos com arma

de fogo no bairro de Belo Horizonte, município de Kunhinga, em Huambo. Aparentemente, o policial teria tentado intervir para apartar uma briga e foi esbofeteado. Depois disso, ele teria ficado enfurecido, começando a atirar indiscriminadamente. Três tiros atingiram Valentino Abel no tórax e o mataram.

O comandante da polícia municipal afirmou que o policial estava alcoolizado e fugiu após o incidente, tendo sido capturado dois dias depois. Entretanto, não há informações disponíveis sobre nenhum procedimento contra o policial.

Liberdade de reunião

Apesar de as disposições da nova Constituição assegurarem o direito à realização de manifestações pacíficas sem a necessidade de autorização, esse direito foi negado em diversas ocasiões.

■ Em 1º de abril, a OMUNGA, uma ONG sediada em Benguela, informou o governo provincial de Benguela sobre sua intenção de promover uma passeata pacífica, no dia 10 de abril, em protesto contra os despejos forçados na província de Huíla e em solidariedade às vítimas. Uma passeata similar, programada para para o mês anterior, não havia obtido permissão, supostamente porque não cumpria todos os requisitos exigidos pela lei. Embora os organizadores tenham cumprido a legislação nacional, o governo provincial de Benguela mais uma vez se recusou a autorizar a passeata planejada para abril, argumentando que não haviam ocorrido despejos forçados na província. Ainda assim, no dia marcado, a manifestação foi realizada de forma pacífica.

■ Em maio, o governo provincial de Cabinda recusou-se a autorizar uma passeata programada para protestar pelas prisões e detenções arbitrárias relacionadas ao atentado contra a seleção de futebol do Togo. A permissão foi negada apesar de os organizadores terem cumprido todas as exigências legais.

Em junho, o presidente do Tribunal Constitucional afirmou que o Direito angolano não requer autorização prévia das autoridades administrativas para que se realizem manifestações. As autoridades, porém, continuaram a impedir os protestos pacíficos.

Prisioneiros de consciência e possíveis prisioneiros de consciência

Entre janeiro e abril, pelo menos 14 indivíduos foram detidos em Cabinda acusados de ligação com o atentado contra a seleção do Togo. Dois deles eram

considerados prisioneiros de consciência; outros eram possíveis prisioneiros de consciência. Sete pessoas foram libertadas sem acusações, enquanto outras foram acusadas de crimes contra a segurança do Estado. Dentre os acusados, um teve as acusações contra ele retiradas após sete meses de detenção, outro foi absolvido e cinco foram condenados. Esses, porém, acabaram sendo soltos, pois o artigo 26 da nova Lei dos Crimes contra a Segurança do Estado, com base no qual eles haviam sido condenados, fora revogado. Em outras províncias, também houve detenções de possíveis prisioneiros de consciência.

■ Em agosto, os prisioneiros de consciência Francisco Luemba, advogado, e Raul Tati, padre católico, foram condenados por serem "autores morais do crime de outros crimes contra a segurança do Estado" e sentenciados a cinco anos de prisão pelo Tribunal Provincial de Cabinda. Eles foram julgados junto com outros dois indivíduos que também podem ter sido prisioneiros de consciência, José Benjamin Fuca e Belchior Lanso Tati, condenados, respectivamente, a três e a seis anos de prisão. Os quatro foram presos pela polícia logo após o atentado de janeiro. Eles possuíam documentos sobre Cabinda e haviam participado recentemente de uma conferência cujo propósito era encontrar uma solução pacífica para a situação. José Benjamin Fuca e Belchior Lanso Tati ainda teriam supostamente confessado serem integrantes da FLEC. Eles recorreram ao Supremo Tribunal e ao Tribunal Constitucional. Em 22 de dezembro, os quatro foram libertados de maneira incondicional pelo Tribunal Provincial de Cabinda, devido à revogação da lei pela qual haviam sido condenados.

■ A polícia prendeu mais integrantes da Comissão do Manifesto Jurídico Sociológico do Protetorado da Lunda Tchokwe (CMJSP-Lunda). Entre janeiro e outubro, pelo menos 24 membros do grupo teriam sido detidos nas províncias de Luanda e de Lunda-Norte. Treze deles teriam sido soltos, sem acusações contra eles, depois de terem passado períodos variados em detenção provisória. Outros três, Sebastião Lumani, José Muteba e José António da Silva Malembela, foram condenados pelo Tribunal Provincial de Lunda-Norte por crimes contra a segurança do Estado. Eles foram sentenciados, respectivamente, a seis, cinco e quatro anos de prisão. No fim do ano, embora a lei que os condenou tenha sido revogada, eles permaneciam

presos. Domingos Manuel Muatoyo e Alberto Cabaza, presos em Luanda no mês de julho, foram acusados de fazer manifestações contra o governo e, no fim do ano, continuavam em detenção provisória. Outras seis pessoas permaneciam detidas sem acusações. No fim de 2010, outros membros da Comissão, que haviam sido presos em 2009, continuavam na prisão, sem julgamento, apesar da revogação da lei segundo a qual haviam sido condenados.

Direitos dos imigrantes

Apesar do acordo firmado em 2009 entre Angola e a República Democrática do Congo para pôr fim às expulsões, as autoridades angolanas continuaram deportando cidadãos congolezes. As expulsões foram marcadas por violações de direitos humanos, inclusive violência sexual. O Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) informou que, entre setembro e o fim do ano, mais de 12.000 imigrantes haviam sido expulsos para as províncias de Bandundu, Bas-Congo e Kasai-Ocidental. Segundo o OCHA, 99 mulheres e 15 homens foram estuprados durante a expulsão. Há informações de que uma mulher morreu no hospital depois de ser estuprada. Outras violações dos direitos humanos verificadas incluíam tortura e outros maus-tratos, sendo que muitos dos imigrantes foram devolvidos nus e sem os seus pertences. No decorrer do ano, houve novas expulsões.

Ao que se sabe, ninguém foi responsabilizado pelas violações de direitos humanos relacionadas com essas deportações ou com expulsões similares realizadas em anos anteriores.

Visitas/relatórios da AI

🚪 Há mais de dois anos os representantes da Anistia Internacional não obtêm permissão para visitar Angola. Pedidos de visto feitos em outubro de 2008 e outubro de 2009 não haviam sido concedidos até o final de 2010. Em novembro, a Anistia Internacional fez mais uma solicitação de vistos para participar de uma conferência organizada no fim daquele mês pelo Conselho de Igrejas Angolanas. Até o final do ano os vistos não haviam sido concedidos.

📄 Angola: Death of Muatxihina Chamumbala in Conduege Prison and concern for the remaining 32 prisoners (AFR 12/012/2010)

📄 Angolan activists jailed over attack on Togo football team, 3 August 2010

📄 Angola: Benguela Provincial Authorities must not unreasonably prevent peaceful demonstration (AFR 12/006/2010)

ARÁBIA SAUDITA

REINO DA ARÁBIA SAUDITA

Chefe de Estado e de governo:	Rei Abdullah bin Abdul Aziz Al-Saud
Penas de morte:	retencionista
População:	26,2 milhões
Expectativa de vida:	73,3 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	26/17 por mil
Taxa de alfabetização:	85,5 por cento

Mais de 100 suspeitos de crimes relacionados à segurança foram detidos em 2010. A situação legal e as condições de reclusão das milhares de pessoas detidas por razões de segurança em anos anteriores, inclusive prisioneiros de consciência, continuaram mantidas em sigilo. Pelo menos dois presos morreram em custódia, possivelmente em consequência de tortura, e surgiram novas informações relativas a métodos de tortura e outros maus-tratos utilizados contra prisioneiros suspeitos de ameaça à segurança. Penas cruéis, desumanas e degradantes, especialmente açoitamento, continuaram a ser impostas e executadas. Mulheres e meninas continuaram sujeitas à discriminação e violência, com alguns casos recebendo ampla atenção da mídia. Tanto cristãos como muçulmanos foram presos por expressarem suas crenças religiosas. Forças sauditas envolvidas em um conflito no norte do Iêmen desferiram ataques que pareceram ser indiscriminados ou desproporcionais e que causaram mortes e lesões de civis, em violação ao direito humanitário internacional. Pessoas que imigraram em busca de trabalho foram exploradas e submetidas a violências por seus empregadores. As autoridades infringiram os direitos de refugiados e requerentes de asilo. Pelo menos 27 prisioneiros foram executados, número significativamente menor do que nos dois anos anteriores.

Informações gerais

Em fevereiro, o ministro da Justiça afirmou que a Arábia Saudita almejava construir um sistema de justiça que incorporasse o melhor dos sistemas de justiça de outros países, incluindo um marco legal eficaz contra o terrorismo e a possibilidade de mulheres advogadas representarem clientes em tribunais que julgam litígios de família. No entanto,

no final de 2010, o sistema de justiça permanecia essencialmente sigiloso. Uma *fatwa* (n. 239 de 12 de abril de 2010) que criminaliza o “financiamento do terrorismo” foi expedida pelo Conselho Superior dos Ulemás (eruditos religiosos). A medida confere aos juízes poder discricionário para impor qualquer sentença, inclusive a pena de morte.

Em maio, o Rei ordenou a formação de um comitê para modernizar os procedimentos baseados na lei islâmica (*sharia*) e para restringir as punições corporais; havia expectativa de que essa decisão limitasse o açoitamento a 100 chibatadas, pondo um fim à arbitrariedade de juízes que, em alguns casos, elevaram as sentenças a dezenas de milhares de chibatadas. Até o final de 2010, a reforma não havia sido introduzida.

Segurança e combate ao terrorismo

Mais de 100 pessoas foram detidas por suspeita de crimes relacionados à segurança. A situação legal de milhares de outras pessoas presas em anos anteriores permaneceu desconhecida e sob sigilo.

■ Em março, as autoridades informaram que haviam detido, nos últimos meses, 113 pessoas suspeitas: 58 sauditas, 52 iemenitas, um somali, um bengali e um eritreu. Dos 58 sauditas, uma mulher, chamada Haylah al-Qassir, teria sido presa em fevereiro, em Buraidah. As autoridades informaram que as 113 pessoas pertenciam a três células armadas e estavam planejando atentados violentos; elas teriam sido descobertas depois que dois supostos membros da Al Qaeda foram mortos pelas forças de segurança, em outubro de 2009, na província de Jizan. Nenhuma outra informação foi disponibilizada.

■ Ahmad Abbas Ahmad Muhammad, um cidadão egípcio, continuou mantido na prisão Al Hair, em Riad. Sua situação legal era desconhecida. Ele foi preso logo após um ataque suicida a bomba que matou 35 pessoas em maio de 2003, em Riad. Segundo informações, ele teria viajado do Egito à Arábia Saudita para trabalhar em um centro de saúde.

Pelo menos 12 suspeitos detidos em anos anteriores foram libertados em julho, aparentemente depois de as autoridades decidirem que eles já não representavam uma ameaça após terem frequentado um “programa de reabilitação”. Outros dez – segundo informações, todos ex-prisioneiros de Guantánamo devolvidos à Arábia Saudita pelas autoridades estadunidenses –, receberam sentenças de prisão

com pena suspensa, em março, com durações entre 3 e 13 anos, e foram proibidos de viajar para fora da Arábia Saudita por cinco anos. Não foram divulgados detalhes sobre seus julgamentos nem sobre as acusações. Cerca de 15 outros cidadãos sauditas continuaram presos sob custódia estadunidense na base de Guantánamo.

Em junho, o vice-ministro do Interior informou ao jornal *Okaz* que um grande número de detentos estava sendo julgado e que cada um deles “teria o que merece”, mas não forneceu detalhes. Em setembro, notícias divulgadas pela imprensa informaram que tribunais compostos por três juízes estavam sendo instalados para julgar réus acusados de crimes passíveis de pena de morte, ao passo que os demais réus seriam julgados perante tribunais de um só juiz. As notícias sugeriam que estes tribunais deveriam começar a operar em Jidá e posteriormente se transferir para Riad. O primeiro julgamento de 16 réus teve início em outubro, em uma prisão em Jidá. Entre os réus estavam sete pessoas que advogavam uma reforma política pacífica e que estavam detidas desde fevereiro de 2007. O julgamento foi realizado a portas fechadas e as autoridades não divulgaram as acusações com precisão; os réus não foram autorizados a consultar um advogado.

■ Sulaiman al-Rashudi, um ex-juiz septuagenário, preso em 2 de fevereiro de 2007, em Jidá, junto com outros defensores da reforma, estava entre os 16 réus levados a julgamento em outubro. Em agosto de 2009, ativistas de direitos humanos peticionaram ao Tribunal de Queixas, uma corte administrativa, que ordenasse ao Ministério do Interior libertá-lo. O ministro declarou que a corte administrativa não era competente para acolher o caso porque Sulaiman al-Rashudi já havia sido acusado e seu caso encaminhado a um Tribunal Penal Especial.

Liberdade de religião

Dezenas de muçulmanos e cristãos foram presos em razão de suas crenças religiosas ou da expressão dessas crenças. Membros da comunidade muçulmana xiita foram perseguidos por realizarem encontros de oração, celebrarem festas religiosas xiitas e por suspeita de violarem as restrições à construção de mesquitas xiitas e de escolas religiosas.

■ Turki Haydar Muhammad al-Ali e outras cinco pessoas, na maioria estudantes, foram presos em janeiro depois que cartazes de uma *hussainiya* (centro

religioso xiita) foram afixados por ocasião da Ashura, o dia sagrado do xiismo, em dezembro de 2009. Eles foram detidos sem acusação ou julgamento na prisão de Al Ihsa e, no final de 2010, acreditava-se que ainda estavam sendo mantidos lá.

■ Makhlaf Daham al-Shammari, um ativista de direitos humanos e muçulmano sunita, foi preso em 15 de junho depois de publicar um artigo criticando o que ele disse ser preconceito de eruditos religiosos sunitas contra membros da comunidade xiita e suas crenças. Ao final de 2010, ele ainda se encontrava detido no Presídio Geral de Dammam, e um recurso contra sua detenção arbitrária, interposto ante o Tribunal de Queixas, ainda não havia sido julgado.

■ Em outubro, 12 cidadãos filipinos e um padre católico romano foram presos em Riad pela polícia religiosa, que efetuou uma batida no local em que um serviço religioso estava sendo conduzido em segredo. Eles teriam sido acusados de proselitismo, sendo libertados sob fiança no dia seguinte.

Tortura e outros maus-tratos

As autoridades mantiveram grande sigilo com relação a prisioneiros, suas condições de detenção e tratamento; porém, há informações de pelo menos duas mortes sob custódia, possivelmente em consequência de tortura ou outros maus-tratos.

■ Muhammad Amin al-Namrat, cidadão jordaniano, morreu em janeiro, na prisão da Inteligência Geral, na província de Asir. Segundo informações, esse professor de árabe foi sentenciado a dois anos de prisão, em 2007, por estimular seus estudantes a pegar em armas contra as forças dos EUA no Iraque. Ao que parece, ele teria ficado preso além do prazo estipulado para sua sentença. Não se sabe de qualquer investigação sobre as circunstâncias de sua morte.

■ Mohammed Farhan morreu em setembro, enquanto esteve detido em uma delegacia de polícia em Jubail. Há relatos de que um relatório médico teria indicado marcas de estrangulamento em seu pescoço. Até o final do ano, não havia informações sobre a realização de qualquer investigação a respeito de sua morte. Um ex-detento que esteve recluso por suspeita de ameaça à segurança, no presídio de Ulaysha, em Riad, em 2007 e 2008, contou à Anistia Internacional que foi mantido algemado e acorrentado pelos 27 dias seguintes à sua prisão, antes que lhe removessem as algemas e lhe permitissem banhar-se pela primeira vez. Disse também que havia sido interrogado durante

a noite por mais de um mês, e que esse procedimento era rotineiro para os suspeitos de ameaça à segurança.

Penas cruéis, desumanas e degradantes

Punições corporais, especialmente açoitamento, foram rotineiramente impostas pelos tribunais e executadas como punição principal ou adicional.

■ Em janeiro, um tribunal de Jubail sentenciou uma estudante de 13 anos a 90 chibatadas, a serem executadas diante de seus colegas de classe, depois de condená-la por agredir um professor. Ela foi sentenciada também a dois meses de prisão. Não se sabem mais detalhes do caso nem se o açoitamento foi realizado.

■ Em novembro, segundo informações, um homem foi sentenciado por um tribunal de Jidá a 500 chibatadas e cinco anos de prisão por homossexualidade, entre outras acusações.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática e a ser submetidas à violência, tanto doméstica quanto de outra natureza. A lei não confere às mulheres status equivalente ao dos homens, e as normas relativas à guarda masculina subordinam as mulheres aos homens no casamento, no divórcio, na custódia dos filhos e na liberdade de movimento. Isto deixa as mulheres vulneráveis à violência doméstica, que pode ser cometida pelos homens com impunidade.

■ O caso de uma menina de 12 anos cujo pai a forçou a se casar com um homem de 80 anos por dinheiro foi amplamente divulgado na Arábia Saudita e no exterior. Uma representação legal ingressada por ativistas de direitos humanos locais deu destaque ao caso e resultou, em fevereiro, na obtenção do divórcio da menina.

■ Em fevereiro, o Supremo Conselho Judiciário anulou uma decisão de um tribunal inferior, de 2006, que exigia que um casal, Fatima al-Azzaz e Mansur al-Taimani, se divorciasse contra sua vontade. A ação original havia sido movida pelo irmão de Fatima al-Azzaz com base no fato de que seu marido provinha de uma tribo de menor status social e, portanto, não cumpria com a norma de paridade de status, que prevê que os cônjuges devem possuir condições sociais equivalentes, caso contrário o casamento será inválido. Em novembro, a Arábia Saudita foi eleita para o conselho de um novo órgão da ONU criado para promover os direitos das mulheres.

Direitos dos imigrantes

O sistema de patronagem que regula o emprego de estrangeiros no país continuou a expô-los à exploração e a abusos por parte de empregadores privados e governamentais e lhes deu pouca ou nenhuma possibilidade de reparação. Abusos comuns incluíram longas jornadas de trabalho, não pagamento de salários, recusa de permissão para retornar para casa após o término do contrato, bem como violência, particularmente contra as trabalhadoras domésticas.

■ Yahya Mokhtar, um médico sudanês que foi mantido à força na Arábia Saudita junto com sua família, desde 2008, porque seu ex-empregador recusou-lhe permissão para deixar o país, foi autorizado a voltar ao Sudão em maio.

■ Quando L. P. Ariyawathie, uma trabalhadora doméstica cingalesa, retornou ao seu país, em agosto, foram localizados 24 pregos e uma agulha cravados em suas mãos, perna e testa. Ela disse que os ferimentos foram infligidos por seu patrão quando ela reclamava da carga excessiva de trabalho. Não ficou claro se as autoridades sauditas estavam investigando o caso.

■ Uma trabalhadora doméstica indonésia, Sumiati Binti Salan Mustapa, foi hospitalizada em Medina, após denúncias de que seus patrões haviam cortado seu rosto com tesouras, provocado queimaduras com um ferro e a espancado. O corpo mutilado de outra trabalhadora indonésia, Kikim Komalasari, foi encontrado em um contêiner em Abha. Há informações de que as autoridades da Arábia Saudita e da Indonésia estariam investigando os casos.

Ataques aéreos e matança de civis no norte do Iêmen

Em novembro de 2009, as forças sauditas se envolveram em um conflito entre as forças do governo iemenita e rebeldes Huthis (seguidores de um clérigo com esse nome) na área de Sadah, no Iêmen (veja a seção sobre o Iêmen). As forças da Arábia Saudita entraram em choque com grupos armados huthis e realizaram ataques aéreos contra cidades e vilarejos em Sadah. Ao que parece, alguns desses ataques foram indiscriminados ou desproporcionais e causaram mortes e lesões em civis, em violação ao direito humanitário internacional. Os ataques cessaram em fevereiro, quando o governo iemenita e os rebeldes huthis acordaram um cessar-fogo.

Refugiados e requerentes de asilo

Em junho e julho, as autoridades repatriaram à força cerca de dois mil cidadãos somalis ao seu país de origem, apesar do conflito armado em curso na Somália e dos apelos em contrário do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados. A maioria dos repatriados era de mulheres.

■ Vinte e oito cidadãs e cidadãos eritreus continuaram restritos a um campo de refugiados próximo à cidade de Jizan; acredita-se que estejam lá desde 2005.

Pena de morte

O número registrado de execuções caiu pelo segundo ano consecutivo. Pelo menos 27 pessoas foram executadas, uma redução significativa em relação aos registros de 69, em 2009, e de 102, em 2008. Seis cidadãos estrangeiros estavam entre os executados.

Pelo menos 140 prisioneiros haviam sido condenados à morte, incluindo alguns sentenciados por crimes que não envolvem violência, como apostasia e bruxaria.

■ Ali Hussain Sibat, cidadão libanês, e Abdul Hamid bin Hussain bin Moustafa al-Fakki, cidadão sudanês, foram sentenciados à morte, tendo sido condenados, em julgamentos separados, por praticar “bruxaria”. Em ambos os casos, os julgamentos foram injustos; eles foram julgados em segredo e sem acesso a advogados de defesa.

Em dezembro, a Arábia Saudita foi um dos poucos Estados que votou contra uma resolução da Assembleia Geral da ONU que pedia uma moratória mundial das execuções.

ARGENTINA

REPÚBLICA ARGENTINA

Chefe de Estado e de governo:	Cristina Fernández
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	40,7 milhões
Expectativa de vida:	75,7 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	17/14 por mil
Taxa de alfabetização:	97,7 por cento

Mulheres e meninas que engravidaram em consequência de estupro continuaram a enfrentar obstáculos significativos para realizar abortos legais. O uso excessivo da força pela polícia e as condições desumanas das prisões ainda eram motivo de grave preocupação. Prosseguiram as ações judiciais contra indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos cometidas durante os regimes militares.

Informações gerais

Em junho, a Argentina se tornou o primeiro país da América Latina a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em julho, a presidenta Cristina Fernández emitiu um decreto implementando a legislação aprovada em 2009 sobre prevenção e punição da violência contra a mulher. Em dezembro, após um processo de consulta nacional, foi divulgado um Plano Nacional de Direitos Humanos.

Direitos sexuais e reprodutivos

O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e o Comitê de Direitos Humanos da ONU pediram que a Argentina modificasse as leis que criminalizam o aborto em determinadas situações. Devido a interpretações equivocadas do Código Penal, mulheres sobreviventes de estupro encontravam enormes dificuldades para realizar um aborto legal. Houve questionamentos sobre o tão aguardado Guia Técnico de Atenção Integral aos Casos de Abortos Não-Puníveis, e temia-se que o país continuasse sem diretrizes institucionais claras relativas a procedimentos de aborto.

■ Em março, duas adolescentes de 15 anos, da província de Chubut, no sul da Argentina, que teriam sido estupradas pelos respectivos padrastos, foram impedidas, por diferentes juízes, de realizarem abortos legais, o que adiou a solução de seus casos e pôs em

risco suas vidas. Posteriormente, as duas decisões judiciais foram revogadas.

Tortura e outros maus-tratos

O Comitê de Direitos Humanos da ONU, o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestaram grave preocupação com as denúncias de tortura e outros maus-tratos cometidos em prisões e delegacias de polícia, principalmente nas províncias de Buenos Aires e Mendoza. Em janeiro, deputados da província do Chaco aprovaram um Mecanismo Provincial de Prevenção da Tortura. Entretanto, até o final do ano, ainda não vigorava nenhum mecanismo similar no âmbito nacional, conforme requerido pelo Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura.

Forças policiais e de segurança

Houve denúncias sobre uso excessivo da força pelos órgãos de segurança, o que resultou em ferimentos e mortes. Em incidentes separados, ocorridos em junho e outubro, dois adolescentes foram mortos a tiros por policiais na província de Río Negro.

■ No dia 15 de fevereiro, a polícia dispersou com violência uma manifestação na cidade de Andalgalá, província de Catamarca. Os moradores protestavam contra a abertura de uma mina a céu aberto na região. Poucas horas depois, milhares de pessoas se reuniram na praça central da cidade para prestar solidariedade aos manifestantes. Segundo consta, as forças de segurança teriam reagido agredindo os manifestantes com cassetetes, lançando gás lacrimogêneo contra a multidão e atirando indiscriminadamente com balas de borracha. Durante o incidente, o prédio da prefeitura foi danificado por alguns manifestantes. Várias pessoas foram presas e cerca de 70 ficaram feridas.

Impunidade

Segundo dados oficiais, até o fim do ano, 110 pessoas haviam sido condenadas por participação em violações de direitos humanos cometidas no período dos regimes militares; outras 820 estavam sendo processadas criminalmente; e 13 julgamentos já haviam iniciado. Apesar dos progressos alcançados para que os responsáveis por violações do passado fossem levados à Justiça, um relatório produzido pela Corte Suprema reconhecia haver atrasos, principalmente nos tribunais provinciais.

■ Em 20 de abril, Reynaldo Bignone, ex-general e ex-presidente de facto no período militar, foi condenado por atos de tortura, homicídio e vários sequestros, cometidos entre 1976 e 1978, quando ele comandava o famigerado centro de detenção Campo de Mayo.

■ Em julho, o ex-general Luciano Benjamín Menéndez e o ex-chefe de inteligência da polícia de Tucumán, Roberto Alborno, foram condenados à prisão perpétua por violações dos direitos humanos cometidas em um centro de detenção secreto na província de Tucumán, durante o regime militar (1976-1983).

■ Em dezembro, Jorge Videla, presidente *de facto* da Argentina entre 1976 e 1981, foi responsabilizado criminalmente pelas torturas e mortes de mais de 30 prisioneiros na província de Córdoba em 1976. Outros 22 militares e policiais também foram condenados por esses crimes.

Direitos dos povos indígenas

Prosseguiram as preocupações com a não aplicação de uma lei de emergência nacional de 2006. A lei suspende temporariamente a execução de ordens de despejo ou de remoção de comunidades indígenas de suas terras tradicionais até que uma investigação adequada seja realizada em todo o território nacional.

■ Em novembro, 400 policiais dispersaram com violência manifestantes indígenas da comunidade Toba Qom que haviam bloqueado uma estrada para protestar contra os planos de construção de uma universidade em suas terras tradicionais. A polícia também incendiou as moradias temporárias da comunidade. Pelo menos um policial e um indígena foram mortos.

Direito à saúde – terra e meio ambiente

Um relatório publicado por uma ONG, no início de 2010, identificava 120 conflitos relacionados a questões fundiárias e ambientais na região do Chaco, no norte da Argentina. Essas disputas afetavam mais de um milhão de pessoas, principalmente em comunidades indígenas e de agricultores.

Apesar das crescentes evidências de que os produtos químicos usados nas plantações de soja e de arroz vêm causando um impacto negativo sobre a saúde da população em diversas províncias do norte do país, até o fim do ano nenhuma investigação ou pesquisa epidemiológica sistemática havia sido iniciada para avaliar a extensão e a gravidade do problema.

Justiça internacional

Em setembro, a Corte Suprema aprovou por unanimidade a extradição de Sergio Galvarino Apablaza Guerra para o Chile, onde é acusado de participação no assassinato do senador Jaime Guzmán e no sequestro de Cristián Edwards, em 1991. Em outubro, porém, seu processo de extradição foi encerrado por um juiz federal depois que a Comissão Nacional para os Refugiados lhe concedeu status de refugiado.

Visitas/relatórios da AI

📄 Argentina: “Exigimos respeto” – los derechos de los pilagá del Bañado la Estrella (AMR 13/001/2010)

BOLÍVIA

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Chefe de Estado e de governo:	Evo Morales Ayma
Penal de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	10 milhões
Expectativa de vida:	66,3 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	65/56 por mil
Taxa de alfabetização:	90,7 por cento

Desdobramentos institucionais relativos ao sistema de justiça causaram sérias preocupações.

Julgamentos importantes sobre violações de direitos humanos cometidas no passado progrediram lentamente. Pouco avançaram as investigações sobre a violência praticada pelas forças de segurança e por particulares.

Informações gerais

A falta de consulta e de acordo sobre reformas políticas exacerbaram o clima de tensão. Houve protestos de grupos indígenas e de sindicatos. Em maio, a confederação dos sindicatos (Central Obrera Boliviana) convocou uma greve para pedir reformas no sistema de pagamentos e de pensões. Em junho, a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia realizou uma passeata na cidade de Trinidad, departamento de Beni, para protestar contra alguns aspectos da futura lei de autonomia e pela falta de

progresso na repartição de terras. Em julho, uma solução negociada foi acertada. Os meses de julho e agosto foram marcados pelo aumento das tensões entre autoridades nacionais e locais do departamento de Potosí. Organizações de agricultores, o comitê cívico local e algumas autoridades da região convocaram uma greve de 19 dias para protestar sobre questões de terra, meio-ambiente e infraestrutura. Em dezembro, o presidente Evo Morales abandonou os planos de acabar com os subsídios governamentais para a gasolina e o diesel, depois que um aumento acentuado nos preços provocou uma forte onda de protestos.

Autoridades do alto escalão do governo questionaram publicamente a legitimidade de ONGs e de movimentos sociais que manifestaram contrariedade com políticas e ações do governo.

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos na Bolívia foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. Diversos Estados manifestaram preocupações sobre a independência do Judiciário, sobre impunidade e acesso à Justiça, sobre direitos das mulheres e sobre discriminação por orientação sexual.

Evoluções legais, constitucionais e institucionais

As profundas reformas realizadas na Bolívia não tiveram um processo de consulta proporcional ao seu alcance. Os prazos estipulados para aprovação da nova legislação foram demasiadamente otimistas e faltou transparência nos procedimentos adotados.

Em maio, a posse do novo Ouvidor de Direitos Humanos (*Defensor del Pueblo*) foi marcada por temores de que a primeira etapa de seleção para o cargo não tenha seguido critérios objetivos.

Uma lei aprovada em fevereiro concedia poderes para que o Presidente designasse por decreto os juizes interinos que assumiriam vagas no Tribunal Constitucional e no Supremo Tribunal. Esses mandatos temporários acabaram sendo prorrogados, pois houve atrasos no processo de seleção e de eleição dos novos juizes. Juizes indicados por governos anteriores, e que já estavam lotados nesses tribunais, teriam seu mandato encerrado assim que o processo fosse concluído.

O mandato dos juizes indicados para o Tribunal Constitucional previa que eles tratassem exclusivamente do acúmulo de processos ajuizados

antes de fevereiro de 2009. Em consequência, o tribunal não exerceu a supervisão constitucional das novas leis. Houve diversos questionamentos referentes à compatibilidade da nova legislação com as normas internacionais de direitos humanos. As preocupações incluíam o efeito retroativo da lei de combate à corrupção e o endurecimento das penalidades previstas na lei de combate ao racismo. Com relação ao Judiciário, questionou-se o papel do "defensor do litigante", que exerce função supervisoradora ao mesmo tempo em que depende do Executivo.

Forças policiais e de segurança

Preocupações sobre violações de direitos humanos cometidas durante operações de segurança, assim como nos estabelecimentos policiais e militares, foram constantes durante o ano.

■ Duas pessoas morreram depois de serem atingidas por tiros e pelo menos 30 ficaram feridas, quando a polícia tentou dispersar manifestantes que haviam obstruído uma estrada na província de Caravani. O protesto foi motivado por indícios de que o governo poderia não cumprir uma promessa eleitoral de construir ali uma fábrica processadora de cítricos. Um relatório produzido pelo Ouvidor de Direitos Humanos criticou o uso desproporcional e excessivo da força, as prisões indiscriminadas e o tratamento desumano e degradante dos detidos. O governo, no entanto, contestou o relatório. No fim do ano, o caso ainda estava sendo investigado.

■ Em setembro, foi divulgado um vídeo, de 2009, em que um recruta do exército em Challapata, departamento de Oruro, aparecia sendo repetidamente submergido na água por indivíduos em uniforme militar. O vídeo fez ressurgirem preocupações sobre a cultura de violência fomentada no ambiente militar. No fim do ano, quatro militares estavam sendo investigados (*ex officio*).

Homicídios ilegais

No decorrer do ano, vários casos de "linchamento" vieram à tona.

■ Entre os dias 23 de maio e 1º de junho, quatro policiais foram mortos depois de mantidos cativos nas mãos de particulares, na localidade de Saca Saca, próxima a Uncía, no departamento de Oruro. Acredita-se que um deles tenha sido torturado por vários dias antes de ser morto. Autoridades indígenas da comunidade acusaram a polícia de matar um motorista

de táxi e de praticar extorsão e rejeitaram a presença de promotores que investigavam o caso. No fim do ano, seis suspeitos estavam sendo investigados.

Impunidade

Houve constantes atrasos nas tentativas de se levar à Justiça os responsáveis por violações de direitos humanos cometidas no período dos regimes militares e após a volta da democracia. A reparação às vítimas também foi prejudicada.

■ Em agosto, a Corte Suprema sentenciou Oscar Menacho Vaca e Justo Sarmiento Alanez, duas autoridades políticas do governo militar de Hugo Banzer (1971-1978), a 20 anos de prisão por sua participação nos desaparecimentos forçados de José Carlos Trujillo Oroza e de José Luis Ibsen Peña, em 1972 e 1973. Um terceiro agente foi condenado a 15 anos de prisão pelos mesmos crimes.

Em setembro, a Corte Interamericana concluiu que a Bolívia não havia cumprido sua responsabilidade de investigar e de levar à Justiça os responsáveis pelos desaparecimentos forçados do ativista José Luis Ibsen Peña e de seu filho Rainer Ibsen Cárdenas entre 1971 e 1973.

■ Promotores que investigavam desaparecimentos forçados ocorridos entre 1980 e 1981 enfrentaram constantes obstáculos para ter acesso a arquivos militares. Os entraves persistiam mesmo depois de a Suprema Corte ter emitido, em abril, duas ordens suspendendo o sigilo.

■ Houve atrasos no julgamento dos eventos de outubro de 2003, conhecidos como “Outubro Negro”, quando pelo menos 67 pessoas foram mortas e mais de 400 ficaram feridas durante os choques entre manifestantes e as forças de segurança. A falta de recursos financeiros foi um empecilho para que testemunhas e vítimas pudessem estar presentes no tribunal.

■ Continuou havendo atrasos no julgamento do caso do massacre de Pando, ocorrido em 2008. O ex-administrador do departamento, acusado de autoria intelectual das violações de direitos humanos cometidas na ocasião, permanecia em prisão preventiva no fim do ano.

Segundo informações de ONGs, apenas 218 das 6.000 vítimas de violações que requereram compensação com base numa lei de 2004 obtiveram os benefícios.

ONGs informaram que 82 por cento dos casos de violência sexual que chegaram aos tribunais na

localidade rural de Quillacollo, departamento de Cochabamba, entre 2008 e meados de 2010, ou foram arquivados ou não receberam uma sentença final.

Mortalidade materna

Os dados disponibilizados a partir da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde revelaram um aumento na razão de mortalidade materna do país: de 230 mortes por 100.000 nascimentos em 2003 para 310 em 2008. A base metodológica para obtenção dos dados foi questionada; porém, fontes abalizadas indicaram que a mesma metodologia havia sido usada em ambas as estatísticas.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Bolívia em junho.

BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe de Estado e de governo:	Luiz Inácio Lula da Silva
Penal de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	195,4 milhões
Expectativa de vida:	72,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	33/25 por mil
Taxa de alfabetização:	90 por cento

As comunidades que vivem em situação de pobreza continuaram a enfrentar uma série de abusos dos seus direitos humanos, como despejos forçados e falta de acesso a serviços básicos. Apesar de algumas cidades registrarem redução na taxa de homicídios, o índice de violência criminal e policial permaneceu elevado nas favelas, agravando ainda mais a situação de desigualdade. Tortura, superlotação e condições degradantes continuaram a caracterizar os sistemas penitenciários adulto e juvenil. A falta de controle efetivo sobre o setor resultou em distúrbios que provocaram diversas mortes. Povos indígenas, quilombolas e trabalhadores sem terras enfrentaram ameaças, intimidações e violências em decorrência de disputas por terra. Defensores dos direitos humanos

continuaram correndo perigo, tendo dificuldades para obter proteção do Estado.

Informações gerais

Ao fim do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil desfrutava de crescimento econômico, de estabilidade política e de uma presença de destaque no cenário internacional. Apesar dos avanços consideráveis na redução da pobreza, o país permaneceu marcado por profundas desigualdades. Em outubro, prometendo continuidade, Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais no segundo turno. Antes de tomar posse, em janeiro de 2011, ela declarou que a erradicação da miséria, a segurança pública e a saúde seriam prioridades de seu governo.

Em maio, o Presidente Lula aprovou uma versão modificada do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos. A remoção das referências à descriminalização do aborto, à mediação de conflitos agrários e aos crimes cometidos durante o regime militar (1964-85) foi motivo de críticas.

Em outubro, numa decisão inédita, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a federalização do caso do assassinato de Manoel Mattos, ex-vereador e ativista de direitos humanos. Foi a primeira vez que o STJ deferiu o deslocamento de competência da esfera estadual para a federal, desde que uma emenda constitucional de 2004 passou a permitir que casos graves de violações de direitos humanos fossem transferidos para a Justiça Federal. Manoel Mattos havia denunciado as atividades de grupos de extermínio que atuavam na divisa entre os estados da Paraíba e de Pernambuco. As investigações sobre o assassinato foram prejudicadas por ameaças às testemunhas.

Em fevereiro, mesmo diante da forte oposição de comunidades indígenas e rurais, de ambientalistas, de ativistas de direitos humanos e do Ministério Público, o controverso projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, estado do Pará, recebeu a licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). ONGs locais argumentaram que o projeto da represa de Belo Monte poderia desalojar milhares de famílias e alagar uma vasta área de território indígena tradicional. Em outubro, o governo federal deu um passo positivo ao emitir um decreto prevendo a criação de um cadastro socioeconômico para qualificação e registro público da população atingida por barragens.

Em fevereiro, o Brasil aprovou uma emenda constitucional que acrescenta o direito à alimentação ao conjunto dos direitos econômicos, sociais e culturais já estabelecidos. Em novembro, o país ratificou a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Porém, o Brasil não reconheceu a competência do Comitê sobre Desaparecimentos Forçados para receber comunicados provenientes ou em nome de vítimas ou Estados, quando as autoridades nacionais deixam de cumprir suas obrigações.

Segurança pública

A violência dos grupos criminosos e da polícia continuou sendo um grave problema nas maiores cidades do país. Em um relatório de seguimento sobre o progresso do Brasil, o relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais afirmou que “os cidadãos, principalmente os moradores de favelas, continuam sendo reféns da violência dos grupos criminosos, das milícias e da polícia” e que as “execuções extrajudiciais ainda são amplamente praticadas”.

No Rio de Janeiro, Unidades de Polícia Pacificadora foram instaladas em um maior número de favelas, com a consequente diminuição da violência nesses locais. Entretanto, nas áreas não contempladas pelo projeto, a violência policial continuou generalizada, inclusive com o registro de vários homicídios. Segundo dados oficiais, em 2010 a polícia matou 855 pessoas em circunstâncias descritas como “autos de resistência”.

Em novembro, numa reação à violência dos grupos criminosos, que incendiaram mais de 150 veículos e atacaram bases policiais, a polícia montou diversas operações em diferentes pontos da cidade. No período de uma semana, mais de 50 pessoas foram mortas nos confrontos entre policiais e traficantes. A Polícia Civil matou sete pessoas em uma única operação na favela do Jacarezinho. Na comunidade de Vila Cruzeiro, uma menina de 14 anos foi morta dentro de casa ao ser atingida por uma bala perdida. No final daquela semana, mais de 2.600 homens, apoiados pelo Exército e pela Marinha, efetuaram uma operação de grandes proporções no Complexo do Alemão, um conjunto de favelas na zona norte da cidade, onde o Comando Vermelho, a maior facção do tráfico do Rio de Janeiro, havia estabelecido sua

base de atuação. Em pouco tempo, todo o complexo havia sido dominado e, no final do ano, enquanto aguardava a possível instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora, o local estava sob controle do Exército.

Milícias e grupos de extermínio

As milícias (grupos parapoliciais armados) continuaram a controlar muitas áreas do Rio de Janeiro. Grande parte das recomendações da CPI das Milícias, de 2008, ainda não havia sido implementada no fim de 2010.

■ Em setembro, Leandro Baring Rodrigues foi morto a tiros quando dirigia seu automóvel. Um ano antes, ele presenciara o assassinato de seu irmão, Leonardo Baring Rodrigues, que havia testemunhado contra as milícias no caso de uma chacina de sete pessoas ocorrida em 2008 na favela do Barbante.

Grupos de extermínio, muitos deles formados por agentes policiais fora do horário de serviço, continuaram a operar em diversos estados. Em agosto, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), um órgão federal que investiga violações de direitos humanos, concluiu que os grupos de extermínio, geralmente contratados por empresários locais para ameaçar, torturar e matar pessoas que cometem crimes de baixa gravidade, atuavam com impunidade no estado do Ceará.

■ Mais de 30 moradores de rua foram mortos em Maceió, capital do estado de Alagoas. Promotores de justiça sugeriram que os crimes poderiam ser uma tentativa de grupos “justiceiros” de fazer uma “limpeza” na cidade. As investigações transcorreram com grande lentidão. Até novembro, somente quatro inquéritos haviam sido concluídos e encaminhados ao Ministério Público.

Em São Paulo, houve uma série de chacinas cujos responsáveis estariam ligados a grupos policiais de extermínio e a grupos criminosos. Segundo dados oficiais, entre o início de janeiro e o final de setembro, 240 pessoas foram mortas em 68 diferentes incidentes ocorridos na capital e na grande São Paulo.

Tortura e outros maus-tratos/condições prisionais

A tortura foi amplamente praticada no momento da prisão, nas celas policiais, nas penitenciárias e no sistema de detenção juvenil.

■ Em abril, um motoboy foi torturado até a morte dentro de um prédio da Polícia Militar em São Paulo.

Ele foi chutado repetidamente no rosto e espancado com cassetetes e correntes por um grupo de policiais, tendo morrido em decorrência da agressão. Doze policiais foram indiciados por tortura e homicídio.

As prisões continuaram extremamente superlotadas, com os internos mantidos em condições que configuravam tratamento cruel, desumano ou degradante. As autoridades perderam o controle efetivo de muitas unidades, situação que provocou uma série de rebeliões e de homicídios.

■ Em outubro, facções rivais mataram 18 prisioneiros em duas penitenciárias do Maranhão. Quatro foram decapitados. Os distúrbios começaram quando os presos reclamaram da superlotação, da péssima qualidade da comida e da falta de água.

Em novembro, depois das críticas recebidas da Comissão Estadual de Direitos Humanos e de ONGs locais, as autoridades estaduais do Espírito Santo resolveram fechar o Departamento de Polícia Judiciária de Vila Velha. O local abrigava uma quantidade de presos oito vezes maior que sua capacidade máxima e vinha sendo objeto de diversas denúncias de tortura. O polêmico uso de contêineres de navio para encarcerar prisioneiros, verificado em diversas penitenciárias, também foi suspenso. Ainda assim, as inspeções realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça apontaram a persistência de vários problemas, como superlotação e condições insalubres, principalmente no Presídio Feminino de Tucum.

No fim do ano, projetos para uma lei federal que introduziria mecanismos preventivos em conformidade com o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura – ratificado pelo Brasil em 2007 – permaneciam parados na Casa Civil. Enquanto isso, dois estados, Alagoas e Rio de Janeiro, aprovaram legislações, respectivamente em maio e junho, com vistas a implementar o Protocolo Facultativo.

Direito à moradia adequada

Centenas de pessoas morreram e dezenas de milhares ficaram desabrigadas em consequência das inundações que atingiram os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco no primeiro semestre do ano. As enxurradas trouxeram à tona a situação inadequada da maior parte das moradias, evidenciando a negligência das autoridades em lidar com riscos potenciais claramente identificáveis.

Outras comunidades tiveram que enfrentar ameaças de despejos em função dos projetos de infraestrutura planejados para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

■ Em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, mais de 100 pessoas morreram quando um deslizamento de terra devastou uma área da favela do Morro do Bumba. A favela havia sido construída sobre um depósito de lixo e, apesar das inúmeras advertências sobre a instabilidade e a toxicidade do terreno, já apontadas num estudo de 2004 da Universidade Federal Fluminense, nada foi feito para diminuir os riscos ou para realocar os moradores. No fim do ano, sobreviventes das enchentes, inclusive os residentes do Morro do Bumba, estavam sendo abrigados em condições extremamente precárias em dois quartéis desativados. Eles disseram à Anistia Internacional que, mais de seis meses após ficarem desalojados, as autoridades municipais não haviam oferecido nenhuma alternativa de alojamento para as famílias, e que o aluguel social que estavam recebendo era insuficiente e frequentemente atrasava.

■ Após meses de ameaças, às 9 horas da manhã do dia 22 de outubro, funcionários da subprefeitura, acompanhados por policiais civis e militares fortemente armados, começaram a demolir com escavadeiras um distrito comercial que funcionava havia mais de 20 anos na comunidade da Restinga, no Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio de Janeiro. Cinco lojas foram destruídas para dar lugar à construção da via expressa Transoeste. A comunidade não recebeu nenhum aviso prévio alertando sobre a intervenção.

■ Moradores da favela do Metrô, próxima ao estádio do Maracanã, no Rio, receberam várias ameaças de despejo. Em junho, sem que os moradores fossem informados e sem que houvesse qualquer consulta ou negociação, funcionários da prefeitura marcaram com spray as casas que seriam demolidas. Eles avisaram que os moradores ou seriam transferidos para conjuntos habitacionais no bairro do Cosmos, a cerca de 60 km de distância, na periferia do Rio de Janeiro, ou seriam levados para abrigos temporários sem receber nenhuma compensação.

■ Em outubro, três mil integrantes do movimento do sem-teto ocuparam quatro prédios abandonados no centro de São Paulo. Inicialmente, a polícia impediu a entrada de alimentos e de água nos edifícios. Em novembro, depois de serem expulsas de um dos prédios que ocupavam, as famílias montaram

acampamento em frente à Câmara Municipal para protestar. No dia 22 de novembro, em meio a um forte temporal, guardas municipais expulsaram violentamente as famílias, usando gás lacrimogêneo, spray de pimenta e cassetetes. Dez mulheres e sete homens ficaram feridos.

Direitos dos povos indígenas

Os povos indígenas que lutam pelo direito constitucional a suas terras ancestrais continuaram a enfrentar discriminação, ameaças e violência. A situação era especialmente grave no estado do Mato Grosso do Sul, onde as comunidades Guarani-Kaiowá sofreram constante perseguição de pistoleiros contratados por fazendeiros locais. Apesar dos esforços dos promotores federais para acelerar o processo de reconhecimento do direito dos índios a suas terras tradicionais, os trâmites continuam paralisados.

As comunidades Guarani-Kaiowá de Y'poí, Ita'y Ka'aguyrusu e Kurusú Ambá, no sul do estado do Mato Grosso do Sul, foram hostilizadas e atacadas por pistoleiros armados. Em setembro, na comunidade Kurusú Ambá, um menino de três anos morreu depois de apresentar um quadro de diarreia. Na época, por considerar perigoso o clima de insegurança que cercava a comunidade, a Fundação Nacional da Saúde havia suspenso suas visitas ao local.

■ Em outubro, no sul do estado da Bahia, um líder Pataxó Hã-Hã-Hãe, José de Jesus Silva (conhecido como Zé da Gata), foi morto a tiros por um pistoleiro que passou em uma moto. José de Jesus Silva tentava levar mantimentos a um grupo de índios que ocupava suas terras tradicionais. A demarcação das terras dos Pataxós Hã-Hã-Hãe depende de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que é aguardada desde 1983.

Disputas por terra

Prosseguiram as ameaças e a violência contra trabalhadores sem terras. Geralmente, esses atos eram praticados por pistoleiros contratados por fazendeiros. Poucos casos foram investigados adequadamente.

■ No município de São Vicente de Férrer, estado do Maranhão, fazendeiros locais ameaçavam constantemente a comunidade do Charco, que realizava uma campanha para que suas terras fossem

reconhecidas como um assentamento quilombola. No dia 30 de outubro, o líder comunitário Flaviano Pinto Neto foi morto com sete tiros na cabeça. Outro líder comunitário, Manoel Santana Costa, foi diversas vezes ameaçado de morte, assim como outros 20 membros da comunidade.

Direitos dos trabalhadores

Condições degradantes de trabalho ainda persistem por todo o país. Em maio, a relatora especial da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão visitou o Brasil. Ela constatou que o trabalho forçado e outras práticas análogas à escravidão tinham maior prevalência no setor pecuário e nas plantações de cana-de-açúcar. A relatora exortou as autoridades federais a aprovarem uma emenda constitucional que possibilita a desapropriação de terras onde for constatada a prática de trabalho forçado. A emenda, que havia sido proposta em 1999, continuava parada no Congresso no fim de 2010.

Defensores dos direitos humanos

Até o final do ano, o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) havia expandido suas operações para seis estados. No entanto, a inconstância de financiamento e a falta de coordenação entre autoridades federais e estaduais fizeram com que muitos defensores dos direitos humanos incluídos no programa continuassem sem proteção.

■ Em maio, Josilmar Macário dos Santos foi alvo de um tiro quando passava com seu táxi por um viaduto do bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro. O atentado aconteceu na mesma época em que transcorriam as audiências de um processo envolvendo quatro policiais acusados de matar seis jovens, entre eles o irmão de Josilmar, Josenildo dos Santos. Mesmo tendo sido incluído no PPDDH, Josilmar Macário dos Santos não recebeu proteção adequada.

■ Alexandre Anderson de Souza, presidente da Associação dos Homens do Mar (AHOMAR), em Magé, no Rio de Janeiro, recebeu uma série de ameaças de morte devido ao seu trabalho como líder comunitário. Ele participava de protestos denunciando o impacto ambiental causado pela construção de um gasoduto na baía em que sua comunidade pescava.

Impunidade

O Brasil continua atrasado em comparação aos demais países da região na sua resposta às graves violações de direitos humanos cometidas no período militar. Em abril, o Supremo Tribunal Federal se manifestou contrário a uma ação que questionava a interpretação da Lei da Anistia de 1979. As atuais interpretações resultaram na impunidade dos indivíduos acusados de violações graves contra os direitos humanos, como torturas, estupros e desaparecimentos forçados, cometidos na época da ditadura militar que governou o país (1964-85).

■ Em novembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos concluiu que o Brasil é responsável pelo desaparecimento forçado de 62 guerrilheiros no estado do Pará, entre 1970 e 1972. A Corte constatou que o Brasil havia violado o direito à justiça ao não investigar adequadamente esses casos e ao sonegar informações. O tribunal concluiu ainda que a Lei da Anistia de 1979 está em desacordo com as obrigações de direito internacional do país e que não pode ser usada para impedir a abertura de processos por graves violações dos direitos humanos.

No fim do ano, o Presidente Lula ainda não havia acatado integralmente uma ordem de 2009 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que determinava o pagamento de indenização à família do trabalhador sem-terra Sétimo Garibaldi. Segundo testemunhas, Sétimo Garibaldi foi morto a tiros por homens encapuzados, em novembro de 1998, na fazenda São Francisco, em Querência do Norte, nordeste do estado do Pará.

Visitas/relatórios da AI

🗺 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Brasil em outubro.

📄 “Sabemos dos nossos direitos e vamos batalhar por eles”: Direitos indígenas no Brasil - os Guarani-Kaiowá (AMR 19/014/2010)

CANADÁ

CANADÁ

Chefe de Estado: **Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral David Johnston (sucedeu a Michaëlle Jean em outubro)**

Chefe de governo: **Stephen Harper**

Pena de morte: **abolicionista para todos os crimes**

População: **33,9 milhões**

Expectativa de vida: **81 anos**

Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f): **6/6 por mil**

Os povos indígenas tiveram seus direitos violados de forma contínua e sistemática. Temia-se que uma nova lei proposta pudesse resultar na detenção prolongada de requerentes de asilo. Persistiram os temores de violações de direitos humanos associadas às operações de segurança e de combate ao terrorismo.

Informações gerais

Um projeto de lei para a criação de uma política nacional de habitação consistente com as normas internacionais de direitos humanos estava ainda em discussão no final do ano.

Em junho, o Parlamento aprovou uma legislação para implementar um acordo de livre comércio com a Colômbia, mas a lei não incluiu mecanismos para a avaliação fidedigna e independente de impacto sobre os direitos humanos. Em outubro, um projeto de lei para criar diretrizes nacionais de direitos humanos na área empresarial associadas a mecanismos para assegurar seu cumprimento foi rejeitado por estreita margem de votos na Câmara dos Comuns.

Em junho, foi lançada uma coalizão nacional, a Voices/Voix, em resposta a cortes nos fundos governamentais e outras medidas que dificultaram as atividades de mobilização da sociedade civil em áreas como a defesa da igualdade das mulheres e dos direitos dos palestinos.

Direitos dos povos indígenas

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios Cree de Lubicon continuaram a ser utilizadas para a exploração de petróleo e de gás, com a autorização do governo da província de Alberta e sem o consentimento prévio, livre e informado dos Cree de Lubicon. Em setembro, o relator especial da ONU

sobre povos indígenas exigiu “novas e decisivas” ações para proteger os direitos dessa comunidade.

Persistiram as preocupações com relação à falta de investigação sobre o uso excessivo da força pela polícia durante os protestos pelo direito a terra no território moicano de Tyendingaga, em Ontário. Continuou lenta a implementação das reformas propostas pelo Inquérito de Ipperwash, em 2007.

Uma audiência no Tribunal Canadense de Direitos Humanos deu seguimento ao exame da denúncia de que o governo federal estaria despendendo substancialmente menos recursos em serviços destinados à criança e à família nas comunidades das Primeiras Nações (*First Nations*) do que os que são destinados a comunidades predominantemente não indígenas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos prosseguiu com a apreciação de uma denúncia do Grupo do Tratado de Hul'qumi'num, que alega violações do direito à terra dos povos indígenas na ilha de Vancouver, na Colúmbia Britânica.

Em novembro, o Canadá endossou a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. As organizações de defesa dos povos indígenas instaram o governo a implementar a Declaração de modo justo e ético.

Direitos das mulheres

Em junho, como anfitrião da cúpula do G8, o governo anunciou uma iniciativa global pela saúde materna e infantil. Houve controvérsias em relação à ausência de uma abordagem abrangente sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

Em setembro, o governo da Colúmbia Britânica anunciou um inquérito sobre a resposta policial a casos de desaparecimento e assassinato de mulheres em Vancouver, muitas das quais eram indígenas. Houve preocupações de que o inquérito não analisaria os fatores subjacentes que põem em risco essas mulheres.

O governo federal não logrou trabalhar com as mulheres indígenas no desenvolvimento de um plano de ação nacional para o enfrentamento dos altos índices de violência a que elas são submetidas. O anúncio de um fundo governamental, em outubro, deixou lacunas substanciais na proteção oferecida às mulheres indígenas.

Em outubro, o governo federal lançou um Plano de Ação para a Implementação das Resoluções do

Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Segurança e combate ao terrorismo

Em janeiro, a Suprema Corte do Canadá julgou que autoridades do país violaram os direitos do cidadão canadense Omar Khadr durante interrogatórios em Guantánamo, em 2003 e 2004. Ele havia sido detido por forças estadunidenses quando tinha 15 anos de idade. (Veja a seção sobre os EUA).

Ao longo de todo o ano, prosseguiram as audiências conduzidas pela Comissão de Denúncias da Polícia Militar sobre suspeitas de que soldados canadenses teriam transferido prisioneiros no Afeganistão para a custódia de autoridades afegãs, apesar do sério risco de que seriam submetidos à tortura.

Refugiados

Em junho, o Parlamento aprovou a Lei de Reforma Equilibrada para Refugiados (*Balanced Refugee Reform Act*), instituindo o direito de apelação para aqueles cujo pedido de refúgio foi negado e introduzindo uma lista de países de origem seguros, com vistas a acelerar a expedição de determinados pedidos.

Em outubro, o governo propôs uma legislação que reprime o tráfico de pessoas e que penaliza requerentes de refúgio que chegam ao Canadá de modo “irregular”. As propostas incluíam detenção obrigatória por um ano sem acesso a revisão da detenção.

Justiça e ação policial

Em abril, a Polícia Real Montada do Canadá revisou suas políticas, limitando o uso de dispositivos de descarga elétrica a situações em que o indivíduo esteja “causando uma lesão corporal” ou “na iminência de causar uma lesão corporal”.

Aron Firman morreu em junho, depois de ter sido paralisado com uma arma Taser (de eletrochoque) por membros da polícia da província de Ontário, em Collingwood, Ontário. As Diretrizes Federais para o Uso de Armas de Descarga Elétrica, lançadas em outubro, não estabeleceram níveis de risco para o uso das Taser.

Em junho, mais de mil pessoas foram detidas em Toronto durante protestos relacionados às cúpulas do G8 e G20. Os governos federal e da província de Ontário rejeitaram os apelos por um inquérito público amplo.

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado:	Hu Jintao
Chefe de governo:	Wen Jiabao retencionista
Penal de morte:	
População:	1.354,1 milhões
Expectativa de vida:	73,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	25/35 por mil

O governo chinês respondeu ao florescer de sua sociedade civil prendendo e perseguindo as pessoas por manifestarem pacificamente suas ideias, por seguirem práticas religiosas não sancionadas pelo Estado, por apoiarem reformas democráticas e direitos humanos e por defenderem os direitos de outras pessoas. O acesso a sites populares de mídias sociais permaneceu bloqueado pelo sistema de controle e vigilância que a China impôs à internet. As autoridades continuaram a reprimir os tibetanos, os uigures os mongóis e outras populações de minorias étnicas. No cenário internacional, a China se mostrou cada vez mais confiante e agressiva para punir os países cujos líderes se manifestassem publicamente sobre sua postura em matéria de direitos humanos.

Informações gerais

A China manteve um crescimento econômico relativamente alto se comparado a outras economias importantes, apesar da recessão global. Entretanto, a insatisfação e os protestos dentro do país foram cada vez mais intensos, motivados pelas crescentes desigualdades econômicas e sociais, pela corrupção que impregna o sistema de justiça, pelos abusos da polícia, pela supressão das liberdades religiosas e de outros direitos humanos e pela instabilidade e repressão constantes nas regiões tibetanas e uigures do país. Apesar de um aumento na renda média da população, milhões de pessoas não tinham acesso a serviços de saúde, os migrantes internos continuaram sendo tratados como cidadãos de segunda classe e muitas crianças não tinham condições de pagar para ir à escola.

As autoridades renovaram seu compromisso de fortalecer o Estado de direito. Porém, o acesso à Justiça permanecia indisponível para quem fosse considerado uma ameaça política ao regime ou aos

interesses de autoridades locais. A influência política e a corrupção dentro do Judiciário continuaram endêmicas.

Reflexo de sua crescente influência econômica e política no cenário internacional, a China recorreu cada vez mais a ameaças de retaliação econômica e política contra países que criticassem seus antecedentes de direitos humanos. Muitos países pareciam hesitantes em questionar publicamente a falta de progresso da China com os direitos humanos, enquanto que os canais bilaterais, tais como os diálogos sobre direitos humanos, revelaram-se largamente ineficazes. As autoridades reagiram com irritação à notícia de que o prêmio Nobel da Paz havia sido concedido ao conhecido ativista político Liu Xiaobo e adiaram indefinidamente as negociações bilaterais de comércio com a Noruega. Diplomatas estrangeiros relataram terem sido pressionados pela China a não comparecer à cerimônia de premiação no dia 10 de dezembro em Oslo.

Liberdade de expressão

As autoridades impediram as pessoas de se pronunciarem ou de cobrirem questões politicamente sensíveis, acusando-as de divulgar “segredos de Estado”, de “separatismo” (nacionalismo étnico minoritário), de calúnia e do crime de “subversão”. Regulamentos vagos foram usados para exercer um controle rígido sobre a publicação de materiais politicamente sensíveis, inclusive referências às manifestações da Praça da Paz Celestial, a direitos humanos e democracia, ao Falun Gong e a questões tibetanas e uigures. A censura oficial se baseava fortemente na “contenção antecipada”, uma forma de auto-censura, e no uso de um sistema de *firewall* (restrição de acesso) que bloqueava ou “filtrava” conteúdos sensíveis.

Uma emenda à lei de segredos de Estado, que passou a vigorar em 10 de outubro, incluiu uma nova disposição, o artigo 28, requerendo que as empresas de internet e de telecomunicações cooperem com as investigações sobre vazamentos de “segredos de Estado”; caso contrário, serão processadas. As autoridades mantiveram um rígido controle sobre a difusão de notícias na internet. Somente os sites maiores, apoiados pelo governo, conseguiam autorizações. Muitos sites de mídias sociais, como Facebook, Twitter, YouTube e Flickr, permaneceram bloqueados.

■ No dia 5 de julho, Liu Xianbin, membro do proscrito Partido Democrático Chinês, foi detido na cidade de Suining, província de Sichuan, por “incitar a subversão do poder do Estado”. A acusação se relacionava a seu apoio a ativistas de direitos humanos e a artigos que ele havia postado em sites estrangeiros.

■ Em julho, Gheyret Niyaz, um cidadão uigur, foi sentenciado a 15 anos de prisão por “vazar segredos de Estado”. As provas apresentadas contra ele incluíam ensaios que ele havia escrito sobre a situação econômica e social dos uigures na China. Há informações de que sua sentença também foi motivada por comentários que ele fez à imprensa internacional criticando as políticas do governo na Região Autônoma Uigur de Xinjiang.

Liberdade de religião

O Estado exigiu que todos os grupos religiosos se registrassem junto às autoridades e controlou a nomeação dos quadros religiosos. Seguidores de grupos religiosos não registrados ou proscritos corriam risco de serem intimidados, perseguidos, detidos e presos. Alguns grupos foram rotulados pelas autoridades como “organizações de cultos heréticos”. Igrejas e templos erguidos por grupos religiosos considerados pelo Estado como ilegais podiam ser demolidos. Mais de 40 bispos católicos de “igrejas domésticas” não registradas permaneciam detidos, sob prisão domiciliar, escondidos ou em paradeiro desconhecido.

■ Em dezembro, mais de 100 estudantes de um seminário católico da província de Hebei protestaram contra a nomeação de um funcionário não-católico do governo como diretor. Foi o primeiro protesto desse tipo desde 2000.

■ Em março, a sentença de 15 anos de prisão para Alimjan Yimit foi confirmada em recurso pelo Tribunal Superior Popular da Região Autônoma Uigur de Xinjiang. Ele havia sido detido por “vazar segredos de Estado” após ter conversado, por duas vezes, com um homem cristão estadunidense em Urumqui, em abril e maio de 2007.

Falun Gong

As autoridades renovaram sua campanha de “transformação” dos integrantes do Falun Gong, que requeria prisões e centros de detenção para forçar os seguidores do movimento a renunciarem a suas crenças. Aqueles considerados mais “teimosos”, ou

seja, que se recusavam a assinar uma declaração de renúncia, costumavam ser torturados para que cooperassem. Muitos morreram durante o período de detenção ou logo após serem soltos.

Os praticantes de Falun Gong continuaram sendo alvos preferenciais das inspeções efetuadas pelos agentes de segurança antes da realização de grandes eventos nacionais. Fontes ligadas ao Falun Gong documentaram a detenção de 124 praticantes antes da Exposição Universal, a *World Expo*, em Xangai. Há informações de que dezenas de pessoas foram sentenciadas a penas de prisão ou de reeducação pelo trabalho. Advogados de direitos humanos que assumiam casos de praticantes de Falun Gong se tornavam especialmente suscetíveis a penalizações pelas autoridades, muitas vezes com a perda de suas licenças profissionais, intimidações e processos criminais.

■ Guo Xiaojun, ex-professor da Universidade de Xangai e praticante de Falun Gong, foi detido em janeiro nessa mesma cidade, sendo posteriormente acusado de “utilizar uma organização herética para subverter a lei”. Ele foi sentenciado a uma pena de quatro anos de prisão por supostamente ter distribuído materiais do Falun Gong. Enquanto estava detido, foi torturado e mantido em confinamento solitário e acabou assinando uma confissão que foi usada para confirmar sua sentença durante o julgamento sigiloso de um recurso. Anteriormente, ele já havia cumprido uma pena de cinco anos de prisão devido a suas crenças.

■ Os advogados Tang Jitian e Liu Wei tiveram suas licenças profissionais permanentemente caçadas pelo Departamento de Justiça Municipal de Pequim em abril, com base em que teriam “perturbado a ordem do tribunal e interferido com a tramitação regular do processo judicial”. Em abril de 2009, os dois haviam representado um praticante de Falun Gong na província de Sichuan.

Defensores dos direitos humanos

A sociedade civil continuou a se expandir, com um número cada vez maior de organizações não-governamentais atuando no país. Entretanto, as autoridades aumentaram as restrições às ONGs e aos defensores dos direitos humanos. Em maio, sob pressão das autoridades, a Universidade de Pequim cortou as relações com quatro grupos da sociedade civil, dentre os quais o *Centro para o Direito e os*

Serviços Legais das Mulheres.

■ O proeminente defensor dos direitos humanos Gao Zhisheng, que havia “desaparecido” enquanto se encontrava em custódia de agentes da segurança pública, em fevereiro de 2009, permanece com seu paradeiro desconhecido depois de ter reaparecido brevemente em abril.

■ Chen Guangcheng, que foi libertado da prisão no dia 9 de setembro, permaneceu em prisão domiciliar junto com sua esposa. Eles não podiam sair de casa nem mesmo para buscar atendimento médico.

■ Tian Xi, que contraiu HIV e hepatite B e C através de uma transfusão de sangue em 1996, quando tinha 9 anos de idade, foi a julgamento no dia 21 de setembro acusado de “causar danos materiais de maneira intencional”. Tian Xi passou anos pressionando o hospital para que ele e outras pessoas infectadas por transfusões de sangue no mesmo local fossem indenizadas. No dia 2 de agosto, durante uma reunião no hospital, ele perdeu a calma e derrubou alguns objetos de uma mesa. Por meio de uma brecha legal, seu julgamento foi suspenso, permitindo que as autoridades mantenham-no detido indefinidamente.

Detenção sem julgamento

Multiplicaram-se as formas de detenção ilegal, que agora incluem: prisão domiciliar prolongada sem base legal, detenção em 'prisões secretas', centros de 'lavagem cerebral', instituições psiquiátricas e 'hotéis' não identificados. O governo não fez nenhum progresso com relação à abolição dos sistemas de detenção administrativa, como a reeducação pelo trabalho, usados para deter pessoas sem acusação contra elas e sem julgamento. Centenas de milhares de pessoas continuaram sendo mantidas nessas unidades.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos continuaram endêmicos em locais de detenção. A Anistia Internacional recebeu denúncias de mortes sob custódia, algumas em consequência de tortura, numa variedade de instituições públicas, como prisões e centros de detenção policiais. Em julho, novos regulamentos foram adotados para reforçar as proibições ao uso de provas orais ilegais, como confissões forçadas, em processos criminais. No entanto, o Código de Processo Penal chinês ainda não foi emendado para proibir explicitamente que

confissões obtidas mediante tortura ou maus-tratos sejam usadas como prova em tribunais.

Pena de morte

As estatísticas sobre pena de morte e execuções permaneceram sigilosas. Porém, as evidências publicamente disponíveis levam a crer que a China continua usando a pena de morte de maneira extensiva, com milhares de pessoas sendo executadas após julgamentos injustos. Houve diversos casos de pessoas inocentes que foram sentenciadas à morte ou executadas, o que levou a intensos debates da opinião pública, aumentando a pressão para que as autoridades enfrentem essa situação.

Região Autônoma Uigur de Xinjiang

As autoridades não conduziram investigações independentes sobre os choques ocorridos em julho de 2009 na cidade de Urumqi, inclusive sobre a possibilidade de ter havido abuso do poder do Estado. As pessoas envolvidas nos conflitos continuaram a receber sentenças decorrentes de julgamentos injustos. Em março, Nur Bekri, governador da Região Autônoma Uigur de Xinjiang (RAUX), anunciou que 97 processos envolvendo 198 pessoas haviam sido julgados. Entretanto, apenas 26 processos envolvendo 76 pessoas foram tornados públicos. As autoridades continuaram advertindo os advogados de direitos humanos para não assumirem esses casos e, em janeiro, o Tribunal Superior Popular da RAUX emitiu “pareceres orientadores” aos tribunais, especificando como tais julgamentos deveriam ser conduzidos.

Houve um endurecimento das medidas de segurança na RAUX, inclusive com a revisão da legislação de Gestão Abrangente da Ordem Pública, em vigor depois de 1º de fevereiro. Com isso, as autoridades renovaram seu compromisso com a “linha dura” contra o crime na região, sobretudo com crimes que “põem em risco a segurança do Estado”. As autoridades anunciaram que 376 processos desse tipo foram julgados na RAUX em 2010, um aumento com relação a 2008, quando esse número foi de 268.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão na RAUX foi severamente restringida por leis que criminalizam o uso da internet e de outras formas de comunicação digital. As infrações incluíam crimes vagamente definidos de

“separatismo étnico”, tais como “incitação ao separatismo” e distribuição de materiais e de obras literárias com “conteúdo separatista”. Em janeiro, depois que o envio de mensagens de texto foi parcialmente restaurado, mais de 100 pessoas foram detidas por “disseminar informações danosas” e “prejudicar a unidade étnica” com o envio de torpedos. Cinco delas estavam sob custódia judicial. O bloqueio total das comunicações e da informação imposto na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, na esteira dos distúrbios de julho de 2009, já havia sido quase que totalmente suspenso em maio. No entanto, diversos sites uigures mais conhecidos permaneceram proibidos.

Em um “fórum central sobre trabalho”, realizado em maio, foram formuladas estratégias econômicas e políticas para a região. Os planos, porém, não tratavam das reivindicações históricas dos uigures, como o fim das graves discriminações que enfrentam para conseguir emprego. As autoridades da RAUX insistiram em impor uma política de “educação bilíngue” que, na prática, promove o uso do Mandarim (chinês tradicional) como a língua de instrução, marginalizando o uigur e outras línguas das minorias étnicas, mesmo nas escolas para essas minorias.

■ Em julho, Nureli, Dilixiati Perhati e Nijat Azat, gerentes de websites uigures, foram condenados a três, cinco e dez anos, respectivamente, por “colocarem em risco a segurança do Estado” com os posts que publicavam nos sites.

■ No dia 1º de abril, o Tribunal Popular Intermediário de Urumqi sentenciou Gulmira Imin, uma administradora de websites uigur, a prisão perpétua por “separatismo, vazamento de segredos de Estado e organização de manifestações ilegais”. Acreditava-se que as acusações estivessem relacionadas aos posts que ela divulgava regularmente no Salkin, um dos sites que publicava chamadas para que as pessoas participassem dos protestos de 5 de julho de 2009.

Região Autônoma do Tibete

As autoridades continuaram reprimindo os protestos locais relacionados às manifestações de março de 2008. Importantes intelectuais tibetanos foram cada vez mais perseguidos. Diversos nomes conhecidos do meio artístico, cultural e literário foram sentenciados a penas severas com base em acusações falsas. Prestar informações a estrangeiros sobre temas

politicamente sensíveis implicava punições rigorosas. Milhares de estudantes tibetanos protestaram contra uma política de língua oficial que impunha o Mandarim como a principal língua de instrução nas escolas, em detrimento do tibetano. A grande maioria dos tibetanos considerava que essa política era uma ameaça à preservação de sua cultura. Embora os protestos não tenham sido reprimidos pelas autoridades, elas reforçaram com mais vigor a estratégia de língua oficial. Centenas de estudantes tibetanos promoveram uma série de manifestações contra essa política, que, em outubro, chegaram até a Universidade das Minorias Nacionais de Pequim.

As autoridades continuaram a restringir a liberdade de religião. A Associação Budista da China, um órgão oficial, emitiu uma série de medidas, que entraram em vigor a partir de 10 de janeiro, requerendo que os Comitês de Gestão Democrática dos mosteiros e conventos verificassem a “conformidade” dos quadros religiosos com determinados critérios políticos, profissionais e funcionais. Tais medidas conferiam às autoridades mais um instrumento para extirpar lideranças políticas “não confiáveis”.

■ Em maio, Tagyal, um intelectual tibetano que trabalhava em uma editora estatal, foi acusado de “incitar o separatismo”. Ele havia advertido os tibetanos para que evitassem os canais oficiais corruptos quando fossem doar dinheiro para as vítimas do terremoto que atingiu Yushu, em Qinghai, no mês de abril. Tagyal também havia publicado um livro sobre as manifestações dos tibetanos em 2008.

Região Administrativa Especial de Hong Kong

O governo propôs emendas que permitirão realizar reformas limitadas nos métodos usados para eleger o Conselho Legislativo e selecionar o chefe do Executivo em 2012. A iniciativa encorajou demandas para que se acelerasse o processo em direção ao sufrágio universal, conforme estipulado na Lei Fundamental. O Conselho Legislativo aprovou as emendas em junho, somente depois de um controverso acordo de última hora entre o governo central e o Partido Democrático. O compromisso estendia a todos os eleitores um segundo voto por meio de uma circunscrição eleitoral funcional local, composta por legisladores distritais representantes de grupos de interesse.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

Entre os cidadãos estrangeiros que tiveram sua entrada em Hong Kong proibida estavam Chen Weiming, escultor da estátua da Deusa da Democracia, usada na vigília de 4 de junho de 1989 na Praça da Paz Celestial, e seis técnicos que acompanhavam um grupo de dança Falun Gong.

■ Em janeiro, a polícia usou spray de pimenta para dispersar milhares de manifestantes que cercaram o prédio do Conselho Legislativo durante a votação do projeto de construção de uma linha de trem de HK\$ 66,9 bilhões (US\$ 8,6 bilhões) ligando Hong Kong à província de Guangdong. Os protestos chamaram atenção para a falta de consulta e de indenizações adequadas para quem teve que ser despejado.

■ Nos dias 29 e 30 de maio, a polícia prendeu 13 ativistas e confiscou por duas vezes as estátuas da Deusa da Democracia que estavam expostas na Times Square. Recorrendo a táticas inéditas, os agentes do departamento de higiene tentaram embasar sua ação no fato de os manifestantes não disporem de uma licença para “diversão pública”. Uma vez que a ação foi alvo de críticas da opinião pública, as estátuas foram devolvidas às pessoas que faziam uma vigília em lembrança aos eventos da Praça da Paz Celestial, que atraíram entre 113 e 150 mil participantes.

Diversos ativistas que haviam sido processados por se reunirem ilegalmente ou por agredirem agentes públicos quando faziam uma manifestação em frente ao Gabinete de Representação do Governo Central foram absolvidos. Em agosto, a polícia publicou diretrizes internas relativas aos procedimentos usados para acusar pessoas por agressão contra agentes de segurança. As instruções foram uma resposta às críticas de que alguns processos apresentavam motivos banais e de que algumas sentenças foram tendenciosas.

Discriminação

Em abril, o governo publicou diretrizes administrativas sobre promoção da igualdade racial.

■ Em maio, foi proclamado o veredicto de que a morte a tiros de um morador de rua nepalês, Dil Bahadur Limbu, num morro de Hong Kong, em março de 2009, por um policial que atendia a uma queixa de perturbação da ordem, tratou-se de um homicídio legítimo. Grupos representantes de minorias étnicas pediram que o caso fosse examinado por uma comissão de inquérito independente. Um pedido de revisão judicial feito pela

esposa de Dil Bahadur Limbu ainda não havia sido decidido.

■ Em outubro, uma mulher transexual, que havia passado por uma operação de mudança de sexo, e recorreu judicialmente para obter o direito de se casar com seu namorado de acordo com seu novo sexo, teve seu pedido negado.

Refugiados e requerentes de asilo

Em 2009, um programa piloto que fazia a triagem de requerentes que contestavam sua deportação argumentando correrem risco de tortura levou 10 meses para analisar 122 pedidos, deixando um acúmulo de 6.700 casos a serem resolvidos.

■ Em novembro, três refugiados amparados pelo ACNUR e outro que teve aceita sua demanda por risco de tortura, os quais residiam há tempos em Hong Kong, questionaram judicialmente a constitucionalidade das políticas que lhes negavam status legal, vistos e permissão de trabalho.

COLÔMBIA

REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Chefe de Estado e de governo: **Juan Manuel Santos Calderón**
(sucedeu a **Álvaro Uribe Vélez** em agosto)

Penal de morte: **aboliconista para todos os crimes**

População: **46,3 milhões**

Expectativa de vida: **73,4 anos**

Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f): **30/22 por mil**

Taxa de alfabetização: **93,4 por cento**

A população civil, principalmente as comunidades pobres das áreas rurais e urbanas, continuou sendo a mais atingida pelo prolongado conflito armado do país. Grupos guerrilheiros, paramilitares e as forças de segurança foram responsáveis por extensos abusos contra os direitos humanos e por violações do direito internacional humanitário, inclusive crimes de guerra.

O presidente Juan Manuel Santos, que tomou posse em agosto, declarou que daria prioridade aos direitos humanos e ao combate à impunidade. Em nítido contraste com o governo anterior, ele adotou uma postura menos hostil com relação aos defensores

dos direitos humanos. O novo governo apresentou uma legislação sobre reparações para vítimas e restituição de terras, afirmando que a lei beneficiaria as pessoas afetadas por abusos contra os direitos humanos. Porém, tanto as vítimas quanto as organizações de direitos humanos expressaram reservas com relação à legislação, enquanto defensores dos direitos humanos e líderes sociais continuaram sendo ameaçados e mortos. Aqueles cujo trabalho visava à devolução das terras apropriadas indevidamente durante o conflito, principalmente pelos grupos paramilitares, corriam maior perigo. Defensores dos direitos humanos, juízes, advogados, promotores, testemunhas, vítimas e suas famílias que tivessem algum envolvimento com processos criminais por violações de direitos humanos também foram ameaçados e mortos.

Informações gerais

Em fevereiro, a Corte Constitucional impediu uma proposta de referendo que poderia ter permitido que o presidente Álvaro Uribe se candidatasse a um terceiro mandato consecutivo.

A campanha que o governo do Presidente Uribe travou para desacreditar a Corte Suprema de Justiça foi em parte motivada pelas investigações feitas pelo tribunal sobre as ligações existentes entre congressistas, como Mario Uribe, primo do presidente, e grupos paramilitares. No entanto, na gestão do Presidente Santos, o relacionamento com a Corte pareceu ter melhorado.

O principal grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), sofreu outro revés significativo em setembro, quando as forças de segurança mataram um de seus líderes históricos, Víctor Julio Suárez Rojas, conhecido como "Mono Jojoy", durante uma operação militar.

Em 19 de outubro, o Congresso adotou a Convenção sobre Desaparecimentos Forçados da ONU.

Conflito armado interno

As partes beligerantes não faziam distinção entre civis e combatentes, o que resultou em desalojamentos forçados, homicídios ilegítimos, sequestros e desaparecimentos forçados. Comunidades indígenas, de afrodescendentes e de agricultores, bem como seus líderes, continuaram sendo alvos diretos das partes em conflito. Segundo a *Organização Nacional*

Índigena da Colômbia (ONIC), pelo menos 122 índios foram mortos em 2010.

■ No dia 28 de setembro, os líderes indígenas María Elena Galíndez e Ramiro Inampué foram encontrados mortos a tiros no município de Guachucal, departamento de Nariño. Junto com outros ativistas indígenas, os dois estavam prestes a iniciar conversações com o governo sobre questões de direitos fundiários.

■ No dia 17 de julho, Jair Murillo foi morto a tiros na cidade de Buenaventura. Ele estava coordenando a participação de um grupo de afrodescendentes, que havia sido desalojado, em uma passeata que aconteceria no dia seguinte em Bogotá. No dia 14 de maio, a organização em que Jair atuava, a *Fundação Integral Pacífico Nariñense* (FIPAN), assim como outras organizações de afrodescendentes, foi mencionada em uma lista dos paramilitares com ameaças de morte.

Em 2010, mais de 280 mil pessoas foram desalojadas à força. Em 2009, haviam sido 286 mil. Entre três e cinco milhões de pessoas foram desalojadas nos últimos 25 anos.

Em novembro, a Defensoria dos Direitos Humanos (*Defensor del Pueblo*) manifestou preocupação com o aumento no número de massacres em 2010. Paramilitares e narcotraficantes foram considerados os principais responsáveis.

Diversos atentados a bomba em áreas urbanas, alguns dos quais o governo atribuiu às FARC, mataram e feriram civis.

■ No dia 24 de março, um carro bomba explodiu próximo à sede do Ministério Público em Buenaventura, matando ao menos nove pessoas e ferindo dezenas.

Impunidade

Houve várias decisões judiciais importantes sobre processos criminais relacionados aos direitos humanos.

■ Em 10 de setembro, seis soldados do exército foram sentenciados, cada um deles, a 40 anos de prisão pelo assassinato, em dezembro de 2008, de Edwin Legarda, esposo da líder indígena Aída Quilcué.

■ Em 8 de junho, o coronel reformado Luis Alfonso Plazas Vega foi sentenciado a 30 anos de prisão pelo desaparecimento forçado de 11 pessoas em novembro de 1985, depois que forças militares invadiram o Palácio da Justiça, onde o grupo guerrilheiro M-19

mantinha vários reféns. Luis Alfonso Plazas Vega recorreu da sentença. A juíza que presidiu o julgamento teve que deixar o país devido às ameaças que recebeu após a decisão.

Entretanto, a maioria dos perpetradores de violações dos direitos humanos continuou a evadir a Justiça. A luta contra a impunidade foi prejudicada por ameaças e assassinatos de pessoas envolvidas em julgamentos referentes a direitos humanos.

Direito à terra

O Presidente Santos afirmou que devolver uma parte dos mais de seis milhões de hectares de terras que, no decorrer do conflito, foram indevidamente apropriadas de agricultores e de comunidades indígenas e afrodescendentes seria uma prioridade de sua gestão. Em outubro, o governo anunciou que, até abril de 2012, iria devolver 312 mil hectares de terras para cerca de 130 mil famílias que haviam sido desalojadas. Até o fim de seu mandato de quatro anos, a devolução total prevista seria de dois milhões de hectares. No entanto, esse esforço estava sendo minado pelas ameaças e pelos assassinatos cada vez mais frequentes dos líderes das comunidades desalojadas e das pessoas que tentavam reaver as terras que lhes foram roubadas.

■ No dia 19 de setembro, Hernando Pérez, um dos líderes da *Associação de Vítimas para a Restituição de Terras e Bens*, foi morto no município de Necoclí, departamento de Antioquia. Poucas horas antes, em Nueva Colonia, nesse mesmo departamento, ele havia participado de uma cerimônia oficial de devolução de terras a dezenas de famílias de agricultores que haviam sido desalojados à força pelos paramilitares.

Processo de Justiça e Paz

O processo de Justiça e Paz continuou muito aquém das normas internacionais referentes ao direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação, embora algumas informações sobre violações dos direitos humanos tenham vindo à tona. Por meio desse processo, que teve início em 2005, cerca de 10 por cento dos mais de 30 mil paramilitares supostamente desmobilizados puderam se qualificar para redução da pena de prisão em troca da deposição de suas armas, de confissões sobre abusos dos direitos humanos e da devolução das terras roubadas. Os demais se beneficiaram de anistias *de facto*. Em novembro,

porém, a Corte Constitucional rejeitou uma lei aprovada em 2009, que teria confirmado tais anistias para 19 mil desses paramilitares, declarando que a legislação contrariava o direito à verdade, à justiça e à reparação. Em dezembro, o Congresso aprovou uma lei que concedia anistias *de facto* a esses paramilitares caso eles assinassem um Acordo de Contribuição com a Verdade Histórica e a Reparação.

Em junho, um juiz do processo de Justiça e Paz sentenciou dois paramilitares a oito anos de prisão cada um por violações de direitos humanos. Em dezembro, um terceiro paramilitar recebeu a mesma sentença. Até o fim de 2010, haviam sido essas as únicas sentenças proferidas no âmbito do processo de Justiça e Paz.

Em fevereiro, a Corte Suprema de Justiça se recusou a autorizar novas extradições de paramilitares para os Estados Unidos, pois causava preocupação o fato de que a maioria dos líderes paramilitares extraditados para os EUA em 2008 acusados de tráfico de drogas não estivesse cooperando com o sistema de justiça colombiano em suas investigações sobre violações de direitos humanos.

Execuções extrajudiciais cometidas pelas forças de segurança

Houve denúncias de execuções extrajudiciais, mas em quantidade menor do que em anos anteriores. No entanto, continuaram muito lentas as investigações criminais conduzidas pelo Ministério Público sobre mais de 2.300 homicídios desse tipo cometidos desde 1985.

Temia-se que a libertação condicional, em 2010, de dezenas de soldados do exército que teriam participado de execuções extrajudiciais pudesse prejudicar as investigações criminais desses casos.

O sistema de justiça militar continuou a reivindicar competência para julgar alguns dos processos por violações de direitos humanos que implicavam membros das forças de segurança. Muitos desses processos foram arquivados sem que houvesse tentativas sérias de levar os responsáveis a prestarem contas de seus atos. Um novo Código Penal Militar, aprovado em agosto, era ambíguo quanto a execuções extrajudiciais e estupro estarem excluídos da competência militar.

Em setembro, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na

Colômbia publicou um relatório confirmando a presença de pelo menos 446 corpos não identificados em um cemitério próximo a uma base do exército em Macarena, departamento de Meta. A ONU pediu que uma investigação detalhada fosse conduzida para verificar quantos desses corpos são de vítimas de execuções extrajudiciais. Em 22 de julho, durante uma audiência pública, organizações não-governamentais relataram haver corpos não-identificados no cemitério de La Macarena. Três dias depois, o Presidente Uribe deu a seguinte declaração sobre as ONGs: “O terrorismo [...], embora proponha a paz através de alguns porta-vozes, através de outros porta-vozes vem até aqui em La Macarena para encontrar um modo de desacreditar as forças armadas e de acusá-las de violações dos direitos humanos”.

Algumas das pessoas envolvidas em denunciar as execuções extrajudiciais foram ameaçadas ou mortas.

■ No dia 13 de agosto, o corpo de Norma Irene Pérez, uma das organizadoras da audiência pública, foi encontrado em La Macarena com perfurações de balas.

Escândalo “parapolítico”

A Corte Suprema de Justiça continuou a fazer progressos em suas investigações sobre as conexões ilícitas entre políticos e grupos paramilitares. Dezenas de ex-congressistas estavam sendo investigados, sendo que muitos dos quais foram condenados e presos.

No dia 4 de março, a Corte Suprema emitiu uma declaração alertando que assassinatos de membros do Judiciário ameaçavam o Estado de direito. A declaração foi publicada após as denúncias de que vários magistrados que investigavam o escândalo haviam recebido ameaças de morte.

Em setembro, o procurador-geral puniu a senadora Piedad Córdoba com a perda do cargo e a inabilitação política por 18 anos. Ele argumentou que ela havia se excedido em seu papel como mediadora do diálogo com as FARC, que visava a libertar os reféns, ao aconselhar politicamente o grupo guerrilheiro. A senadora negou todas as acusações.

Serviço civil de informações

Em janeiro, o Ministério Público acusou sete agentes graduados do serviço civil de informações, o

Departamento Administrativo de Segurança (DAS), de fazer interceptações telefônicas ilegais e de serem afiliados a grupos paramilitares. Enquanto isso, o órgão seguia investigando diversos ex-diretores do DAS e autoridades do governo. Em 2009, a imprensa revelou que o DAS, que funciona sob a autoridade direta do Presidente, estava envolvido, havia anos, em um esquema de grandes proporções para aplicar “truques sujos” contra ativistas de direitos humanos, políticos da oposição, juízes e jornalistas.

Em outubro, o Congresso abriu uma investigação para descobrir qual era o papel do ex-presidente Uribe no escândalo. No início daquele mês, o Ministério Público anunciou sanções disciplinares contra diversas autoridades públicas por sua participação no escândalo, entre elas, três ex-diretores do DAS e o secretário-geral da Presidência do governo Uribe, Bernardo Moreno.

Em outubro e dezembro, dois funcionários graduados do DAS, Jorge Alberto Lagos e Fernando Tabares, foram sentenciados, cada um, a oito anos de prisão por sua participação nesses crimes.

Em novembro, uma das ex-diretoras do DAS que estava sendo investigada, María del Pilar Hurtado, solicitou e recebeu asilo no Panamá, aumentando os temores de que as investigações criminais de autoridades de alto escalão do governo e do DAS poderiam acabar frustradas.

Grupos paramilitares

Os paramilitares seguiram matando civis, ameaçando e matando defensores dos direitos humanos e líderes sociais, recrutando crianças e realizando ações de “limpeza social”. Tais grupos continuaram a se expandir, organizando-se de modo mais sofisticado. Em muitas partes do país, prosseguiu a convivência das forças de segurança com os paramilitares.

■ No dia 4 de setembro, os agricultores Luis Alberto Cortés Mesa, José Wilmer Mesa Mesa e Ilfo Boanerge Klinger Rivera foram parados por membros do grupo paramilitar Águias Negras quando caminhavam de volta para casa, margeando o rio Telembí, no município de Barbacoas, departamento de Nariño. No dia 5 de setembro, os três homens foram encontrados mortos a machadadas, e seus corpos apresentavam sinais de tortura.

■ Em 15 de agosto, dois jovens, Diego Ferney Jaramillo Corredor e Silver Robinson Muñoz, foram

mortos a tiros por pistoleiros nos arredores da cidade de Puerto Asís, departamento de Putumayo. No dia 20 de agosto, um terceiro homem, Norbey Álvarez Vargas, foi morto na cidade por pistoleiros. Eles eram os três primeiros de uma lista de morte contendo os nomes de 65 jovens de Puerto Asís que foi divulgada na internet, segundo informações, por grupos paramilitares. Em 20 de agosto, uma nova lista foi divulgada na internet com os nomes de 31 mulheres da região.

Grupos guerrilheiros

As FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) cometeram graves abusos contra os direitos humanos, bem como violações do direito internacional humanitário, inclusive homicídios ilegítimos, tomada de reféns e recrutamento de menores.

As FARC, sobretudo, realizaram ataques indiscriminados que puseram em risco a vida de civis devido ao uso de artefatos explosivos de baixa precisão.

Segundo as estatísticas governamentais, 35 membros das forças de segurança e um civil foram mortos em 2010, sendo que 363 pessoas foram feridas por minas terrestres antipessoais, usadas principalmente pelas FARC.

De acordo com os dados do governo, ocorreram 282 sequestros em 2010, sendo que em 2009 haviam sido 213. A maior parte foi atribuída a gangues criminosas, mas os grupos guerrilheiros foram responsáveis pela maioria dos sequestros ligados ao conflito. Entretanto, a ONG *Pais Libre*, a principal organização de apoio a vítimas de sequestro, criticou o órgão governamental responsável por elaborar as estatísticas de sequestro, o *Fondelibertad*, por afirmar que, em fevereiro, restavam apenas 79 pessoas cativas.

■ Lizbeth Jaime, Mónica Duarte e Nohora Guerrero, integrantes da ONG *Fundación Progresar*, e María Angélica González, do gabinete da vice-presidência, foram sequestradas pelo ELN no dia 9 de julho. Elas foram soltas no dia 22 daquele mês.

Diversos soldados e policiais que se encontravam nas mãos das FARC foram libertados.

Defensores dos direitos humanos e outros ativistas

Defensores dos direitos humanos, sindicalistas e lideranças sociais continuaram sendo ameaçados e mortos, principalmente por grupos paramilitares. Em

2010, pelo menos 14 defensores dos direitos humanos foram assassinados. A *Associação dos Sindicatos Nacionais* informou que 51 pessoas afiliadas a sindicatos foram mortas durante o ano.

■ No dia 10 de outubro, o grupo paramilitar *Bloco Central das Águias Negras* enviou e-mails com ameaças de morte a 20 indivíduos e 69 organizações sociais e de direitos humanos, a maioria das quais atuava para obter reparações para vítimas de violações de direitos humanos e para reaver os bens que lhes foram roubados.

■ No dia 17 de junho, em Barrancabermeja, departamento de Santander, pistoleiros em uma motocicleta mataram a tiros Nelson Camacho González, membro do sindicato dos petroleiros. O assassinato ocorreu depois que uma ameaça de morte foi enviada pelo grupo paramilitar *Comando Conjunto de Limpeza*, no dia 26 de maio, a 17 ONGs, sindicatos, organizações de agricultores e grupos que representam pessoas desalojadas à força, que atuam na área de Barrancabermeja e arredores.

Defensores dos direitos humanos e ativistas sociais acusados de ligações com guerrilheiros continuaram a ser processados criminalmente, muitas vezes com base apenas nas declarações de informantes.

Violência contra mulheres e meninas

Todas as partes no conflito submeteram as mulheres a abusos sexuais e a outras formas de violência baseada em gênero.

■ Em novembro, um tenente do exército foi preso por envolvimento na morte de dois irmãos de nove e de seis anos, e no estupro e morte de sua irmã, de 14 anos, em Tame, departamento de Arauca. As três crianças haviam desaparecido no dia 14 de outubro.

Mulheres ativistas que trabalham com mulheres desalojadas foram ameaçadas e mortas.

■ Em 5 de novembro, Elizabeth Silva Aguilar, presidente da *Associação dos Desabrigados e Desalojados de Bucaramanga*, foi morta por pistoleiros que invadiram sua casa.

■ A ONG *Corporação Sisma Mulher* recebeu um e-mail com ameaças de morte, no dia 27 de janeiro, do grupo paramilitar *Bloco Central das Águias Negras Verdade e Morte*.

Assistência dos EUA

Em 2010, os Estados Unidos alocaram aproximadamente 667 milhões de dólares para a

ajuda militar e não-militar à Colômbia. Esse montante incluía os 508,2 milhões do projeto de lei para financiamento de Operações Exteriores e de Estado. Desses, 256 milhões foram alocados às forças de segurança, sendo que aproximadamente 100 milhões estavam destinados às forças armadas. O pagamento de 30 por cento desses 100 milhões estava condicionado ao cumprimento de determinadas exigências de direitos humanos por parte das autoridades colombianas. Em setembro, as autoridades dos EUA determinaram que o governo da Colômbia havia feito progressos significativos na melhora da situação de direitos humanos do país e liberou cerca de 30 milhões a título de assistência para a segurança.

Em agosto, a Corte Constitucional decidiu que o acordo assinado em 2009 para permitir que os militares dos EUA usassem sete bases militares na Colômbia não poderia ser implementado até que fosse submetido ao Congresso e aprovado, devendo depois passar pela aprovação da própria Corte.

Escrutínio internacional

O informe do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) sobre a Colômbia, publicado em março, afirmava que o maior desafio em 2010 seria avançar na implementação efetiva das recomendações da ONU, inclusive “todas aquelas formuladas anteriormente pelo Alto Comissariado que ainda estão pendentes”.

Em outubro, o governo renovou por mais três anos o mandato do escritório do ACNUDH na Colômbia.

Diversos relatores especiais da ONU – inclusive sobre execuções sumárias e extrajudiciais, sobre os povos indígenas e sobre a independência de magistrados e advogados – apresentaram relatórios sobre a Colômbia ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. A Colômbia também passou pela apreciação do Comitê da ONU sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Comitê sobre os Direitos da Criança e do Comitê de Direitos Humanos. O perito independente da ONU sobre questões das minorias visitou a Colômbia em fevereiro.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Colômbia em abril, julho e setembro.

The struggle for survival and dignity: Human rights abuses against Indigenous Peoples in Colombia (AMR 23/001/2010)

Open letter to Presidential Candidates: What will you do to protect the human rights of all Colombians? (AMR 23/013/2010)

Colombia: Seeking Justice – the mothers of Soacha (AMR 23/002/2010)

CUBA

REPÚBLICA DE CUBA

Chefe de Estado e de governo:

**Raúl Castro Ruz
retencionista**

Pena de morte:

11,2 milhões

População:

79 anos

Expectativa de vida:

Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):

9/6 por mil

Taxa de alfabetização:

99,8 por cento

Foram libertados 43 prisioneiros de consciência. Os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião continuaram sendo restringidos; dezenas de críticos do sistema de partido único foram hostilizados. O embargo dos EUA contra Cuba permaneceu em vigor.

Informações gerais

O prisioneiro de consciência Orlando Zapata Tamayo morreu no dia 23 de fevereiro, após uma prolongada greve de fome. Ele fazia parte de um grupo de 75 pessoas presas durante uma onda de repressão governamental, em março de 2003. Quando faleceu, cumpria uma pena de 36 anos de prisão. Alguns meses depois, entre julho e dezembro, o governo cubano libertou 41 prisioneiros de consciência. A libertação ocorreu em função de um acordo com o governo espanhol e do diálogo que as autoridades cubanas mantiveram com a igreja Católica. Os prisioneiros libertados, com exceção de um, deixaram Cuba junto com suas famílias.

Em outubro, o Conselho da União Europeia decidiu manter, por mais um ano, sua Posição Comum sobre Cuba. O documento pede que o governo cubano melhore o respeito pelos direitos humanos.

A visita do relator especial da ONU sobre a tortura foi adiada pelo menos duas vezes em 2010. Em 2009, as autoridades cubanas haviam estendido o convite para que o relator especial visitasse o país

Até o fim do ano, Cuba não havia ratificado o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, apesar do compromisso assumido junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em fevereiro de 2009, de ratificar esses instrumentos.

Em outubro, Raul Castro anunciou que o Congresso do Partido Comunista Cubano, que não se realiza há 16 anos, aconteceria em abril de 2011.

Liberdade de expressão – dissidentes e jornalistas

Todos os meios de comunicação permaneceram sob controle do Estado, impedindo o livre acesso dos cidadãos cubanos a fontes independentes de informação. Tanto o acesso à internet quanto seu conteúdo continuaram sendo monitorados e, às vezes, bloqueados. A polícia e outros agentes de segurança do Estado continuaram a intimidar e hostilizar jornalistas independentes; dezenas foram presos e detidos apenas para serem soltos algumas semanas depois, sem acusação nem julgamento. Muitos dos detidos relataram terem sido pressionados a não se envolverem em atividades dissidentes, como manifestações contra o governo, e a não fornecerem informações a veículos da imprensa estrangeira.

■ Calixto Ramón Martínez, jornalista da agência de notícias independente Hablemos Press, foi preso, no dia 23 de abril, quando tentava cobrir um evento privado, em Havana, em homenagem a Orlando Zapata Tamayo. Calixto Ramón Martínez foi solto no dia seguinte e, pouco mais tarde, foi preso novamente. Ele passou sete dias detido em uma delegacia de polícia. Depois disso, foi transferido para a penitenciária de segurança máxima de Valle Grande, nos arredores de Havana. Ao ser libertado, no dia 14 de maio, ele recebeu ameaças de processo por "desacato à autoridade" e "agressão". Os agentes da segurança do Estado também pediram que ele parasse com suas atividades jornalísticas.

Prisioneiros de consciência

Onze prisioneiros de consciência, que faziam parte de um grupo de 75 pessoas presas em março de 2003, permaneciam detidos no fim de 2010.

■ Darsi Ferrer, que fora preso em julho de 2009, foi

finalmente julgado no dia 22 de junho de 2010. Ele foi sentenciado a um ano de prisão e a três meses de "trabalhos corretivos" fora da prisão, após ter sido condenado por "receptação ilegal de materiais de construção" e "atentado contra um oficial". Por já ter passado quase um ano na prisão, ele foi imediatamente libertado. A Anistia Internacional considera que Darsi Ferrer foi um prisioneiro de consciência, detido por acusações de natureza política, imputadas contra ele pelo Estado em represália por suas atividades de direitos humanos.

Detenções arbitrárias

Dissidentes continuaram sendo detidos de modo arbitrário para que não pudessem exercer seu direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião.

■ Em 15 de fevereiro, Rolando Rodríguez Lobaina, José Cano Fuentes e outros membros da *Aliança Democrática Oriental* foram presos por agentes de segurança do Estado na região de Guantánamo. Eles ficaram detidos para que não pudessem participar das comemorações de aniversário da Aliança. Quatro dias depois, eles foram soltos sem acusações.

■ Em 12 de agosto, agentes de segurança do Estado prenderam Néstor Rodríguez Lobaina, seu irmão Rolando e três outros membros da organização *Jovens pela Democracia*, na casa de Néstor Rodríguez, na cidade de Baracoa, província de Guantánamo. Os cinco realizavam um protesto pela prisão de dois outros membros da organização. Os dois primeiros a serem presos foram libertados no dia 16 de agosto, sem acusações. Néstor Rodríguez Lobaina e os outros quatro integrantes da organização passaram quase três semanas detidos. Ao serem soltos, foram advertidos de que poderiam ser processados por promover a "desordem pública". Entretanto, até o fim do ano, nenhum dos cinco havia sido formalmente acusado.

Pena de morte

Em dezembro, o Tribunal Supremo Popular comutou as sentenças de morte de dois cidadãos salvadorenhos, Raúl Ernesto Cruz León e Otto René Rodríguez Llerena, para 30 anos de prisão. Em 1999, ambos foram condenados por terrorismo. Em 28 de dezembro, Humberto Eladio Real Suárez, um cidadão cubano condenado à morte em 1996 por ter matado um policial em 1994, teve sua pena comutada para

30 anos de prisão. No fim de 2010, não havia nenhum prisioneiro no corredor da morte.

Liberdade de circulação

■ Guillermo Fariñas, psicólogo, jornalista independente e dissidente político, foi proibido de viajar a Estrasburgo em dezembro para receber o prêmio Sakharov 2010 para a Liberdade de Pensamento, concedido pelo Parlamento Europeu. Ele foi o terceiro dissidente cubano agraciado com o prêmio, desde 2002, a ser impedido pelas autoridades de viajar ao exterior. Guillermo Fariñas permaneceu por mais de quatro meses em greve de fome. Seu protesto foi encerrado em julho, quando o governo cubano anunciou a libertação dos prisioneiros de consciência.

Embargo dos EUA contra Cuba

O embargo dos Estados Unidos continuou prejudicando o desenvolvimento econômico, social e cultural do povo cubano, sobretudo dos grupos mais vulneráveis.

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas, crianças e jovens com câncer de medula óssea, assim como pacientes com câncer de retina, tinham dificuldades para fazer o tratamento necessário, pois os medicamentos eram comercializados com base na lei de patentes dos EUA. O embargo prejudicou também a obtenção de drogas antirretrovirais usadas no tratamento de crianças portadoras de HIV/AIDS. Segundo os termos do embargo, medicamentos e equipamentos médicos fabricados conforme a lei de patentes dos EUA não podem ser vendidos ao governo cubano.

Em setembro, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, estendeu o prazo das sanções econômicas e financeiras contra Cuba, conforme previsto na Lei de Comércio com o Inimigo. Em agosto, ele atenuou as restrições para viagens de grupos acadêmicos, religiosos e culturais a Cuba, que teriam uma análise "caso a caso". Pelo 19º ano consecutivo, uma resolução requerendo que os Estados Unidos acabem com o embargo contra Cuba foi adotada por vasta maioria (187 votos a 2) na Assembleia Geral da ONU.

Visitas/relatórios da AI

📄 Desde 1990 as autoridades cubanas não permitem que a Anistia Internacional visite o país.

📄 Restrictions on freedom of expression in Cuba (AMR 25/005/2010)

EGITO

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

Chefe de Estado:	Muhammad Hosni Mubarak
Chefe de governo:	Ahmed Nazif
Penal de morte:	retencionista
População:	84,5 milhões
Expectativa de vida:	70,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	42/39 por mil
Taxa de alfabetização:	66,4 por cento

As autoridades continuaram a usar os poderes de exceção para perseguir críticos do governo, ativistas da oposição e pessoas suspeitas de infringirem as leis de segurança, apesar de um decreto presidencial, aprovado em maio, limitando a aplicação da Lei do Estado de Emergência. Pessoas foram detidas administrativamente, sem acusação nem julgamento, e outras foram julgadas por tribunais de exceção ou por tribunais militares cujos procedimentos não cumpriam as normas internacionais para julgamentos justos. Jornalistas e outros críticos do governo continuaram sendo processados com base na lei de penal de difamação. As autoridades mantiveram um rígido controle sobre a liberdade de expressão, de associação e de reunião. A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo práticas comuns e generalizadas, na maioria das vezes cometidas com impunidade. Houve relatos de várias mortes em consequência de tortura ou de outros abusos. Centenas de indivíduos que estavam sob detenção administrativa foram libertados. Porém, outros milhares, inclusive detidos há muito tempo, continuaram encarcerados apesar de os tribunais terem determinado que fossem soltos. O governo não revelou o número de pessoas detidas. Milhares de moradores de favelas, que viviam em condições de risco devido à escassez de moradias acessíveis e adequadas, foram afetados por despejos no Cairo, Porto Said e Assuã. As forças de segurança de fronteira mataram a tiros pelo menos 30 pessoas, a maioria imigrantes de outros países africanos, que tentavam cruzar a divisa para Israel. Pelo menos 185 pessoas foram sentenciadas à pena de morte e ao menos quatro foram executadas.

Informações gerais

O governo aceitou muitas das recomendações feitas em fevereiro por ocasião da Revisão Periódica

Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Entretanto, outras recomendações foram rejeitadas, e a proposta de uma visita do relator especial da ONU sobre a tortura ao Egito foi adiada.

Em maio, o estado de exceção, que vigora desde 1981, foi renovado por mais dois anos. Porém, um decreto presidencial, emitido na mesma época, limitava a aplicação da Lei do Estado de Exceção a casos envolvendo 'terrorismo' ou tráfico de drogas.

Houve vários protestos de trabalhadores contra o aumento do custo de vida e por melhoras nos salários e nas condições de trabalho. As autoridades não aplicaram uma decisão judicial administrativa que estabelecia um salário mínimo proporcional à média do custo de vida.

Ativistas políticos, inclusive membros da proscrita Irmandade Muçulmana e outros grupos de oposição, como a Associação Nacional para a Mudança, o Movimento 6 de Abril e o Movimento Egípcio por Mudança (Kefaya), fizeram manifestações de protesto contra o estado de emergência e os abusos da polícia. Muitos foram presos, espancados e levados para locais remotos onde eram abandonados depois que seu dinheiro, celulares e sapatos eram confiscados. Outros foram detidos e acusados de agressão a policiais, julgados e sentenciados a penas de prisão.

As eleições para a Shura, a câmara alta do parlamento, em junho, e para a Assembleia do Povo, em novembro e dezembro, deram uma ampla maioria para o governista Partido Nacional Democrático. Porém, o pleito foi frustrado por graves denúncias de fraudes eleitorais e de violência, que resultaram em pelo menos oito pessoas mortas. Em novembro, após o primeiro e mais importante turno das eleições para a Assembleia do Povo, os principais partidos de oposição se retiraram formalmente da disputa.

Pelo menos 1.200 apoiadores e candidatos da Irmandade Muçulmana foram detidos depois de a organização ter anunciado, em outubro, que muitos de seus correligionários se candidatariam às eleições. De acordo com os resultados oficiais, nenhum desses candidatos foi eleito, o que excluiu a Irmandade Muçulmana da câmara baixa do parlamento, onde antes a organização constituía o principal bloco de oposição.

Segurança e combate ao terrorismo

As autoridades usaram os poderes do estado de exceção para deter pessoas suspeitas de delitos de

segurança. Os detidos eram mantidos incomunicáveis, geralmente por várias semanas. Muitos denunciaram terem sido torturados ou maltratados por agentes do Serviço de Investigações da Segurança do Estado (SSI), e forçados a fazer confissões que mais tarde foram negadas em julgamento. Outras pessoas suspeitas de delitos contra a segurança foram deportadas.

■ Husam Radhwan el-Mari, cidadão sírio residente no Iêmen, foi detido por 38 dias após ter sido preso no aeroporto do Cairo em abril. Ele foi mantido incomunicável e, segundo sua denúncia, espancado, açoitado e torturado com choques elétricos por suspeita de pertencer a um "grupo terrorista". No dia 19 de maio, ele foi solto sem acusações e deportado para o Iêmen.

■ Em abril, o Supremo Tribunal de Segurança do Estado (Emergencial) sentenciou 26 supostos membros da chamada Célula Hizbollah a penas de prisão que variavam de seis meses a prisão perpétua. Eles foram condenados por planejarem realizar atentados em locais turísticos, por posse de explosivos e por passarem informações ao Hizbollah no Líbano. Quatro dos réus foram julgados à revelia. Os 22 que compareceram ao tribunal haviam passado vários meses detidos incomunicáveis, em local sigiloso, por ordem do ministro do Interior, após terem sido presos em 2008 e 2009. Eles foram condenados com base em "confissões" posteriormente repudiadas, que afirmaram terem sido extraídas mediante tortura. O tribunal não examinou adequadamente suas denúncias.

Detenção sem julgamento – detenção administrativa

Apesar do decreto presidencial de maio, limitando o uso da Lei do Estado de Exceção, na prática, as autoridades continuaram a recorrer aos poderes de exceção para deter ativistas da oposição e restringir a liberdade de expressão. As autoridades afirmaram que centenas de pessoas detidas administrativamente foram soltas em razão do decreto presidencial, inclusive indivíduos ligados aos atentados de Taba, em 2004; porém, nenhuma informação foi revelada sobre quem permanecia recluso. Milhares de pessoas continuaram detidas, sem acusação nem julgamento, apesar das ordens judiciais para que fossem soltas. Na verdade, o ministro do Interior contornou as ordens de soltura

emitindo novas ordens de detenção, solapando o escrutínio e a supervisão judiciais.

■ Mohamed Farouq El-Sayyed, um muçulmano xiita, e sete outros indivíduos presos com ele permaneceram em detenção administrativa, sem acusação nem julgamento, na prisão de Damanhour, apesar de os tribunais terem ordenado pelo menos sete vezes que ele fosse libertado. Mohamed Farouq El-Sayyed e outras 11 pessoas foram presas entre os meses de abril e maio de 2009. Eles eram suspeitos de tentar criar uma organização para promover o islamismo xiita de modo considerado ameaçador para o Islã e para a comunidade muçulmana sunita. A promotoria libertou os 12 indivíduos; porém, eles foram detidos pelo Ministério do Interior. Em seguida, quatro deles foram soltos.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos de suspeitos criminais e de pessoas detidas por motivos de segurança foi prática sistemática nas delegacias de polícia, nas prisões e nos centros de detenção do SSI. Geralmente, esses atos eram cometidos impunemente. Em algumas situações, a polícia agrediu pessoas suspeitas abertamente e em público, demonstrando não se preocupar com possíveis consequências. Em outras circunstâncias, há informações de que as vítimas foram ameaçadas para que não prestassem queixa. Em abril, o Ministério do Interior concordou em pagar um valor total de 10 milhões de libras egípcias (US\$ 1,76 milhões) de indenização a 840 integrantes do *Gamaa Islamiya*, um grupo islamista, os quais haviam sido torturados. No entanto, não se sabe de nenhuma medida tomada com relação aos responsáveis pelas torturas.

Nos casos de denúncia de agressão, raramente as autoridades processaram algum policial. Isso geralmente ocorria em situações de grande repercussão. No entanto, se houvesse condenação, as penas costumavam ser brandas.

■ Taha Abdel Tawwab Mohamed, um médico, relatou ter sido despedido e espancado por agentes do SSI em Faium, no dia 7 de março, por ele ter publicamente apoiado Mohamed El Baradei, ex-diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), considerado pelas autoridades como crítico do governo. Taha Abdel Tawwab Mohamed foi solto no dia seguinte. Seu advogado apresentou uma queixa; porém, ao que se sabe, nenhuma medida foi tomada a esse respeito.

Mortes sob custódia

Há denúncias de que pelo menos quatro pessoas morreram sob custódia em consequência de tortura ou de outros maus-tratos.

■ Khaled Said foi violentamente espancado por dois policiais à paisana, na frente de testemunhas, dentro de um cibercafé em Alexandria, no dia 6 de junho. Ele morreu, ao que parece, em consequência da agressão. O caso provocou grande comoção pública. Dois policiais da delegacia de Sidi Gaber foram acusados por prendê-lo ilegalmente e torturá-lo; porém, não foram acusados diretamente de sua morte. Observadores da Anistia Internacional acompanharam algumas audiências do seu julgamento, que prosseguia no final de 2010.

■ Em novembro, a família de Ahmed Shaaban, de 19 anos, acusou os policiais da delegacia de Sidi Gaber de torturá-lo até a morte e de jogar seu corpo em um canal para fazer parecer que ele havia cometido suicídio. A promotoria de justiça arquivou o processo com base na falta de provas e no laudo da autópsia que afirmava que ele havia morrido por asfixia.

Liberdade de expressão

As autoridades continuaram restringindo a liberdade de expressão e os meios de comunicação. Matérias politicamente sensíveis eram suprimidas. Candidatos às eleições parlamentares que usavam slogans considerados de cunho religioso eram excluídos. Críticos do governo enfrentaram processos criminais por difamação. Canais e programas independentes de TV que criticavam as autoridades eram tirados do ar ou suspensos. Livros e jornais estrangeiros eram censurados se tocassem em questões que as autoridades considerassem sensíveis ou ameaçadoras para a segurança nacional.

Em outubro, o Conselho Nacional Regulador das Telecomunicações pediu que as organizações que utilizam serviços de mensagens de texto (SMS) para enviar mensagens coletivas a seus assinantes obtivessem uma licença de transmissão. As autoridades disseram que isso era necessário para "melhor regular" o serviço. Porém, a interpretação corrente foi de que suas ações visavam a restringir o envio de mensagens coletivas por adversários do governo no período que antecedeu as eleições de novembro. Um dia antes do pleito, um tribunal administrativo anulou a ordem da autoridade reguladora.

■ Hamdi Kandil, porta-voz da *Associação Nacional por Mudança*, um agrupamento de pessoas que demandam reformas políticas e constitucionais, foi acusado criminalmente de difamação no mês de maio, após ter criticado o ministro de Relações Exteriores em um artigo publicado no jornal *Al-Chorouk*. Ele seria julgado no Tribunal Penal de Giza, sob a acusação de insultar e difamar um funcionário público. Seu julgamento teve início em novembro.

Liberdade de reunião e de associação

As autoridades mantiveram restrições legais e outros tipos de controle sobre partidos políticos, ONGs, associações profissionais e sindicatos. Algumas entidades não obtiveram permissão para se registrar legalmente. A Irmandade Muçulmana continuou proscribida, mas funcionava abertamente. A polícia interrompeu e dispersou com violência os comícios de campanha da Irmandade Muçulmana e de outros partidos de oposição, prendendo vários de seus membros e simpatizantes, principalmente no período pré-eleitoral.

A ONG *Pátria Unida para o Desenvolvimento e as Liberdades* não obteve permissão para se registrar, enquanto várias organizações de caridade em Beni Souef foram fechadas sob a acusação de infringir a severa lei das ONGs.

Em março, o governo declarou que um projeto de lei sobre ONGs estava sendo elaborado para substituir a Lei Nº 84 de 2002. Caso seja implementada, a nova lei restringirá ainda mais a atividade das ONGs, obrigando-as a se reportarem a uma nova e abrangente entidade, constituída, em parte, por pessoas indicadas pelo presidente.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres continuaram a sofrer discriminação, violência e assédio sexual. Nas favelas, as mulheres também eram discriminadas na alocação de moradias alternativas quando ocorriam despejos. Na ausência do esposo, as autoridades locais exigiam que as mulheres apresentassem provas de seu estado civil, caso contrário, era provável que ficassem desabrigadas.

Em fevereiro, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em suas observações finais, exortou o governo a retirar suas reservas aos artigos 2º e 16 da Convenção, a revisar e reformar imediatamente as leis que discriminam as

mulheres e a fortalecer o sistema legal de queixas, a fim de que as mulheres possam ter acesso efetivo à Justiça. O Comitê também instou o governo a adotar uma lei abrangente que criminalizasse todas as formas de violência contra a mulher, inclusive a violência doméstica, o estupro conjugal e os crimes cometidos "em nome da honra". No entanto, nenhuma medida foi tomada para pôr em prática essas recomendações.

Direito à moradia adequada – despejos forçados

Em setembro, foi concluído o julgamento das autoridades implicadas no desmoronamento de pedras que, em 2008, matou um grande número de pessoas em Al-Duwayqa, um assentamento informal no Cairo. O vice-governador do Cairo foi absolvido; porém, outros seis funcionários públicos foram condenados por negligência e sentenciados a penas de um ano de prisão. Pelo menos 119 pessoas morreram e mais de 50 ficaram feridas na avalanche.

Moradores de muitas outras áreas identificadas oficialmente como "inseguras" nos assentamentos informais continuaram vivendo em condições totalmente inadequadas, vulneráveis a incêndios, inundações e a outras ameaças.

■ Em janeiro, pelo menos seis pessoas foram mortas por enxurradas e milhares foram desalojadas de suas casas na Península do Sinai e na cidade de Assuã, inclusive em áreas designadas como "inseguras". A reação das autoridades para oferecer abrigos e apoio às pessoas afetadas foi lenta e inadequada.

■ Em agosto, um incêndio destruiu cerca de 50 casebres do assentamento informal de Zerzara, em Porto Said, deixando seus moradores sem teto. As autoridades não providenciaram abrigos nem moradias alternativas.

Aproximadamente 12 mil famílias continuavam vivendo em Manshiyet Nasser, um grande assentamento informal no leste do Cairo, erguido em meio a rochas e barrancos instáveis, porque não tinham condições de adquirir casas em outros lugares. O governador do Cairo alocou mais de cinco mil moradias alternativas para os residentes de Manshiyet Nasser. Porém, a maioria das unidades ficava distante de suas fontes de sustento, em locais sem acesso a serviços. As pessoas despejadas por razões de segurança não foram consultadas sobre possíveis condições de reassentamento, nem foram

comunicadas formalmente do despejo, mesmo quando as áreas em que viviam haviam sido identificadas meses antes como "inseguras". Muitas não sabiam para onde seriam transferidas. Despejos forçados também foram executados nos assentamentos informais de Establ Antar e Ezbet Khayrallah, na parte antiga do Cairo. Muitas famílias ficaram desabrigadas em consequência dos despejos.

As autoridades seguiram planejando e começaram a implantar projetos de desenvolvimento para algumas das 404 áreas identificadas oficialmente como "inseguras" em todo o Egito, as quais abrigam cerca de 850 mil pessoas, sem que os moradores afetados fossem consultados adequadamente. Os planos oficiais para limpeza de 33 "zonas de favelas" na Grande Cairo até 2015 incluem as áreas de Ezbet Abu Qarn, Ramlet Bulaq e partes de Ezbet Khayrallah e Ezbet Al-Haggana. Os moradores seriam realocados, possivelmente contra sua vontade, para moradias localizadas em duas áreas distantes, Cidade 6 de Outubro, no sudoeste de Giza, e Cidade 15 de Maio, no sul do Cairo.

Migrantes, refugiados e requerentes de asilo

As forças de segurança da fronteira continuaram a empregar força letal contra migrantes estrangeiros que tentavam sair do Egito e cruzar a divisa com Israel. Há informações de que pelos menos 30 pessoas foram mortas a tiros. Nenhuma investigação oficial foi conduzida para esclarecer as circunstâncias em que a força letal foi usada. Outras pessoas que tentavam cruzar ilegalmente a fronteira foram capturadas e detidas.

■ Em julho, um tribunal administrativo anulou uma ordem de deportação expedida pelo ministro do Interior contra Mohamed Adam Abdallah Yahya e Ishaq Fadrallah Ahmed Dafaallah, dois requerentes de asilo darfurenses que poderiam ser devolvidos à força para o Sudão, onde estariam em risco de sofrer sérios abusos de direitos humanos.

Pena de morte

Pelo menos 185 sentenças de morte foram proferidas e pelo menos quatro presos foram executados.

■ Jihan Mohammed Ali e Atef Rohyum Abd El Al Rohyum foram enforcados em dias sucessivos no mês de março. Ambos haviam sido condenados pelo homicídio do marido de Jihan Mohammed Ali. Ela teria

afirmado na prisão que era a única responsável pela morte do marido. Apesar de ter pedido um novo julgamento, ele foi executado. Suas famílias não foram comunicadas antecipadamente da execução.

O Egito foi um dos poucos países que, em dezembro, votou contra uma resolução da Assembleia Geral da ONU que pedia uma moratória mundial das execuções.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Egito diversas vezes em 2010, para realizar pesquisas e participar de conferências e seminários.

Egyptian authorities failing to protect religious minorities (MDE 12/001/2010)

Egypt: Sweeping reform needed to protect workers' rights (MDE 12/020/2010)

Egypt: Threat of forcible eviction of Greater Cairo's "shack" dwellers (MDE 12/031/2010)

Egypt: "Shouting slogans into the wind" – human rights concerns ahead of the parliamentary elections (MDE 12/032/2010)

Egypt: Release blogger prosecuted by military court, 5 March 2010

Egypt: Halt execution of man accused of murder, 11 March 2010

Egypt: Brutal police killing of young man must be investigated, 14 June 2010

Egypt urged to protect slum-dwellers after landslide official acquitted, 22 September 2010

Egypt must investigate torture allegations made by freed blogger, 18 November 2010

investigações em torno dessas denúncias ainda eram inadequadas. A Espanha se recusou a abolir a detenção em regime de incomunicabilidade, apesar das repetidas recomendações dos organismos internacionais de direitos humanos. Um homem suspeito de terrorismo foi extraditado para o Marrocos, apesar de correr riscos de tortura e de julgamento injusto. O grupo armado Euskadi Ta Askatasuna (ETA) anunciou um cessar-fogo. Foi concedida proteção internacional a ex-detentos de Guantánamo. Aumentaram as denúncias de violência contra mulheres e meninas. Um juiz investigador foi suspenso por abrir uma investigação sobre crimes internacionais cometidos durante a guerra civil espanhola e o regime de Franco.

Tortura e outros maus-tratos

Persistiram as denúncias de tortura e de outros maus-tratos por agentes da segurança pública. Nenhuma medida foi adotada para compilar e publicar os dados sobre casos que possam ter envolvido violações dos direitos humanos de pessoas sob custódia da polícia, como estabelece o Plano de Direitos Humanos adotado pelo governo em 2008.

Em junho, a reforma do Código Penal foi aprovada sem que se modificasse a definição de tortura, apesar das recomendações do Comitê da ONU contra a Tortura para adequá-la às normas internacionais de direitos humanos. O Código Penal continua fazendo distinção entre violações "graves" e as que "não o são" no artigo que proíbe a tortura.

■ O julgamento de dois agentes de polícia acusados de matar Osamuyia Akpitaye, durante sua deportação à força da Espanha, em junho de 2007, foi marcado para 16 e 17 de março de 2011.

Segurança e combate ao terrorismo

As autoridades seguem mantendo pessoas suspeitas de atividades associadas a terrorismo sob detenção em regime de incomunicabilidade. Tais pessoas podiam permanecer nessa condição por até 13 dias, durante os quais não podiam indicar seu próprio advogado nem se consultar em privado com um defensor público, assim como não tinham acesso a um médico de sua escolha e não podiam informar à família seu paradeiro. Em maio, o governo rejeitou as recomendações formuladas na Revisão Periódica Universal da ONU para abolir essa forma de detenção.

E

ESPAÑA

REINO DA ESPANHA

Chefe de Estado:	Rei Juan Carlos I de Bourbon
Chefe de governo:	José Luis Rodríguez Zapatero
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	45,3 milhões
Expectativa de vida:	81,3 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	5/5 por mil
Taxa de alfabetização:	97,6 por cento

Persistiram as denúncias de tortura e maus-tratos praticados por agentes da segurança pública, e as

■ Depois de uma denúncia formal ingressada em janeiro pelo advogado de Mohammed Fahsi, o Tribunal de Instrução nº 23 de Madri aceitou investigar suas alegações de tortura, mas, em abril, já havia encerrado a investigação. Mohammed Fahsi alegou ter sido torturado durante sua detenção em regime de incomunicabilidade, depois de ter sido preso pela Guarda Civil, em janeiro de 2006. Sua denúncia foi inicialmente rejeitada pelo Ministério Público e pelo juiz investigador. O tribunal de instrução argumentou que a denúncia fora apresentada mais de três anos depois do evento, e que Mohammed Fahsi havia informado ao médico perito que o tratamento que recebeu foi “normal”. No final do ano, um recurso contra a decisão do tribunal aguardava julgamento. Mohammed Fahsi foi condenado, em janeiro, a sete anos de prisão, por pertencer a uma organização terrorista, já tendo passado quatro anos em prisão preventiva. Ele recorreu da decisão ao Tribunal Supremo e aguardava o resultado em liberdade.

■ Em 25 de junho, o tribunal de instrução nº 1 de Madri rejeitou a denúncia de Maria Mercedes Alcocer, de ter sofrido tortura, lesões e sérias ameaças por parte de membros da Guarda Civil enquanto esteve detida em regime de incomunicabilidade, entre 10 e 13 de dezembro de 2008. Um relatório de perícia, datado de 12 de dezembro de 2008, documentou hematomas e sinais de pontapés e socos. No entanto, na decisão que encerrou o caso, o Tribunal declarou que nenhum dos relatórios de perícia revelara quaisquer sinais externos de violência contra Maria Mercedes Alcocer e que o único objetivo da ação era o de identificar os membros da Guarda Civil envolvidos em sua detenção. Ao final do ano, seu recurso contra a decisão ainda aguardava julgamento. Em maio, Maria Mercedes Alcocer foi acusada perante a Audiência Nacional, o tribunal penal nacional, de colaborar com um grupo armado. No final do ano, o veredicto ainda não tinha sido enunciado.

■ Em 28 de setembro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que a Espanha havia violado a proibição de tortura e de outros maus-tratos. As autoridades não investigaram as denúncias apresentadas por Mikel San Argimiro Isasa, de ter sido torturado durante os cinco dias em que esteve detido incomunicável na Diretoria Geral da Guarda Civil, em Madri, em maio de 2002.

■ Em 30 de dezembro, o Tribunal Penal de Guipúzcoa condenou quatro guardas civis por torturarem Igor

Portu e Mattin Sarasola enquanto eles estavam sob custódia da polícia, na manhã de 6 de janeiro de 2008. O tribunal julgou que o fato de os dois homens terem sido condenados por pertencerem ao grupo armado ETA e por cometerem graves atos de terrorismo não invalidava a credibilidade de suas declarações. No entanto, as denúncias de que sofreram maus-tratos durante sua posterior detenção e traslado foram rejeitadas por falta de provas. Outros 11 guardas civis também julgados foram inocentados.

Extradição

■ Em 14 de dezembro, as autoridades espanholas extraditaram para o Marrocos o cidadão de dupla nacionalidade marroquino-belga Ali Aarrass, acusado de crimes de terrorismo. Ao fazê-lo, as autoridades espanholas descumpriram as medidas provisórias expedidas pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU apelando à Espanha para que não procedesse com a extradição até que o Comitê tivesse tomado uma decisão sobre o caso.

Abusos cometidos por grupos armados

Em março, um agente de polícia francês foi morto por membros do grupo armado ETA em um tiroteio em Dammarie-lès-Lys, perto de Paris. Em 5 de setembro, o ETA anunciou que não iria mais realizar nenhum “ataque armado”.

Refugiados e imigrantes

Segundo o Ministério do Interior, 3.632 imigrantes irregulares chegaram à costa espanhola em 2010, um número 50 por cento inferior ao de 2009, o menor número da década. A redução se deveu, em parte, à continuidade das políticas de interceptação marítima de imigrantes e requerentes de asilo, assim como aos acordos de readmissão assinados com os países de origem e de trânsito.

Em setembro, o governo rejeitou a recomendação do grupo de trabalho da ONU sobre a Revisão Periódica Universal, de que assinasse e ratificasse a Convenção da ONU sobre Trabalhadores Migrantes.

Prisioneiros de Guantánamo

Em fevereiro, o então ministro de Relações Exteriores confirmou que a Espanha estaria disposta a conceder proteção internacional a cinco ex-detentos de Guantánamo. O anúncio foi acompanhado da chegada, em 24 de fevereiro, de um palestino; em 4 de maio, de um iemenita; e em 21 de julho, de um

afegão, todos os quais tinham estado presos sob custódia dos EUA na base de Guantánamo.

Tráfico de seres humanos

Em junho, o governo emendou a definição de tráfico de pessoas no Código Penal, em conformidade com a Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. No entanto, preocupa o fato de que nem sempre é respeitado na prática o direito a um período de restabelecimento e reflexão para pessoas estrangeiras em situação irregular e possíveis vítimas do tráfico de seres humanos. Tal período está consagrado na legislação sobre estrangeiros e compreende um mínimo de 30 dias durante os quais os procedimentos de expulsão ficam suspensos. Ao final do ano, nenhuma medida havia sido tomada para instruir as autoridades competentes sobre como identificar vítimas de tráfico em consonância com a legislação.

■ Em 17 de março, Gladys John, uma cidadã nigeriana que estava grávida de dois meses, foi expulsa para a Nigéria apesar das preocupações manifestadas pelo ACNUR, a agência de refugiados da ONU, de que ela poderia ter sido vítima do tráfico de pessoas. Em 10 de março, o Tribunal Central de Litígios Administrativos nº 6 de Madri rejeitou sua solicitação de asilo e recusou reconhecê-la como vítima do tráfico de pessoas.

Direitos das crianças

Persistiam as denúncias de punições físicas, isolamento, prescrição abusiva de medicamentos e cuidados de saúde inadequados em centros de internação de crianças e adolescentes com problemas sociais ou comportamentais. Em setembro, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança expressou preocupação com o fato de que o internamento nesses centros poderia configurar uma forma de privação de liberdade. O Comitê recomendou à Espanha assegurar que a legislação e os regulamentos administrativos de todas as comunidades autônomas se adequassem plenamente à Convenção sobre os Direitos de Criança.

Violência contra a mulher

Segundo o Ministério da Saúde, Políticas Sociais e Igualdade, o número de mulheres assassinadas pelas mãos de seus parceiros ou ex-parceiros aumentou para 73. Dessas, 27 eram mulheres imigrantes. As mulheres imigrantes em situação irregular que foram vítimas de violência doméstica ou de gênero

continuaram com medo de registrar ocorrência policial por temerem expulsão. Uma emenda à Lei de Estrangeiros, de dezembro de 2009, incluiu uma disposição segundo a qual os procedimentos de expulsão terão início assim que uma mulher imigrante em situação irregular entrar com denúncia de violência baseada em gênero.

As vítimas de violência baseada em gênero também continuam a enfrentar muitos obstáculos para conseguir uma reparação justa e oportuna.

■ Em julho, 10 anos depois do ocorrido, Ascensión Anguita recebeu indenização de seu ex-marido pelos graves impactos físicos e mentais que ele lhe provocou por apunhalá-la 15 vezes. Ela ficou incapacitada para o trabalho, sofre de transtorno de estresse pós-traumático e tem sobrevivido com uma pensão mensal por invalidez.

Racismo e discriminação

As autoridades não tomaram medidas para combater a discriminação contra cidadãos estrangeiros nem para apoiar a liberdade de expressão e de religião.

■ Em janeiro, uma circular emitida pela Diretoria Geral da Polícia e da Guarda Civil autorizou a prisão preventiva de cidadãos estrangeiros que não apresentem documentos de identidade durante as inspeções. Sindicatos de policiais temiam que a medida pudesse levar a detenções ilegais e apelaram pela imediata revogação da circular.

■ Em maio, o governo apoiou as recomendações do grupo de trabalho da Revisão Periódica Universal da ONU de que fossem coletadas e publicadas as estatísticas de crimes por motivação racial e de que se desenvolvesse um plano de ação nacional contra o racismo e a xenofobia. Contudo, ao final do ano, nenhuma outra medida havia sido tomada. A provisão contida no Plano de Direitos Humanos de 2008, de estabelecer uma estratégia nacional de combate ao racismo, ainda aguarda implementação.

■ Diversos municípios aprovaram normas que proibiam o uso de véus que cobrem o rosto em prédios públicos. Em junho, o Senado aprovou uma moção incitando o governo a banir o uso de véus que cobrem o rosto “em eventos e espaços públicos”. Há temores de que uma proibição ampla viole os direitos à liberdade de expressão e de religião de mulheres que escolhem cobrir o rosto como expressão de sua identidade e de suas crenças.

Desaparecimentos forçados

Apesar de ter sido aprovada em junho a reforma do Código Penal, o governo não introduziu definições para crimes previstos no direito internacional, como desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais.

■ Em abril, o Tribunal Supremo acusou o juiz instrutor Baltasar Garzón de violar a Lei de Anistia de 1977. Baltasar Garzón havia iniciado a primeira investigação já feita na Espanha sobre os crimes cometidos durante a Guerra Civil Espanhola e o regime de Franco, que envolveram o desaparecimento forçado de cerca de 114.000 pessoas entre 1936 e 1951. Em seguida, em maio, o Conselho Geral do Poder Judiciário o suspendeu do exercício do cargo, durante o período de seu julgamento perante o Tribunal Supremo.

As leis de anistia e de prescrição de crimes eram incompatíveis com o direito internacional nos casos de desaparecimentos forçados, torturas ou crimes contra a humanidade, e, em 2008, o Comitê de Direitos Humanos da ONU havia apelado à Espanha para que considerasse revogar a Lei de Anistia de 1977. No fim do ano, porém, a lei continuava em vigor.

Justiça internacional

Em setembro e novembro, a Audiência Nacional encerrou as investigações sobre crimes cometidos na Birmânia e no Tibete. Nos dois casos, as decisões foram tomadas em cumprimento a uma limitação da jurisdição universal, introduzida em outubro de 2009 durante uma reforma da Lei do Poder Judiciário. Desde então, os tribunais nacionais só podem julgar esse tipo de processo se as vítimas forem cidadãos espanhóis, se o suposto criminoso estiver na Espanha ou se houver algum outro “vínculo relevante” com a Espanha e somente se não houver uma investigação efetiva ou processo com todas as garantias já em curso em outro país ou corte internacional.

■ Em setembro, o governo solicitou à África do Sul a extradição de Faustin Kayumba Nyamwasa, chefe do exército ruandês. Em 2008, a Audiência Nacional o havia acusado de genocídio e de crimes contra a humanidade em Ruanda.

Visitas/relatórios da AI

📄 [Dangerous deals: Diplomatic assurances in Europe \(EUR 01/012/2010\)](#)

📄 [Spain: Follow-up information to the Concluding Observations of the Committee against Torture \(EUR 41/003/2010\)](#)

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Chefe de Estado e de governo:

Barack H. Obama

Penal de morte:

retencionista

População:

317,6 milhões

Expectativa de vida:

79,6 anos

Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):

7/8 por mil

Quarenta e seis pessoas foram executadas durante o ano. Prosseguiram as denúncias sobre o uso de força excessiva e sobre as condições cruéis das prisões.

Dezenas de indivíduos permaneceram sob detenção militar em Guantánamo, por tempo indeterminado, enquanto a promessa do Presidente Obama de fechar essa unidade dentro de um ano não se concretizava. Diversos processos tramitaram de acordo com os procedimentos das comissões militares. O único detento de Guantánamo que, até o momento, foi transferido para o território continental dos EUA a fim de ser processado em um tribunal federal, foi julgado e condenado. Centenas de pessoas permaneceram detidas sob custódia dos Estados Unidos na unidade prisional que o país mantém na base aérea de Bagram, no Afeganistão. As autoridades dos EUA impediram as iniciativas que buscavam assegurar prestação de contas e reparações por crimes contra o direito internacional cometidos quando o país submeteu pessoas a detenções secretas e a um programa de transferências extrajudiciais (*renditions*).

Escrutínio internacional

Em novembro, a situação dos direitos humanos nos Estados Unidos foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. A delegação estadunidense afirmou que o país conduziria “um exame cuidadoso, interinstitucional sobre as 228 recomendações” resultantes do processo, e que uma resposta formal seria apresentada em março de 2011.

Detenções em Guantánamo

Em 22 de janeiro, quando o prazo de um ano estipulado pelo Presidente Obama para o fechamento da unidade de detenção da base de Guantánamo se

esgotou, 198 detentos, a metade dos quais cidadãos iemenitas, continuavam sendo mantidos no local. No fim do ano, 174 indivíduos permaneciam detidos na base estadunidense. Entre eles, três que haviam sido condenados pelo sistema de comissões militares, o qual não cumpria as normas internacionais para julgamentos justos.

No dia 5 de janeiro, a Casa Branca comunicou a decisão de suspender a transferência de cidadãos iemenitas para o lêmên. O anúncio foi feito duas semanas depois de uma tentativa de explodir um avião comercial com destino a Detroit. Os suspeitos teriam ligações com militantes do lêmên. A suspensão vigorou durante todo o ano.

Em 22 de janeiro, a Força Tarefa para Exame de Guantánamo divulgou seu relatório final de revisão interinstitucional dos processos de 240 detentos de Guantánamo, conforme determinação de uma ordem executiva do Presidente Obama, de 22 de janeiro de 2009.

A força tarefa concluiu que 48 detentos não podiam ser processados nem tampouco libertados pelos EUA. O grupo revelou, ainda, que 36 detentos haviam sido encaminhados a um possível processo – seja por tribunal federal ou por comissão militar – e aprovou a transferência ou a libertação de 126 detentos “sujeita às medidas de segurança apropriadas”. Entre os 126, havia 29 cidadãos do lêmên. Outros 30 iemenitas tiveram aprovada sua detenção “condicional”, designação que significa que eles não poderiam ser libertados de Guantánamo a menos que a “situação de segurança no lêmên melhore”, que “um programa de reabilitação adequado esteja disponível” ou que venha a “surgir uma alternativa adequada de recolocação em um terceiro país”.

Julgamentos dos detentos de Guantánamo

Em abril, o Pentágono divulgou as regras que norteiam os procedimentos das comissões militares. O novo manual confirmou que o atual governo dos EUA, assim como o anterior, se reservou o direito de continuar detendo indivíduos por tempo indeterminado mesmo que eles tenham sido absolvidos pelas comissões militares.

Durante o ano, dois detentos de Guantánamo foram condenados por comissão militar, elevando para cinco o número de indivíduos condenados desse modo desde 2001, três dos quais admitiram culpa.

Em julho, o cidadão sudanês Ibrahim al-Qosi se declarou culpado de acusações relacionadas a terrorismo, sendo sentenciado, no mês seguinte, a 14 anos de prisão. Em outubro, o cidadão canadense Omar Khadr, que tinha 15 anos quando foi detido pelos militares estadunidenses no Afeganistão em julho de 2002, admitiu ser culpado de cinco acusações de “crimes de guerra”. Ele foi sentenciado a 40 anos de prisão pelo “juri” de uma comissão militar. Porém, conforme um acordo de reconhecimento de culpa estabelecido no julgamento, essa pena foi reduzida para oito anos. As autoridades canadenses e estadunidenses concordaram em apoiar sua transferência para o Canadá depois que ele cumprir um ano de pena sob custódia dos EUA.

Cinco detentos de Guantánamo acusados de envolvimento nos ataques de 11 de setembro de 2001 – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, Ali Abd al-Aziz e Mustafa al Hawsawi – permaneciam em Guantánamo no fim do ano, 13 meses e meio após o secretário de Justiça dos EUA, Eric Holder, anunciar que os cinco seriam transferidos para um tribunal federal de Nova York a fim de serem processados. Os cinco haviam sido mantidos incomunicáveis por até quatro anos, sob custódia secreta dos EUA, antes de serem transferidos para Guantánamo em 2006. Em 2008, eles tomaram conhecimento das acusações pelas quais seriam julgados nas comissões militares.

No final do ano, apenas um dos detentos de Guantánamo havia sido transferido ao território continental dos EUA a fim de ser processado num tribunal federal. Em novembro, o cidadão tanzaniano Ahmed Ghailani, que fora transferido de Guantánamo em 2009, foi condenado por um Tribunal Distrital de Nova York por sua participação nos atentados contra duas embaixadas dos EUA no leste da África em 1998. Em maio e julho, antes do julgamento, o juiz já havia recusado as moções da defesa para suspender o indiciamento de Ahmed Ghailani. A defesa argumentava que ele havia sido torturado em custódia secreta da CIA antes de ser transferido para Guantánamo em 2006 e que ele não teve direito a um julgamento célere nos cinco anos que ficou sob custódia da CIA ou dos militares antes e ser transferido para Nova York. Sua sentença era aguardada para janeiro de 2011.

Detenções dos EUA no Afeganistão

Centenas de indivíduos se encontravam detidos no Centro de Detenção de Parwan (CDP), recém construído pelos EUA na base aérea de Bagram, no Afeganistão. Em 2009, o CDP substituiu a antiga unidade de detenção de Bagram. Em setembro, o Centro abrigava 900 detentos. Na sua maioria, eram cidadãos afegãos capturados pelas forças da coalizão no sul e no leste do Afeganistão. As autoridades estadunidenses afirmaram que o controle do CDP seria, posteriormente, transferido às autoridades afegãs “para o encarceramento de réus ou condenados em ações criminais” e que “operações de transição” teriam início em janeiro de 2011. O ritmo da transição, conforme declarou o Pentágono em outubro, dependeria, entre outros fatores, das “condições operacionais”, da capacidade do sistema judicial do Afeganistão e do fato de o governo afegão estar “plenamente treinado e equipado para o desempenho de suas responsabilidades de conduzir os processos judiciais e prisionais de acordo com suas obrigações internacionais e com o Direito afegão”.

Nos Estados Unidos, prosseguiram os litígios sobre se os detentos mantidos em Bagram deveriam ter acesso aos tribunais dos EUA para que pudessem contestar a legalidade de sua detenção. Em maio, a Corte de Apelações dos EUA revogou uma decisão de 2009, tomada pelo juiz de um Tribunal Distrital, de que três detentos de Bagram – que não eram cidadãos afegãos e que se encontravam detidos fora do Afeganistão – poderiam entrar com petições de habeas corpus na sua jurisdição. Uma vez que, em julho de 2010, a Corte de Apelações se recusou a rever sua decisão, os advogados estadunidenses dos detentos retornaram ao Tribunal Distrital para levar adiante o litígio, que prosseguia no final do ano.

Em junho, a Anistia Internacional e outras organizações escreveram ao secretário de Defesa dos EUA manifestando preocupação sobre denúncias de que os detentos mantidos em uma unidade de triagem na base aérea de Bagram haviam sido submetidos a tortura ou a outros maus-tratos, que incluíam, entre outras coisas, isolamento prolongado, privação de sono e exposição a temperaturas extremas.

Impunidade

Anda não houve prestação de contas nem reparações para as violações de direitos humanos ocorridas

durante o governo de George W. Bush. Essas violações foram cometidas no âmbito do programa estadunidense de detenções secretas e transferências extrajudiciais, ou *renditions* (quando a custódia de um indivíduo é transferida de um Estado para outro sem passar pelos devidos processos judiciais e administrativos), e incluem crimes de direito internacional tais como tortura e desaparecimentos forçados.

Em suas memórias, publicadas em novembro, assim como numa entrevista anterior à publicação, o ex-presidente Bush admitiu ter pessoalmente autorizado “técnicas intensificadas de interrogatório” para serem usadas pela CIA contra detentos mantidos em custódia secreta. Um dos métodos que ele afirmou ter autorizado foi o “*waterboarding*”, uma forma de tortura em que se inicia o processo de afogamento do detento.

No dia 9 de novembro, sem fornecer maiores explicações, o Departamento de Justiça dos EUA anunciou que ninguém seria objeto de ação penal com relação à destruição pela CIA, em 2005, das fitas de vídeo em que estavam gravados os interrogatórios de dois detentos (Abu Zubaydah e Abd al-Nashiri) mantidos sob custódia secreta em 2002. As 92 fitas continham evidências do uso de “técnicas intensificadas de interrogatório”, inclusive “*waterboarding*”, contra os dois detentos.

Ao que parece, prosseguia no fim do ano a “revisão preliminar” ordenada pelo secretário de Justiça, Eric Holder, em agosto de 2009, sobre determinados aspectos de alguns interrogatórios de certos detentos mantidos no programa de detenções secretas.

No dia 8 de setembro, o pleno da Corte de Apelações do 9º Circuito aceitou a invocação de “privilegio de segredos de Estado”, feita pelo governo dos Estados Unidos, e concordou em indeferir a ação movida por cinco indivíduos (Binyam Mohamed, residente do Reino Unido; Abou Elkassim Britel, cidadão italiano; Ahmed Agiza, cidadão egípcio; Muhammad Faraj Ahmed Bashmilah, cidadão iemenita; e Bisher al-Rawi, cidadão iraquiano com residência permanente no Reino Unido) que afirmavam terem sido submetidos a desaparecimento forçado e a tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes nas mãos de funcionários dos EUA e de agentes de outros governos, como parte do programa estadunidense de detenções

secretas e transferências extrajudiciais operado pela CIA. A maioria dos seis juízes indicou a possibilidade de concessão de “benefício não-judicial” à maioria dos autores da demanda, e que uma ação nesse sentido poderia ser tomada pelo Executivo ou pelo Congresso.

Em outubro, depois que arquivos divulgados pela organização Wikileaks trouxeram à tona novas evidências sobre tortura e outros maus-tratos cometidos contra detentos em poder das forças de segurança iraquianas, houve pedidos para que os Estados Unidos investigassem até que ponto seus agentes tinham conhecimento desses atos (veja as seções sobre o Afeganistão, o Iraque e o Iêmen).

Uso excessivo da força

Cinquenta e cinco pessoas morreram depois de serem atingidas por armas Taser pela polícia. Com essas, desde 2001, as mortes desse tipo chegam a pelo menos 450. Dos que perderam a vida, a maioria eram pessoas desarmadas que não apresentavam grave ameaça quando foram eletrocutadas, em alguns casos, por várias vezes. Fatos como esses fizeram aumentar as preocupações sobre o uso apropriado e sobre a segurança de tais armas.

As mortes de dois cidadãos mexicanos pela polícia de fronteira dos EUA suscitaram apelos para que o órgão revisse suas práticas.

■ Em maio, Anastacio Hernández, de 32 anos, sofreu uma parada respiratória, vindo depois a falecer, quando, segundo informações, a polícia de fronteira dos EUA, ao tentar deportá-lo para o México, golpeou-o com cassetes e eletrocutou-o com uma arma Taser.

■ Em junho, Sergio Hernández Güereca, de 15 anos, morreu depois de ser atingido por um tiro na cabeça disparado por um guarda da polícia de fronteira dos EUA. Em comunicado à imprensa, o FBI (Bureau Federal de Investigação dos EUA) afirmou que o policial abriu fogo depois de ser cercado por indivíduos que atiravam pedras. Porém, gravações em vídeo mostram que o adolescente havia corrido de volta para o México quando o policial disparou sua arma, diversas vezes, na direção do outro lado da fronteira, atingindo Sergio Hernández à distância. Uma investigação conduzida pelas autoridades dos EUA ainda não havia sido concluída no final do ano.

Em julho, seis policiais de Nova Orleans foram acusados por seu envolvimento num tiroteio da polícia contra civis desarmados, ocorrido na cidade

de Danziger Bridge, dias após a passagem do Furacão Katrina, em agosto de 2005. As acusações, resultantes de uma investigação federal, incluíam violações dos direitos civis e conspiração para acobertar o incidente, no qual foram mortos um jovem de 17 anos e um homem com dificuldades de aprendizagem.

Condições prisionais

Houve denúncias sobre as condições cruéis de detenção para prisioneiros confinados em isolamento prolongado nas penitenciárias de segurança máxima. As queixas incluíam os maus-tratos a presos do sistema federal mantidos sob o regime de medidas administrativas especiais.

■ Syed Fahad Hashmi, estudante, foi mantido por mais de três anos em confinamento solitário, no período de detenção provisória, no Metropolitan Correctional Center, uma prisão federal de Nova York. Ele passava 23 horas do dia confinado numa pequena cela com escassa luz natural. Syed não se exercitava ao ar livre e tinha contato muito limitado com sua família. Em abril, ele admitiu culpa em uma acusação de conspirar para ajudar a Al Qaeda. Seus advogados tentaram inutilmente requerer que suas condições de detenção provisória fossem menos severas, apontando para os efeitos adversos sobre sua saúde, bem como sobre sua capacidade de auxiliar em sua própria defesa. Em junho, ele foi condenado a 15 anos de prisão.

■ Albert Woodfox e Herman Wallace, ex-integrantes do Partido Pantera Negra, permaneceram em confinamento solitário em penitenciárias da Louisiana, onde passaram mais de 35 anos presos em celas individuais precárias, sem acesso a qualquer programa de trabalho ou reabilitação. Tais condições passaram a ser impostas após o assassinato de um guarda prisional, em 1972. No fim de 2010, recursos questionando a imparcialidade de seu julgamento, assim como as condições cruéis de seu confinamento, aguardavam a apreciação de tribunais federais.

Julgamentos injustos

Em junho, um novo recurso foi interposto no caso de Gerardo Hernández, um dos cinco homens condenados em 2001 por atuarem como agentes de espionagem para Cuba e por outras acusações relacionadas. O recurso se fundamentou, em parte, nas evidências de que o governo dos EUA havia

secretamente pagado alguns jornalistas para que, na época do julgamento, publicassem artigos prejudiciais aos réus, comprometendo com isso seu direito a um processo justo. Em outubro, a Anistia Internacional enviou um relatório ao secretário de Justiça, expressando as preocupações da organização com relação a esse caso.

Violência contra as mulheres

Em julho, o Congresso aprovou a Lei de Ordem Pública Tribal de 2010, que oferece às mulheres indígenas sobreviventes de estupro mais chances de obterem justiça. A legislação melhorou a coordenação entre os órgãos de aplicação da lei federais, estaduais, locais e tribais que atuam na investigação desses crimes. Além disso, introduziu medidas para restabelecer a autoridade e os recursos tribais necessários para lidar com os crimes cometidos nesses territórios. A lei foi criada para responder às preocupações levantadas por organizações tribais, constantes num relatório de 2007 da Anistia Internacional, denominado *Labirinto de Injustiça*, o qual expunha os índices desproporcionais de violência sexual contra as mulheres indígenas e a impunidade generalizada de que gozavam os perpetradores.

Direito à saúde – mortalidade materna

Centenas de mulheres continuaram a morrer de complicações evitáveis relacionadas à gravidez. Persistiam grandes disparidades no acesso a serviços de saúde de qualidade, baseadas em fatores relacionados a raça, etnia, condição indígena ou de imigrante, localização geográfica e nível de renda. Houve demandas para que os governos federal e estaduais tomassem todas as medidas necessárias para melhorar os cuidados com a saúde materna. Essas medidas deveriam se refletir concretamente nas estatísticas e eliminar as disparidades que prejudicam determinados grupos de mulheres.

Em março, foi aprovada uma lei que, até 2014, deveria ampliar a cobertura de assistência médica para mais de 30 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não contavam com seguro saúde. No final do ano, essa lei era objeto de diversas contestações judiciais nos tribunais do país.

Direitos das crianças

No dia 17 de maio, a Suprema Corte dos EUA decidiu que a pena de prisão perpétua, sem a possibilidade

de liberdade condicional, para crime que não incluía homicídio, imposta a pessoa menor de 18 anos à época do crime, viola a proibição constitucional de penas “cruéis ou incomuns”. A maioria dos membros da Corte observou que seu apoio a essa decisão se deveu ao fato de os Estados Unidos serem a “única nação que impõe sentenças perpétuas sem possibilidade de condicional a infratores juvenis não-homicidas”. A maioria dos integrantes apontou ainda que o artigo 37(a) da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança proíbe a pena de prisão perpétua sem perspectiva de libertação para crimes cometidos por menores de 18 anos.

Em 14 de outubro, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança apelou para que os EUA ratificassem a Convenção. Os Estados Unidos e a Somália são os únicos países que ainda não ratificaram esse instrumento.

Direitos dos imigrantes

Organizações de direitos humanos, entre as quais a Anistia Internacional, manifestaram preocupação com relação a uma lei de imigração radical aprovada em abril no estado do Arizona. Temia-se que a lei, requerendo que a polícia do Arizona entregasse às autoridades de imigração pessoas que não conseguissem fornecer prova imediata de seu status, pudesse intensificar a prática de “filtragem racial”. Disposições relevantes da lei acabaram sendo suspensas enquanto aguardavam o resultado de uma ação federal.

Um grande número de imigrantes irregulares do México e da América Central, que tentavam entrar nos EUA cruzando as regiões desérticas de fronteira, morreram devido à exaustão e à exposição ao clima adverso.

Pena de morte

Quarenta e seis prisioneiros – 45 homens e uma mulher – foram executados nos Estados Unidos no ano de 2010. Quarenta e quatro deles foram mortos por injeção letal, um foi eletrocutado e um foi morto por pelotão de fuzilamento. Com essas mortes, sobe para 1.234 o número total de execuções levadas a cabo desde que a Suprema Corte suspendeu a moratória da pena de morte em 1976.

■ David Powel foi executado no dia 15 de junho no Texas, mais de três décadas após ter cometido seu crime, apesar das evidências contundentes de que ele

estava recuperado. David passou mais da metade de sua vida no corredor da morte.

■ Holly Wood foi executado no dia 9 de setembro no estado do Alabama. Na ocasião do julgamento, seu advogado, inexperiente, não apresentou ao júri qualquer evidência dos significativos transtornos mentais de seu cliente.

■ Brandon Rhode foi executado no dia 27 de setembro no estado da Geórgia, seis dias depois e ter cortado os pulsos e o pescoço com uma lâmina. Depois de quase ter morrido, ele conseguiu se recuperar, para logo ser morto, com uma injeção letal, por um crime que ele havia cometido aos 18 anos de idade.

■ Jeffrey Landrigan foi executado no dia 26 de outubro no Arizona. No decorrer de vários anos, 13 juízes solicitaram que uma audiência fosse marcada para esclarecer os erros cometidos pelo advogado que o representou no julgamento. A execução foi levada a cabo quando a Suprema Corte dos EUA revogou, por 5 votos a 4, uma suspensão que havia sido imposta por um tribunal inferior. Esse tribunal manifestara preocupação com o fato de o Estado se recusar a fornecer informações adequadas sobre uma das drogas usadas na injeção. A substância usada na composição do coquetel letal estava em falta nos EUA e foi adquirida de uma fonte estrangeira.

Em 2010, quatro homens e uma mulher que estavam prestes a serem executados se beneficiaram de atos de clemência do Executivo.

Em outubro, Anthony Graves foi posto em liberdade no Texas, 16 anos após ter sido sentenciado à morte. Em 2006, um tribunal federal havia determinado que se realizasse um novo julgamento. Porém, em outubro de 2010, as acusações contra ele foram rejeitadas, pois a promotora não encontrou quaisquer provas confiáveis que pudessem relacioná-lo ao crime cometido em 1992. Ele se tornou a 138ª pessoa, desde 1973, a ser libertada do corredor da morte dos Estados Unidos com base em sua inocência.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional participaram como observadores nos julgamentos conduzidos por comissões militares, assim como no julgamento de Omar Khadr. Também visitaram os EUA em outubro e novembro.

USA: Still failing human rights in the name of global “war” (AMR 51/006/2010)

Deadly delivery: The maternal health care crisis in the USA (AMR 51/007/2010)

USA: Submission to the UN Universal Periodic Review, November 2010 (AMR 51/027/2010)

USA: Model criminal justice? Death by prosecutorial misconduct and a “stacked” jury (AMR 51/030/2010)

USA: Double standards or international standards? Crucial decision on 9/11 trial forum “weeks” away (AMR 51/034/2010)

USA: Normalizing delay, perpetuating injustice, undermining the “rules of the road” (AMR 51/053/2010)

USA: Secrecy blocks accountability, again – federal court dismisses “rendition” lawsuit; points to avenues for non-judicial remedy (AMR 51/081/2010)

USA: Death penalty, still a part of the “American experiment”, still wrong (AMR 51/089/2010)

USA: The case of the Cuban Five (AMR 51/093/2010)

Another door closes on accountability. US Justice Department says no prosecutions for CIA destruction of interrogation tapes (AMR 51/104/2010)

FRANÇA

REPÚBLICA FRANCESA

Chefe de Estado:	Nicolas Sarkozy
Chefe de governo:	François Fillon
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	62,6 milhões
Expectativa de vida:	81,6 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	5/4 por mil

Continuaram as denúncias de maus-tratos praticados pela polícia e as investigações sobre esses casos avançaram lentamente. Um projeto de lei sobre imigração e asilo se mostrou incompatível com o direito de se requerer asilo. O Conselho Constitucional julgou inconstitucionais as normas relativas à detenção preventiva para crimes comuns. As comunidades ciganas e nômades foram estigmatizadas, além de despejadas à força e devolvidas aos seus países de origem.

Tortura e outros maus-tratos

Em suas observações finais, de 14 de maio de 2010, o Comitê da ONU contra a Tortura expressou

preocupação frente às persistentes denúncias de maus-tratos praticados por agentes franceses responsáveis pelo cumprimento da lei e instou as autoridades a realizarem investigações imediatas, transparentes e independentes sobre tais denúncias, assegurando a punição adequada para os perpetradores.

■ Em 4 de novembro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que, no caso *Darraj v. França*, o país violou a proibição da tortura e de outros maus-tratos, expressa na Convenção Europeia de Direitos Humanos. Em julho de 2001, Yassine Darraj, um cidadão francês de 16 anos, foi levado, para verificação de identidade, a uma delegacia de polícia, onde policiais o algemaram e usaram um grau de força tamanho que o rapaz teve que se submeter a uma cirurgia de urgência que o deixou incapacitado para o trabalho por 21 dias. O Tribunal considerou que a multa de 800 euros por “lesões involuntárias”, a que dois dos policiais foram sentenciados após recurso judicial, foi inadequada.

Mortes sob custódia

As investigações em torno de mortes ocorridas sob custódia pareceram carecer de independência e imparcialidade, além de progredirem lentamente.

■ Em 17 de maio, a Comissão Nacional de Deontologia da Segurança (CNDS) exigiu medidas disciplinares contra os policiais que teriam utilizado força excessiva contra Ali Ziri, um argelino de 69 anos, depois de o prenderem em Argenteuil, em 9 de junho de 2009. Ali Ziri viajava no carro de seu amigo Arezki Kerfali, quando eles foram parados pela polícia. Arezki Kerfali disse que a polícia os espancou e que ambos foram levados para o hospital, onde Ali Ziri morreu. Arezki Kerfali foi acusado de insultar um policial; a audiência estava marcada para 24 de junho, mas foi postergada à espera de uma decisão sobre o processo de Ali Ziri.

■ Em março, o juiz que investigava a morte de Abou Bakari Tandía, que morreu em janeiro de 2005 por lesões sofridas sob custódia policial, interrogou três médicos forenses responsáveis por um relatório divulgado em julho de 2009, que contradiz a versão dos fatos dada pela polícia. Os médicos concluíram que houve uma briga entre Abou Bakari Tandía e os policiais envolvidos em sua detenção, o que levanta mais dúvidas sobre a declaração dos policiais de que os ferimentos foram causados pela própria vítima ao se atirar contra as paredes da cela. Em novembro, o juiz

interrogou os policiais na condição de testemunhas dos fatos.

■ Em setembro, o Tribunal de Recursos de Aix-en-Provence anulou a decisão das juízas de instrução de encerrar a investigação aberta contra dois policiais suspeitos do homicídio culposo de Abdelhakim Ajimi, que morreu depois de ser dominado pela polícia ao ser preso, em maio de 2008. Em abril, a CNDS recomendou medidas disciplinares contra os policiais pelo uso desproporcional e desnecessário da força.

■ Mais de um ano depois do início de um inquérito criminal sobre o “homicídio culposo” de Mohamed Boukrourou, os policiais envolvidos em sua prisão ainda não haviam sido interrogados e nenhuma medida disciplinar contra eles havia sido tomada. Em 12 de novembro de 2009, quatro policiais prenderam Mohamed Boukrourou, depois de uma discussão na farmácia de seu bairro. Eles o algemaram e mandaram que ele os acompanhasse. Testemunhas disseram que, quando ele se recusou, os policiais o arrastaram para fora do local e o jogaram dentro da viatura, onde foi chutado e espancado. Menos de duas horas depois, ele estava morto. Seus familiares informaram que, quando viram o corpo, o rosto estava coberto de hematomas, seu lábio estava cortado e a bochecha rebentada. Dois relatórios forenses, um realizado por solicitação do promotor de justiça, em novembro de 2009, e um segundo por solicitação da família, em junho de 2010, indicaram lesões em seu corpo que poderiam ter sido causadas por socos e declararam como provável causa da morte uma insuficiência cardíaca. Para esclarecer as circunstâncias da morte, ambos os relatórios demandaram outros exames médicos complementares, cujos resultados não foram divulgados até o final do ano. A CNDS e a Inspeção Geral da Polícia Nacional também abriram inquéritos em novembro e dezembro de 2009, respectivamente, ambos em andamento.

Detentos de Guantánamo

■ Em 26 de fevereiro, o Tribunal de Cassação ordenou que cinco cidadãos franceses que haviam sido detidos em Guantánamo e transferidos para a França, em 2004 e 2005, fossem novamente julgados por crimes vinculados ao terrorismo. Em fevereiro de 2009, o Tribunal de Recursos de Paris reverteu a condenação do Tribunal Correcional de Paris por “associação criminosa relacionada a iniciativa terrorista”, porque o tribunal havia utilizado ilegalmente informações

fornecidas pelo serviço de inteligência francês, obtidas durante interrogatório enquanto os réus estavam detidos em Guantánamo.

Refugiados e requerentes de asilo

Em julho, o Conselho de Estado anulou parcialmente a decisão do conselho de administração da Agência Francesa para a Proteção de Refugiados e Apátridas, que qualificou 17 países como “seguros” para o exame de solicitações de asilo. Pedidos submetidos por requerentes de asilo dos países considerados “seguros” são examinados mediante procedimentos acelerados, sob os quais os requerentes podem ser repatriados forçosamente, sem que seus recursos sejam examinados. O Conselho de Estado decidiu que Armênia, Madagascar e Turquia não cumpriam os critérios de direitos humanos exigidos para figurarem na lista dos países “seguros” e considerou Mali seguro para homens, mas não para mulheres.

Um projeto de lei sobre imigração e asilo, que estava em discussão no Parlamento desde setembro, seria incompatível com as normas internacionais de direitos humanos. Segundo a proposta, se um grupo de 10 ou mais imigrantes irregulares fosse interceptado próximo à fronteira da França, eles seriam mantidos em uma “zona de retenção” entre o local da detenção e a fronteira. Seus pedidos para ingressar na França a fim de solicitar asilo seriam examinados e, caso fossem considerados “manifestamente infundados”, as pessoas seriam devolvidas aos seus países de origem e teriam apenas 48 horas para recorrer da decisão.

Evoluções legais, constitucionais ou institucionais

Em junho, o Senado começou a examinar um projeto de lei sobre o mandato e os poderes do Defensor dos Direitos, a nova instituição resultante da fusão entre a CNDS, a Defensoria da Criança, a Ouvidora Nacional, a Comissão Antidiscriminação e da Igualdade de Oportunidades e a Inspeção Geral dos Lugares de Privação de Liberdade. Temia-se que a fusão pudesse implicar a perda dos conhecimentos e da independência característicos dessas instituições.

Em 30 de julho, o Conselho Constitucional julgou que a lei relativa à detenção preventiva (*garde à vue*) era inconstitucional, pois não assegurava aos detidos direitos de defesa, tais como a assistência efetiva de um advogado e ser informado sobre o direito de

permanecer em silêncio. O Conselho, no entanto, declarou que a lei continuaria em vigor até 1º de julho de 2011. Normas ainda mais restritivas, aplicáveis a pessoas suspeitas de envolvimento com atividades terroristas, infrações graves ligadas ao crime organizado ou tráfico de drogas, não foram examinadas pelo Conselho.

Em outubro, o Conselho de Ministros adotou um projeto de lei para modificar o regime de detenção preventiva, que não contemplou todos os temas de preocupação dos direitos humanos. Poucos dias depois, o Tribunal de Cassação julgou que todo o sistema de detenção preventiva era inconstitucional, inclusive os dispositivos aplicáveis a pessoas suspeitas de envolvimento com atividades terroristas, crime organizado grave ou tráfico de drogas.

Racismo e discriminação

As comunidades ciganas (*romanis*) e nômades foram estigmatizadas pelas autoridades governamentais. Durante a reunião ministerial realizada em julho para discutir “os problemas relacionados ao comportamento de certos *romanis* e nômades”, o presidente Nicolas Sarkozy se referiu aos “acampamentos ilegais”, habitados por *romanis*, como antros de criminalidade e demandou que o governo desmantelasse os acampamentos num prazo de três meses. Em 5 de agosto, o ministro do Interior instruiu os prefeitos a desmantelar sistematicamente os “acampamentos ilegais”, dando prioridade explícita àqueles habitados por ciganos, e a proceder à “remoção imediata de estrangeiros em situação irregular”. Após ser divulgada pelos meios de comunicação, a ordem foi retirada e substituída, em 13 de setembro, por outra que fazia referência a “qualquer assentamento ilegal, independentemente de quem o habite”. Contudo, persistiram os temores de que os ciganos estavam sendo marginalizados e transformados em alvos de despejos forçados e de expulsões. Em setembro, o governo apresentou ao Parlamento um projeto de lei para facilitar a remoção de estrangeiros, inclusive cidadãos da UE, que “abusam de seu direito de uma breve estada” ao entrar e sair da França repetidas vezes.

Em agosto, o Comitê da ONU sobre a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) expressou preocupação com os discursos políticos discriminatórios. O Comitê também se inquietou com o aumento da violência racista contra os ciganos e

com as dificuldades enfrentadas pelos nômades para exercerem seus direitos à liberdade de circulação e ao voto, bem como o acesso à educação e moradia adequada.

Em outubro, o Conselho Constitucional considerou que uma lei adotada pelo Parlamento em setembro, que proíbe o uso em público de vestes destinadas a cobrir o rosto, não restringe excessivamente os direitos individuais. Porém, julgou que a proibição não poderia ser aplicada em lugares públicos de culto. A lei suscitou preocupações de que a proibição poderia violar o direito à liberdade de expressão e de religião das mulheres que optam por usar a burca ou o *niqab* (véu que cobre a face) como expressão de sua identidade ou de sua crença.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a França em setembro e outubro.

🇫🇷 France: Briefing to the UN Committee against Torture, April 2010 (EUR 21/002/2010)

GUINÉ-BISSAU

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Chefe de Estado:	Malam Bacai Sanhá
Chefe de governo:	Carlos Gomes Júnior
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	1,6 milhão
Expectativa de vida:	48,6 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	207/186 por mil
Taxa de alfabetização:	51 por cento

A situação política permaneceu delicada, pois o conflito entre autoridades civis e militares prosseguia. As desavenças entre as autoridades civis e as brigas internas entre os militares exacerbaram a instabilidade no país. A tensão aumentou em abril após uma rebelião dos militares. As forças armadas foram responsáveis por violações dos direitos humanos, como torturas, prisões e detenções arbitrárias. Ninguém foi levado à Justiça para responder pelos assassinatos políticos e pelas torturas praticadas em 2009.

Informações gerais

Em janeiro, o governo firmou um acordo com os Estados Unidos para permitir que um promotor de justiça estadunidense trabalhasse juntamente com o Procurador Geral da República da Guiné-Bissau no combate ao tráfico de drogas e a outros crimes. Porém, até o fim de 2010, o promotor não havia sido designado.

Em fevereiro, o ex-ministro da Pesca e três funcionários do ministério foram acusados de desvio de fundos. Até o fim do ano não havia nenhuma decisão sobre o caso. A Assembleia Nacional Popular parecia relutar em suspender a imunidade parlamentar de um dos acusados.

Em abril, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, almirante Zamora Induta, foi deposto e preso por seu adjunto, general António Indjai. O general também deteve brevemente o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e ameaçou matá-lo caso os manifestantes que saíram às ruas para apoiá-lo continuassem protestando. Enquanto isso, soldados comandados pelo general invadiram a sede das Nações Unidas na capital, Bissau, e "libertaram" o ex-Chefe do Estado Maior da Armada, vice-almirante Bubo Na Tchuto. Ele havia se refugiado no prédio da ONU após ter retornado voluntariamente para a Guiné em dezembro de 2009. Em 2008, ele havia fugido para a Gâmbia, depois de ser acusado de planejar um golpe de Estado. Em outubro, Bubo Na Tchuto foi reempossado como Chefe do Estado Maior da Armada. Em junho, o Presidente Sanhá removeu o almirante Zamora Induta do posto de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e colocou em seu lugar o general António Indjai. Essa mudança, assim como a recondução, em outubro, do vice-almirante Bubo Na Tchuto ao posto de chefe da Armada foram amplamente criticadas tanto dentro quanto fora do país.

Em maio, a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. O relatório final do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi adotado em setembro. O governo rejeitou cinco de suas recomendações, inclusive as que visavam a acabar com a impunidade para as violações de direitos humanos cometidas pelas forças armadas. Dentre as recomendações que receberam apoio do governo estava o compromisso de, futuramente, criminalizar a prática da mutilação genital feminina. Porém, isso só

seria feito após uma campanha de esclarecimento da população.

Em maio, a Assembleia Nacional Popular aprovou um pacote legislativo que incluía emendas à lei orgânica das forças armadas e leis relativas à Guarda Nacional, à Polícia de Ordem Pública e aos Serviços de Informação e Segurança do Estado.

Em setembro, a União Europeia encerrou a missão de reforma do setor de segurança no país, iniciada em 2008, devido à instabilidade política e à desconsideração pelo Estado de direito.

Em novembro, a Guiné-Bissau ratificou a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Os tratados passariam a vigorar, respectivamente, em 1º de dezembro de 2010 e 1º de fevereiro de 2011.

Impunidade

As investigações sobre os assassinatos políticos ocorridos em março e junho de 2009 estavam paradas, aparentemente por falta de recursos para interrogar testemunhas que se encontravam fora do país. As forças armadas seguiram cometendo violações de direitos humanos com impunidade.

Prisões e detenções arbitrárias

Seis militares, dentre os quais uma mulher, presos por envolvimento no assassinato do ex-Chefe do Estado Maior, general Tagme na Waie, permaneceram detidos incomunicáveis por 20 meses, sem acusações formais contra eles. Em dezembro, eles foram soltos enquanto aguardavam serem indiciados e julgados. Segundo informações, eles não tinham permissão para deixar o país.

Em abril, o general António Indjai prendeu o almirante Zamora Induta, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, acusando-o de envolvimento com o desaparecimento de uma quantidade de drogas que haviam sido confiscadas durante uma batida policial. No entanto, há informações indicando que o almirante Induta foi preso por ter iniciado uma investigação, em março, sobre o envolvimento de militares de alta patente com o tráfico de drogas. O general António Indjai também prendeu o coronel Samba Djaló, chefe do serviço de Inteligência Militar, acusando-o de interferir nas atividades de partidos políticos. Há informações de que os dois militares presos foram torturados durante sua detenção no

quartel de Mansôa. Em setembro, o Supremo Tribunal Militar determinou que eles fossem postos em liberdade condicional. Porém, eles continuaram detidos até meados de dezembro, quando foram libertados, sem acusações, até novas investigações. Aparentemente, a única restrição imposta foi para que não deixassem o país.

Tortura e outros maus-tratos

Em julho, Fernando Té faleceu no hospital poucos dias depois de ter sido preso e espancado por policiais da 5ª Delegacia de Polícia de Bissau. Segundo informações, após uma briga com um comerciante, ele foi preso e levado à delegacia, onde foi espancado. Algumas horas depois, ele foi solto sem nenhuma acusação. Dois dias após sua morte, os policiais envolvidos foram presos. Porém, até o fim do ano, não havia indicações de que tivessem sido indiciados ou julgados.

Violência contra mulheres e meninas

A violência contra mulheres e meninas, inclusive casamentos forçados e precoces, era largamente disseminada.

■ Em abril, uma menina de 15 anos foi espancada até a morte por ter se recusado a casar com um homem de idade muito mais avançada que a sua. A menina, que já havia tentado fugir para não se casar, foi espancada por mulheres do vilarejo de Tombali, no sul do país, durante a cerimônia de casamento. Embora o caso tenha sido encaminhado à Procuradoria Geral da República, ninguém foi preso.

■ Em março, membros da igreja Evangélica da região de Tombali foram espancados por moradores. A agressão aconteceu porque eles deram abrigo a cerca de 20 meninas, entre 14 e 16 anos, que haviam fugido para não serem forçadas a se casarem com homens mais velhos.

■ Em agosto, em outro vilarejo da região de Tombali, uma menina e duas mulheres da família foram espancadas por seus familiares homens. A menina havia sido oferecida em casamento para um homem mais velho; porém, as mulheres da família não concordavam com a união porque ela tinha menos de 18 anos. Apesar do registro da ocorrência na polícia, nenhuma providência foi tomada.

Visitas/relatórios da AI

■ A Anistia Internacional visitou a Guiné-Bissau em março e outubro, em missões de pesquisa no país.

HAITI

REPÚBLICA DO HAITI

Chefe de Estado:	René García Préval
Chefe de governo:	Jean-Max Bellerive
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	10,2 milhões
Expectativa de vida:	61,7 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	90/80 por mil
Taxa de alfabetização:	61 por cento

O terremoto de janeiro deixou quase dois milhões de pessoas desabrigadas e provocou uma crise humanitária sem precedentes. No fim de 2010, mais de um milhão de pessoas continuavam desalojadas, vivendo em campos improvisados, nos quais a violência contra mulheres e meninas era cada vez mais intensa. O grande número de crianças órfãs ou desacompanhadas suscitou temores de que muitas delas estivessem sendo traficadas para a vizinha República Dominicana ou para outros países. A destruição e o esgotamento das instituições do Estado significavam que, praticamente, não havia acesso à Justiça nem recursos legais para reparar abusos. Em janeiro, durante uma tentativa de fuga da prisão de Les Cayes, a polícia haitiana matou a tiros 12 presos.

Informações gerais

Em 12 de janeiro, um terremoto destruiu grande parte da capital, Porto Príncipe, assim como outras cidades e áreas adjacentes ao sul do país, provocando uma crise humanitária sem precedentes. O governo estima que o número de mortos tenha passado dos 230.000. Cerca de outras 300.000 pessoas ficaram feridas. Instituições e órgãos públicos foram severamente afetados. Aproximadamente 1.500 escolas, 50 hospitais, centros de saúde e 15 dos 17 edifícios ministeriais foram arrasados. A sede da missão da ONU também foi destruída. A comunidade internacional e as agências humanitárias responderam imediatamente com auxílio de emergência. Porém, essa ajuda demorou a chegar até algumas das comunidades mais gravemente atingidas.

Em março, mais de 150 países doadores e organizações internacionais se reuniram em Nova York e prometeram o envio de 5,3 bilhões de dólares,

em um período de 18 meses, para financiar a reconstrução do Haiti após o terremoto. No entanto, a limpeza dos escombros e a construção de abrigos temporários para os sobreviventes pouco avançaram. No fim do ano, mais de um milhão de pessoas ainda viviam em cerca de 1.100 campos formais e informais de desabrigados, geralmente em condições de miséria. Em outubro, um furacão causou ainda mais devastação aos abrigos nos campos.

Em setembro, uma epidemia de cólera eclodiu nas comunidades próximas ao rio Artibonite, alastrando-se rapidamente para outras partes do país. A ONU criou uma comissão independente de especialistas para investigar a origem da epidemia. Até dezembro, mais de 100.000 casos de cólera haviam sido registrados, e o número de mortos passava de 2.400.

No dia 28 de novembro, realizou-se o primeiro turno das eleições gerais para presidente, deputados e senadores do Haiti. Irregularidades e denúncias de fraude contra o Conselho Eleitoral Provisório deram origem a manifestações de protesto por todo o país. Observadores eleitorais nacionais manifestaram preocupação com a publicação dos resultados parciais que excluíram Michel Martelly da disputa pelo segundo turno das eleições presidenciais, previstas para janeiro de 2011, favorecendo o candidato do partido governante.

Violência contra mulheres e meninas

A violência contra mulheres e meninas era uma prática disseminada, tanto dentro quanto nos arredores dos campos formais ou informais de desalojados. A falta de segurança e de mecanismos eficazes de proteção aumentou os riscos de estupro e de outras formas de violência sexual. A impunidade para esses crimes continuou a causar preocupação, pois pouquíssimos casos foram investigados ou resultaram em ações judiciais. Muitas sobreviventes de estupro tiveram que superar o medo, a discriminação e a falta de recursos financeiros para obterem acesso a cuidados médicos. A *Associação Nacional de Proteção das Mulheres e Crianças Haitianas*, uma organização que trabalha pelos direitos das mulheres e atende trabalhadoras do sexo em Porto Príncipe, informou que o número de meninas envolvidas em trabalhos sexuais aumentou desde o início da crise humanitária.

■ A KOFIV, uma organização popular que trabalha com sobreviventes de estupro, documentou mais de

250 casos de violência sexual, em 15 campos, nos primeiros cinco meses após o terremoto. A organização também registrou casos de meninas desacompanhadas que eram abusadas sexualmente em troca de comida ou abrigo nos campos para desalojados.

Desalojados internos

No fim do ano, mais de um milhão de pessoas ainda estavam vivendo em condições de miséria nos campos formais ou informais. A grande maioria dos desalojados não conseguiu ter acesso a abrigos adequados. A construção de abrigos temporários foi lenta, tendo sido prejudicada pelo fato de as autoridades não terem disponibilizado terrenos apropriados. Não havia informações claras sobre os planos e as políticas do governo para reassentar os desalojados em moradias permanentes.

Expulsões forçadas

Pessoas desalojadas que estavam ocupando terrenos privados foram despejadas pelos proprietários, geralmente com auxílio da polícia ou de homens armados. Em abril, o governo anunciou uma trégua de seis semanas nos despejos de pessoas que já haviam sido desalojadas anteriormente; porém, não teve força suficiente para cumprir essa medida.

■ Em março, aproximadamente 10 mil pessoas desalojadas que se abrigavam no estádio Sylvio Cator foram despejadas pela polícia. O despejo foi executado sem mandado judicial e sem que os sobreviventes do terremoto recebessem aviso prévio ou alternativas de alojamento. Os policiais entraram no estádio durante a noite, derrubando os abrigos e obrigando os sobreviventes a deixarem o local.

Direitos das crianças – tráfico de seres humanos

O tráfico de crianças continuou sendo fonte de grande preocupação, e as iniciativas para impedir esse crime foram intensificadas. A Brigada de Proteção dos Menores, uma unidade especializada da polícia haitiana, posicionou seus agentes em pontos estratégicos da fronteira com a República Dominicana para impedir que crianças sejam traficadas.

Outra medida preventiva contra o tráfico, tomada pelo governo do Haiti, foi aumentar a vigilância sobre os pedidos internacionais de adoção.

■ Em janeiro, 33 crianças, com idades entre dois meses e 12 anos, foram interceptadas na fronteira

pelas autoridades haitianas. Um grupo de missionários tentava levá-las para a República Dominicana sem documentação. Os missionários foram acusados de “raptos de menores” e “associação para o crime” – o tráfico não está tipificado como crime na legislação haitiana. Em fevereiro, os 10 missionários foram soltos e tiveram permissão de deixar o país enquanto transcorre a investigação.

Execução extrajudicial de prisioneiros

■ Em 19 de janeiro, ocorreu uma rebelião com fuga de presos na penitenciária de Les Cayes, e a Polícia Nacional foi chamada para auxiliar os guardas prisionais. A operação resultou na morte de 12 internos desarmados, e outros 14 ficaram feridos. Segundo informações, uma investigação conjunta do Haiti e da ONU sobre o incidente constatou que a maioria dos mortos foi “sumariamente executada” e que os policiais atiraram “deliberadamente e sem justificativa”. Quatorze policiais e agentes prisionais foram detidos para investigações. No fim do ano, não havia novas informações sobre o caso.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Haiti em março e junho.

📄 Human rights must be at the core of relief efforts and the reconstruction of Haiti (AMR 36/001/2010)

📄 Haiti: After the earthquake – initial mission findings (AMR 36/004/2010)

ÍNDIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Chefe de Estado:	Pratibha Patil
Chefe de governo:	Manmohan Singh
Penal de morte:	retencionista
População:	1.214,5 milhão
Expectativa de vida:	64,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	77/86 por mil
Taxa de alfabetização:	62,8 por cento

Os contínuos confrontos entre maoístas armados e forças de segurança do governo intensificaram-se em

Chhattisgarh, Jharkhand e Bengala Ocidental. Mais de 350 pessoas foram mortas em atentados a bomba nesses estados e em ataques com motivações étnicas em Assam e outros estados. Os protestos dos adivasis (comunidades aborígenes) e de outras comunidades marginalizadas contra as tentativas de aquisição de suas terras e de seus recursos naturais, sem a devida consulta ou consentimento, resultaram na suspensão de importantes projetos desenvolvidos por corporações. Defensores dos direitos humanos que atuavam nesses casos sofreram ataques de agentes privados e do Estado. Alguns foram alvos de processos judiciais por motivos políticos, inclusive sendo acusados de subversão. Mais de 100 pessoas, em sua maioria jovens manifestantes, foram mortas no vale da Caxemira durante os protestos ocorridos entre os meses de junho e setembro. Tortura e outros maus-tratos, execuções extrajudiciais, mortes sob custódia e detenções administrativas continuaram acontecendo de modo disseminado. Mecanismos institucionais voltados a proteger os direitos humanos e seus defensores permaneceram fracos, e processos judiciais não garantiram justiça para muitas vítimas de violações e abusos cometidos no passado. Pelo menos 105 pessoas foram sentenciadas à pena de morte; porém, pelo sexto ano consecutivo, nenhuma execução foi realizada.

Informações gerais

O acelerado crescimento da Índia se limitou a determinadas áreas urbanas e periféricas importantes. No interior do país, vastas áreas permaneceram na pobreza extrema, situação ainda mais agravada por uma crise agrícola e pela crescente escassez de alimentos para os mais carentes. Segundo dados oficiais, cerca de 30 a 50 por cento da população vivia na pobreza. Essas pessoas mais pobres, habitantes das zonas rurais, haviam assegurado seu direito de usufruir de pelo menos 100 dias de trabalho por ano; porém, as autoridades continuaram a remunerá-las com um valor abaixo do salário mínimo nacional.

A crescente estatura regional e internacional da Índia foi enfatizada em novembro pela visita ao país do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Entretanto, a Índia continuou colocando seus interesses econômicos e estratégicos acima das preocupações com os direitos humanos. As autoridades indianas não se pronunciaram diante das graves violações de direitos humanos cometidas por

seus homólogos no vizinho Mianmar e silenciaram frente às demandas para que o governo do Sri Lanka respondesse pelas violações de direitos humanos cometidas em 2009, quando o país encerrou sua guerra interna.

As relações entre a Índia e o Paquistão continuaram instáveis, uma vez que o Paquistão ainda não lidou satisfatoriamente com os atentados de novembro de 2008 em Mumbai. As relações foram também afetadas pela intensificação dos protestos pró-independência na região da Caxemira, administrada pela Índia.

Violência entre forças de segurança, milícias e maoístas

Em Chhattisgarh, agravou-se o conflito entre grupos maoístas armados e as forças estatais apoiadas pela milícia Salwa Judum, que se acredita contar com apoio do Estado. Em novembro, durante uma audiência da Suprema Corte em que se julgavam queixas contra situações de impunidade, as autoridades estaduais alegaram que essa milícia não estava mais ativa. Porém, organizações de direitos humanos afirmaram que o grupo havia se reorganizado como uma “força de paz” local.

Confrontos similares e atentados a bomba ocorreram nas áreas adivasis de Jharkhand e Bengala Ocidental. Ambas as partes costumavam atacar civis, principalmente adivasis, que relataram casos de homicídios e de sequestros. Aproximadamente 30 mil adivasis permaneciam desalojados apenas em Chhattisgarh. Desses, 10 mil estavam vivendo em campos de desabrigados e 20 mil se encontravam dispersos nos estados vizinhos de Andhra Pradesh e Orissa.

■ Em maio, pelo menos 144 passageiros morreram e 200 ficaram feridos quando, segundo informações, um trem expresso descarrilou depois de uma explosão na linha férrea no distrito de Medinipur Oeste. A região foi constantemente afetada pela violência: de um lado estavam os maoístas armados e, de outro, o Partido Comunista da Índia (Marxista) (PCI-M) e as forças paramilitares do poder central. Em agosto, uma das pessoas acusadas de envolvimento na explosão, Umakanta Mahato, liderança adivasi do *Comitê Popular contra as Atrocidades Policiais*, foi vítima de execução extrajudicial após uma onda de violência política em que três simpatizantes do PCI-M foram mortos por membros do Comitê.

■ Em setembro, as forças de segurança que participavam de operações de combate aos maoístas em Chhattisgarh detiveram ilegalmente 40 adivasis, que foram despidos e torturados. Eles também detiveram outras 17 pessoas, duas delas com 16 anos, e agrediram sexualmente duas das mulheres. As autoridades não deram seguimento às conclusões de um inquérito inicial que considerou os integrantes das forças de segurança responsáveis pelas violações.

■ Ativistas pacifistas do ashram Vanvasi Chetna, uma ONG gandhista, foram obrigados a interromper seus trabalhos nas áreas de conflito em Chhattisgarh. O fundador da organização, Himanshu Kumar, não pôde retornar à cidade de Dantewada, de onde havia fugido em 2009 depois de ser constantemente perseguido e intimidado pela milícia Salwa Judum, pela polícia estadual e pelas forças paramilitares.

■ Em setembro, a polícia de Chhattisgarh acusou o líder adivasi e prisioneiro de consciência Kartam Joga de colaborar com grupos armados maoístas. Sua petição contra a impunidade estava sendo julgada pela Suprema Corte.

■ Em dezembro, um tribunal local de Chhattisgarh condenou o médico, defensor dos direitos humanos e prisioneiro de consciência Binayak Sen por colaboração com os maoístas, sentenciando-o à prisão perpétua.

Prestação de contas corporativa

Nem as autoridades nem as empresas se preocuparam em consultar adequadamente ou em proteger os direitos de comunidades locais marginalizadas afetadas por atividades de mineração, irrigação e por outros projetos corporativos. Em diversos estados, os adivasis e outras comunidades locais marginalizadas protestaram, muitas vezes com êxito, pelo fato de as autoridades não respeitarem suas reivindicações, asseguradas pela Constituição e por uma legislação aprovada recentemente, relativas às áreas ameaçadas por empreendimentos corporativos.

■ Os adivasis obtiveram uma vitória extremamente significativa para seus direitos quando o governo indiano rejeitou os planos para a construção de uma mina de bauxita nas montanhas Niyamgiri, em Orissa, e para a ampliação de uma refinaria de alumínio, em Lanjigarh. O projeto havia sido proposto por uma subsidiária da companhia britânica Vedanta Resources e pela empresa estatal Orissa Mining Corporation. As

autoridades constataram que ambos os projetos infringiam a legislação florestal e ambiental, além de resultarem em abusos contra os Dongria Kondh e outras comunidades adivasis.

■ Em junho, um tribunal de Bhopal sentenciou oito executivos indianos da Union Carbide a dois anos de prisão por seu envolvimento na tragédia causada por gases tóxicos em Bhopal em 1984. O vazamento matou entre 7 e 10 mil pessoas logo após o ocorrido e outras 15 mil nos 20 anos seguintes. O caso foi reaberto pela Suprema Corte em abril, em consequência da comoção pública diante de sentenças consideradas excessivamente brandas.

Uso excessivo da força

A polícia usou força excessiva para reprimir os protestos de comunidades locais contra os despejos forçados e a aquisição de suas terras por projetos corporativos e não protegeu os manifestantes quando milícias privadas, supostamente aliadas aos partidos governistas locais, reprimiram com violência os protestos. As autoridades não conduziram investigações oportunas e imparciais sobre a maioria desses incidentes.

■ Em maio, o líder adivasi Laxman Jamuda foi morto quando a polícia atirou em manifestantes que protestavam contra a aquisição de terras adivasis para um projeto da siderúrgica indiana Tata Steel em Kalinganagar, estado de Orissa. Dezenove pessoas ficaram feridas, 10 delas atingidas por balas. Mil policiais formaram um cordão de segurança em torno dos vilarejos, enquanto 200 integrantes de milícias particulares entravam à força no local para demolir algumas casas.

■ Em maio, pelo menos 20 manifestantes ficaram feridos quando a polícia usou gás lacrimogêneo e cassetetes para dispersar cerca de mil agricultores que protestavam contra a tomada de suas terras cultiváveis e das áreas comuns dos moradores para dar lugar a um projeto da siderúrgica sul-coreana Pohong Steel Company (POSCO) no distrito de Jagatsinghpur, em Orissa.

■ Em julho, dois pescadores foram mortos quando a polícia disparou contra manifestantes contrários à tomada de terras pelo governo para a construção de uma usina termoeétrica pela Nagarjuna Construction Company na cidade de Sompeta, em Andhra Pradesh. Cinco pessoas foram atingidas por disparos de armas de fogo. Outras 350, entre as quais 60 policiais,

ficaram feridas quando a polícia, auxiliada por milícias privadas, dispersou os manifestantes provenientes de 10 vilarejos. No dia seguinte, as autoridades cancelaram a licença que havia sido concedida ao projeto.

Sucessivos protestos forçaram as autoridades a reconsiderar as leis que atualmente regulam a aquisição de terras. Em setembro, autoridades federais propuseram uma nova legislação para o setor extrativista, com dispositivos que preveem partilha de benefícios para comunidades locais e um novo sistema de consulta livre, prévia e informada para os adivasis, assim como consultas a outras comunidades marginalizadas. Uma nova legislação que propunha melhoras nos procedimentos para aquisição de terras e nas políticas de reassentamento e de restituição ainda não havia sido aprovada pelo Parlamento.

Defensores dos direitos humanos

Pessoas que defendem os direitos dos adivasis e de outras comunidades marginalizadas à terra, em alguns casos recorrendo a leis recentemente aprovadas a fim de obter informações para proteger seus direitos, continuaram sendo vítimas de graves ameaças e de violentos ataques de milícias particulares.

■ Em janeiro, Sadhu Singh Takhtupura foi assassinado no distrito de Amritsar, em Punjab, depois que orientou agricultores locais a resistirem à apropriação de suas terras, supostamente por uma aliança entre lideranças políticas locais, empreiteiros e funcionários corruptos. Em outubro, outro líder dos agricultores, Pirthipal Singh Alishar, foi morto por pistoleiros depois de liderar uma campanha contra a prática de usura. Em ambos os casos, as comunidades locais afirmaram que a polícia não investigou os incidentes nem levou os responsáveis à Justiça.

■ Em janeiro, Satish Shetty foi assassinado depois que se recusou a parar de denunciar apropriações de terras na cidade de Pune, com base na nova legislação sobre o direito à informação.

■ Em julho, Amit Jethwa, que havia feito campanha contra a extração ilegal de minérios na floresta de Gir, estado de Gujarat, foi morto a tiros diante do tribunal superior de Ahmedabad.

Ativistas que realizavam campanhas contra violações de direitos humanos enfrentaram hostilidades e intimidações, assim como detenções por motivos falsos e por razões políticas.

■ Entre março e junho, a polícia de Gujarat deteve 13 ativistas, entre os quais Avinash Kulkarni, ativista adivasi de causas trabalhistas. Eles estavam sendo processados sob a acusação de colaborar com maoístas armados.

Impunidade

Houve impunidade generalizada para abusos e violações. Apesar dos constantes protestos no nordeste do país, as autoridades não demonstraram intenção de revogar a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas, de 1958, a qual favorece a impunidade. Os responsáveis por desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e outras violações dos direitos humanos cometidas em Punjab, entre 1984 e 1994, e em Assam, entre 1998 e 2001, continuaram a evadir a justiça. Em vários estados, integrantes de comunidades dalit sofreram ataques e discriminações. As autoridades não fizeram uso das leis promulgadas especialmente para processar quem pratica esse tipo de violência.

Massacre de 1984

Em setembro, a Suprema Corte determinou que o julgamento do líder do Partido do Congresso, Sajjan Kumar, deveria ser levado adiante. Em abril, um tribunal de Déli encerrou o processo contra outro ex-líder do Partido do Congresso, Jagdish Tytler. Ambos haviam sido acusados de incitar seus apoiadores a cometerem o massacre de Déli, quando milhares de sikhs foram mortos após o assassinato da então primeira-ministra Indira Gandhi em 1984.

Violência entre comunidades

Houve poucos avanços nos processos contra alguns dos responsáveis pelos ataques contra minorias muçulmanas em Gujarat, ocorridos em 2002, quando cerca de duas mil pessoas foram mortas. Os procedimentos foram frustrados pela flagrante hostilidade das autoridades com as testemunhas, pela recusa dos órgãos investigadores em examinar provas cruciais, como registros telefônicos oficiais, e pela destruição de evidências que apontavam a ligação de importantes líderes políticos com a violência.

■ Em dezembro, Teesta Setalvad, do Centro para a Justiça e a Paz, e uma equipe de advogados que defendiam os direitos das vítimas foram hostilizados pela polícia de Gujarat, que os acusou de forjar provas.

Jammu e Caxemira

Prosseguiu a impunidade para as violações cometidas

no passado na Caxemira, como o desaparecimento de milhares de pessoas, desde 1989, durante o conflito armado na região. As investigações oficiais sobre algumas das violações ou foram lentas ou insuficientes.

■ Entre junho e setembro, durante os protestos pró-independência, as forças policiais e de segurança atiraram contra manifestantes que exigiam prestação de contas pelas violações passadas cometidas no vale da Caxemira. Mais de 100 pessoas, na maioria jovens, foram mortas e outras 800, inclusive profissionais da imprensa, ficaram feridas. As autoridades estaduais abriram um inquérito para investigar 17 das 100 mortes, embora a Anistia Internacional e outras organizações houvessem solicitado que todas as mortes fossem investigadas de maneira independente, imparcial e exaustiva. O inquérito pouco avançou.

As autoridades recorreram extensamente a detenções administrativas, encarcerando 322 pessoas entre janeiro e setembro. Após os protestos, com base nas recomendações de uma equipe de interlocutores indicados pelo governo que visitou o vale, as autoridades libertaram dois líderes separatistas, Shabir Shah e Mohammad Nayeem Khan.

■ Mushtaq Ahmad Sheikh, de 14 anos, foi acusado de envolvimento com a violência durante os protestos, tendo sido detido em abril em Srinigar. Posteriormente, ele foi transferido para outras cadeias em Udhampur e Jammu, onde permanecia detido.

Execuções extrajudiciais

Dados recentemente revelados pela Comissão Nacional de Direitos Humanos sobre pessoas mortas em conflitos com policiais entre 1993 e 2008 mostraram que, das 2.560 mortes registradas, 1.224 ocorreram em “falsos confrontos”, o que leva a crer que se tratava de execuções extrajudiciais. Até o fim do ano, a Comissão havia concedido indenização compensatória aos familiares de 16 vítimas. Era extremamente rara a condenação dos responsáveis por execuções extrajudiciais, e os procedimentos judiciais nesses casos permaneceram lentos.

■ Em janeiro, após concluir que uma investigação realizada pela polícia estadual foi extremamente precária, a Suprema Corte ordenou que o Escritório Central de Investigações abrisse um inquérito sobre os homicídios de Sohrauddin, de sua esposa, Kausar Bi,

e de seu cúmplice, Tulsiram Prajapati, ocorridos em 2005, supostamente cometidos pela polícia de Gujarat.

■ Em novembro, o governo de Gujarat criou uma nova equipe especial de polícia para investigar as mortes de Ishrat Jahan e de três outras pessoas pela polícia de Gujarat em 2004.

Prisões e detenções arbitrárias

Mais de 100 pessoas foram detidas, sem acusações, por períodos que variavam de uma semana a um mês, em conexão com os atentados a bomba ocorridos em diversos estados, dentre os quais Déli, Uttar Pradesh e Rajastão. Denúncias de tortura e de outros maus-tratos a suspeitos provocaram protestos tanto de organizações muçulmanas quanto hindus. A legislação de segurança, tornada mais rigorosa depois dos atentados de novembro de 2008 em Mumbai, foi usada para deter pessoas suspeitas. Apesar dos constantes protestos, as autoridades se recusaram a revogar a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas de 1958, que concede às forças de segurança, em áreas ou estados específicos, o poder de atirar para matar em circunstâncias nas quais não estariam necessariamente sob risco iminente.

Pena de morte

Em dezembro, a Índia votou contra uma resolução da Assembleia Geral da ONU que pedia uma moratória mundial das execuções. Pelo menos 105 pessoas foram sentenciadas à pena de morte; entre elas, Ajmal Kasab, o único sobrevivente paquistanês acusado de envolvimento com os atentados de Mumbai em 2008. Entretanto, pelo sexto ano consecutivo, nenhuma execução foi levada a cabo, e as penas capitais de 13 pessoas foram comutadas para penas de prisão perpétua. Houve emendas na lei que estenderam a pena de morte também a sequestradores. De acordo com a nova legislação, 16 estados publicaram estatísticas sobre condenações à morte; porém, pelo menos outros cinco estados se recusaram a divulgar as informações.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Índia em fevereiro, maio-junho e dezembro.

📄 Don't mine us out of existence: Bauxite mine and refinery devastate lives in India (ASA 20/001/2010)

📄 India: Chhattisgarh authorities must immediately release witness to extrajudicial executions (ASA 20/002/2010)

- India: Government of Manipur must release Irom Sharmila Chanu (ASA 20/003/2010)
- India's relations with Myanmar fail to address human rights concerns in run up to elections (ASA 20/016/2010)
- India: Urgent need for Government to act as death toll rises in Kashmir (ASA 20/027/2010)
- India: Briefing on the Prevention of Torture Bill (ASA 20/030/2010)

INDONÉSIA

REPÚBLICA DA INDONÉSIA

Chefe de Estado e de governo:	Susilo Bambang Yudhoyono
Pena de morte:	retencionista
População:	232,5 milhões
Expectativa de vida:	71,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	37/27 por mil
Taxa de alfabetização:	92 por cento

Quando não torturaram, as forças de segurança maltrataram pessoas detidas e usaram a força de modo excessivo contra manifestantes, em alguns casos acarretando a morte. Não existem mecanismos adequados de responsabilização para garantir justiça nem para atuar como um meio eficaz de deter abusos policiais. O sistema penal continuou incapaz de lidar com a contínua impunidade para violações dos direitos humanos, tanto as atuais quanto as passadas. As restrições à liberdade de expressão foram severas em áreas como Papua e as Ilhas Molucas. Minorias religiosas e grupos homossexuais sofreram discriminação e ataques violentos. Os índices de mortalidade materna continuaram entre os mais altos do leste da Ásia e da Oceania. Ninguém foi executado no decorrer do ano.

Tortura e outros maus-tratos

Quando não torturaram, as forças de segurança maltrataram os detidos, especialmente aqueles suspeitos de crimes ou provenientes de comunidades pobres e marginalizadas, bem como os suspeitos de atividades pró-independência nas províncias de Papua e das Ilhas Molucas. Os mecanismos de responsabilização postos em prática para lidar com violações continuaram inadequados.

■ Dois vídeos surgidos no decorrer do ano mostraram integrantes da polícia e do exército torturando e maltratando cidadãos de Papua. O primeiro vídeo mostrou Yawan Wayeni, ativista político de Papua, pouco antes de sua morte, em agosto de 2009. Apesar de sofrer por causa de graves lesões abdominais, assistência médica lhe foi negada pela da polícia, que o acusou de insurgente. Ele havia sido preso por membros da Brigada Móvel da Polícia, em sua casa, em Yapen Island, Papua. O segundo vídeo, disponibilizado na internet em outubro, mostrou cidadãos de Papua sendo chutados e agredidos fisicamente por membros do exército indonésio. Ele mostrou, ainda, dois cidadãos de Papua sendo torturados durante interrogatórios. As autoridades indonésias confirmaram a autenticidade de ambos os vídeos.

■ Yusuf Sapakoly, de 52 anos, morreu de insuficiência renal em um hospital de Ambon, na província das Ilhas Molucas, depois que as autoridades prisionais negaram seu acesso à assistência médica adequada. Pai de quatro filhos, ele foi preso em 2007 por ajudar um grupo pacífico de ativistas políticos que ergueu a bandeira "Benang Raja", símbolo do movimento pró-independência das Ilhas Molucas, diante do presidente da Indonésia. Portador de insuficiência renal, Yusuf Sapakoly necessitava de diálise, mas o tratamento foi persistentemente negado pelas autoridades do presídio de Nania. Ele também havia afirmado que não recebeu tratamento adequado para as lesões que sofreu nas costelas durante a prisão.

Uso excessivo da força

A polícia fez uso excessivo da força durante detenções e para reprimir manifestações, chegando a matar pessoas.

■ Em agosto, a polícia abriu fogo contra manifestantes, matando sete pessoas e ferindo outras 20, na delegacia de Biau, província de Celebes Central. Em reação à morte de Kasmir Timumun, enquanto ele estava sob custódia, os manifestantes haviam invadido a delegacia, atacando policiais e queimando motocicletas estacionadas do lado de fora. Vários policiais saíram feridos do incidente. De acordo com fontes locais, Kasmir Timumun, um jovem de 19 anos, foi encontrado enforcado em sua cela em 30 de agosto, depois de ter sido detido, supostamente, por dirigir com excesso de velocidade e por ferir um policial. Segundo declarações da polícia, ele teria cometido

suicídio, mas a família alegou que havia sinais de tortura ou outros maus-tratos, incluindo hematomas em partes do corpo e pescoço. A família não teve permissão para ver o relatório da autópsia.

Foi motivo de preocupação o fato de as operações antiterrorismo conduzidas pela polícia, que levaram à morte de pelo menos 24 suspeitos, não atenderem às normas nacionais e internacionais sobre o uso da força.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão continuou a ser suprimida em alguns casos, com defensores dos direitos humanos, jornalistas e outros ativistas sofrendo intimidações, perseguições e, por vezes, assassinatos.

■ Em julho, Tama Satrya Langkun, ativista radicado em Jacarta que trabalha no combate à corrupção, foi cruelmente espancado por desconhecidos em um ato cujo intuito aparente foi silenciá-lo. Naquele mesmo mês, Ardiansyah Matra, jornalista que cobria corrupção e extração ilegal de madeira em Papua, foi encontrado morto naquela província.

■ Pelo menos 100 ativistas políticos foram presos por expressar opiniões de maneira pacífica nas áreas que aspiram à independência, como Ilhas Molucas e Papua.

■ Yusak Package, prisioneiro de consciência condenado a 10 anos de prisão, foi libertado em julho após um decreto presidencial. Entretanto, Filep Karma, preso ao mesmo tempo e condenado a 15 anos, permaneceu na prisão. Os dois cidadãos foram condenados em 2005 por levantarem a bandeira “Estrela da Manhã”.

■ Em agosto, 23 homens foram presos na província das Ilhas Molucas por atividades políticas pacíficas. Até o final do ano, 21 permaneciam detidos. Eles foram julgados pela acusação de rebelião, que pode acarretar a prisão perpétua.

Discriminação

As minorias religiosas e grupos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) enfrentaram discriminação e ataques violentos. A polícia não adotou medidas adequadas para garantir sua segurança. Uma conferência LGBT regional, que seria realizada em março, em Surabaya, foi cancelada após ameaças de represálias violentas por parte de grupos radicais islâmicos. A comunidade ahmadi foi alvo de abusos e discriminação. Em agosto, o ministro

da Religião pediu que a comunidade fosse dissolvida. Estima-se que 90 membros da comunidade ahmadi desalojados em 2006, em decorrência de ataques incendiários em suas casas, continuaram vivendo em abrigos temporários em Mataram, Lombok. Pelo menos 30 igrejas foram atacadas e forçadas a fechar suas portas no decorrer do ano. Em abril, o Tribunal Constitucional confirmou as disposições legais que criminalizam a blasfêmia. Pelo menos 14 pessoas estavam na prisão por acusações de blasfêmia no final do ano.

Direitos sexuais e reprodutivos

Leis restritivas quanto aos direitos sexuais e reprodutivos prejudicaram os esforços do governo para combater a mortalidade materna. Entre elas estão leis que reforçam estereótipos de gênero, que atribuem papéis diferenciados para os sexos, especialmente no que concerne ao casamento e ao cuidado dos filhos, e leis que criminalizam certos tipos de relações sexuais consensuais e a prestação de informações sobre sexualidade e reprodução.

Algumas leis e políticas negaram a moças e mulheres solteiras o acesso pleno a serviços de saúde reprodutiva. Era considerado ilegal que moças e mulheres casadas tivessem acesso a determinados serviços de saúde reprodutiva sem o consentimento dos maridos. O aborto foi criminalizado em todas as situações, exceto em caso de risco para a saúde da mãe ou do feto e para vítimas de estupro.

Muitas mulheres e meninas corriam o risco de gravidez indesejada, o que as torna vulneráveis a uma série de problemas de saúde e abusos de direitos humanos, inclusive casamentos forçados ou abandono da escola enquanto ainda jovens. Algumas recorreram a abortos, muitas vezes em condições precárias.

De acordo com dados oficiais do governo, aborto em condições precárias é a causa de 5 a 11 por cento das mortes maternas na Indonésia. A razão de mortalidade materna continuou entre as mais altas do leste da Ásia e da Oceania, com uma estimativa de 228 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos.

Trabalhadores domésticos

Aos trabalhadores domésticos – que, segundo estimativas, englobam 2,6 milhões de pessoas, sendo a grande maioria mulheres e meninas – foi negada toda e qualquer proteção jurídica disponível para

outros trabalhadores e garantida pela Lei do Trabalho. Um projeto de lei sobre trabalhadores domésticos foi discutido na Comissão Parlamentar de Assuntos de Trabalho, Transmigração, População e Saúde. Até o final do ano, no entanto, a lei ainda não havia sido aprovada.

■ Em dezembro de 2009, Lenny, uma menina de 14 anos, de Java, foi enganada por um agente de recrutamento. Ao invés de contratá-la como empregada doméstica, ele a trouxe para sua casa e a "vendeu" para futuros empregadores por 100 mil rupias indonésias (US\$ 11,00). Lenny foi drogada e levada para Aceh, a centenas de quilômetros de distância. Ela passou três meses trabalhando sem remuneração, das quatro da manhã às onze da noite. Durante esse período, sofreu várias formas de violência física e psicológica. Lenny conseguiu escapar em fevereiro e apresentou uma queixa contra o empregador no mesmo mês.

Impunidade

A impunidade remanesceu para casos passados de violações de direitos humanos em Aceh, Papua, Timor-Leste e outros. O governo continuou promovendo a reconciliação com Timor-Leste, em detrimento da promoção da justiça pelos crimes cometidos durante a ocupação da Indonésia no país (1975-1999). A maioria das violações de direitos humanos cometidas no passado contra os defensores desses direitos, inclusive casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados, permaneceu não resolvida. Os perpetradores não foram levados à Justiça. Em setembro, o governo assinou a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados.

■ Em 2009, o Parlamento recomendou que um tribunal especial de direitos humanos fosse criado para julgar os responsáveis por desaparecimentos forçados ocorridos entre 1997 e 1998. No entanto, até o final do ano o governo não havia posto as recomendações em prática.

■ Embora duas pessoas tenham sido condenadas por envolvimento no assassinato do proeminente defensor dos direitos humanos Munir Said Thalib (conhecido como Munir), os responsáveis por ordenar o assassinato ainda permaneciam soltos, segundo denúncias confiáveis.

Pena de morte

Nenhuma execução foi relatada. No entanto, ao menos 120 pessoas continuaram sentenciadas à pena de morte.

Visitas/relatórios da AI

✉ Representantes da Anistia Internacional visitaram a Indonésia em fevereiro, março, outubro e novembro.

📖 Displaced and forgotten: Ahmadiyya in Indonesia (ASA 21/006/2010)

📖 Indonesia: Left without a choice – barriers to reproductive health (ASA 21/013/2010)

IRÃ

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Chefe de Estado:	Guia da República Islâmica do Irã: aiatolá Sayed Ali Khamenei
Chefe de governo:	Presidente: Mahmoud Ahmadinejad retencionista
População:	75,1 milhões
Expectativa de vida:	71,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	33/35 por mil
Taxa de alfabetização:	82,3 por cento

As autoridades continuaram restringindo severamente a liberdade de expressão, de associação e de reunião. Os meios de comunicação nacionais e internacionais passaram a ser intensamente controlados com o objetivo de restringir o contato dos iranianos com o mundo exterior. Indivíduos e grupos corriam o risco de serem presos, torturados ou detidos caso se presumisse que pudessem estar colaborando com organizações de direitos humanos ou com veículos de imprensa em idioma persa baseados no exterior. Dissidentes políticos, ativistas pelos direitos das mulheres e de outras minorias, defensores dos direitos humanos, advogados, jornalistas e estudantes foram detidos em massa ou individualmente, e centenas acabaram presos. A tortura e outros maus-tratos contra detentos eram práticas rotineiras cometidas com impunidade. As mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática. As autoridades admitiram ter havido 252 execuções; porém, há informações confiáveis

sobre outras 470. É provável que o número total seja maior. Pelo menos um menor infrator foi executado. Sentenças de morte por apedrejamento continuaram a ser impostas; porém, ao que se sabe, nenhuma foi levada a cabo. Ocorreram açoitamentos e também aumentou o número de amputações.

Informações gerais

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos no Irã foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. O governo aceitou todas as recomendações de caráter geral, mas rejeitou as que pediam reformas específicas para acabar com a discriminação religiosa e de gênero, e com a aplicação da pena morte, principalmente a menores infratores. Também foram rejeitadas as recomendações para que o governo cooperasse com determinados órgãos de direitos humanos da ONU.

Em abril, o Irã foi eleito para integrar a Comissão da ONU sobre a Condição da Mulher. Em agosto, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) manifestou preocupação com a "restrição dos direitos econômicos, sociais e culturais" de várias comunidades minoritárias, sobretudo com relação à moradia, educação, saúde, emprego, liberdade de expressão e de religião. Em setembro, num relatório apresentado à Assembleia Geral, o secretário-geral da ONU chamou atenção sobre as "muitas áreas de constante preocupação com os direitos humanos". Em dezembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução expressando preocupação com os direitos humanos no Irã e pediu que o governo tomasse providências para acabar com as violações.

Dezenas, se não centenas, de iranianos continuaram a fugir do país porque temiam por sua segurança diante da forte repressão imposta pelas autoridades

Persistiram as tensões relativas ao programa iraniano de enriquecimento nuclear. Em junho, o Conselho de Segurança da ONU impôs novas sanções ao Irã devido a temores de que o país estivesse desenvolvendo armas nucleares.

Grupos armados mataram civis em atentados a bomba. Em julho, por exemplo, um ataque a uma mesquita na cidade de Zahedan matou 21 pessoas, inclusive fiéis, e feriu centenas de outras. Em mais um ataque, próximo a uma mesquita, em Chabahar, pelo menos 38 pessoas morreram e mais de 50 ficaram feridas. O Movimento Iraniano de Resistência Popular,

um grupo armado também conhecido como *Jondallah*, reivindicou a autoria de ambos os atentados. Em setembro, um atentado a bomba em Mahabad matou pelo menos 10 pessoas e deixou mais de 80 feridas, inclusive crianças. Depois disso, as forças de segurança iranianas teriam cruzado a fronteira para o Iraque e matado pelo menos 30 pessoas. Grupos curdos negaram responsabilidade pelo ataque.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

O governo reforçou as já severas restrições à liberdade de expressão, de reunião e de associação impostas em 2009. As forças de segurança foram amplamente mobilizadas para intimidar e dispersar manifestações públicas. Dezenas, se não centenas, de pessoas presas nas grandes manifestações de 2009 permaneceram detidas. A maioria cumpria penas de prisão, enquanto outras foram soltas. Muitas mais foram presas no decorrer de 2010. Mir Hossein Mousavi e Mehdi Karubi, que disputaram com o Presidente Ahmadinejad as eleições presidenciais de junho de 2009, continuaram tendo sua liberdade de circulação fortemente restringida. Os dois candidatos e suas famílias sofreram ataques de apoiadores do governo. Jornais foram instruídos a não publicar notícias sobre eles, nem sobre o ex-presidente Mohammad Khatami. Dois dos principais partidos de oposição ao governo foram proscritos, enquanto outros permaneceram proibidos.

O governo expurgou das universidades os professores "seculares" e afastou do sistema educacional os estudantes envolvidos em protestos universitários.

As autoridades continuaram restringindo o acesso a fontes externas de informações, tais como a internet. Transmissões internacionais de rádio e televisão foram interrompidas. Em janeiro, as autoridades proibiram que os iranianos fizessem contato com cerca de 60 veículos de imprensa e outras organizações de fora do país. Quem tentasse falar sobre direitos humanos com os poucos órgãos de imprensa relevantes em idioma persa era ameaçado e hostilizado por agentes de segurança. Muitos iranianos recorreram às redes de relacionamento social para manifestar suas opiniões.

As autoridades proibiram jornais diários e periódicos estudantis, além de processarem

jornalistas cujas matérias eram consideradas "contrárias ao sistema". Interceptações de chamadas telefônicas, de mensagens de texto e de e-mails eram práticas rotineiras. Um obscuro "exército cibernético", que teria ligações com a Guarda Revolucionária, planejou ataques contra sites nacionais e estrangeiros considerados contrários ao governo. Alguns sites, inclusive aqueles ligados a líderes religiosos, foram submetidos a controle de conteúdo.

Prisões e detenções arbitrárias

Agentes de segurança – geralmente à paisana, sem identificação visível e sem mandados de prisão – continuaram a prender de modo arbitrário opositores do governo, assim como pessoas cujas opiniões ou estilos de vida pudessem ser considerados discordantes dos valores oficialmente aprovados no país. Entre os presos estavam ativistas de direitos humanos, sindicalistas independentes, estudantes e dissidentes políticos.

Muitas vezes, essas pessoas eram detidas por períodos prolongados e ficavam proibidas de contatar seus advogados ou suas famílias. Além disso, eram torturadas ou maltratadas, sem possibilidade de acesso a cuidados médicos. Após julgamentos injustos, algumas foram sentenciadas a penas de prisão. Outras, condenadas no passado em julgamentos igualmente falhos, permaneceram presas.

■ Em fevereiro, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias informou que três cidadãos estadunidenses, detidos em julho de 2009 quando tentavam conseguir carona próximo à fronteira entre o Irã e o Iraque, foram detidos arbitrariamente. Em agosto, o Grupo de Trabalho constatou que Isa Saharkhiz, jornalista integrante do *Comitê Iraniano de Proteção à Liberdade de Imprensa*, detido desde julho de 2009 e sentenciado, em setembro, a três anos de prisão por "insultar a liderança do país" e fazer "propaganda contra o sistema", também havia sido detido de modo arbitrário e deveria ser libertado.

■ Nasrin Sotoudeh, advogada de direitos humanos, foi presa no dia 4 de setembro. No fim de 2010, ela permanecia detida enquanto transcorria seu julgamento por crimes contra a segurança. As acusações estavam relacionadas a suas atividades pacíficas de direitos humanos e à defesa de seus clientes.

Julgamentos injustos

No decorrer do ano, o sistema de justiça penal se deteriorou cada vez mais, e os direitos humanos ficaram ainda mais desprotegidos. Pessoas suspeitas de infrações de natureza política foram julgadas de modo flagrantemente injusto, por acusações expressas de maneira vaga que não correspondiam a nenhuma infração penal identificável.

Frequentemente, essas pessoas eram condenadas na ausência de advogados de defesa, com base em "confissões" ou outras informações que se supõe terem sido obtidas mediante tortura, durante o período de detenção provisória. Os tribunais aceitavam como prova esse tipo de "confissão" sem investigarem como eram extraídas.

■ O blogueiro Hossein Ronaghi-Maleki, preso em dezembro de 2009, foi sentenciado a 15 anos de prisão, acusado de crimes contra a segurança nacional. Quando ele se queixou de ter sido torturado, o juiz disse que ele "merecia isso".

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos continuaram comuns durante a detenção provisória e foram facilitados pela negação rotineira do acesso dos detentos a advogados e pela constante impunidade dos responsáveis por essas violações. Os métodos relatados incluíam: espancamentos brutais; introdução forçada da cabeça dos detentos dentro de privadas para que ingerissem excrementos humanos; simulações de execução; confinamento em espaços minúsculos e apertados; privação de luz, comida e água; e negação de tratamento médico. Em um caso específico, um detento teria sido estuprado; outros foram ameaçados de estupro.

■ Em agosto, segundo informações, o jovem curdo Gholam-Reza Bayat teria morrido devido a um sangramento interno, depois de ter sido espancado sob custódia em Kamyaran.

Continuaram a emergir relatos sobre as torturas praticadas em 2009. Em fevereiro, um ex-integrante da força paramilitar voluntária Basij descreveu o que acontecia na cidade de Shiraz, onde dezenas de rapazes eram capturados e atirados dentro de contêineres de navio, onde eram sistematicamente estuprados. Quando manifestou suas preocupações a um dos líderes da milícia Basij, ele e outros companheiros foram detidos por 100 dias. Nesse período, não tiveram acesso a suas famílias e foram

espancados. O ex-integrante da milícia contou, ainda, que passou por uma simulação de execução.

Impunidade

Integrantes das forças de segurança continuaram a violar os direitos humanos praticamente com total impunidade.

Os processos contra 12 indivíduos, dentre os quais 11 agentes acusados de cometerem graves abusos na prisão de Kahrizak, antes de seu fechamento em julho de 2009, parece ter sido instaurado para transformar em bodes expiatórios os agentes de nível hierárquico inferior. Eles responderiam por apenas alguns dos abusos gravíssimos, cometidos após as eleições de 2009, que, em vários casos, levaram à morte dos detentos. Desses 12, dois foram condenados à pena de morte; porém, conforme facultado pela legislação iraniana, eles obtiveram o indulto das famílias das vítimas. Outros nove receberam sentenças de prisão.

Em 2010, pelo menos 50 processos judiciais foram abertos contra pessoas envolvidas em abusos cometidos nos alojamentos estudantis da Universidade de Teerã, logo após as eleições de 2009.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos foram submetidos a graves violações dos seus próprios direitos humanos, pois eles continuaram pressionando para que os direitos das mulheres e das minorias étnicas sejam respeitados e para que as execuções de menores infratores e as mortes por apedrejamento sejam extintas. Ativistas pelos direitos das mulheres, advogados, sindicalistas, ativistas pelos direitos das minorias étnicas, estudantes e outros que atuam em favor dos direitos humanos, os quais haviam sido julgados e aprisionados injustamente em anos anteriores, permaneceram detidos. Muitos tiveram que enfrentar prisões arbitrárias, intimidações, processos judiciais e julgamentos injustos. Alguns eram prisioneiros de consciência; outros foram proibidos de viajar ao exterior. Os sindicatos independentes continuaram proibidos.

■ Emadeddin Baghi, jornalista, autor e diretor de uma ONG proscrita que defendia os direitos dos prisioneiros, detido entre dezembro de 2009 e junho de 2010, começou a cumprir uma pena de sete anos de prisão em dezembro de 2010. Ele foi processado

pelo exercício de suas atividades pacíficas de jornalismo e de direitos humanos.

As autoridades hostilizaram e, em alguns casos, prenderam integrantes de movimentos populares de direitos humanos, como o *Comitê de Repórteres de Direitos Humanos* e o *Ativistas de Direitos Humanos do Irã*.

■ Shiva Nazar Ahari, integrante do Comitê presa em dezembro de 2009, foi posta em liberdade provisória em dezembro, pouco antes de receber uma pena de seis anos de prisão. Ela continuava em liberdade enquanto aguardava o julgamento de um recurso contestando sua sentença, a maior parte da qual deve ser cumprida no "exílio".

Discriminação contra as mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática; as que faziam campanha pelos direitos das mulheres se tornavam alvo da repressão do Estado. No Parlamento, debateu-se um projeto de lei sobre proteção da família, o qual continha algumas cláusulas controversas que, se aprovadas, enfraqueceriam ainda mais os direitos das mulheres. Ativistas pelos direitos das mulheres, como as responsáveis por organizar a campanha *Um Milhão de Assinaturas* para exigir igualdade de direitos para as mulheres, continuaram sofrendo pressões.

■ Mahboubeh Karami, integrante dessa campanha, foi detida pela quinta vez no mês de março, ficando encarcerada até o dia 18 de agosto. Em setembro, ela foi sentenciada a quatro anos de prisão por integrar a organização *Ativistas de Direitos Humanos do Irã*, por fazer "propaganda contra o Estado" e por "conspirar contra o Estado". Ela aguardava um recurso em liberdade.

■ Duas mulheres, Fatemeh Masjedi e Maryam Bigdeli, que haviam sido condenadas por pacificamente reunir abaixo-assinados para a campanha *Um Milhão de Assinaturas*, estavam prestes a enfrentar seis meses de prisão. No fim do ano, sua condenação foi confirmada em recurso judicial.

Em abril, o Guia Supremo apelou para que o código de vestuário obrigatório imposto pelo Estado fosse cumprido com maior rigor. Em maio, com base numa lei de 2005, foi lançada uma campanha pedindo "castidade e modéstia". A campanha visava atingir aquelas pessoas que não seguiam o código de vestuário em locais públicos, como os campi universitários. Informações divulgadas em setembro

indicavam que o número de matrículas de mulheres nas universidades havia caído substancialmente.

Discriminação – minorias étnicas

As minorias étnicas do Irã, que incluem árabes-ahwazi, azerbaijanos, balúquis, curdos e turcomanos, continuaram sofrendo discriminações sistemáticas na lei e na prática. O uso de línguas minoritárias nas escolas e repartições públicas permaneceu proibido. Ativistas que pediam maior participação política e reconhecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais das minorias foram alvos de ameaças, prisões e encarceramentos sistemáticos.

■ Em setembro, quatro árabes-ahwazi detidos desde junho de 2009 teriam sido condenados à morte acusados, entre outras coisas, de "animosidade com Deus e corrupção na Terra".

■ Cerca de 20 ativistas azerbaijanos foram libertados em novembro. Eles haviam sido presos em maio – mês em que se comemora o aniversário das grandes manifestações ocorridas em 2006, quando um jornal estatal publicou uma charge que os azerbaijanos consideraram ofensiva. O escritor Akbar Azad permanecia preso, pois sua família não conseguiu reunir recursos suficientes para pagar o elevado valor estipulado para sua fiança.

■ Em julho, surgiram informações de que Mohammad Saber Malek Raisi, um jovem balúqui de 15 anos, natural de Sarbaz, permanecia detido desde setembro de 2009, sem acusação ou julgamento, possivelmente para forçar seu irmão mais velho a se entregar às autoridades. Em dezembro, 11 indivíduos balúquis, condenados em julgamentos injustos, foram executados em Zahedan, aparentemente porque estariam envolvidos com um atentado realizado cinco dias antes pelo Movimento Iraniano de Resistência Popular.

■ Kaveh Ghasemi Kermanshahi, ativista de direitos humanos curdo e membro da campanha *Um Milhão de Assinaturas*, permaneceu detido de fevereiro até maio, período em que passou 80 dias confinado em solitária. Seu julgamento, por acusações de crimes contra a segurança nacional, teve início em outubro.

■ Arash Saghar, ativista turcomano engajado na campanha presidencial de Mir Hossein Mousavi, foi sentenciado em outubro a oito anos de prisão, depois de ser condenado por "espionar para o Turcomenistão".

Liberdade de religião

Membros de minorias religiosas, que incluem pessoas convertidas ao cristianismo, muçulmanos sunitas, clérigos xiitas dissidentes e as comunidades dervixe e Ahl-e Haq, continuaram a sofrer discriminações, hostilidades, detenções arbitrárias e ataques contra suas propriedades. Integrantes da comunidade bahá'í foram cada vez mais perseguidos e continuavam impossibilitados de ter acesso ao ensino universitário.

■ O aiatolá Kazemeyni Boroujerdi, um clérigo xiita dissidente, permaneceu preso como resultado de um julgamento injusto ocorrido em 2007. Em dezembro, sete de seus seguidores foram presos.

■ Sete líderes bahá'ís presos em 2008 foram sentenciados, em agosto, a 20 anos de prisão, depois de enfrentarem procedimentos judiciais flagrantemente injustos. Eles foram condenados por espionagem e por fazerem propaganda contra o Islã. Em setembro, em consequência de um recurso, suas penas teriam sido reduzidas pela metade.

■ Em maio, 24 dervixes foram sentenciados a penas de prisão, exílio interno e açoitamento por participarem de uma manifestação realizada em 2009, na cidade de Gonabad, nordeste do Irã.

■ Yousef Naderkhani, convertido ao cristianismo e membro da Igreja do Irã na cidade de Rasht, foi condenado por apostasia e sentenciado à pena de morte em outubro.

Penas cruéis, desumanas e degradantes

Sentenças de açoitamentos e de amputações continuaram a ser impostas e executadas de modo crescente, embora os números reais não possam ser calculados. Em pronunciamentos ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em abril e junho, Mohammad Javad Larijani, chefe do órgão oficial de direitos humanos do Irã, insistiu na posição do governo de não considerar essas punições como uma forma de tortura.

■ Em abril, o jornalista e cineasta Mohammad Nourizad foi sentenciado a três anos e meio de prisão e a 50 chibatadas por fazer "propaganda contra o sistema" e "insultar autoridades". Em novembro, o cineasta afirmou que ele e outros indivíduos foram torturados. Em dezembro, ele iniciou uma greve de fome.

Pena de morte

As autoridades admitiram ter executado 252 pessoas,

dentre as quais cinco mulheres e um menor infrator. Informações confiáveis referiam a pelo menos outras 470 execuções que não teriam sido admitidas oficialmente, a maioria na penitenciária de Vakilabad, em Mashhad. Pelo menos 143 menores infratores continuavam no corredor da morte. É provável que os números reais sejam ainda mais altos, uma vez que as autoridades restringiram a divulgação de informações sobre a pena de morte.

Sentenças de morte foram impostas em casos de contrabando de drogas, roubo à mão armada, homicídio, espionagem, violência política e infrações de natureza sexual. As autoridades utilizaram a imposição da pena capital e as execuções como armas políticas.

■ Em janeiro, dois homens condenados à morte por suposta participação numa organização monarquista, no contexto do período de instabilidade pós-eleitoral, foram enforcados sem aviso prévio.

■ Em maio, quatro indivíduos curdos, condenados por suposta ligação com grupos opositores curdos, foram executados.

Não houve registro de apedrejamentos (lapidação). Entretanto, pelo menos 15 prisioneiras, na maioria mulheres, ainda corriam risco de serem executadas dessa forma.

■ Sakineh Mohammadi Ashtiani, uma mulher cuja sentença de morte por apedrejamento, proferida em 2006, estava sendo reapreciada, despertou a atenção mundial quando aparentemente estava prestes a ser executada. As pessoas que se mobilizaram para defendê-la foram presas ou intimidadas.

Em dezembro, foi publicada uma emenda à lei antinarcóticos, estendendo a aplicação da pena de morte aos delitos envolvendo drogas sintéticas. No mesmo mês, o Irã foi um dos raros Estados que votou contra uma resolução da Assembleia Geral da ONU pedindo uma moratória mundial das execuções.

Visitas/relatórios da AI

■ As autoridades não responderam as correspondências enviadas pela Anistia Internacional e continuaram negando o acesso da organização ao Irã. A proibição vigora desde 1979 e impossibilita que a AI realize missões de investigação *in loco* sobre a situação dos direitos humanos no país.

■ Iran: Amnesty International's comments on the national report presented by the Islamic Republic of Iran for the Universal Periodic Review (MDE 13/021/2010)

■ From protest to prison: Iran one year after the election (MDE 13/062/2010)

■ Sakineh Mohammadi Ashtiani: A life in the balance (MDE 13/089/2010)

■ Iran: Executions by stoning (MDE 13/095/2010)

IRAQUE

REPÚBLICA DO IRAQUE

Chefe de Estado:	Jalal Talabani
Chefe de governo:	Nuri al-Maliki retencionista
Pena de morte:	
População:	31,5 milhões
Expectativa de vida:	68,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	43/38 por mil
Taxa de alfabetização:	77,6 por cento

Grupos armados de oposição ao governo realizaram vários atentados à bomba e outros ataques, matando centenas de civis. Milícias também cometeram assassinatos seletivos. Graves violações dos direitos humanos foram perpetradas pelas forças de segurança e por tropas estadunidenses. Milhares de pessoas ficaram detidas sem acusação nem julgamento, algumas mantidas por vários anos, embora muitas outras tenham sido libertadas. Até meados de julho, todas as prisões formalmente controladas pelas forças dos EUA foram transferidas para a administração iraquiana, assim como todos os prisioneiros, exceto 200 que permaneceram sob a custódia dos EUA no Iraque. A tortura e outros maus-tratos contra presos pelas forças iraquianas foram generalizados; alguns detidos foram torturados em prisões secretas e vários outros morreram sob custódia em circunstâncias suspeitas. Os tribunais impuseram sentenças de morte após julgamentos injustos, e pelo menos 1.300 prisioneiros estariam no corredor da morte. Houve relatos de uma execução, embora se acredite que o número real seja muito maior. Cerca de 3 milhões de iraquianos estavam deslocados dentro de país ou refugiados no exterior. As mulheres continuaram a enfrentar discriminação e violência.

Informações gerais

As eleições parlamentares de março resultaram em impasse até novembro, quando um novo governo foi

acordado, tendo como titular o primeiro-ministro Nuri al-Maliki. Grupos armados de oposição ao governo intensificaram os ataques suicidas à bomba e de outros tipos, matando e ferindo centenas de civis.

Em meados de agosto, os EUA retiraram suas últimas tropas de combate do Iraque, embora cerca de 50 mil efetivos tenham permanecido, segundo informações, para fornecer apoio e treinamento.

Em julho, a Força dos Estados Unidos no Iraque (USF-I) concluiu a entrega de detentos e de prisões ao governo iraquiano, conforme previsto pelo Acordo sobre o Status da Força (SOFA, na sigla em inglês) de 2008 entre os EUA e o Iraque. Milhares de detentos foram transferidos para a custódia iraquiana. Cerca de 200 prisioneiros, a maioria líderes de grupos armados e ex-membros do alto escalão do governo de Saddam Hussein, permaneceram detidos pela USF-I em uma seção do Campo Cropper (rebatizado de Prisão Al Karkh pelo governo iraquiano, em julho), aparentemente a pedido das autoridades iraquianas. O SOFA não possui salvaguardas em matéria de direitos humanos, apesar do bem documentado histórico de tortura e outros maus-tratos de prisioneiros pelas forças de segurança iraquianas.

A maioria dos iraquianos continua vivendo na pobreza. A escassez de água e eletricidade foi crônica, e o desemprego foi superior a 50 por cento. A persistência de um alto nível de insegurança desencorajou investimentos estrangeiros, e a corrupção era reinante nas instituições do governo. Em julho, uma auditoria dos EUA concluiu que o Pentágono foi incapaz de prestar contas de mais de 95 por cento dos US\$ 9,1 bilhões destinados à reconstrução do Iraque, que o órgão havia sido incumbido de administrar.

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos no Iraque foi avaliada na Revisão Periódica Universal da ONU.

Em agosto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou por unanimidade a resolução 1.936, estendendo por mais um ano o mandato da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI).

Em novembro, o Iraque ratificou a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados, embora tenha formulado reservas contra ações individuais.

Abusos cometidos por grupos armados

Grupos armados de oposição ao governo e à presença de forças estadunidenses cometeram graves abusos contra os direitos humanos, incluindo sequestro, tortura e homicídio. Realizaram ataques suicidas à bomba em locais públicos e outros atentados indiscriminados em grande escala contra civis, além de assassinatos seletivos. Muitos ataques foram realizados pela Al Qaeda no Iraque – que teve dois de seus líderes mortos em uma ofensiva das forças estadunidenses e iraquianas em abril – e por grupos armados sunitas seus aliados.

Em outubro, vários ex-membros dos Conselhos do Despertar, milícias sunitas recrutadas para auxiliar as forças estadunidenses no combate à Al-Qaeda no Iraque, teriam passado para o lado da Al-Qaeda sob ameaça ou por desilusão pela percepção de terem sido abandonados pela USF-I.

A milícia xiita, principalmente os membros da Liga dos Justos (*Asaib Ahl al-Haq*), um grupo dissidente do exército Mahdi, também cometeu sérios abusos dos direitos humanos, incluindo sequestros e homicídios.

Muitas vítimas dos ataques eram civis, como membros de minorias étnicas e religiosas, autoridades locais, advogados e juizes, jornalistas e outros profissionais. Entre os mortos, estavam mulheres e crianças.

■ Em 25 de janeiro, três atentados suicidas com carros bomba foram realizados de modo coordenado em um curto espaço de tempo, no centro de Bagdá, matando ao menos 41 pessoas e ferindo mais de 75. O Estado Islâmico do Iraque, uma fachada da Al Qaeda no Iraque, assumiu a responsabilidade.

■ Em 2 de fevereiro, uma mulher que caminhava com peregrinos xiitas em Bagdá detonou um cinto de explosivos matando ao menos 54 pessoas e ferindo mais de 100.

■ Em 14 de maio, três atentados suicidas com bombas mataram aproximadamente 25 pessoas e feriram mais de 100 num campo de futebol no bairro xiita de Tal Afar, uma cidade turcomana entre Mosul e a fronteira Síria.

■ Em 31 de outubro, mais de 40 fiéis foram mortos em uma igreja católica de Bagdá, após um ataque reivindicado pelo Estado Islâmico do Iraque, durante o qual cerca de 100 fiéis foram tomados como reféns. Após três horas de impasse, as forças de segurança iraquianas invadiram a igreja. Os sequestradores,

supostamente, usaram granadas e detonaram cintos com explosivos para matar a si e aos reféns.

Detenção provisória

Milhares de pessoas continuaram detidas sem acusação ou julgamento. Algumas foram mantidas pela USF-I e transferidas para a custódia iraquiana na metade de julho, quando a última prisão administrada pelos EUA, o Campo Cropper, foi entregue ao controle iraquiano. Muitos detentos não tiveram acesso a advogados ou familiares, e alguns foram mantidos em prisões secretas administradas pelos ministérios do Interior e da Defesa, nas quais foram comuns tortura e outros maus-tratos. A maioria dos detidos era de muçulmanos sunitas suspeitos de apoiarem grupos armados sunitas. Muitos estão sendo mantidos sob detenção há vários anos.

■ Qusay Abdel-Rezaq Zabib, policial, permaneceu detido sem acusação nem julgamento. Ele foi preso por soldados estadunidenses na delegacia onde trabalhava, perto de Tikrit, em 17 de julho de 2008, aparentemente por seu suposto apoio a grupos armados. Ele foi mantido em diversas prisões administradas pelas forças estadunidenses e estava na de Campo Taji quando tanto ele quanto o campo foram transferidos para o controle iraquiano. Em meados de novembro, ele foi transferido da prisão para a delegacia em Tikrit, de onde foi libertado em 30 de dezembro.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos foram comuns nas prisões iraquianas, especialmente nas controladas pelos Ministérios da Defesa e do Interior. Prisioneiros foram espancados com cabos e mangueiras, suspensos por seus membros por longos períodos, receberam choques elétricos, tiveram membros fraturados, foram asfixiados com sacos plásticos e violentados ou ameaçados de violação sexual. A tortura foi usada para extrair dos detidos informações e “confissões” que poderiam ser utilizadas contra eles no tribunal. Arquivos secretos da USF-I publicados pela organização Wikileaks, em outubro, mostraram que soldados estadunidenses relataram aos seus superiores por várias vezes, até o final de 2009, evidências de torturas cometidas pelas forças de segurança iraquianas. Esses relatos, aparentemente, não geraram investigações.

■ Em abril, segundo informações, uma instalação secreta de detenção foi descoberta no antigo aeroporto

de Muthanna, no centro de Bagdá. Mais de 400 detidos eram mantidos no local, a maioria árabes sunitas que haviam sido presos em Mosul no final de 2009. A prisão secreta, na qual quase todos os detidos disseram ter sido torturados, seria controlada pelo gabinete do primeiro-ministro Nuri al-Maliki. O governo libertou aproximadamente 95 dos prisioneiros e transferiu os demais para a prisão de Al Rusafa, em Bagdá. O governo negou que a prisão fosse secreta, mas fechou-a, prendendo três oficiais da unidade militar que a administrava.

Mortes sob custódia

Vários detidos morreram sob custódia, possivelmente como resultado de tortura e outros maus-tratos.

■ Riyadh Mohammad Saleh al-'Uqaibi, ex-oficial do exército, morreu em 12 ou 13 de fevereiro na prisão do aeroporto de Muthanna. Detido em setembro de 2009, ele teria sido espancado com tal brutalidade sob interrogatório que apresentava costelas quebradas, lesão no fígado e hemorragia interna. Seu corpo foi entregue à família semanas depois, com uma certidão de óbito que atestava insuficiência cardíaca como causa da morte.

■ Dois detentos cujos nomes são desconhecidos morreram sob custódia estadunidense no Campo Cropper em 27 de março e 12 de abril, antes da transferência da instalação para o governo iraquiano. A USF-I anunciou que autópsias foram realizadas, mas, em ambos os casos, a causa e circunstâncias das mortes não foram divulgadas até o fim de 2010.

Julgamentos de ex-integrantes do partido Baath

O Supremo Tribunal Penal Iraquiano (STCI) continuou a julgar antigos membros graduados do partido Baath, assim como militares e outros funcionários do governo de Saddam Hussein, derrubado em 2003, que foram acusados de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outros sérios crimes. Os julgamentos não cumpriram os padrões internacionais para julgamentos justos; O STCI careceu de independência e, segundo advogados e juízes, sofreu interferência política.

■ Em outubro, dois ex-ministros do governo – Tareq Aziz, de 74 anos, ex-ministro das Relações Exteriores, e Sadoun Shakir, ex-ministro do Interior – assim como o secretário particular de Saddam Hussein, Abed Hamoud, foram sentenciados à morte pelo STCI depois

de condenados por participarem da eliminação de partidos religiosos xiitas.

Violações dos direitos humanos pelas forças estadunidenses

As forças dos EUA no Iraque cometeram sérias violações dos direitos humanos, incluindo homicídio de civis.

■ Omar Abdullah e sua esposa foram assassinados em 10 de março quando tropas estadunidenses abriram fogo contra seu carro no bairro de Al Iskan, em Bagdá. Consta que uma declaração do exército estadunidense afirmou que o casal foi morto durante uma operação de segurança conjunta dos EUA e Iraque, e que haveria uma investigação conjunta. Nenhuma informação adicional foi divulgada.

Milhares de arquivos confidenciais foram publicados pelo Wikileaks. Entre outras informações, os documentos mostraram que, em anos anteriores, as tropas estadunidenses mataram a tiros vários civis em bloqueios rodoviários de segurança e, ao contrário do que haviam negado, as autoridades dos EUA tentaram manter registro do número de civis iraquianos mortos durante o conflito no Iraque. Estimativas revisadas calculam em 66.081 o número de vítimas civis no conflito do Iraque entre 2004 e 2009.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres foram alvos de violência por grupos armados, e as que não aderiram ao rigoroso código de vestimenta estiveram sob ameaça. As mulheres também sofreram violência doméstica e não tiveram proteção adequada, nem na legislação nem nas práticas iraquianas. Muitas mulheres e meninas foram submetidas a práticas nocivas, inclusive casamento forçado e precoce.

Em outubro, o Ministério dos Direitos Humanos informou que, sem incluir a região do Curdistão, ao menos 84 mulheres haviam sido mortas em assassinatos em nome da “honra” em 2009. O Ministério reiterou seu apelo para que mudanças jurídicas sejam realizadas, como emendas ao Artigo 409 do Código Penal, que prevê que qualquer homem que assassine sua esposa ou parente do sexo feminino ao surpreendê-la em adultério não deve ser condenado a mais do que três anos de prisão. Nenhuma mudança foi efetuada.

Refugiados e desalojados internos

Segundo informações, cerca de 1,5 milhão de iraquianos desalojados estão vivendo como refugiados na Síria, Jordânia, Líbano, Turquia e outros países da região. Ao menos outros 1,5 milhão estavam desalojados no país, incluindo aproximadamente 500 mil pessoas sem teto, vivendo em assentamentos ou campos em condições extremamente severas.

Milhares de pessoas deslocadas dentro do país voltaram para suas casas acreditando que as condições de segurança haviam melhorado, mas enfrentaram muitos problemas. Vários países europeus repatriaram à força para o Iraque requerentes de asilo iraquianos cuja entrada havia sido recusada nesses países, contrariando diretamente as recomendações do ACNUR, o órgão da ONU para refugiados.

Pena de morte

Ao menos 279 pessoas foram sentenciadas à morte e pelo menos 1.300 prisioneiros estariam no corredor da morte, embora as autoridades não costumem revelar informações sobre a pena capital. Sabe-se de uma execução pública; porém, aparentemente, o número total de execuções foi muito maior.

A maioria das sentenças capitais foi imposta pelo Tribunal Penal Central Iraquiano em casos de indivíduos condenados por envolvimento em ataques armados. Os julgamentos constantemente desconsideravam as normas internacionais para julgamentos justos. Os acusados muitas vezes alegaram terem sido forçados a assinar “confissões” sob tortura ou outras formas de coação quando estavam mantidos incomunicáveis em detenção preventiva, além de não poderem escolher seus próprios advogados de defesa. Penas de morte também foram aprovadas pelo STCI.

■ Ali Hassan al-Majid, primo de um ex-alto funcionário do governo de Saddam Hussein, foi executado em 25 de janeiro. Ele foi sentenciado à morte quatro vezes, a última delas em 17 de janeiro.

Em dezembro, o Iraque foi um dos poucos Estados que votaram contra a resolução da Assembleia Geral da ONU que pedia uma moratória mundial das execuções.

Região do Curdistão

Em grande medida, a região do Curdistão não foi afetada pela violência política vista em outras partes

do Iraque. Em geral, as condições dos direitos humanos continuaram a melhorar, embora vários abusos tenham sido relatados.

Em maio, foi aprovada uma lei para criar uma comissão de direitos humanos para a região do Curdistão. Em junho, o parlamento curdo estendeu a aplicação da lei antiterrorismo, de 2006, por mais dois anos. Em novembro, foi aprovada uma lei restringindo manifestações.

Em novembro, na ocasião do festival religioso Eid al-Adhha, o presidente do Governo Regional do Curdistão anistiou 207 prisioneiros que teriam sido libertados. Entre eles, estavam alguns que cumpriam pena por “crimes de honra”. Ativistas dos direitos das mulheres criticaram as libertações.

Ataques a ativistas de oposição

Membros e apoiadores de grupos políticos de oposição foram ameaçados, assediados, agredidos e presos.

■ Em 14 de fevereiro, pistoleiros não identificados atacaram o escritório do partido União Islâmica Curda (KIU, na sigla em inglês) em Sulaimaniya, sem deixar mortos. Quatro dias depois, as autoridades do Governo Regional do Curdistão detiveram vários membros do KIU em Dohuk.

■ Em 16 de fevereiro, homens armados que, segundo informações, estariam ligados à União Patriótica do Curdistão (PUK), um dos partidos que formam o Governo Regional do Curdistão, interromperam violentamente uma reunião do Movimento Goran, de oposição, em Sulaimaniya. As autoridades prenderam 11 ativistas do Movimento Goran, mas não tomaram nenhuma medida contra os que invadiram a reunião.

Liberdade de expressão

Vários jornalistas independentes foram atacados.

■ Em 4 de maio, Sardasht Osman, estudante e jornalista, foi sequestrado em Erbir por homens armados não identificados. Dois dias depois, seu corpo foi encontrado em Mosul, fora da área administrada pelo Governo Regional do Curdistão. Houve denúncias de que ele recebeu ameaças anônimas em razão de seus artigos criticarem proeminentes líderes políticos curdos. Entretanto, um comitê de investigação indicado pelo Governo Provisório do Curdistão informou, em 15 de setembro, que ele havia sido morto pelo grupo armado sunita curdo Ansar al-Islam. As autoridades declararam que nenhum dos supostos perpetradores havia sido preso. A família de Sardasht Osman rejeitou as conclusões do comitê de investigação.

Violência contra mulheres

As mulheres continuaram a sofrer discriminação e violência. Foram relatados casos de homens que assassinaram parentes do sexo feminino, assim como de várias mulheres que se suicidaram ateadando fogo ao próprio corpo. Há informações de que a mutilação genital feminina também é amplamente praticada. De acordo com os registros oficiais do Governo Provisório do Curdistão, na primeira metade de 2010 ao menos 671 mulheres foram submetidas a “grave violência doméstica” e pelo menos outras 63 sofreram abuso sexual.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a região do Curdistão em maio e junho para pesquisa sobre direitos humanos e encontros com representantes do governo. Eles se encontraram com o ministro do Interior e outros altos funcionários e tiveram acesso aos prisioneiros. O acesso a outras áreas do Iraque não foi considerado seguro.

■ Iraque: Civilians under fire (MDE 14/002/2010)

■ Iraque: Human rights briefing (MDE 14/004/2010)

■ New order, same abuses: Unlawful detentions and torture in Iraq (MDE 14/006/2010)

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS (TPO)

ESTADO DE ISRAEL

Chefe de Estado:	Shimon Peres
Chefe de governo:	Benjamin Netanyahu
Pena de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	7,3 milhões (Israel); 4,4 milhões (TPO)
Expectativa de vida:	80,3 anos (Israel); 72,9 anos (TPO)
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	6/5 por mil (Israel); 23/18 por mil (TPO)

O cessar-fogo entre as forças israelenses e os grupos armados palestinos, decidido por meio de um acordo, em janeiro de 2009, de maneira geral foi

respeitado. O exército israelense manteve controles draconianos sobre a circulação de palestinos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), inclusive o bloqueio da Faixa de Gaza, que ampliou as dificuldades e praticamente manteve presa toda a população de 1,5 milhão de pessoas. As autoridades israelenses rejeitaram ou protelaram pedidos de autorização para sair de Gaza apresentados por centenas de cidadãos palestinos que necessitavam de tratamento médico especializado. Em consequência, alguns deles morreram. A maioria dos habitantes de Gaza depende de ajuda humanitária internacional, que foi bastante prejudicada pelo bloqueio. Em maio, as forças israelenses mataram, em águas internacionais, nove homens a bordo de uma flotilha humanitária que pretendia furar o bloqueio. Na Cisjordânia, a circulação de palestinos foi severamente restringida devido às centenas de barreiras e de postos de controle israelenses e à cerca/muro de 700 km que Israel continua construindo dentro da Cisjordânia. Houve um aumento substancial no número de demolições, pelas autoridades israelenses, de casas, cisternas e de outras estruturas palestinas na Cisjordânia, afetando milhares de pessoas. As autoridades israelenses também destruíram casas em aldeias beduínas no sul de Israel. A expansão dos assentamentos israelenses ilegais em terras palestinas desapropriadas, parcialmente congelada até 26 de setembro, foi retomada. Israel ainda não instaurou inquéritos adequados para investigar supostos crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional cometidos por suas forças durante a operação "Chumbo Fundido", ofensiva de 22 dias na Faixa de Gaza, entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, no decorrer da qual morreram cerca de 1.400 cidadãos palestinos, incluindo mais de 300 crianças. De maneira geral, soldados e colonos israelenses que cometeram abusos graves contra palestinos, incluindo assassinatos, agressões e atentados contra a propriedade, não foram responsabilizados pelos crimes. As forças militares israelenses mataram 33 civis palestinos nos TPO, entre eles oito crianças. Centenas de cidadãos palestinos foram presos e detidos pelas forças israelenses; pelo menos 264 foram detidos sob ordens de detenção administrativa, sem acusação nem julgamento; alguns se encontravam detidos há mais de dois anos. Relatos de tortura e de outros

maus-tratos foram frequentes; contudo, raras foram as investigações. Cerca de 6 mil palestinos permaneceram em prisões israelenses, muitos dos quais após julgamentos militares injustos. Israelenses que se recusavam a prestar serviço militar por razões de consciência continuaram sendo presos.

Informações gerais

A região da fronteira entre Israel e Líbano permaneceu tensa. Em 03 de agosto, uma troca de tiros entre soldados israelenses e libaneses resultou na morte de pelo menos três soldados e de um jornalista libanês.

Ainda que o cessar-fogo entre forças israelenses e grupos armados palestinos tenha sido mantido durante a maior parte do tempo, os grupos palestinos dispararam foguetes e morteiros contra o sul de Israel (ver seção sobre a Autoridade Palestina) de maneira periódica e indiscriminada, embora em ritmo mais lento do que o observado em anos anteriores. As forças israelenses, por sua vez, atacaram e mataram os cidadãos palestinos que alegavam ser os responsáveis. Em 31 de agosto, quatro colonos israelenses foram mortos a tiros na Cisjordânia; o ataque foi reivindicado pelas brigadas *Izz al-Din al-Qassam*, braço militar do Hamas, grupo palestino que venceu as eleições em 2006 e que administra a Faixa de Gaza.

Negociações entre Israel e a Autoridade Palestina (AP), embora sem a participação do Hamas, foram convocadas pelo governo dos EUA em setembro. Porém, foram suspensas pouco depois, no dia 26 daquele mesmo mês, quando expirou a moratória parcial israelense de 10 meses para a construção de colônias judaicas nos TPO, ocasionando a retirada da AP do diálogo direto. A moratória excluía Jerusalém Oriental e seus arredores. Na Cisjordânia, a construção de prédios públicos e as obras feitas por "necessidades de segurança" não cessaram.

Bloqueio e crise humanitária em Gaza

O bloqueio da Faixa de Gaza, em vigor desde junho de 2007, sufocou a economia e acentuou a pobreza da população local. Em meio a problemas permanentes de saúde, saneamento básico, pobreza e desnutrição, cerca de 80 por cento dos habitantes de Gaza passaram a depender de ajuda humanitária internacional, cujo fluxo foi obstruído pelo bloqueio.

A grave escassez provocou um forte aumento dos preços. A maioria dos projetos de reconstrução da ONU para prover escolas e centros de saúde teve que ser adiada. Como resultado, cerca de 40 mil crianças palestinas aptas a matricularem-se nas escolas da ONU em setembro tiveram que ser dispensadas.

Na prática, todos os habitantes de Gaza foram aprisionados no pequeno enclave, inclusive pessoas com doenças graves que necessitavam de tratamento em outros locais e muitos estudantes e trabalhadores que desejam estudar ou ocupar postos de trabalho fora dali. Poucos foram autorizados a sair de Gaza.

Em maio, as tropas israelenses interceptaram de forma violenta uma flotilha de ajuda humanitária que tentava furar o bloqueio, matando nove dos tripulantes e ferindo mais de 50, alguns gravemente. Muitos soldados israelenses ficaram feridos. Vários inquéritos foram abertos para investigar o ataque, incluindo dois conduzidos pela ONU. Em setembro, a missão de inquérito nomeada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU concluiu que "força letal foi usada pelos soldados israelenses de uma maneira tão generalizada e arbitrária que causou um número desnecessariamente alto de pessoas gravemente feridas ou mortas". Uma comissão de inquérito nomeada pelo governo israelense não desfrutou de independência e transparência.

Na sequência de críticas internacionais contra o ataque, o governo anunciou uma flexibilização parcial do bloqueio, embora essa abertura tenha sido insuficiente para melhorar significativamente as condições em Gaza. Até 8 de dezembro, Israel continuou proibindo todas as exportações de mercadorias da Faixa de Gaza e, até o final do ano, a anunciada flexibilização das restrições às exportações não havia sido implementada. A Anistia Internacional considerou que o bloqueio constitui um castigo coletivo, que viola o direito internacional humanitário, e apelou, repetidas vezes, a que fosse suspenso.

Restrições na Cisjordânia

Centenas de postos e barreiras militares israelenses restringiram a circulação de palestinos na Cisjordânia, dificultando ou bloqueando o acesso a locais de trabalho, educação, serviços de saúde e outros.

No final de 2010, cerca de 60 por cento da construção dos planejados 700 km de cerca/muro estava concluídos; mais de 85 por cento de todo o percurso estão em terras palestinas na Cisjordânia.

A cerca/muro separou milhares de palestinos de suas terras e fontes de água. O acesso a Jerusalém Oriental, para os palestinos da Cisjordânia que possuíam autorizações de entrada, foi possível apenas através de três dos 16 postos de controle ao longo da cerca/muro. As consequências dessa situação foram especialmente desastrosas para pacientes e equipes médicas que tentavam chegar aos seis hospitais palestinos especializados de Jerusalém Oriental.

Os cidadãos palestinos continuaram sem ter acesso a extensas porções de terra próximas às colônias israelenses criadas e mantidas em violação ao direito internacional. A população de colonos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, atingiu a marca de mais de meio milhão. Os palestinos também foram impedidos ou tiveram acesso restrito a cerca de 300 km de estradas secundárias utilizadas pelos colonos israelenses. Por outro lado, o tempo de traslado gasto por palestinos entre a maioria das cidades, especialmente no norte, foi reduzido em 2010 devido à remoção de algumas barreiras por parte de Israel e a algumas melhorias na malha rodoviária para carros com placas da Palestina, apesar de as viagens continuarem lentas e árduas.

Direito à moradia adequada – despejos forçados

Cidadãos palestinos residentes da Cisjordânia, inclusive Jerusalém Oriental, sofreram restrições tão rigorosas aos tipos de construções permitidas a ponto de essas restrições constituírem violações ao seu direito à moradia adequada. Despejos foram efetuados na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, sob alegação de que as casas haviam sido construídas sem licença; tais licenças das autoridades israelenses são quase impossíveis de serem obtidas por palestinos. Equipes de demolição, acompanhadas por agentes de segurança, normalmente chegavam sem aviso prévio, oferecendo às famílias poucas oportunidades de removerem seus pertences. De acordo com o direito militar israelense, aplicado à maioria dos palestinos da Cisjordânia, não há exigência de que famílias despejadas sejam reabrigadas ou compensadas. Os cidadãos palestinos em Jerusalém Oriental obtiveram condições um pouco melhores por parte das autoridades civis israelenses. Em 2010, as autoridades demoliram 431 estruturas em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia,

um aumento de 59 por cento em relação a 2009. Pelo menos 594 cidadãos palestinos – metade crianças – ficaram desalojados depois que suas casas foram demolidas por ordem das autoridades israelenses. Enquanto isso, mais de 14 mil palestinos foram afetados pela demolição de cisternas, poços e estruturas relacionados a sua subsistência.

■ Por duas vezes, as forças israelenses demoliram casas e estruturas em Khirbet Tana, aldeia na Cisjordânia a oeste do Vale do Jordão, em uma área declarada "zona militar fechada". Em 10 de janeiro, foram demolidas as casas de 100 moradores, a escola da vila e 12 abrigos de animais; em 8 de dezembro, 10 casas, a escola reconstruída e 17 abrigos de animais foram derrubados. A aldeia já havia sido demolida em 2005. Desde os anos 70, as autoridades israelenses negam alvarás de construção aos moradores da aldeia; enquanto isso, perto dali, foram estabelecidas as colônias israelenses de Mekhora e Itamar.

Dentro de Israel, houve um aumento acentuado da demolição de casas de beduínos na área de Negev (ou Naqab), no sul do país. Dezenas de aldeias onde vivem dezenas de milhares de beduínos, que são cidadãos israelenses, não são reconhecidas formalmente pelas autoridades do país. Faltam serviços básicos nesses locais, e os moradores sofrem constantes ameaças de destruição de suas casas e de expulsão daquelas terras.

■ A aldeia "não reconhecida" de Al-Araqib, na região do Negev, onde vivem cerca de 250 beduínos, foi destruída oito vezes pela Administração Territorial e pelas forças policiais de Israel entre 27 de julho e 23 de dezembro. Após cada demolição, os moradores reconstruíram os abrigos improvisados.

Uso excessivo da força

As forças de segurança israelenses usaram força excessiva contra civis palestinos, incluindo manifestantes pacíficos na Cisjordânia e em Gaza, bem como contra agricultores, pescadores e outros profissionais que trabalham na área que Israel declarou como "zona de exclusão" dentro de Gaza ou em suas águas costeiras. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, 33 civis palestinos, incluindo oito crianças, foram mortos por forças israelenses nos TPO em 2010. Quinze civis palestinos, entre eles quatro crianças, foram mortos e mais de 100 deixados feridos quando as forças israelenses davam

cumprimento a uma "zona de exclusão" de 1.500 metros para dentro das fronteiras norte e leste de Gaza e às restrições marítimas.

■ Dois adolescentes palestinos morreram depois de serem alvejados com munição real por forças de segurança israelenses após uma manifestação no povoado de Iraq Burin, na Cisjordânia, em 20 de março. Muhammed Qadus foi baleado no peito; Usaid Qadus, na cabeça. Em abril, depois de um inquérito militar da polícia israelense, dois oficiais israelenses de alto escalão foram reprimidos pelas mortes.

■ Em setembro, três pastores palestinos – Ibrahim Abu Said, de 91 anos, seu neto de 16 anos, Hosam Abu Said, e Isma'il Abu Oda, de 17 anos, foram mortos por bombas lançadas de tanques israelenses quando cuidavam de suas ovelhas que pastavam no interior da "zona de exclusão" em Gaza, perto de Beit Hanoun. Posteriormente, as autoridades admitiram que as três vítimas eram civis e não "terroristas", como haviam inicialmente declarado, e anunciaram uma investigação sobre o incidente. O resultado não havia sido divulgado até o fim de 2010.

Impunidade

Soldados israelenses, membros das forças de segurança e colonos continuaram gozando de impunidade por violações dos direitos humanos cometidas contra palestinos, inclusive homicídios injustificados. Os casos de violência praticados por colonos incluíam disparos contra palestinos e destruição de suas propriedades. Somente em casos extremamente raros os autores foram responsabilizados por suas ações.

Segundo um minucioso relatório sobre impunidade, publicado em outubro pela organização israelense de direitos humanos, B'Tselem, os militares israelenses mataram 1.510 palestinos entre 2006 e 2009, sem contar os mortos durante a operação "Chumbo Fundido". Destes, 617 pessoas, incluindo 104 menores de 18 anos, não tomavam parte nas hostilidades quando foram mortas. A B'Tselem solicitou uma investigação sobre 288 dos assassinatos cometidos em 148 incidentes, a maioria na Faixa de Gaza. Foram abertas investigações em apenas 22 incidentes, a maioria na Cisjordânia. A B'Tselem informou que apenas quatro inquéritos foram abertos dentro do prazo de um mês após o incidente. Em dois inquéritos, o caso foi encerrado sem qualquer processo contra os soldados envolvidos.

Operação "Chumbo Fundido"

Embora algumas investigações militares israelenses sobre incidentes específicos estejam em curso, o governo ainda não logrou realizar investigações independentes e em conformidade com as normas internacionais sobre supostos crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional cometidos por forças israelenses durante a operação "Chumbo Fundido". A missão de averiguação independente criada pela ONU (relatório Goldstone) para investigar o conflito verificou que, em 2009, tanto as forças israelenses quanto os grupos armados palestinos haviam cometido crimes de guerra e possivelmente crimes contra a humanidade.

Até o final de 2010, apenas três soldados israelenses haviam sido condenados por ligações com a operação "Chumbo Fundido". Dois deles foram condenados por "conduta não-autorizada" por ordenar que um garoto palestino de nove anos, Majed R., atuasse como "escudo humano", abrindo sacos que eles acreditavam ser uma armadilha. Em novembro, eles foram rebaixados e receberam penas suspensas de três meses de prisão.

Uma vez que nenhuma das partes conduziu investigações adequadas, a Anistia Internacional solicitou que a questão fosse encaminhada aos mecanismos de justiça internacional.

Em janeiro, Israel pagou à ONU 10,5 milhões de dólares de compensação pelos danos causados aos prédios da organização durante a operação "Chumbo Fundido". No entanto, nenhuma indenização foi paga a qualquer outra vítima dos ataques ou em seu nome. Segundo a ONU, o pagamento encerrava os litígios financeiros relacionados com a operação, embora o relatório Goldstone tivesse recomendado especificamente que a ONU deveria pedir reparação não só para funcionários da organização e para os civis mortos ou feridos durante os ataques contra as instalações da ONU, mas também para as vítimas civis de outros ataques durante a Operação.

Sistema de justiça militar

Detenções sem julgamento

Israel continuou impondo um sistema de detenção administrativa por meio do qual palestinos são detidos por períodos prolongados sem acusação ou julgamento. Pelo menos 264 palestinos foram submetidos a ordens de detenção administrativa em 2010. Alguns se encontravam detidos por mais de dois anos.

■ O estudante Moatasem Nazzal, de 16 anos, morador do campo de refugiados de Qalandiya, perto de Ramallah, foi detido sem explicação em sua casa, em 20 de março. Ele foi interrogado enquanto o algemavam. Recebeu três ordens de detenção administrativa sucessivas que o mantiveram na prisão até 26 de dezembro de 2010.

Condições prisionais – privação de visitas familiares

Cerca de 680 prisioneiros palestinos continuaram tendo a visita de familiares negada; alguns deles pelo terceiro ano consecutivo, uma vez que, desde a imposição do bloqueio, os palestinos da Faixa de Gaza ficam impedidos de viajar para Israel, onde os presos estão detidos.

Julgamentos injustos

Cidadãos palestinos dos TPO, sujeitos ao sistema de justiça militar de Israel, continuaram enfrentando uma série de violações de seu direito a um julgamento justo. Eles são rotineiramente interrogados sem a presença de um advogado e, apesar de serem civis, são julgados perante tribunais militares, ao invés de na justiça comum.

Tortura e outros maus-tratos

Foram frequentes as denúncias consistentes sobre torturas e outros maus-tratos, inclusive de crianças. Dentre os métodos mais citados estão espancamentos, ameaças aos detentos ou a suas famílias, privação de sono e submissão a posições dolorosas por períodos prolongados. Confissões supostamente obtidas sob coação foram aceitas como provas na justiça comum e nos tribunais militares israelenses.

■ A. M., um palestino de 15 anos da aldeia de Beit Ummar, perto de Hebron, foi preso em 26 de maio. Encarcerado no centro de detenção Gush Etzion, ele foi interrogado, segundo relatos, sob tortura durante seis dias, tendo sido solto mais tarde, depois de "confessar" ter atirado pedras. Ele disse que os agentes de segurança ligaram um fio a seus órgãos genitais e o ameaçaram com choques elétricos. Em agosto, uma ONG palestina e outra israelense denunciaram a suposta tortura à polícia e ao exército israelenses. A queixa na polícia foi arquivada por "insuficiência de provas", enquanto o exército ainda estava analisando a denúncia no fim de 2010.

Liberdade de expressão e de associação

Houve um aumento no número de detenções, julgamentos e prisões de pessoas envolvidas em protestos não-violentos contra a cerca/muro. As autoridades recorreram com frequência à Ordem Militar 101, que proíbe reuniões de 10 ou mais pessoas "para finalidades políticas ou para assuntos que poderiam ser interpretados como políticos", exceto mediante obtenção de licença concedida por um comandante militar israelense.

■ Em outubro, um tribunal militar israelense condenou Abdallah Abu Rahma a um ano de prisão. Professor e chefe do *Comitê Popular Contra o Muro*, na aldeia cisjordânica de Bilin, ele foi considerado culpado de "organizar e participar de uma manifestação ilegal" e de "incitamento". Ele foi absolvido das acusações de "arremesso de pedras" e de "posse de armas". Abdallah Abu Rahma foi considerado prisioneiro de consciência.

■ O ex-técnico nuclear Mordechai Vanunu foi levado de volta à prisão em maio, por três meses, acusado de ter mantido contato com um estrangeiro. Quase imediatamente, ele foi confinado em uma cela solitária. O técnico era um prisioneiro de consciência que já havia passado 18 anos na prisão por revelar a um jornal britânico a capacidade nuclear de Israel. Desde sua libertação, em 2004, ele tem estado sob vigilância policial, nos termos de uma ordem militar renovada a cada seis meses. Entre outras coisas, a ordem o proíbe de se comunicar com estrangeiros ou de deixar o país. Em outubro de 2010, a Suprema Corte israelense rejeitou uma petição para pôr fim à restrição.

Prisioneiros de consciência – objetores de consciência israelenses

Pelo menos doze objetores de consciência israelenses foram presos por se recusarem a alistar-se para o serviço militar.

■ Shir Regev, da aldeia Tuval, no norte de Israel, foi preso três vezes por um total de 64 dias ao se recusar a cumprir o serviço militar, por se opor à ocupação militar de Israel nos Territórios Palestinos.

Visitas/relatórios da AI

■ Representantes da Anistia Internacional visitaram Israel e os TPO em abril e maio.

■ Israel and Occupied Palestinian Territories: As safe as houses? Israel's demolition of Palestinian homes (MDE 15/006/2010)

■ Israel/Occupied Palestinian Territories: Amnesty International's assessment of Israeli and Palestinian investigations into Gaza conflict

(MDE 15/022/2010)

■ Israel/Occupied Palestinian Territories: Human Rights Council fails victims of Gaza conflict (MDE 15/023/2010)

■ Israel: End arbitrary restrictions on Vanunu (MDE 15/024/2010)

ITÁLIA

REPÚBLICA ITALIANA

Chefe de Estado:	Giorgio Napolitano
Chefe de governo:	Silvio Berlusconi
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	60,1 milhões
Expectativa de vida:	81,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	5/4 por mil
Taxa de alfabetização:	98,8 por cento

Os direitos da comunidade romani (ciganos) continuam sendo violados, e os despejos forçados contribuíram para agravar a situação de pobreza e de marginalização das pessoas afetadas. Comentários pejorativos e discriminatórios feitos por políticos contra o povo cigano, contra os imigrantes e contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros promoveram um clima de crescente intolerância. Ataques homofóbicos violentos continuam ocorrendo. Requerentes de asilo não obtiveram acesso a medidas efetivas na busca por proteção internacional. Relatos de maus-tratos praticados por agentes da segurança pública continuam a ocorrer. A falta de rigor nas investigações sobre mortes ocorridas sob custódia e sobre supostos maus-tratos ainda causa preocupação. A Itália se recusou a introduzir o crime de tortura na legislação nacional.

Escrutínio internacional

Em março, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos visitou a Itália pela primeira vez. Entre outras observações, ela se mostrou preocupada que as autoridades italianas estejam tratando os ciganos (romanis) e os imigrantes como "problemas de segurança" ao invés de buscar formas de incluí-los na sociedade.

Em abril, o Comitê Europeu para Prevenção da Tortura publicou relatórios sobre as visitas periódicas

à Itália, feitas em setembro de 2008 e julho de 2009, destacando, entre outras questões, a falta de um dispositivo legal sobre a tortura no código penal e a superlotação das instalações prisionais. O relatório de 2009 também condenava a política de interceptar imigrantes no mar e de forçá-los a retornar para a Líbia ou outros países não-europeus, o que viola o princípio de não-devolução (*non-refoulement*), que proíbe devolver pessoas a países nos quais haja riscos de sofrerem graves violações de direitos humanos.

Em 25 de junho, o Comitê Europeu de Direitos Sociais considerou que a Itália discriminava os romanis e os sintis no acesso a vários direitos, inclusive os de moradia e de proteção contra a pobreza e a exclusão social, assim como o direito de trabalhadores imigrantes e de suas famílias à proteção e assistência.

Em fevereiro, o histórico de direitos humanos da Itália foi avaliado no processo de Revisão Periódica Universal da ONU. O governo respondeu em maio, rejeitando 12 das 92 recomendações recebidas. Preocupam, particularmente, as recusas em introduzir o crime de tortura na legislação nacional e em abolir o crime de imigração irregular.

Discriminação

A comunidade romani continuou a ser discriminada no acesso aos seus direitos a educação, habitação, assistência à saúde e emprego. Comentários pejorativos feitos por alguns políticos e por representantes de vários órgãos de governo contribuíram para incitar um clima de intolerância contra pessoas ciganas e imigrantes, assim como contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Em agosto, o Observatório para a Segurança contra Atos Discriminatórios, instituído pelas autoridades policiais, entrou em operação. Tal mecanismo visa a estimular e tornar mais simples para as vítimas a apresentação de denúncias contra ataques discriminatórios.

Ciganos – desalojamentos forçados

Por todo o país, continuam ocorrendo desalojamentos forçados de pessoas ciganas. Algumas famílias foram submetidas a despejos consecutivos, que afetaram as comunidades e seu acesso ao trabalho, impedindo algumas crianças de frequentarem a escola.

■ Em janeiro, autoridades municipais de Roma iniciaram a implementação do “Plano Nômade”, que

se seguiu à declaração, em 2008, pelo governo central, de uma “emergência nômade” que autorizava prefeitos a descumprirem várias leis ao lidar com pessoas consideradas “nômades”. O Plano propôs o desalojamento de milhares de ciganos e seu reassentamento parcial em acampamentos novos ou reestruturados. A implementação do plano perpetuou uma política de segregação e resultou no agravamento das condições de vida de muitas pessoas, em função das demoras na construção de novos acampamentos ou na adaptação dos existentes. Apesar de algumas melhoras, a consulta das autoridades às famílias afetadas continua insuficiente.

■ Em Milão, o governo municipal prosseguiu implacavelmente com os despejos forçados, sem uma estratégia definida para oferecer acomodação alternativa para os desalojados. Na iminência de despejo, algumas famílias ciganas foram beneficiadas com moradias sociais. A alocação, inicialmente rejeitada pelo governo municipal por razões políticas, foi confirmada em dezembro por decisão de um tribunal, que também julgou discriminatória a conduta das autoridades. Um recurso ainda aguardava decisão no final do ano.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

Continuaram ocorrendo ataques homofóbicos violentos. Por uma brecha na lei, as vítimas de crimes motivados por discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero não recebem a mesma proteção dada às vítimas de crimes motivados por outras formas de discriminação.

Direitos dos requerentes de asilo e imigrantes

Requerentes de asilo e imigrantes continuam tendo seus direitos negados, especialmente aqueles relativos a um processo justo e satisfatório de concessão de asilo. As autoridades não os protegeram adequadamente contra a violência racista e, por produzirem vínculos infundados entre imigrantes e criminalidade, alguns políticos e representantes do governo incitaram um clima de intolerância e xenofobia.

Ademais, o ACNUR, a agência para refugiados da ONU, e várias ONGs manifestaram temores de que os acordos entre a Itália, a Líbia e outros países a fim de controlar os fluxos de imigração estariam fazendo com que centenas de requerentes de asilo, inclusive

crianças, estivessem sendo privados do acesso aos processos de solicitação de proteção internacional. Continuou caindo sensivelmente o número de solicitações de asilo na Itália.

■ Em outubro, 68 pessoas resgatadas no mar foram forçadas a retornar ao Egito em 48 horas, segundo relatos, sem terem tido a chance de requerer proteção internacional.

As 68 estavam em um barco que transportava 131 pessoas e que foi interceptado pelas autoridades italianas perto da costa da Sicília. O número total incluía 44 menores de idade e 19 pessoas que foram presas por incentivar a imigração ilegal.

Em janeiro, dois dias de confrontos violentos entre trabalhadores imigrantes, moradores e a polícia, na cidade de Rosarno, levaram mais de mil imigrantes (a maioria com permissão de trabalho) a fugir ou a serem removidos da área por órgãos de segurança pública. Os confrontos se iniciaram depois que um trabalhador imigrante foi ferido por tiros disparados de um carro que passava, ao voltar para casa com outras pessoas, após o trabalho no campo. Em abril, um inquérito judicial sobre as causas das revoltas levou à prisão de mais de 30 pessoas – italianas e estrangeiras – por exploração e escravização de pessoas imigrantes empregadas no setor agrícola naquela área. O inquérito ainda estava em andamento ao final do ano.

Segurança e combate ao terrorismo

Extradições ilegais

Em dezembro, as condenações realizadas em 2009, de 25 agentes estadunidenses e italianos envolvidos no sequestro de Abu Omar em uma rua de Milão, em 2003, foram mantidas pelo Tribunal de Recursos daquela cidade. O julgamento dos 23 agentes estadunidenses condenados se deu em sua ausência. O Tribunal sentenciou os acusados a penas de até nove anos de prisão. Depois de sequestrado, Abu Omar foi ilegalmente transferido pela CIA da Itália para o Egito, onde foi mantido em detenção secreta e, segundo relatos, torturado. O Tribunal indeferiu as acusações contra cinco funcionários graduados da agência de inteligência italiana, argumentando segredo de Estado.

Prisioneiros de Guantánamo

Os processos criminais relativos às acusações de terrorismo contra Adel Ben Mabrouk e Rihad Nasseri, dois cidadãos tunisianos detidos em Guantánamo e

transferidos para a Itália em 2009, estavam ainda em andamento. Houve temores de que os acusados seriam deportados para a Tunísia, o que violaria o princípio de não-devolução.

Mortes sob custódia

Houve relatos constantes de maus-tratos praticados por agentes da segurança pública. Persistem dúvidas sobre a independência e a imparcialidade das investigações e sobre o rigor da coleta e preservação das provas nos casos de mortes sob custódia e de supostos maus-tratos, o que frequentemente leva à impunidade. Vítimas e seus familiares continuavam tendo que fazer reiteradas petições às autoridades para conseguir assegurar investigações rigorosas e levar os responsáveis à Justiça.

■ Ao final do ano, ainda aguardavam decisão os recursos contra as condenações dos quatro agentes de polícia que, em julho de 2009, foram sentenciados a três anos e meio de prisão pelo assassinato do jovem Federico Aldrovandi, de 18 anos. Ele morreu em 2005, depois de ser abordado por policiais em Ferrara. Em março, três agentes de polícia acusados de ajudar seus colegas a esconder e a forjar as evidências referentes ao caso, foram sentenciados a penas de prisão de 8, 10 e 12 meses, respectivamente. Em outubro, os pais de Federico Aldrovandi aceitaram a quantia de 2 milhões de euros como indenização pela morte de seu filho, sob a condição de renunciarem às ações por danos nos recursos pendentes.

■ Estava em andamento um processo contra um guarda prisional por omissão de socorro a Aldo Bianzino. Ele morreu no cárcere, em Perugia, em 2007, dois dias depois de sua prisão. Em março de 2009, foram arquivados alguns processos por homicídio contra perpetradores não identificados.

■ Continuavam os esforços para esclarecer as circunstâncias e determinar as responsabilidades pela morte de Stefano Cucchi. Ele morreu em outubro de 2009, na ala prisional de um hospital de Roma, vários dias depois de ser preso. Seus familiares acreditam que sua morte foi causada pelos maus-tratos supostamente sofridos antes de ele ser levado ao hospital.

■ Em dezembro, um médico foi acusado do homicídio culposo de Giuseppe Uva, que morreu em junho de 2008 em um hospital de Varese, supostamente devido a um tratamento médico equivocado. Estavam em curso investigações sobre os supostos maus-tratos

sofridos por Giuseppe Uva, que se encontrava sob custódia da polícia horas antes de sua morte.

Tortura e outros maus-tratos

Em março e maio, o Tribunal de Recursos de Gênova emitiu veredictos de segunda instância nos julgamentos por tortura e outros maus-tratos perpetrados por agentes da segurança pública contra manifestantes de oposição ao G8, em 2001. Ao final do ano, ainda estava aberto o prazo para apresentar recurso perante o Tribunal de Cassação.

Em março, o Tribunal considerou que a maioria dos crimes ocorridos no centro de detenção provisória de Bolzaneto, incluindo lesões corporais graves e inspeções e buscas arbitrárias, havia prescrito; porém, ainda assim, sentenciou todos os 42 acusados a pagarem indenizações por danos às vítimas. O Tribunal também impôs sentenças de prisão de até três anos e dois meses a oito dos acusados.

Em maio, a mesma corte julgou culpadas 25 das 28 pessoas acusadas de abusos similares na Escola Armando Diaz, incluindo agentes graduados da polícia presentes à época dos eventos, e impôs penas de prisão de até cinco anos. Muitas das acusações foram retiradas em razão do prazo prescricional.

No entanto, se a Itália tivesse introduzido a tortura como um crime específico em seu código penal, a prescrição não seria aplicada.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Itália em março e em julho.

The wrong answer: Italy's "Nomad Plan" violates the housing rights of Roma in Rome (EUR 30/001/2010)

Dangerous Deals: Europe's reliance on "diplomatic assurances" against torture (EUR 01/012/2010)

Open secret: Mounting evidence of Europe's complicity in rendition and secret detention (EUR 01/023/2010)

JAPÃO

JAPÃO

Chefe de governo	Naoto Kan (sucedeu a Yukio Hatoyama em junho)
Penal de morte:	retencionista
População:	127 milhões
Expectativa de vida:	83,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	5/4 por mil

O sistema *daiyo kangoku* de detenção provisória continuou em vigor, aumentando o risco de práticas interrogatórias abusivas. O movimento de reparação para as "mulheres para o conforto" ganhou um impulso extra, com várias cidades japonesas pedindo veementemente que o governo central indenizasse e pedisse desculpas para as sobreviventes desse sistema de escravidão sexual imposto pelos militares japoneses. Em julho, o ministro da Justiça criou um grupo de trabalho sobre a pena de morte. Naquele mesmo mês, duas pessoas foram executadas. Refugiados e requerentes de asilo continuaram vulneráveis a abusos. Um homem foi morto ao ser deportado e dois imigrantes detidos cometeram suicídio.

Informações gerais

Em maio, a alta comissária da ONU para os direitos humanos visitou o Japão e apelou ao governo para que estabelecesse uma instituição nacional de direitos humanos, abolisse a pena de morte e solucionasse a questão das "mulheres para o conforto". Em junho, Naoto Kan assumiu o cargo de primeiro-ministro após a renúncia de Hatoyama Yukio, que estava há nove meses na posição. O Partido Social Democrata se retirou da coalizão no poder em função do fracasso das negociações sobre a transferência da base estadunidense de Futenma, em Okinawa. Após as eleições de julho, a coalizão no poder perdeu o controle da Câmara dos Conselheiros para o Partido Liberal Democrata.

Sistema de justiça

O sistema *daiyo kangoku* de detenção provisória continuou facilitando o avanço da tortura e de outros maus-tratos, executados com o intuito de extrair confissões durante interrogatórios. De acordo com o sistema *daiyo kangoku*, a polícia pode deter suspeitos por até 23 dias.

■ Sugaya Toshikazu foi inocentado da acusação de homicídio em março, após passar pouco mais de 17 anos na prisão. Um novo julgamento lhe foi concedido depois de comprovado que houve uma falha no teste de DNA utilizado em seu primeiro julgamento e que, durante a detenção provisória, sua confissão foi obtida sob coerção.

■ A Suprema Corte rejeitou uma decisão do Tribunal Superior de Nagoya no caso de Okunishi Masaru, ordenando que fosse reconsiderado o apelo para um novo julgamento. Essa foi a primeira vez, em 34 anos, que a Suprema Corte revogou uma decisão de um tribunal de primeira instância envolvendo um recurso para um novo julgamento em caso de pessoas condenadas à morte. Em seu primeiro julgamento, Okunishi Masaru disse ter sido forçado a confessar. Ele foi absolvido por falta de provas. O Tribunal Superior de Nagoya, posteriormente, inverteu sua absolvição, condenando-o à morte em 1969.

Violência contra mulheres e meninas

Em maio, a relatora especial da ONU sobre violência contra as mulheres notou que vítimas de crimes sexuais “não querem receber compensações econômicas desacompanhadas de pedidos oficiais de desculpas e do reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado”. Ela considerou o movimento de reparação das “mulheres para o conforto” um dos mais organizados e bem documentados já vistos. Conselhos de 21 cidades ou municípios japoneses aprovaram resoluções defendendo pedidos de desculpas e compensações para as sobreviventes do sistema.

Pena de morte

Duas pessoas foram executadas em julho, exatamente um ano depois das últimas execuções. Pelo menos 111 prisioneiros, dentre os quais vários portadores de deficiências mentais, permaneceram no corredor da morte em condições adversas. As execuções são normalmente feitas de forma secreta, por enforcamento. Quando muito, os presos têm apenas algumas horas de aviso prévio antes de serem executados. A família só é informada após a execução.

Em março, a Dieta, o parlamento japonês, aprovou um projeto de lei que abole a prescrição para casos de assassinatos que estão sujeitos à pena de morte. Em julho, o ministro da Justiça criou um grupo de

trabalho dentro do ministério para estudar a pena capital. Audiências foram realizadas em agosto, setembro e outubro, sem divulgação das conclusões.

■ Em novembro, foi proferida a primeira sentença de morte sob o sistema *saiban-in* (juizes leigos) do Tribunal Distrital de Yokohama. A condenação foi pelo crime de homicídio.

Refugiados e requerentes de asilo

Pedidos de reconhecimento de refugiados continuaram sujeitos a atrasos significativos, em alguns casos com demora de até uma década para finalização do processo. Decisões sobre pedidos de asilo continuaram sendo tomadas sem revisão judicial ou outro tipo de exame independente. Em dezembro, estimava-se em mil o número de indivíduos que haviam entrado com pedidos de asilo.

Aproximadamente 30 pessoas receberam o status de refugiados. De acordo com a Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados, imigrantes em situação irregular e requerentes de asilo, incluindo crianças, foram detidos por tempo indefinido, sem que pudessem solicitar um exame independente da necessidade de detenção. O Japão se tornou a primeira nação asiática a reassentar refugiados cujos pedidos foram processados fora do país, ao receber 27 refugiados de Myanmar vindos da Tailândia.

■ Em março, o cidadão ganense Abubakar Awudu Suraj morreu enquanto era escoltado por agentes da imigração japonesa a um avião para ser deportado. O inquérito foi concluído; porém, até o final do ano, ninguém havia sido preso.

■ Duas pessoas detidas no Centro de Imigração do Leste do Japão cometeram suicídio. Detentos dos Centros de Imigração do Oeste e também do Leste do Japão fizeram greves de fome em fevereiro e maio, respectivamente, exigindo a libertação de pessoas, menores de idade e doentes, presas por longos períodos, assim como melhores condições de detenção, incluindo acesso a tratamento médico.

Visitas/relatórios da AI

🗺 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Japão em novembro.

MÉXICO

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Chefe de Estado e de governo:	Felipe Calderón Hinojosa
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	110,6 milhões
Expectativa de vida:	76,7 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	22/18 por mil
Taxa de alfabetização:	92,9 por cento

Milhares de pessoas foram sequestradas e mortas por gangues criminosas. As forças policiais e militares destacadas para combater as gangues foram responsáveis por graves violações de direitos humanos. Sérias deficiências no sistema judiciário e nos mecanismos de supervisão persistiram, e prevaleceu a impunidade para os casos de violações de direitos humanos. Vários defensores de direitos humanos e jornalistas foram assassinados, ameaçados e assediados. As medidas de proteção prometidas e os novos procedimentos de investigação dos ataques continuavam pendentes no final do ano. Imigrantes irregulares foram alvos frequentes de sequestro, estupro e assassinato; o assassinato em massa de 72 imigrantes revelou a escala e a natureza sistemática dos abusos cometidos contra eles. As medidas legislativas não foram suficientes para prevenir e punir a violência generalizada contra as mulheres. A Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) emitiu várias resoluções históricas, que criam jurisprudência em casos de direitos humanos. A Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu sentenças contra o México por graves violações de direitos humanos cometidas pelas forças armadas. Não houve avanços na luta contra a impunidade pelas violações de direitos humanos passadas, cometidas durante a “guerra suja” do México (1964-1982). Muitas comunidades indígenas continuaram tendo acesso limitado a serviços básicos. Cinco prisioneiros de consciência foram libertados.

Informações gerais

O governo registrou mais de 15 mil mortes relacionadas à ação de gangues, especialmente nos estados do norte do país. A maior parte delas ocorreu durante conflitos entre cartéis da droga e outras gangues criminosas, mas um número indeterminado

de mortes resultou também de embates com a polícia e as forças de segurança. Em Ciudad Juárez, cerca de 3 mil pessoas foram assassinadas, havendo, inclusive, vários massacres de jovens. Centros de reabilitação para usuários de drogas foram alvos de ataques e dezenas de pacientes foram mortos em diversos estados. Mais de 50 soldados e 600 agentes de polícia foram mortos em situações de violência relacionadas à ação das gangues. Suspeita-se do envolvimento generalizado de policiais com gangues de criminosos. Transeuntes e outros civis também foram mortos, forçando milhares de pessoas a deixarem suas casas. A violência se espalhou para outras regiões do país. Os responsáveis pelas mortes raramente responderam processo.

O governo dos EUA continuou a prover segurança e outras formas de transferência ao México como parte da Iniciativa Mérida, um acordo de cooperação regional e de segurança com vigência de três anos. No entanto, o Departamento de Estado recomendou que o Congresso estadunidense retivesse uma pequena parte dos fundos, uma vez que o governo do México não estava cumprindo as condições relativas aos direitos humanos.

No final do ano, ainda aguardavam votação pelo Congresso mexicano uma série de reformas legais com impacto em diversas esferas, que incluem: o reconhecimento constitucional de tratados internacionais de direitos humanos, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), o sistema de justiça criminal, a ação policial, a segurança nacional, e o papel do exército na manutenção da lei e da ordem, e a jurisdição militar. O escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos divulgou um relatório sobre a situação dos defensores e defensoras de direitos humanos. A Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) indeferiu os recursos apresentados contra a legalização, na Cidade do México, do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da adoção por casais homossexuais.

Forças policiais e de segurança

O exército

Novas informações surgiram sobre homicídios ilegais, desaparecimentos forçados, tortura e detenção arbitrária por membros do exército. A CNDH registrou 1.613 denúncias de abusos cometidos pelas forças armadas e, em novembro de 2010, relatou investigações em andamento sobre mais de 100

denúncias de homicídios ilegais praticados pelas forças armadas nos 18 meses imediatamente anteriores.

O sistema de justiça militar continuou a reivindicar jurisdição sobre tais casos, ao passo que as autoridades judiciais civis se recusaram a investigá-los. Há pouca informação disponível sobre o andamento dos processos militares, mas durante o ano não se soube de nenhum militar na ativa condenado por violações de direitos humanos. As propostas do governo para a reforma legislativa limitada da jurisdição militar não garantiam que as violações de direitos humanos fossem excluídas do sistema de justiça militar.

■ Em 19 de março, Javier Francisco Arredondo e Jorge Antonio Mercado Alonso, dois estudantes do Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey, uma universidade privada, foram mortos quando o exército abriu fogo contra suspeitos de pertencerem a uma gangue criminosa. Uma investigação feita pela CNDH sobre o caso mostrou que os militares plantaram armas junto aos corpos dos estudantes e destruíram evidências da cena do crime para acusar falsamente as vítimas de pertencerem à gangue. Até o final do ano, não havia outras informações sobre o andamento da investigação.

■ Em 3 de abril, os irmãos Bryan e Martín Almanza, de cinco e nove anos, foram mortos por tiros disparados pelo exército, segundo relatos de testemunhas, enquanto viajavam de carro com sua família, no estado de Tamaulipas. Autoridades civis e militares negaram a responsabilidade do exército, mas a CNDH demonstrou que as cenas do crime haviam sido alteradas e que provas haviam sido ignoradas. Nenhuma informação foi disponibilizada sobre o andamento da investigação, que continuava sob jurisdição militar no final do ano.

Forças policiais

Relatos sobre detenção arbitrária, tortura, uso excessivo da força e desaparecimentos forçados por forças policiais municipais, estaduais e federais continuaram a ocorrer. Tentativas de reforma da polícia foram prejudicadas por não se estabelecerem mecanismos confiáveis de supervisão nem se conduzirem investigações criminais efetivas sobre os abusos contra os direitos humanos.

■ Em maio, seis agentes da polícia municipal foram detidos em Cárdenas, no estado de Tabasco, por membros da Subprocuradoria Especializada em

Delinquência Organizada, uma unidade especializada da Procuradoria-Geral da República. Eles teriam sido quase asfixiados com sacos plásticos e submetidos a choques elétricos e espancamentos durante o interrogatório. Até o final do ano, não havia informações disponíveis sobre a investigação das denúncias de tortura.

Imigrantes irregulares

Dezenas de milhares de imigrantes que se dirigem aos EUA foram vítimas de sequestros, estupro e assassinatos por gangues criminosas enquanto cruzavam o México. Com frequência tais crimes foram executados com o conhecimento, cumplicidade ou aquiescência da polícia federal, estadual ou municipal. Os responsáveis pelos abusos raramente foram responsabilizados. A indicação de um promotor especial no estado de Chiapas foi uma das poucas iniciativas efetivas para investigar abusos contra imigrantes. O governo anunciou melhorias na coordenação entre agências federais e estaduais para lidar com a questão. Algumas leis relativas à imigração foram reformadas para permitir que imigrantes possam apresentar denúncias e receber atendimento médico de emergência.

■ Em agosto, 72 imigrantes, na maioria vindos da América Central, foram assassinados por uma gangue criminosa no estado de Tamaulipas. Posteriormente, oito suspeitos foram presos em conexão com os assassinatos.

Funcionários e voluntários de abrigos mantidos por instituições religiosas dedicados a prover assistência humanitária a imigrantes foram alvos de ameaças e intimidação.

Liberdade de expressão – jornalistas

Continuaram as ameaças e ataques a jornalistas e a meios de comunicação. Pelo menos seis jornalistas foram assassinados. As gangues criminosas atacaram principalmente os profissionais que fazem cobertura de temas ligados à criminalidade. Em alguns estados, os meios de comunicação locais se autocensuraram, evitando cobrir tais assuntos. A Procuradoria-Geral da República renovou seu compromisso de investigar esses crimes. A maior parte deles, no entanto, continuou sem solução. Um programa de proteção governamental para jornalistas foi acordado, mas até o final do ano não estava funcionando.

■ Em junho, dois jornalistas, Juan Francisco Rodríguez Ríos e sua esposa, María Elvira Hernández Galeana, foram mortos a tiros em Coyuca de Benítez, no estado de Guerrero. Ele era representante do sindicato e havia apelado pelo fim da impunidade para os responsáveis por ataques a jornalistas. Até o final do ano, não houve progresso nas investigações sobre a morte do casal.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos foram perseguidos e agredidos em várias partes do país. Apesar dos compromissos do governo de respeitar seu trabalho e garantir sua segurança, algumas autoridades governamentais deram declarações questionando a legitimidade de alguns defensores. Além disso, as medidas de proteção oficial foram muitas vezes mal aplicadas. Um programa de proteção e novos procedimentos de investigação sobre os ataques contra ativistas de direitos humanos não haviam sido concluídos até o final do ano.

■ Em agosto, após intensa campanha nacional e internacional, o ativista dos direitos indígenas e prisioneiro de consciência Raúl Hernández foi absolvido e libertado da prisão no estado de Guerrero. Ele havia passado mais de dois anos sob custódia, com base em acusações forjadas de assassinato. Após sua libertação, ele e outros membros da *Organización do Povo Indígena Me'phaa* (OPIM) enfrentaram ameaças e intimidações.

■ Em abril, dois defensores dos direitos humanos, Alberta Cariño e o finlandês Jyri Antero Jaakkola, foram mortos a tiros por homens armados pertencentes à *União do Bem-Estar Social da Região de Triqui* (UBISORT), ligada ao então governo do estado de Oaxaca. Os dois ativistas participavam de uma caravana humanitária que levava alimentos, água e suprimentos médicos à comunidade indígena triqui, de San Juan Copala, sitiada pela UBISORT e outro grupo armado. Os responsáveis pelas mortes continuavam soltos no final do ano.

Julgamentos injustos

O sistema de justiça penal com frequência deixou de atender às normas internacionais para julgamentos justos, facilitando ações judiciais politicamente motivadas, condenações infundadas e uso indiscriminado de ordens de detenção preventiva sem acusação (*arraigo*). Nos casos em que a

visibilidade nacional e internacional evidenciou as injustiças, recursos judiciais no âmbito federal às vezes conseguiram assegurar a libertação. Contudo, os responsáveis pelo uso indevido do sistema de justiça penal não foram responsabilizados.

■ Em junho, a SCJN ordenou a libertação de 12 ativistas da *Frente de Povos em Defesa da Terra*, em San Salvador Atenco, estado do México, depois de julgar infundada sua condenação por sequestro. Nenhum agente foi responsabilizado pela tortura e outros maus-tratos, inclusive agressão sexual contra mulheres, infligidos a mais de 200 pessoas durante a operação policial que resultou na sua detenção.

■ Em junho, os prisioneiros de consciência Sara López, Joaquín Aguilar e Guadalupe Borja foram libertados mediante pagamento de fiança depois que um tribunal federal de recursos reduziu as acusações formuladas contra eles. Em dezembro, os três foram condenados por uma acusação mais leve, mas não foram presos. No final do ano, ainda se aguardava o resultado de um recurso judicial. As três lideranças comunitárias haviam sido detidas em julho de 2009, sendo falsamente acusadas de sequestrar funcionários públicos durante os protestos contra o valor elevado das tarifas de energia elétrica na comunidade de Candelaria, estado de Campeche.

Violência contra mulheres e meninas e direitos sexuais e reprodutivos

A violência contra as mulheres continuou generalizada. Ao longo do ano, centenas de mulheres foram assassinadas em suas casas e comunidades. As medidas legais de proteção introduzidas nos últimos anos, em geral, não foram aplicadas na prática ou foram ineficazes tanto para proteger as mulheres como para garantir que os agressores fossem responsabilizados.

Apesar da sentença emitida pela Corte Interamericana em 2009, o governo não adotou medidas efetivas para investigar e levar à Justiça os responsáveis pelo sequestro e assassinato de três mulheres em Ciudad Juárez, em 2001 (o caso Campo de Algodão), nem para combater o persistente padrão de discriminação e violência contra as mulheres na cidade. Mais de 300 mulheres foram assassinadas ao longo do ano. Os corpos de pelo menos 30 vítimas traziam lesões que indicavam violência sexual e tortura. Poucos agressores foram responsabilizados. Em dezembro, Marisela Escobedo

foi morta a tiros por um atirador diante do palácio do governo, na cidade de Chihuahua, durante uma manifestação para pedir justiça pela sua filha, que havia sido assassinada em 2008, em Ciudad Juárez.

Uma decisão da SCJN estava pendente sobre os recursos judiciais que questionavam a constitucionalidade de emendas feitas às constituições de 17 estados, garantindo o direito legal à vida a partir do momento da concepção. Em outro recurso, a SCJN decidiu que os governos estaduais eram obrigados a acatar as diretrizes nacionais de atenção à saúde ao prover serviços a mulheres vítimas de violência, inclusive o acesso à contracepção de emergência.

Direitos dos povos indígenas

As comunidades indígenas continuaram a ter acesso desigual à justiça, saúde, educação e outros direitos e serviços. As autoridades governamentais não lograram estabelecer um trabalho eficaz com as comunidades indígenas para ampliar a proteção aos seus direitos e o acesso a serviços. Apesar dos compromissos do governo com a redução da mortalidade materna, serviços de saúde inadequados continuaram contribuindo para taxas desproporcionalmente elevadas de mortes maternas entre mulheres indígenas nos estados do sul do país.

■ Em abril, as prisioneiras de consciência Alberta Alcántara e Teresa González foram libertadas da prisão após a SCJN determinar que sua condenação foi inconsistente. As duas mulheres indígenas, ambas de Santiago Mexquititlán, no estado de Querétaro, haviam passado três anos na prisão sob a falsa acusação de terem sequestrado agentes da polícia federal.

■ O governo local não logrou impedir que grupos armados sitiassem San Juan Copala, na região indígena triquí, no estado de Oaxaca. Em consequência, setores da comunidade foram privados, por vários meses, do acesso a cuidados básicos de saúde, a alimentos, a água e a serviços educacionais.

Escrutínio internacional

A Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu sentenças contra o México por graves violações de direitos humanos nos casos de Inés Fernández e Valentina Rosendo, duas mulheres indígenas estupradas por soldados, em 2002, e de Rodolfo Montiel e Teodoro Cabrera, dois ambientalistas torturados por militares, em 1999, no estado de

Guerrero, e depois presos e condenados com base em acusações falsas. A Corte ordenou ao México que reconheça sua responsabilidade, providencie reparações para as vítimas e assegure que os responsáveis sejam efetivamente investigados por autoridades civis. O governo mexicano prometeu cumprir com as determinações, mas até o final do ano essas duas sentenças – assim como outras de 2009 – seguiam, em grande parte, sem ser implementadas.

Em março, o Comitê de Direitos Humanos da ONU emitiu uma série de recomendações ao governo mexicano, após avaliar sua conformidade com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Ocorreram visitas dos relatores especiais da ONU sobre educação e sobre a independência de magistrados e advogados, além de uma visita conjunta dos relatores especiais da ONU e da OEA sobre a liberdade de expressão. Em maio, o governo foi forçado a tornar público um relatório de 2008 do Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o México em três ocasiões durante o ano.

📄 Standing up for justice and dignity: Human rights defenders in Mexico (AMR 41/032/2009)

📄 Invisible victims: Migrants on the move in Mexico (AMR 41/014/2010)

📄 Memorandum to the Government of Mexico and the Congress of the Union: Reforms to respect and ensure international human rights law and restrict military jurisdiction (AMR 41/070/2010)

📄 The invisibles – a film (amnesty.org/en/theinvisibles)

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado:	Armando Guebuza
Chefe de governo:	Aires Bonifacio Baptista Ali (sucedeu a Luisa Días Diogo em janeiro) abolicionista para todos os crimes
População:	23,4 milhões
Expectativa de vida:	48,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	162/144 por mil
Taxa de alfabetização:	54 por cento

A polícia cometeu violações de direitos humanos que incluíam execuções extrajudiciais e prisões arbitrárias. Munição real foi usada por policiais durante manifestações, resultando em 14 pessoas mortas e mais de 400 feridas. Houve denúncias de tortura e outros maus-tratos nas prisões.

Informações gerais

Em janeiro, o presidente Armando Guebuza foi empossado para um segundo mandato. Nesse mesmo mês, o primeiro-ministro Luisa Días Diogo foi substituído por Aires Bonifacio Baptista Ali.

Pelo menos 10 pessoas foram mortas por populares em incidentes de linchamento em várias partes do país em 2010. Outras dezenas foram gravemente feridas durante tentativas de linchamento. A maioria dos incidentes aconteceu na província de Sofala.

Houve diversas fugas de prisões. Em janeiro, 51 presos escaparam de uma penitenciária em Nampula; sete foram recapturados. Em março, três prisioneiros escaparam de uma penitenciária de segurança máxima em Maputo; em outubro, outros 17 presos escaparam de uma prisão em Nampula. Sete guardas prisionais foram presos por envolvimento na fuga da penitenciária de Maputo.

Centenas de imigrantes sem documentos foram presos; alguns eram refugiados. A maioria estaria tentando entrar ilegalmente na África do Sul. Em junho, nove pessoas se afogaram e mais de 40 desapareceram quando uma embarcação que levava dezenas de imigrantes sem documentos afundou próximo à costa da província de Cabo Delgado.

Em outubro, o governo declarou publicamente seu compromisso de reformar o sistema prisional e, sobretudo, de reduzir a superlotação nas

penitenciárias. O debate teve início com um projeto de lei que previa penas alternativas à prisão.

Ainda em outubro, o ministro do Interior foi removido do cargo e nomeado ministro da Agricultura. A transferência se deu após os protestos realizados nas províncias de Maputo e Manica, onde a polícia utilizou munição real para controlar uma multidão, matando 14 pessoas.

Em novembro, Moçambique ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Polícia

Policiais foram condenados por diversas atividades criminosas, como agressão, roubo, extorsão e homicídio. Ocorreram várias situações em que policiais foram mortos ou gravemente feridos por supostos criminosos. Em alguns casos, é possível que isso tenha acontecido devido a ligações entre policiais e grupos criminosos.

Uso excessivo da força

A polícia continuou usando força excessiva durante manifestações e na captura de suspeitos. Em maio, o corpo de Agostinho Chaúque – rotulado pela polícia de “inimigo público número um” – foi encontrado na cidade de Matola, próximo à casa de sua família. A polícia disse que ele foi morto durante uma troca de tiros na cidade de Maputo.

■ Em setembro, a polícia disparou com munição real contra populares nas províncias de Maputo e Manica. Eles protestavam pelo aumento no preço do pão e de outros produtos básicos. Houve queima de pneus e estradas foram trancadas. Pelo menos 14 pessoas foram mortas e mais de 400 ficaram feridas. A polícia alegou ter usado munição real porque as balas de borracha teriam terminado. Mais de 140 pessoas foram presas por incentivar a violência. A maioria das acusações contra essas pessoas foi arquivada por insuficiência de provas. Embora diversos processos penais tramitassem no fim do ano, referentes às manifestações, nenhum deles, ao que parece, investigava o uso de armas de fogo pela polícia. Além disso, ainda ninguém foi responsabilizado por outro incidente com consequências fatais, ocorrido em 2008, quando a polícia usou armas de fogo durante manifestações.

■ Em setembro, na cidade de Maputo, a polícia matou a tiros um homem conhecido como Walter M. K.

Segundo a polícia, quando os agentes pediram para ver seus documentos ele sacou uma arma e atirou. A polícia também revelou que Walter M. K. estava sendo procurado por seu envolvimento com a morte de dois policiais e assalto a banco. Ao que se sabe, nenhuma sindicância ou investigação foi conduzida para esclarecer sua morte.

Prisões e detenções arbitrárias

Além das prisões em massa relacionadas aos protestos de setembro, houve denúncias de outras prisões e detenções arbitrárias realizadas pela polícia.

■ Em 10 de agosto, Hermínio dos Santos, presidente do Fórum dos Desmobilizados de Guerra de Moçambique (FDGM), foi preso, aparentemente, porque planejava organizar uma manifestação. Um contingente da Força de Intervenção Rápida (FIR) passou quatro dias cercando sua casa antes de prendê-lo. Agentes da Polícia de Ordem e Segurança Pública e da FIR o prenderam porque ele não teria acatado uma intimação. Entretanto, há informações de que ele não foi notificado judicialmente. Hermínio dos Santos foi acusado de desobediência e, no dia 30 de agosto, foi julgado e absolvido pelo Tribunal Judicial de Machava, em Maputo.

Tortura e outros maus-tratos

Houve denúncias de tratamento cruel, desumano e degradante nas prisões. Em abril, pelo menos sete presos da Cadeia de Máxima Segurança de Maputo (Brigada Operacional), relataram à ministra da Justiça, durante sua visita à prisão, que eles haviam sido espancados, chutados, açoitados e amarrados pelos agentes penitenciários. Um dos presos contou que, além de os guardas permitirem que outros internos o espancassem, eles mesmos participaram da agressão. Cinco dos presos aparentemente sofreram maus-tratos como medida disciplinar por estarem em posse de telefones celulares e outro foi maltratado por ter retornado tarde a sua cela, enquanto que o sétimo não sabia o que motivou os maus-tratos. O diretor da penitenciária e outros agentes prisionais foram suspensos. Porém, até o fim do ano, não se tinha notícia de nenhuma ação penal contra eles.

Visitas/relatórios da AI

📄 Moçambique: Submission to the UN Universal Periodic Review, January 2011 (AFR 41/002/2010)

PALESTINA

AUTORIDADE PALESTINA

Chefe da Autoridade Nacional Palestina:	Mahmoud Abbas
Chefe de governo:	Salam Fayyad retencionista
Penal de morte:	
População:	4,4 milhões
Expectativa de vida:	73,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	23/18 por mil
Taxa de alfabetização:	94,1 por cento

Na Cisjordânia, as forças de segurança da Autoridade Nacional Palestina (ANP) controladas pelo Fatah detiveram arbitrariamente pessoas conectadas com o Hamas, enquanto que na Faixa de Gaza, a administração de *facto* do Hamas deteve arbitrariamente pessoas ligadas ao Fatah. Em ambas as áreas, os detidos foram torturados e sofreram maus-tratos, tendo prevalecido a impunidade. Tanto a ANP quanto o Hamas restringiram a liberdade de expressão e de associação. Em Gaza, pelo menos 11 pessoas foram condenadas à morte e cinco execuções foram realizadas, pela primeira vez desde 2005. A crise humanitária, que atinge a população de 1,5 milhão de habitantes da Faixa de Gaza, aumentou com a manutenção do bloqueio militar do território promovido por Israel, bem como com as sanções impostas por outros Estados às autoridades de *facto* do Hamas.

Informações gerais

A Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza, permaneceu sob ocupação israelense, embora duas autoridades palestinas não-estatais distintas operassem com poderes limitados: na Cisjordânia, o governo interino da ANP, liderado pelo primeiro-ministro Salam Fayyad; e, na Faixa de Gaza, a administração de *facto* do Hamas, liderada pelo ex-primeiro-ministro da ANP Ismail Haniyeh. A tensão entre Fatah e Hamas continuou elevada.

O Hamas e seus grupos armados afiliados mantiveram, de modo geral, um cessar-fogo não oficial com Israel, em vigor desde janeiro de 2009. Esporadicamente, porém, outros grupos armados palestinos dispararam foguetes e morteiros de forma indiscriminada a partir de Gaza contra o sul de Israel.

A ANP continuou sendo reconhecida internacionalmente como a única representante dos

palestinos e participou de novas rodadas de negociação sobre um acordo político com Israel, convocadas em setembro pelo governo dos EUA. Os diálogos fracassaram quando Israel se recusou a prorrogar a moratória parcial da construção de colônias israelenses na Cisjordânia, que não incluía Jerusalém Oriental. O Hamas foi excluído de qualquer participação formal nas negociações.

Israel manteve o controle das fronteiras de Gaza e do espaço aéreo, e impôs amplas restrições à circulação de pessoas em toda a Cisjordânia. A continuação do bloqueio militar israelense à Faixa de Gaza afetou gravemente as condições de vida de seus habitantes, exacerbando a crise humanitária. Cerca de 80 por cento dos moradores de Gaza dependiam de ajuda humanitária internacional. A circulação de pessoas para entrar e sair de Gaza foi estritamente controlada e limitada, mesmo para aqueles gravemente doentes que precisavam de tratamento médico especializado não disponível em Gaza. A permanente proibição de Israel a uma ampla gama de importações teve um impacto extremamente negativo na segurança alimentar, na saúde e na infraestrutura local, apesar de certas "flexibilizações" anunciadas em junho e dezembro. O bloqueio configura uma punição coletiva, e uma violação do direito internacional humanitário. Cerca de 46 palestinos morreram e 89 ficaram feridos em túneis subterrâneos usados para o contrabando de produtos básicos do Egito para Gaza; eles morreram ou ficaram feridos em consequência de ataques aéreos israelenses, colapsos de túneis e outros acidentes.

Vários países da América Latina reconheceram formalmente a Palestina como Estado independente, com base em suas fronteiras de 1967.

As autoridades do Hamas não investigaram os supostos crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos por braços militares do Hamas e por outros grupos armados palestinos durante a operação "Chumbo Fundido", a ofensiva militar de 22 dias promovida por Israel, que terminou em 18 de janeiro de 2009. Em setembro de 2009, o relatório da missão de inquérito designada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU recomendou um prazo de seis meses tanto para Israel quanto para as autoridades palestinas investigarem e processarem os responsáveis por crimes de guerra cometidos durante o conflito. A administração de *facto* do Hamas, em um relatório apresentado à ONU em

fevereiro, negou que grupos armados palestinos tivessem alvejado civis. Um comitê designado pelo Hamas afirmou, em outro relatório publicado em julho, que não havia "testemunhos confiáveis" para acusar indivíduos de alvejar civis israelenses propositalmente.

O Hamas continuou proibindo que Gilad Shalit, soldado israelense capturado em junho de 2006, tivesse contato com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha ou com sua família.

Prisões e detenções arbitrárias

As forças de segurança da ANP na Cisjordânia detiveram e prenderam arbitrariamente pessoas suspeitas de apoiar o Hamas, e as forças de segurança do Hamas em Gaza detiveram e prenderam arbitrariamente pessoas suspeitas de apoiar o Fatah. Em ambas as áreas, as autoridades concederam às forças de segurança liberdade de ação com amplos poderes, inclusive para prender e deter suspeitos de infrações e para torturá-los e submetê-los a maus-tratos, com impunidade. A Comissão Independente de Direitos Humanos (CIDH) relatou o recebimento de mais de 1.400 queixas de detenções arbitrárias na Cisjordânia e mais de 300 em Gaza.

Tortura e outros maus-tratos

Foram denunciados casos de torturas e outros maus-tratos a pessoas detidas pelas forças policiais e de segurança – na Cisjordânia, por parte da Força de Segurança Preventiva da ANP e do Serviço Geral de Informações; em Gaza, pela Segurança Interna. A CIDH disse ter recebido mais de 150 denúncias de casos de tortura ou outros maus-tratos perpetrados pela ANP na Cisjordânia, e mais de 200 pelo Hamas em Gaza. Surgiram ainda novas denúncias de casos ocorridos em 2009.

Em ambas as áreas, a tortura e outros maus-tratos foram cometidos com impunidade. Em um raro caso de processo, cinco membros do Serviço Geral de Informações da ANP foram julgados em 2010 por envolvimento com a morte sob custódia de Haitham Amr, em junho de 2009. Porém, eles foram absolvidos por um tribunal militar.

■ Mohammed Baraka Abdel-Aziz Abu-Moalek, segundo relatos, foi torturado por funcionários da Segurança Interna em Gaza. Ele foi mantido incomunicável por mais de 50 dias após sua detenção,

em abril de 2009, por suspeita de "colaboração" com Israel. Ele disse que foi torturado com choques elétricos, espancado na sola dos pés (método *falaqa*), queimado com cigarros e ameaçado de morte para que confessasse à força. No fim de 2010, ele permanecia preso enquanto transcorria o julgamento.

■ O mecânico Ahmed Salhab, segundo relatos, foi torturado após sua detenção em setembro por funcionários de segurança da ANP, alegadamente por suspeita de associação com o Hamas. Ele disse que foi amarrado em posições estressantes por longos períodos de tempo (método *shabeh*). Isso exacerbou uma grave lesão preexistente nas costas, causada por uma sessão anterior de tortura, promovida por oficiais de segurança da ANP. Ele foi libertado sem acusações em outubro.

Em Gaza, foi registrada uma morte sob custódia após uma agressão policial.

■ Nazira Jaddou'a al-Sweirki morreu no dia 1º de janeiro, logo após ter sido golpeada nas costas e agredida de outras maneiras pela polícia em Gaza. Três de seus filhos adultos foram espancados e dois foram detidos por suspeita de apoiarem o Fatah.

Sistema de justiça

Na Cisjordânia, as autoridades de segurança não cumpriram muitas das ordens judiciais para libertar prisioneiros. A ANP continuou proibindo que ex-integrantes do Judiciário e das forças de segurança trabalhassem para a administração de *facto* do Hamas. Em Gaza, a administração do Hamas seguiu utilizando promotores e juizes alternativos que careciam da formação, qualificações e independência necessárias.

Pena de morte

Em Gaza, tribunais militares e criminais do Hamas sentenciaram pelo menos 11 pessoas à pena de morte. Cinco homens foram executados após processos que não satisfizeram as normas internacionais para julgamentos justos – em abril, dois condenados por "colaboracionismo" com Israel; e, em maio, outros três que haviam sido condenados por homicídio.

Liberdade de expressão e de associação

Tanto a ANP na Cisjordânia quanto a administração de *facto* do Hamas em Gaza mantiveram um controle rigoroso sobre a liberdade de expressão, tendo

perseguido e processado jornalistas, blogueiros e outros críticos.

■ O blogueiro Walid al-Husayin foi detido pelo Serviço Geral de Informações em 31 de outubro, na cidade de Qalqilya, na Cisjordânia. Ele era suspeito de postar em seu blog comentários defendendo o ateísmo e criticando o Islã e outras religiões. Ele permanecia detido ao final do ano.

■ O jornalista britânico Paul Martin foi preso em fevereiro pelas autoridades do Hamas, na Faixa de Gaza, depois de ter tentado ajudar um homem acusado de "colaboração" com Israel. Inicialmente acusado de espionar para Israel, Paul Martin foi libertado após 25 dias de prisão sem acusação formal.

A ANP e as autoridades do Hamas restringiram a liberdade de associação. Ambas impediram a organização islâmica Hizb ut-Tahrir de realizar reuniões, dispersaram violentamente protestos pacíficos e restringiram as atividades de outros partidos políticos e ONGs.

■ Em 25 de agosto, em Ramallah, agentes de segurança da ANP dispersaram à força uma manifestação pacífica contrária à decisão da ANP de participar de novas conversações de paz com Israel. Jornalistas, fotógrafos e monitores de direitos humanos estavam entre os agredidos.

■ A *Sociedade Sul de Saúde da Mulher*, ONG que presta aconselhamento sobre planejamento familiar para mulheres de Rafah, informou ter sido obrigada pelas autoridades do Hamas a fechar por três semanas a partir 31 de maio. Depois disso, só teriam permissão para funcionar sob supervisão do Ministério do Interior. Duas outras ONGs de mulheres em Rafah também foram fechadas em 31 de maio.

■ O *Fórum da Juventude Sharek*, uma ONG financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e que opera tanto na Cisjordânia quanto na Faixa de Gaza, recebeu um aviso de fechamento temporário na Faixa de Gaza em 30 de novembro, após sofrer vários meses de assédio das autoridades do Hamas. Seus escritórios em Gaza permaneciam fechados no final de 2010.

Abusos cometidos por grupos armados

Grupos armados palestinos ligados a Frente Popular para a Libertação da Palestina, ao Fatah e ao Jihad Islâmico dispararam foguetes e morteiros indiscriminadamente contra o sul de Israel, matando um civil e um trabalhador imigrante tailandês, em 18

de março, e colocando outras pessoas em risco de vida. No entanto, a escala do lançamento de foguetes foi bastante reduzida em comparação com anos anteriores. As forças israelenses lançaram ofensivas contra alvos que consideravam serem os responsáveis pelos ataques.

Em maio e junho, homens palestinos armados não identificados queimaram, em Gaza, as instalações usadas pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos no Oriente (UNRWA, na sigla em inglês) em seu programa de jogos de verão para crianças.

Na Cisjordânia, quatro israelenses, entre os quais uma mulher grávida, foram mortos perto da colônia israelense de Kiryat Arba, em 31 de agosto, justamente quando as novas negociações entre Israel e ANP, apoiadas pelos EUA, estavam prestes a começar. No dia seguinte, outros dois israelenses foram atacados a tiros e feridos perto de outra colônia, Kochav Hashachar. As brigadas *Izz al-Din al-Qassam*, braço militar do Hamas, reivindicaram a responsabilidade por ambos os ataques.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Cisjordânia em abril e maio.

📄 Palestinian Authority: Hamas fails to mount credible investigations into Gaza conflict violations (MDE 21/001/2010)

📄 Hamas must prevent further attacks on Israeli civilians (MDE 21/002/2010)

📄 Israel/Occupied Palestinian Territories: Amnesty International's assessment of Israeli and Palestinian investigations into Gaza conflict (MDE 15/022/2010)

📄 Israel/Occupied Palestinian Territories: Human Rights Council fails victims of Gaza conflict (MDE 15/023/2010)

PAQUISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

Chefe de Estado:	Asif Ali Zardari
Chefe de governo:	Yousuf Raza Gilani
Penal de morte:	retencionista
População:	184,8 milhões
Expectativa de vida:	67,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	85/94 por mil
Taxa de alfabetização:	53,7 por cento

Enchentes devastadoras deixaram milhões de desabrigados no Paquistão, situação agravada pela falta de alimentos, de assistência à saúde e de abrigos. Grupos insurgentes assassinaram pessoas no noroeste do Paquistão e no Baluquistão, regiões flageladas pelo conflito. Esses grupos infligiram penas cruéis à população civil e empreenderam pesados ataques suicidas nas principais cidades, deixando centenas de mortos e feridos entre os civis. Mais de 2 milhões de pessoas foram desalojadas em razão dos conflitos no noroeste do país. A tortura, as mortes sob custódia, os “crimes de honra” e a violência doméstica persistiram, apesar dos novos compromissos internacionais assumidos para a garantia de direitos. Integrantes das forças armadas continuaram a prender civis de forma arbitrária e a praticar execuções extrajudiciais. Houve um crescimento acentuado dos desaparecimentos forçados, especialmente no Baluquistão, onde muitas das vítimas foram depois encontradas mortas. Antigos casos de desaparecimentos forçados continuaram sem solução. Intensificou-se a violência contra minorias religiosas ante a inação do governo em prevenir ou punir os perpetradores. Seguiu vigente uma moratória informal das execuções, embora 300 pessoas estivessem sentenciadas à morte.

Informações gerais

As enchentes, que começaram em julho no noroeste do Paquistão, mataram quase duas mil pessoas e afetaram diretamente mais de 20 milhões. Essa crise humanitária aguda veio se somar à aflição daquelas pessoas já desalojadas pelo conflito. Em 2009, o exército paquistanês expulsou as forças talibãs do Vale do Swat e do Waziristão do Sul e, em 2010, das agências de Bajaur e Orakzai. A despeito das vitórias

no campo de batalhas, as autoridades civis e militares não lograram enfrentar as causas subjacentes do conflito. O governo nada fez para melhorar o acentuado subdesenvolvimento da região, deixando de reconstruir a infraestrutura básica, inclusive de escolas, e negligenciando a recuperação dos negócios. A ajuda humanitária para os desalojados continuou sendo insuficiente. As organizações humanitárias e os monitores independentes foram impedidos de atuar nas áreas de conflito.

Os ataques de caças teleguiados estadunidenses, dirigidos a supostos rebeldes da Al Qaeda e aos talibãs nas regiões de fronteira do Paquistão, mais que dobraram, chegando a 118 em 2010, exacerbando os sentimentos antiericanos da população.

Em 24 de março, o Paquistão ratificou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção da ONU contra a Tortura, porém, com reservas radicais. Nenhuma medida foi tomada para incorporar ao direito interno esses compromissos internacionais.

Em abril, a 18ª emenda constitucional pôs fim ao poder do Presidente de dissolver o Parlamento, introduziu o direito dos cidadãos à liberdade de informação, ampliou a autonomia das províncias e obrigou-as a prover educação gratuita a todas as crianças.

Em outubro, Asma Jahangir, uma destacada defensora dos direitos humanos, foi eleita a primeira mulher presidenta da Associação de Advogados da Suprema Corte.

Violações cometidas pelas forças de segurança

Centenas de civis foram mortos em operações do exército contra rebeldes no noroeste do país. Dezenas de supostos rebeldes foram mortos pelas *lashkars* (milícias tribais) com o apoio do exército mas sem treinamento e monitoramento adequados.

■ Em 8 de março, uma *lashkar* abriu fogo contra 130 casas de supostos integrantes do Talibã na agência de Bajaur.

Execuções extrajudiciais

Há denúncias de que as forças de segurança executaram, impunemente, supostos membros de grupos armados no noroeste do país e no Baluquistão. Uma ONG, a *Comissão de Direitos*

Humanos do Paquistão (CDHP) informou a descoberta dos corpos de 282 supostos insurgentes entre julho de 2009, quando terminaram as operações militares no Vale do Swat, e maio de 2010. Moradores da região atribuíam as mortes às forças de segurança. Vários ativistas que atuavam contra os desaparecimentos forçados no Baluquistão desapareceram ou foram assassinados.

■ Em 14 de julho, o advogado da Suprema Corte e ex-senador, Habib Jalil Baloch foi morto a tiros no distrito de Quetta. O Grupo de Defesa Armada Balúqui, que se acredita ser patrocinado pelas forças de segurança paquistanesas, assumiu a responsabilidade.

■ No final de outubro, Mohammad Khan Zohaib e Abdul Majeed, ambos de 14 anos, foram encontrados mortos a tiros, segundo relatos, depois de terem sido detidos em outubro e em julho, respectivamente, por soldados do Corpo de Fronteira, na cidade de Khuzdar, no Baluquistão.

■ Faqir Mohammad Baloch, membro da *Voz pelas Pessoas Balúquis Desaparecidas*, foi sequestrado em 23 de setembro. Seu corpo foi encontrado no distrito de Mastung, em 21 de outubro, apresentando ferimento de bala e marcas de tortura.

■ Também em Mastung, em 5 de setembro, foi encontrado o corpo mutilado de Zaman Marri, um advogado de 38 anos. Ele estava desaparecido desde 19 de agosto, quando foi capturado em Quetta. Zaman Marri movia uma ação representando seu primo, Ali Ahmed Marri, que fora sequestrado por homens à paisana em 7 de abril. O corpo deste último foi encontrado em 11 de setembro, na mesma área.

Abusos cometidos por grupos armados

No noroeste do país, grupos armados infligiram penas cruéis e desumanas, atacaram civis e destruíram infraestruturas de serviços, inclusive escolas.

■ Em 19 de fevereiro, na cidade de Dabori, agência de Orakzai, em um ato público, o Talibã Paquistão amputou as mãos de cinco homens acusados de roubo.

■ Em maio, na cidade de Miramshah, no Waziristão do Norte, o Talibã executou publicamente um homem depois de acusá-lo do assassinato de dois irmãos. Ele fora ilegalmente “sentenciado” pelo Talibã, em um tribunal improvisado.

■ No final de outubro, o Talibã açoitou em público 65 supostos traficantes de drogas, na cidade de Mamozai, agência de Orakzai.

Grupos armados antigovernistas mataram ou feriram milhares de civis em ataques suicidas a bomba e contra alvos específicos.

■ Em 17 de abril, homens-bomba mataram 41 pessoas desalojadas, em uma fila para receber ajuda humanitária, na cidade de Kohat, província de Khyber Pakhtunkhwa.

■ Em 20 de maio, no Waziristão do Norte, o Talibã amarrou explosivos em dois homens suspeitos de passar informações para os EUA e, em ato público, os fez explodir.

■ Em 14 de agosto, 17 punjabis foram mortos no distrito de Quetta. O Exército de Libertação do Baluquistão assumiu o ataque como represália pelo desaparecimento e assassinato de pessoas no Baluquistão.

■ Em 2 de outubro, o médico, teólogo e educador, Mohammad Farooq Khan e um colega foram mortos a tiros na cidade de Mardan. O Talibã assumiu a autoria dos assassinatos. Mohammad Farooq Khan havia declarado publicamente que atentados suicidas a bomba eram anti-islâmicos.

Prisões e detenções arbitrárias

Segundo a CDHP, entre 1.000 e 2.600 pessoas, inclusive menores de idade relacionados a supostos insurgentes, continuam a ser mantidas sob custódia militar depois das buscas e operações militares em Swat, província de Khyber Pakhtunkhwa.

■ Uma *jirga* (conselho tribal de anciãos) exigiu que as famílias de membros do Talibã em Swat os entregassem até 20 de maio ou seriam expulsas. Consequentemente, 130 parentes de pessoas suspeitas de integrarem o Talibã foram presas sob “custódia preventiva” em um acampamento controlado pelo exército, na área de Palai, em Swat.

Tortura e outros maus-tratos

A polícia torturou e infligiu maus-tratos a pessoas sob sua custódia. Além disso, não adotou medidas adequadas para proteger a população contra a violência praticada por multidões, sendo que, algumas vezes, parecia colaborar com os agressores.

■ Em 1º de março, dois homens acusados de roubo foram filmados sendo dominados e espancados por policiais em uma delegacia de polícia da cidade de Chiniot, província de Punjab. Depois da exibição do vídeo em uma rede nacional de televisão, cinco

agentes de polícia foram presos. Os processos aguardam decisão.

■ Em 15 de agosto, dois irmãos acusados de roubo, Hafiz Mohammad Mughees Sajjad, de 17 anos, e Mohammad Muneeb Sajjad, de 15, morreram linchados por uma multidão na cidade de Sialkot, em Punjab. O incidente foi filmado. Um inquérito judicial sobre o caso apurou que os rapazes eram inocentes e que policiais presentes à cena do linchamento nada fizeram para impedir o ataque.

Desaparecimentos forçados

Em março, uma comissão de três membros instaurada pela Suprema Corte começou a examinar casos de desaparecimentos forçados. O mandato da comissão incluía registrar evidências de pessoas libertadas e investigar o papel das agências de inteligência. A comissão judicial concluiu o trabalho em 31 de dezembro e apresentou suas conclusões e recomendações para exame do governo federal. Ao final do ano, o relatório da Comissão ainda era mantido em sigilo.

Centenas de pessoas desapareceram, aparentemente depois de terem estado sob custódia dos serviços de inteligência ou do exército. A maioria dos casos é do Baluquistão. Centenas de petições de *habeas corpus* estavam sendo julgadas nos tribunais superiores provinciais, mas os serviços de inteligência se recusavam a responder às instruções judiciais. As famílias de pessoas desaparecidas foram ameaçadas por denunciar o desaparecimento de seus entes queridos.

■ Seguia desconhecido o paradeiro de dois integrantes da Frente Nacional Balúqui, Mahboob Ali Wadela e Mir Bohair Bangulzai. Mahboob Ali Wadela foi tirado do interior de um ônibus pela polícia de Maripur, no bairro de Yousuf Goth, em Karachi, no dia 2 de abril. Mir Bohair Bangulzai foi capturado por policiais militares de dentro de seu carro, em Quetta, em 1º de abril. As polícias de Maripur e Quetta se recusaram a registrar queixa por parte dos familiares dos dois homens.

Liberdade de expressão

Jornalistas foram perseguidos, sofreram maus-tratos e foram assassinados por agentes do Estado e por integrantes de grupos armados antigovernistas. Houve omissão do Estado em dar proteção a jornalistas contra os ataques de grupos armados.

Dezenove profissionais de imprensa foram assassinados, tornando o Paquistão o país mais perigoso no mundo para esses profissionais em 2010, segundo o Sindicato Nacional dos Jornalistas do Paquistão e o Comitê de Proteção aos Jornalistas. O governo bloqueou alguns sites de notícias.

■ Umar Cheema, jornalista do *The News*, informou que foi sequestrado e mantido preso por seis horas, em 4 de setembro. Ele foi vendado e levado para a periferia da capital, Islamabad, onde foi despido, pendurado de cabeça para baixo e espancado por pessoas que o advertiam a não criticar o governo. O Primeiro-ministro Gilani ordenou um inquérito judicial e o Superior Tribunal de Lahore tomou a iniciativa de julgar o caso; porém, até o final do ano, ninguém foi responsabilizado.

■ Misri Khan Orakzai, de 50 anos, jornalista do *Daily Ahsan* na cidade de Hangu, província de Khyber-Pakhtunkhwa, foi morto por atiradores não identificados em 13 de setembro, depois de receber diversas ameaças de morte dos insurgentes.

■ Em 8 de novembro, o acesso ao site de notícias *Baloch Hal* foi bloqueado pela Autoridade Paquistanesa de Telecomunicações, supostamente pela publicação de material “antipaquistânês”. O site cobria violações de direitos humanos, inclusive desaparecimentos forçados.

■ Em 18 de novembro, os corpos de Abdul Hameed Hayatan, de 24 anos, jornalista do *Daily Karachi* e do *Tawar*, e de Hamid Ismail foram encontrados na cidade de Turbat, no Baluquístão. Seu paradeiro era desconhecido desde 25 de outubro, quando foram presos num posto das forças de segurança, próximo à cidade de Gwadar. Os corpos apresentavam marcas de tortura. Perto deles, foi encontrada uma mensagem: “Um presente de Eid para o povo Balúqui”.

Discriminação – minorias religiosas

O Estado não tomou medidas para impedir ou para processar judicialmente incidentes de discriminação, assédio e violência contra minorias religiosas e, cada vez mais, contra muçulmanos sunitas moderados. Ahmadis, xiitas e cristãos foram atacados e mortos, em atos de evidente violência sectária. Segundo informações, grupos sectários ligados ao Talibã atacaram impunemente xiitas, ahmadis e sufis. Leis contra a blasfêmia continuaram a ser usadas tendenciosamente contra ahmadis e cristãos, bem como contra xiitas muçulmanos e sunitas.

■ Em 28 de maio, 93 membros da comunidade ahmadi foram mortos e 150 ficaram feridos em ataques a duas mesquitas ahmadis, em Lahore, depois que o governo provincial ignorou os pedidos de mais segurança que se seguiram às ameaças de grupos armados. Em 31 de maio, homens armados invadiram um hospital onde vítimas do atentado recebiam tratamento e mataram mais seis pessoas, inclusive funcionários do hospital.

■ Em 1º de julho, 42 pessoas foram mortas e outras 175 ficaram feridas em um atentado suicida a bomba, no templo sufi de Data Darbar, na cidade de Lahore.

■ Em 1º de setembro, pelo menos 54 fiéis xiitas foram mortos e cerca de 280 ficaram feridos quando homens-bomba atacaram uma procissão em Lahore.

■ Em 3 de setembro, um atentado suicida matou pelo menos 65 pessoas e feriu 150, em um encontro de xiitas em Quetta; o Talibã assumiu a responsabilidade pelo ataque.

Persistiu o uso abusivo da lei contra a blasfêmia. Segundo informações da Comissão Nacional de Justiça e Paz, pelo menos 67 ahmadis, 17 cristãos, 8 muçulmanos e seis hindus foram acusados formalmente de blasfêmia. Vários outros casos foram rejeitados porque as acusações eram duvidosas ou porque as autoridades não haviam investigado adequadamente.

■ Em 8 de novembro, Aasia Bibi, de 45 anos, mãe de cinco filhos, foi acusada de blasfêmia e sentenciada à morte, depois de um julgamento injusto. Após uma discussão com as mulheres do local, que diziam ser “impuro” o recipiente onde ela trazia água, Aasia Bibi foi salva pela polícia de um possível linchamento, porém, em 19 de junho de 2009, ela foi presa. Um recurso aguardava decisão.

O Estado não protegeu diversas pessoas dos ataques que se seguiam a acusações de blasfêmia.

■ Em 19 de julho, dois irmãos cristãos, Rashid, um pastor de 32 anos, e Sajid Emanuel, de 27, foram mortos diante de um tribunal, na cidade de Faisalabad, depois de terem sido acusados de blasfêmia. A polícia não deu proteção adequada aos irmãos, apesar das significativas ameaças de morte que eles receberam.

■ Em 11 de novembro, Imran Latif, de 22 anos, morreu baleado em Lahore, depois de ser libertado sob fiança em 3 de novembro. O tribunal julgou insuficientes as provas para fundamentar uma acusação de blasfêmia levantada contra ele cinco anos antes.

Violência contra mulheres e meninas

A violência de gênero – incluindo estupros, casamentos forçados, “crimes de honra”, ataques com ácido e outras formas de violência doméstica – foi cometida impunemente no país, sendo que os policiais hesitavam em registrar e investigar as denúncias. Segundo o serviço telefônico de apoio Madadgaar, 1.195 mulheres foram assassinadas até o final de novembro. Dessas, 98 foram estupradas antes de serem mortas. Os dados do Madadgaar apontam um total de 321 mulheres estupradas, 194 delas por homens em grupo.

Em 22 de dezembro, o Tribunal Federal da *sharia* (a lei islâmica) decidiu revogar diversos dispositivos da Lei de Proteção às Mulheres de 2006. A decisão buscou reinstaurar dispositivos específicos da Regulamentação Hudood de 1979, extremamente discriminatória contra as mulheres.

■ Em 29 de abril, três irmãs, Fatima, de 20 anos, Sakeena, de 14 e Saima, de 8, foram desfiguradas por ácido jogado contra elas na cidade de Kalat, no Baluquistão, aparentemente por violarem uma proibição de sair de casa sem um acompanhante homem.

Pena de morte

Continuou vigente a moratória informal das execuções iniciada em 2008. No entanto, a pena de morte foi imposta a 356 pessoas, incluindo uma menor de idade. A maioria das sentenças foi por homicídio. Cerca de oito mil prisioneiros continuam no corredor da morte, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos do Paquistão.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Paquistão em junho. Consultores da organização mantiveram presença constante no país.

📄 'As if hell fell on me': The human rights crisis in northwest Pakistan (ASA 33/004/2010)

PARAGUAI

REPÚBLICA DO PARAGUAI

Chefe de Estado e de governo:	Fernando Lugo
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	6,5 milhões
Expectativa de vida:	72,3 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	44/32 por mil
Taxa de alfabetização:	94,6 por cento

Os povos indígenas continuaram sendo privados do direito a suas terras tradicionais. Houve denúncias de maus-tratos e de torturas cometidas por policiais contra membros de movimentos sociais organizados e contra lideranças campesinas. Aumentaram os temores de ataques aos defensores dos direitos humanos.

Informações gerais

No decorrer do ano, registraram-se diversos incidentes violentos, inclusive sequestros e homicídios ilegítimos, alguns dos quais envolvendo o grupo armado de oposição Exército do Povo Paraguai (EPP). Em resposta, um estado de exceção de 30 dias foi declarado em abril, abrangendo, aproximadamente, metade do país. A definição vaga de “terrorismo” contida na nova legislação antiterrorista adotada durante o estado de exceção foi criticada pelas ONGs.

Em agosto, o Paraguai ratificou a Convenção Internacional contra Desaparecimentos Forçados. Em março, o relator especial da ONU sobre o direito à educação manifestou preocupação com a baixa qualidade da educação no país, a falta de recursos financeiros, a infraestrutura inadequada e com a falta de opções viáveis para as populações rurais que buscam a educação superior no Paraguai.

Direitos dos povos indígenas

A Proposta de Política Pública para o Desenvolvimento Social 2010-2020, promovida pelo Gabinete Social da Presidência e publicada em fevereiro, apresenta o direito dos povos indígenas e a necessidade de proteger suas terras tradicionais como um “foco emblemático” das políticas públicas. A proposta apresenta dados mostrando que, desde 2008, os povos indígenas receberam títulos de apenas 26.119 hectares de terra, fazendo com que a

expansão total do território titulado chegasse a 55.970 hectares, sendo que a meta estabelecida pelas autoridades era de reconhecer a propriedade indígena de 279.850 hectares de terra até 2013.

Em junho, o Ministério da Saúde criou um novo departamento de saúde indígena. Como importante primeiro passo, o órgão incluiu a etnia nos formulários usados em todo o sistema de saúde pública, como um meio de monitorar a execução e a eficácia das políticas públicas.

Em agosto, com a promulgação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos referente aos índios Xákmok Kásek, o Paraguai se tornou o único Estado sob jurisdição da Corte a ser condenado em três julgamentos distintos por violar os direitos dos povos indígenas.

■ As reivindicações dos Yakye Axa e dos Sawhoyamaxa a suas terras ancestrais ainda não haviam sido resolvidas, apesar das ordens de 2005 e 2006 da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em consequência de atrasos procedimentais, foi rejeitada uma proposta que ofereceria aos Yakye Axa uma área de terra diferente daquela originalmente reivindicada por eles. Em setembro, teve início uma negociação direta entre autoridades do alto escalão do governo e os atuais proprietários das terras reivindicadas por ambas as comunidades.

■ Em setembro, no contexto de uma visita do relator sobre povos indígenas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à área de Puerto Colón, dois líderes comunitários dos índios Kelyenmagategma receberam ameaças de morte.

■ Foi cancelada em novembro uma expedição científica organizada pelo Museu de História Natural britânico, em conjunto com uma ONG ambientalista e com a Secretaria do Ambiente do Paraguai. Planejada sem que as autoridades ou os representantes indígenas fossem consultados, a visita suscitou temores de que pudesse causar um impacto prejudicial e irreversível ao estilo de vida de uma das últimas tribos indígenas Ayoreo que vivia isolada do contato humano.

■ As investigações sobre a suposta fumação aérea de comunidades indígenas na região de Itakyry, em 2009, não havia produzido resultados até o fim do ano.

Forças policiais e de segurança, sistema de justiça

Surgiram sérias preocupações sobre a prática de

tortura e de outros maus-tratos, sobre uso excessivo da força e sobre procedimentos irregulares por parte da polícia na execução de diligências de busca e apreensão, principalmente nas operações de segurança relacionadas ao EPP e na condução dos processos judiciais que se seguiram. Em outubro, durante uma audiência reservada da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, algumas ONGs apresentaram suas preocupações a respeito de 12 casos emblemáticos que também envolviam violências praticadas por particulares.

A declaração do estado de exceção, em abril, foi justificada com base na “grave comoção interna gerada por grupos criminosos que operam na área, colocando em risco iminente o funcionamento regular dos órgãos constitucionais”. A legislação aprovada, porém, tinha vários aspectos problemáticos, como a falta de clareza sobre quais direitos seriam restringidos.

■ Em junho, dois policiais foram mortos em Kuruzú de Hierro, distrito de Horqueta, no que teria sido um confronto com supostos membros do EPP. Logo após o incidente, a Força Operativa de Polícia Especializada (FOPE) invadiu as residências de vários moradores locais, que denunciaram o uso de força excessiva e de maus-tratos praticados pelas forças especiais. Causava preocupação a lentidão com que tais denúncias estavam sendo investigadas.

Direitos sexuais e reprodutivos

Em setembro, o Marco Regulatório para a Educação Integral da Sexualidade, elaborado em conjunto por vários departamentos governamentais, pela sociedade civil e por órgãos da ONU, foi publicado pelo Ministério da Educação. As diretrizes visavam a adequar os programas educacionais às normas internacionais relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, a fim de enfrentar alguns problemas prevalentes no Paraguai, como abusos e violência sexual.

Violência contra mulheres e meninas

Em setembro, foi descoberta uma rede de prostituição infantil que funcionava dentro da Penitenciária Nacional de Tacumbú, poucos dias depois de o Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura ter visitado as instalações, a fim de conferir se as recomendações que órgão havia feito em 2009, relativas às condições da prisão, haviam sido

observadas. Ao que se sabe, os presos chamavam as jovens para irem até a prisão e forçavam-nas a desempenhar atos sexuais que eram filmados e depois vendidos. Segundo informações, funcionários da penitenciária, inclusive seu diretor e os pastores que atuavam no estabelecimento, também teriam participado dos abusos. No fim do ano, as investigações prosseguiram e as conclusões do ministério público ainda não haviam sido divulgadas.

Defensores dos direitos humanos

Declarações feitas durante o ano demonstraram que o respeito à legitimidade da função e dos direitos dos defensores dos direitos humanos se encontra seriamente deteriorado no país. Autoridades do governo questionaram o papel dos defensores e das organizações que atuam sobre os casos de abusos cometidos durante operações de segurança.

Declarações como essas contribuem para distorcer ainda mais a imagem já deturpada que prevalece na mídia sobre a função e o trabalho dessas pessoas.

Em dezembro, algumas semanas depois que a ONG *Iniciativa Amotocodie* realizou uma campanha nacional e internacional para impedir a expedição científica a uma área onde viviam tribos isoladas do contato humano, a polícia deu uma batida em seus escritórios. O mandado que determinou a incursão e as ações dos promotores que o executaram, inclusive confiscando documentos que não tinham relação com as acusações, violaram diversas garantias processuais e pareciam ter sido uma represália ao fato de a organização ter denunciado a expedição.

Visitas/relatórios da AI

Um representante da Anistia Internacional visitou o Paraguai em novembro.

Paraguay: Submission to the UN Universal Periodic Review, July 2010 (AMR 45/003/2010)

PORTUGAL

REPÚBLICA PORTUGUESA

Chefe de Estado:	Aníbal António Cavaco Silva
Chefe de governo:	José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	10,7 milhões
Expectativa de vida:	79,1 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	6/5 por mil
Taxa de alfabetização:	94,6 por cento

Denúncias de maus-tratos cometidos por agentes policiais continuaram não sendo investigadas de modo imediato, aprofundado e imparcial. Relatos de violência doméstica apresentaram leve redução.

Famílias ciganas que viviam em Beja não tiveram acesso à moradia adequada.

Tortura e outros maus-tratos

Após a adoção do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal, Portugal se comprometeu a intensificar os esforços para assegurar que denúncias de maus-tratos ou de uso excessivo da força por agentes policiais sejam investigadas de maneira imediata, detalhada e imparcial. Em pelo menos dois casos, as investigações dessas denúncias não fizeram praticamente nenhum progresso, anos depois de os fatos terem ocorrido.

■ Leonor Cipriano ainda esperava pelo julgamento de um recurso que contestava a decisão do Tribunal Penal do Faro de absolver os três policiais que participaram de sua detenção em 2004. Em 22 de maio de 2009, embora tenha concluído que ela havia sido torturada sob custódia da polícia, o tribunal alegou não ter condições de identificar os responsáveis.

■ As audiências de julgamento de três agentes da polícia judiciária acusados de torturarem Virgolino Borges sob custódia policial, em março de 2000, estavam programadas, mas foram adiadas até o fim do ano. A investigação havia sido encerrada em 2005 pelo Tribunal de Instrução Criminal, sob o argumento de que as lesões poderiam ter sido autoinfligidas. Virgolino Borges recorreu da decisão, e, em novembro de 2005, o Tribunal da Relação determinou que o caso fosse a novo julgamento.

Violência contra mulheres e meninas

Em abril, foram adotadas novas regulamentações para proteger as mulheres contra a violência doméstica. Reconheceu-se que as vítimas tinham direito a receber informação, proteção, abrigo, assistência financeira e de outra natureza. A quantidade de denúncias de violência doméstica apresentou uma pequena redução com relação a 2009. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registrou 15.236 denúncias de violência doméstica em 2010, comparadas com 15.904 registradas em 2009. Entretanto, a ONG *União de Mulheres Alternativa e Resposta* registrou 43 homicídios em 2010, comparados a 29 em 2009.

Direito à moradia adequada – ciganos

■ Aproximadamente 50 famílias ciganas continuavam a viver na Quinta das Pedreiras, na cidade de Beja, onde haviam sido reassentadas em 2006, depois de terem sido despejadas do Bairro da Esperança. Continuou a causar preocupação o fato de as casas da Quinta da Pedreira não satisfazerem os padrões mínimos de salubridade, saneamento e segurança.

No dia 29 de abril, o Centro Europeu pelos Direitos do Povo Cigano ajuizou uma ação junto ao Comitê Europeu dos Direitos Sociais, argumentando que Portugal havia violado o direito à moradia dos ciganos que viviam na Quinta das Pedreiras.

REINO UNIDO

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Chefe de Estado:	Rainha Elizabeth II
Chefe de governo:	David Cameron (sucedeu a Gordon Brown em maio)
Penas de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	61,9 milhões
Expectativa de vida:	79,8 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	6/6 por mil

Anunciou-se a abertura de um inquérito sobre as denúncias de envolvimento do Reino Unido com tortura e outras violações dos direitos humanos de

peessoas detidas no exterior. Importantes poderes contraterroristas estavam sendo revistos. O governo continuou confiando em garantias diplomáticas nas suas tentativas de retornar indivíduos para países que praticam tortura. Continuaram a surgir denúncias sobre abusos dos direitos humanos cometidos por soldados do Reino Unido no Iraque. O inquérito sobre os eventos conhecidos como Domingo Sangrento (*Bloody Sunday*) concluiu que as mortes e as lesões causadas por soldados britânicos naquele dia foram injustificadas. Indivíduos continuaram sendo devolvidos à força para Bagdá.

Segurança e combate ao terrorismo

Tortura e outros maus-tratos

Em julho, o Primeiro-ministro anunciou a abertura de um inquérito sobre o envolvimento do Reino Unido em supostos maus-tratos a pessoas detidas no exterior, nas mãos de serviços de segurança estrangeiros, no contexto de operações de combate ao terrorismo. A previsão era de que o comitê de inquérito, composto por três pessoas e liderado pelo Comissário dos Serviços de Inteligência, iniciasse os trabalhos em 2011. A sociedade civil e organizações de direitos humanos manifestaram preocupação com a investigação, questionando se o inquérito contaria com os poderes necessários e se seria suficientemente independente.

No mesmo dia em que o inquérito foi anunciado, o governo publicou diretrizes para agentes de inteligência e funcionários afins sobre a detenção e o interrogatório de detentos no exterior e sobre o compartilhamento de informações sobre detentos. Organizações de direitos humanos afirmaram que as diretrizes eram incompatíveis com as normas internacionais de direitos humanos.

Em julho, a Corte Superior determinou a abertura de diversos arquivos classificados como secretos referentes à detenção de cidadãos e de residentes do Reino Unido que se encontravam sob custódia dos EUA e de outros órgãos de inteligência estrangeiros. Os documentos revelaram novas evidências de que o Reino Unido estava envolvido e tinha conhecimento, até os mais altos escalões do governo, sobre violações dos direitos humanos.

Em novembro, o secretário de Justiça anunciou que 16 cidadãos ou residentes do Reino Unido receberiam compensação financeira como parte de

um acordo negociado, relativo a ações civis por danos impetradas por indivíduos que estiveram detidos em Guantánamo. Os termos do acordo permaneceram confidenciais.

■ No dia 10 de fevereiro, a Corte de Apelações determinou que fosse revelado o conteúdo de sete parágrafos relativos ao tratamento do ex-detento de Guantánamo Binyam Mohamed enquanto esteve em custódia dos EUA. A revelação dos parágrafos confirmou mais uma vez que os agentes de inteligência britânicos sabiam que Binyam Mohamed havia sido submetido a tortura e a outros maus-tratos sob custódia estadunidense.

■ No dia 17 de novembro, a Procuradoria-Geral (*Crown Prosecution Service*) anunciou que não havia provas suficientes para processar um agente do serviço de segurança britânico por qualquer delito penal decorrente de uma entrevista conduzida com Binyam Mohamed, no dia 17 de maio de 2002, quando ele se encontrava detido no Paquistão.

No fim do ano, investigações abrangentes ainda eram conduzidas para apurar denúncias de má conduta por parte de agentes dos serviços de inteligência britânicos, inclusive com relação ao caso de Shaker Amer, ex-residente do Reino Unido. No fim do ano, ele continuava detido em Guantánamo, sem acusações contra ele, apesar de as autoridades britânicas terem confirmado que o aceitariam no país.

Evoluções legais e políticas

No dia 12 de janeiro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que os poderes conferidos pela seção 44 da Lei sobre o Terrorismo de 2000, que permitem à polícia abordar e revistar pessoas sem um grau razoável de suspeita, eram ilegais, pois violavam o direito ao respeito à vida privada. Posteriormente, o governo anunciou que tais poderes não mais se aplicariam às revistas individuais.

Em julho, o Ministério do Interior (*Home Office*) anunciou que faria uma “revisão rápida” de seis poderes antiterroristas: as ordens de controle, os poderes de abordar e revistar segundo a seção 44 da Lei sobre o Terrorismo de 2000, a Lei Regulatória dos Poderes de Investigação de 2000 e a interceptação de comunicações, as deportações com garantias, as medidas para lidar com organizações que promovem o ódio ou a violência, e a detenção preventiva sem acusação de pessoas suspeitas de terrorismo.

■ Em abril, o governo anunciou que Lotfi Raissi, erroneamente acusado de ter participado dos

atentados de 11 de setembro nos EUA, estava habilitado a receber indenização, oito anos depois de os tribunais terem constatado “não haver qualquer prova” que sustentasse as acusações.

“Ordens de controle”

Até o dia 10 de dezembro, oito indivíduos, todos cidadãos britânicos, encontravam-se sob “ordens de controle”. De acordo com a Lei de Prevenção ao Terrorismo de 2005, o regime de ordens de controle permite que um ministro do governo, sujeito a uma vigilância judicial limitada, imponha severas restrições a uma pessoa suspeita de envolvimento com atividades relacionadas ao terrorismo. Em março de 2010, o Parlamento renovou esse regime por mais um ano.

■ Em junho, a Suprema Corte se pronunciou sobre o caso de “A. P.”, tendo concluído que os termos de sua ordem de controle, determinando que ele residisse numa cidade a cerca de 150 milhas de sua família, combinados com um horário de recolhimento obrigatório de 16 horas e o conseqüente isolamento social que essa exigência acarreta, constituíam uma privação de seu direito à liberdade.

Em setembro, a Corte Superior reforçou a importância dos direitos familiares ao decidir que a realocação forçada de “C. A.” era injustificada, na medida em que prejudicava desproporcionalmente seu direito à vida familiar.

■ Em 26 de julho, a Corte Superior decidiu que, para impor uma ordem de controle a “A. Y.”, o governo poderia se apoiar no mesmo tipo de evidências que já havia usado anteriormente, sem êxito, em outro processo.

Deportações

Prosseguiram as tentativas de deportação de indivíduos considerados uma ameaça à “segurança nacional” para países em que eles correriam o risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos. Em maio, o novo governo declarou que manteria e prorrogaria o uso de “garantias diplomáticas”, argumentando que eram suficientes para mitigar o risco de tortura.

Os procedimentos para recorrer dessas deportações à Comissão Especial de Apelações sobre Imigração (SIAC, na sigla em inglês) permaneceram injustos. Principalmente porque se baseavam em evidências sigilosas não reveladas aos indivíduos envolvidos nem ao advogado de sua escolha.

■ Embora a SIAC tenha determinado, em 2007, que Mouloud Sihali, um cidadão argelino, não apresentava

risco à segurança nacional, o governo continuou tentando deportá-lo para a Argélia. Em março, a SIAC indeferiu o recurso contra sua deportação, tendo concluído que as garantias diplomáticas negociadas entre o Reino Unido e a Argélia seriam suficientes para atenuar quaisquer riscos que ele pudesse correr ao retornar. No fim do ano, o caso ainda aguardava decisão da Corte de Apelações.

■ Em maio, a SIAC decidiu que o Reino Unido não poderia proceder à tentativa de deportar dois cidadãos paquistaneses para o Paquistão, devido ao risco de que fossem submetidos a tortura ou a outros maus-tratos quando retornassem. A Comissão concluiu ainda que garantias confidenciais não poderiam ser aceitas como salvaguarda suficiente para atenuar esse risco.

■ A primeira contestação ao Memorando de Entendimento negociado entre os governos da Etiópia e do Reino Unido não obteve êxito. Em setembro, a SIAC decidiu que “XX”, um cidadão etíope que argumentava correr risco de tortura caso retornasse, poderia ser devolvido à Etiópia com base em garantias de que receberia tratamento humano do governo etíope. Ele deve recorrer da decisão.

Sistema de justiça

O governo continuou tentando impor maior sigilo aos procedimentos judiciais. No dia 4 de maio, a Corte de Apelações decidiu que o governo não poderia recorrer a procedimentos baseados em evidências sigilosas na ação civil, movida por seis ex-detentos de Guantánamo, por suposta cumplicidade de atores estatais britânicos com tortura. A Corte declarou que consentir com tais procedimentos, que permitiriam ao Reino Unido apresentar provas secretas em sessões fechadas, na ausência de poderes legalmente estabelecidos para fazê-lo, estaria em contravenção ao princípio fundamental de um julgamento justo. O caso ainda estava sendo examinado pela Suprema Corte.

Em julho, o governo do Reino Unido anunciou que proporia publicamente algumas políticas sobre como lidar com informações secretas em processos judiciais.

■ Em 6 de outubro, foi aberto um inquérito sobre a morte de Azelle Rodney, morto a tiros por agentes da Polícia Metropolitana no dia 30 de abril de 2005. As tentativas do governo de manter sigilo sobre provas cruciais referentes à morte de Azelle Rodney foram acompanhadas de propostas para a introdução de “inquéritos secretos”, as quais foram rejeitadas duas

vezes pelo Parlamento. Havia preocupação quanto ao grau de sigilo desses inquéritos.

■ Em 3 de novembro, a juíza de instrução responsável pelo inquérito sobre as mortes resultantes dos atentados de 7 de julho de 2005, em Londres, decidiu que não tinha poderes para realizar audiências sigilosas que possibilitassem ao governo britânico apresentar evidências secretas na ausência dos familiares das vítimas. Um recurso do governo contra a decisão foi indeferido em 22 de novembro.

Forças armadas no Iraque

Em março, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que o Reino Unido havia violado o artigo 3º da Convenção Europeia de Direitos Humanos no caso de *Al-Saadoon e Mufdhi*. Os dois cidadãos iraquianos haviam sido transferidos para a custódia do Iraque apesar de haver fortes motivos para se acreditar que ambos poderiam ser condenados à morte e executados.

Em março, o ministro da Defesa anunciou a criação de uma *Equipe sobre o Histórico de Denúncias do Iraque*, a fim de investigar denúncias sobre delitos penais cometidos pelas forças armadas britânicas em situações de abusos contra cidadãos iraquianos. As investigações começaram em novembro e se previa que se estendessem por dois anos.

Em junho, a Suprema Corte decidiu que integrantes das forças armadas britânicas, atuando fora da jurisdição do Reino Unido, não podiam usufruir dos direitos assegurados pela Lei de Direitos Humanos de 1998.

■ As audiências de instrução relativas ao inquérito de Baha Mousa foram concluídas em outubro.

A investigação se propunha a examinar as circunstâncias da morte de Baha Mousa numa unidade de detenção administrada pelo Reino Unido no Iraque, em setembro de 2003, depois de ele ter sido torturado por militares britânicos durante mais de 36 horas. O relatório final estava previsto para 2011.

Em dezembro, a Corte Superior indeferiu um requerimento apresentado por 142 iraquianos solicitando um inquérito público único sobre as denúncias de tortura e de outros maus-tratos cometidos em unidades militares britânicas de detenção e de interrogatório no sul do Iraque, entre março de 2003 e dezembro de 2008. A Corte não descartou a possibilidade de, futuramente, abrir um

inquérito único. Os demandantes iriam recorrer da decisão.

Justiça internacional

Em novembro, o ministro do Interior apresentou um projeto de lei ao Parlamento prevendo medidas que, caso aprovadas, tornariam mais difícil para os magistrados expedir mandados de prisão contra pessoas suspeitas de terem cometido crimes de guerra ou tortura, quando essas pessoas visitassem o Reino Unido.

Forças policiais e de segurança

Em julho, a Procuradoria-Geral britânica anunciou que ninguém seria processado pela morte de Ian Tomlinson. Ele morreu em abril de 2009, nas manifestações ocorridas durante a reunião do G20 em Londres, logo após um policial bater na parte de trás de suas pernas com um cassetete e depois derrubá-lo no chão. Os promotores concluíram que, após as divergências entre os peritos médicos sobre qual teria sido a causa de sua morte, não havia perspectivas realistas de condenar o policial envolvido.

■ Em agosto, a Procuradoria-Geral anunciou que quatro agentes do Grupo de Apoio Territorial da Polícia Metropolitana de Londres seriam acusados de causar lesões corporais graves a Babar Ahmad durante sua prisão, em 2 de dezembro de 2003.

Irlanda do Norte

Em fevereiro, foi anunciado que três grupos paramilitares haviam renunciado às armas, entre eles, o Exército Irlandês de Libertação Nacional. A violência paramilitar, no entanto, prosseguia. Ocorreram graves ataques de grupos dissidentes republicanos contra membros das forças de segurança e outros alvos. Em maio, um homicídio ocorrido em Belfast foi atribuído a grupos unionistas.

No dia 15 de junho, foram publicadas as constatações do Inquérito sobre o Domingo Sangrento, relativas aos eventos de 30 de janeiro de 1972, na Irlanda do Norte, quando 13 civis que participavam de uma passeata foram mortos e muitos outros foram feridos por soldados britânicos. O inquérito concluiu que nenhuma das pessoas mortas ou feridas naquele dia teve qualquer responsabilidade por motivar os disparos e que elas não apresentavam qualquer ameaça de morte ou de agressão grave. A investigação

confirmou que muitas vítimas foram atingidas por tiros nas costas enquanto tentavam fugir. O inquérito constatou ainda que os relatos apresentados por vários soldados eram evidente e sabidamente falsos. Sendo assim, as mortes e os ferimentos causados por soldados britânicos naquele dia foram considerados injustificados. Em resposta às conclusões do inquérito, o Primeiro-ministro se desculpou publicamente.

Em dezembro, o Executivo da Irlanda do Norte anunciou a intenção de abrir um inquérito sobre a histórica violência institucional contra crianças.

■ Em setembro, o relatório final do inquérito sobre a morte de Billy Wright em 1997 não encontrou provas de cumplicidade do Estado com sua morte, mas recomendou que o serviço penitenciário passasse por ampla reforma. Os relatórios finais referentes aos inquéritos sobre a morte de Robert Hamill e Rosemary Nelson, uma advogada de direitos humanos, ainda não haviam sido concluídos.

■ O governo continuou descumprindo seu compromisso de abrir um inquérito independente sobre a conivência do Estado na morte do proeminente ativista de direitos humanos Patrick Finucane em 1989.

Refugiados, requerentes de asilo e imigrantes

Em julho, a Suprema Corte determinou que ninguém deveria precisar ocultar sua identidade sexual para não ser processado em seu país de origem. Em uma decisão anterior, a Corte havia decidido que seria permitido repatriar requerentes de asilo nessa condição, contanto que sua situação pudesse ser considerada “razoavelmente tolerável”.

Em agosto, a Corte de Apelações da Inglaterra e País de Gales submeteu ao Tribunal de Justiça da União Europeia uma apreciação sobre a compatibilidade da transferência de requerentes de asilo para a Grécia, conforme o Regulamento Dublin II, com o direito dos refugiados e com os instrumentos legais de direitos humanos. Em setembro, as autoridades britânicas confirmaram que as transferências para a Grécia seriam suspensas até a decisão do Tribunal.

■ Ocorreram repatriamentos para Bagdá, no Iraque, contrariando recomendação do ACNUR, a agência de refugiados da ONU.

■ No dia 12 de outubro, Jimmy Mubenga morreu durante uma tentativa de devolvê-lo à força para

Angola. Testemunhas afirmaram que, antes de desfalecer, ele foi contido com força excessiva por seguranças de uma empresa privada.

Em dezembro, o vice-primeiro-ministro reafirmou o compromisso do governo de coalizão de acabar com a detenção de menores por razões de imigração, estabelecendo o prazo de maio de 2011 para pôr um fim a essa prática.

Violência contra as mulheres

Surgiram preocupações sobre a não-implementação da Convenção Europeia contra o Tráfico de Seres Humanos. O governo não pôs em prática as salvaguardas necessárias para proteger as crianças vítimas de tráfico ou para identificar corretamente as vítimas do tráfico de seres humanos, o que resultou na violação dos direitos humanos dessas pessoas e prejudicou os procedimentos judiciais.

Em julho, o ministro do Interior concordou em estender até março de 2011 um projeto de apoio a vítimas de violência doméstica que não conseguem ter acesso a benefícios públicos devido à insegurança de seu status migratório, até que uma solução permanente seja encontrada para assegurar sua proteção.

No dia 25 de novembro, o governo publicou um novo plano de ação nacional para implementar no país a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU relativa a mulheres, paz e segurança, voltada a assegurar uma perspectiva de gênero na resolução de situações pós-conflito.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional acompanharam procedimentos judiciais em tribunais da Inglaterra no decorrer de todo o ano.

- Time for an inquiry into the UK's role in human rights violations overseas since 11 September 2001 (EUR 45/001/2010)
- Submission to the UK Government Consultation on "A Bill of Rights for Northern Ireland – Next Steps" (EUR 45/002/2010)
- United Kingdom: Court of Appeal rules that secret procedures violate fair trial rights in civil proceedings (EUR 45/003/2010)
- United Kingdom: Proposed torture inquiry must be independent, impartial and thorough (EUR 45/005/2010)
- United Kingdom: Bloody Sunday inquiry vindicates the innocence of victims (EUR 45/008/2010)
- United Kingdom: Disclosed documents further demonstrate urgent need for an effective inquiry into the UK's role in the torture and

ill-treatment of detainees held in overseas custody (EUR 45/011/2010)

United Kingdom: Five years on: Time to end the control orders regime (EUR 45/012/2010)

United Kingdom: Submission for the review of counter-terrorism and security powers (EUR 45/015/2010)

Open Secret: Mounting evidence of Europe's complicity in rendition and secret detention (EUR 01/023/2010)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Chefe de Estado:	Joseph Kabila
Chefe de governo:	Adolphe Muzito
Penal de morte:	retencionista
População:	67,8 milhões
Expectativa de vida:	48 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	209/187 por mil
Taxa de alfabetização:	66,6 por cento

No leste da República Democrática do Congo (RDC), ao longo do ano, civis foram submetidos pelas forças governamentais e grupos armados a graves violações dos direitos humanos. Um grupo armado sitiou Mbandaka em abril; a cidade voltou ao controle do governo após dois dias de combate, durante os quais se alega que soldados teriam cometido execuções sumárias, estupro e detenções arbitrárias. Grupos armados estrangeiros e congolese cometeram abusos, incluindo o abuso sexual em massa de mais de 300 pessoas em julho e agosto em Kivu-Norte. Os serviços de segurança também foram responsáveis por violações dos direitos humanos com motivações políticas. O proeminente defensor dos direitos humanos Floribert Chebeya foi morto em junho.

Informações gerais

O exército nacional – Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) – liderou várias operações militares contra grupos armados nas

regiões leste e norte da RDC. A Operação Amani Leo, lançada contra as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) em janeiro, executou atividades em todo o Kivu-Norte e Kivu-Sul. Os soldados das FARDC teriam sujeitado civis a trabalhos forçados e detenções arbitrárias, bem como apreendido bens e animais de criação. A ONU forneceu apoio logístico e de planejamento para Amani Leo. As FARDC também lideraram operações contra o Exército de Resistência do Senhor (LRA) na província Orientale e contra a Aliança das Forças Democráticas/Exército Nacional de Libertação de Uganda (AFD/ENLU) na região de Grand Nord, no Kivu-Norte, causando o desalojamento de civis.

Em 4 de abril, o grupo armado Movimento de Libertação Independente dos Aliados (MLIA), atacou Mbandaka, capital da província de Equateur, controlando partes da cidade por dois dias. Há denúncias de que as forças de segurança congoleesas, que haviam sido mobilizadas em resposta, mataram, estupraram e detiveram civis arbitrariamente.

A impunidade para violações de direitos humanos continuou a predominar. Apesar de conhecidos, perpetradores de crimes que violam o direito internacional não foram destituídos de seus cargos nem levados à Justiça. Em março, o presidente anunciou que a força de manutenção da paz da ONU (MONUC) deixaria o país até junho de 2011. Ela foi rebatizada de Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO) a partir de 1º de julho, como parte de um acordo com o governo do país. O mandato da MONUSCO foi prorrogado até pelo menos junho de 2011, e o governo concordou que as tropas da ONU só seriam retiradas mediante melhorias tangíveis na segurança.

Em setembro, a RDC ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura da ONU, que exige a concessão de acesso para observadores nacionais e da ONU aos locais de detenção. Em março, durante a Revisão Periódica Universal da ONU, o governo se opôs à recomendação para que observadores das Nações Unidas tivessem permissão de acesso aos centros de detenção, incluindo os da Agência Nacional de Informações e da Guarda Nacional.

Um remanejamento do governo em março suprimiu o cargo de ministro dos Direitos Humanos. A responsabilidade pela promoção dos direitos

humanos foi transferida para o ministro da Justiça.

Em abril, o governo lançou um Comitê de Coordenação de Direitos Humanos para melhorar a comunicação entre organizações de direitos humanos e autoridades.

Em dezembro, os líderes da oposição anunciaram suas candidaturas para as eleições presidenciais em 2011. O anúncio coincidiu com a ocorrência de violações dos direitos à liberdade de expressão e à liberdade de reunião para jornalistas e partidos da oposição.

Abusos cometidos por grupos armados

Ataques do LRA contra civis foram particularmente intensos em fevereiro e março. O LRA sequestrou civis e os forçou a lutar. No distrito de Bas Uélé, na província Orientale, 80 pessoas foram mortas pelo LRA entre 22 e 26 de fevereiro. Desde julho, mais de 300 mil pessoas foram desalojadas em Haut e em Bas Uélé em decorrência dos ataques do LRA.

As FDLR apresentaram uma ameaça constante para a população civil nas províncias dos Kivus e Maniema, sendo responsáveis por assassinatos, sequestros, saques e incêndios de casas. Um batalhão das FDLR no território de Walikale, em Kivu-Norte, juntou-se ao grupo Sheka Mayi-Mayi e perpetrou uma série de abusos no território. O território de Shabunda em Kivu-Sul foi atacado regularmente pelas FDLR. Quarenta moradores foram sequestrados em março.

Outros grupos armados locais também estiveram em ação, incluindo o Mayi-Mayi, a Aliança por um Congo Livre e Soberano (APCLS), em Masisi, a Coalizão de Resistência Patriótica Congoleesa (PARECO), em Kivu-Norte, as Forças Republicanas Federalistas (FRF), no Fizi, Kivu-Sul, a Frente de Resistência Patriótica de Ituri (FRPI) e a Frente Popular pela Justiça no Congo (FPJC). Grupos armados atacaram bases da MONUSCO em Kivu-Norte em agosto e outubro e atacaram e sequestraram trabalhadores humanitários em diversas ocasiões.

Homicídios ilegais

Grupos armados e forças do governo foram responsáveis por centenas de assassinatos de civis e ataques contra equipes de trabalho humanitário. Ao resistir ao roubo, ao trabalho forçado e a outros abusos cometidos pelas forças armadas, a população

civil costumava sofrer assassinatos e outros atos de violência.

- Em fevereiro, segundo denúncias, as FDLR raptaram 15 mulheres e mataram cinco delas em território Mwenga, em Kivu-Sul.
- Pelo menos 20 pessoas detidas nas prisões militares de Mbandaka, na província de Equateur, teriam sido executadas por soldados das FARDC na noite de 4 para 5 de abril.
- Em 21 de maio, uma mulher foi assassinada por um soldado das FARDC em Kalehe, Kivu-Sul, por se recusar a transportar suprimentos militares.
- Em 1º de julho, consta que dois soldados das FARDC mataram um homem, estupraram sua filha de 12 anos e mataram outro homem que tentou resgatá-los em uma vila no território Walungu, Kivu-Sul. Duas outras mulheres no domicílio sofreram maus-tratos e várias casas foram saqueadas.

Violência sexual

Estupros e outras formas de violência sexual aconteceram de maneira generalizada, cometidos por forças de segurança do governo, inclusive a Polícia Nacional, e por grupos armados. O acesso precário a serviços de saúde e a impunidade para os agressores agravaram a situação das sobreviventes de estupro. Membros das forças de segurança responsáveis por violência sexual muitas vezes foram protegidos por oficiais superiores ou conseguiram escapar com permissão de agentes carcerários.

- Entre 30 de julho e 2 de agosto, mais de 300 mulheres, homens e crianças sofreram abuso sexual em uma série de ataques a 13 aldeias do território Walikale, Kivu-Norte, por uma coalizão das FDLR, Mayi-Mayi e desertores das FARDC. Durante os ataques, os moradores foram rendidos, estradas e redes de comunicação foram bloqueadas e os assaltantes sistematicamente saquearam casas e violentaram aqueles que tentavam se esconder ou fugir.
- Durante uma semana em abril, foram relatados 16 casos de estupro por parte das forças do governo, incluindo um relato de estupro em grupo cometido por agentes da Polícia Nacional, durante combates em Mbandaka, na província de Equateur.
- Em 6 de agosto, 10 mulheres teriam sido estupradas por soldados das FARDC em Katalukulu, território de Fizi, aparentemente em represália a um ataque Mayi-Mayi.

Crianças soldados

Crianças continuam sendo recrutadas e usadas por grupos armados no leste da RDC. O LRA e as FDLR raptaram e usaram crianças como combatentes ou escravas domésticas e sexuais.

Muitas crianças também combateram nas FARDC. Algumas eram ex-membros de grupos armados que não haviam sido identificadas durante a integração das FARDC, em março de 2009. Outras eram novas recrutas. Embora as FARDC tenham terminado formalmente o recrutamento de crianças em 2004, o Código de Proteção à Criança adotado em janeiro de 2009 foi amplamente desrespeitado. O governo também não criou nenhum plano de ação para que os menores fossem separados das forças armadas, conforme exigido pelas resoluções 1539 (2004) e 1612 (2005) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desalojados internos e refugiados

O número de desalojados internos aumentou para quase dois milhões em agosto. A maioria estava nas províncias do Kivu-Norte, Kivu-Sul e Orientale. As condições de vida foram muito precárias tanto nos acampamentos quanto nas comunidades hospedeiras, e as pessoas ficavam vulneráveis a ataques de grupos armados.

Depois do ataque a Mbandaka em abril, o número de refugiados na vizinha República do Congo chegou a mais de 114 mil, e a cerca de 18 mil na República Centro-Africana. Aproximadamente 33 mil pessoas foram desalojadas na província de Equateur. Na província Orientale, os ataques do LRA de dezembro de 2009 e fevereiro e março de 2010 deixaram mais de 300 mil pessoas desalojadas.

Entre setembro e novembro, mais de seis mil congoleses foram expulsos de Angola. Segundo funcionários de organizações humanitárias, mais de 100 relataram ter sofrido abusos sexuais nesse país (veja a seção sobre Angola).

Tortura e outros maus-tratos

Atos de tortura e outros maus-tratos foram cometidos por grupos armados e por forças de segurança governamentais.

- Em 20 de agosto, soldados das FARDC em Kasando, Kivu-Norte, torturaram cinco pessoas, incluindo duas crianças, presas depois de um ataque à base da MONUSCO em Kirumba. Elas receberam entre 40 e 120

chicotadas cada, e algumas tiveram pés e mãos queimados e mutilados. Elas foram transferidas para a Procuradoria Militar em Goma.

Pena de morte

Os tribunais militares condenaram dezenas de pessoas à morte durante o ano, incluindo civis. Nenhuma execução foi relatada. Em 25 de novembro, a Assembleia Nacional rejeitou a proposta de discussão de projeto de lei sobre a abolição da pena de morte.

Administração da justiça

A falta de recursos e as interferências políticas paralisaram os tribunais de todo o país, levando os magistrados a entrarem em greve em Kisangani e Kasai Oriental no mês de março. Os tribunais ficaram saturados de casos, fazendo com que as pessoas passassem períodos excessivos em prisão preventiva. Os julgamentos ficaram aquém das normas para julgamentos justos, com sentenças raramente executadas e vítimas quase nunca recebendo indenizações. Autoridades militares e do governo interferiram em processos instaurados perante os sistemas de justiça militar e civil. Em campo, comandantes militares ignoraram mandados de prisão emitidos por procuradores militares contra membros de suas unidades, impedindo o trabalho das autoridades da justiça militar.

Dezenas de civis foram julgados perante tribunais militares em violação às normas internacionais de julgamento justo. Em outubro, a Assembleia Nacional começou a discutir um projeto de lei referente à implementação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, o que exigiria que crimes de guerra e crimes contra a humanidade fossem julgados por tribunais civis.

Em 12 de agosto, uma unidade de ex-membros de grupos armados das FARDC cercou o Gabinete da Procuradoria Militar em Goma. Eles conseguiram forçar a libertação de um comandante que havia sido preso por se recusar, em julho, a reposicionar as suas tropas na área de Walikale, que foi palco, poucas semanas depois, de estupros em massa cometidos por grupos armados.

Condições prisionais

As prisões não contaram com recursos para atender os padrões internacionais mínimos. Prisioneiros não

tiveram nem mesmo uma refeição por dia garantida e o acesso a cuidados médicos foi inadequado. Dezenas morreram em prisões, em consequência de condições precárias, e muitos outros morreram em hospitais depois de atrasos indevidos na transferência. Unidades prisionais se encontravam em um estado de decadência tamanho que não era possível a separação efetiva entre mulheres e homens e entre detidos e presos condenados. Foram registrados casos de estupro dentro de prisões e instalações de detenção da polícia.

Defensores dos direitos humanos

Defensores de direitos humanos foram atacados, sequestrados e submetidos a ameaças de morte e outras formas de intimidação por parte das forças de segurança do governo e de grupos armados. Muitos defensores do Kivu-Norte que denunciaram abusos de comandantes do exército foram forçados a se esconder ou fugir da região. Outros foram perseguidos por causa do trabalho de defesa de direitos humanos em casos individuais. A Agência Nacional de Informações, que não estava submetida à fiscalização independente ou controle judicial, violou o direito à liberdade de expressão de defensores dos direitos humanos e jornalistas.

■ Em 2 de junho, Floribert Chebeya, proeminente defensor dos direitos humanos, foi encontrado morto em seu carro em Kinshasa. Ele e seu motorista tinham desaparecido no dia anterior, depois de encontrarem o Inspetor Geral de Polícia, a pedido dele. O motorista continuou desaparecido. Oito policiais foram acusados de assassinato e o julgamento começou em novembro. O Inspetor Geral de Polícia foi suspenso, mas não acusado.

Liberdade de expressão – jornalistas

Inúmeros jornalistas em todo o país foram ameaçados, detidos arbitrariamente, julgados, intimidados por autoridades oficiais com advertência para não divulgar determinados assuntos, e, muitas vezes, mortos por causa de seu trabalho. Transmissões da Rádio França Internacional foram restauradas após um ano de suspensão imposta pelo governo, que havia proibido o noticiário internacional sobre operações militares.

■ Em 5 de abril, o cinegrafista Patient Chebeya foi morto por homens armados em frente à sua casa, em Beni, Kivu-Norte.

Justiça internacional

Em 1º de outubro, a ONU divulgou um informe documentando as violações mais graves contra os direitos humanos e o direito internacional humanitário cometidas na RDC entre março de 1993 e junho de 2003. O relatório suscitou esperanças de que milhares de vítimas e defensores dos direitos humanos pudessem obter justiça para crimes previstos nas leis nacionais e internacionais. Apesar de não requerer cumprimento obrigatório no direito nacional, o relatório reforçou a obrigação do governo de investigar as violações, levar os responsáveis à justiça e garantir que as vítimas recebam reparação de fato.

■ Continuou o processo judicial perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) contra Thomas Lubanga, acusado de recrutar e usar menores de 15 anos no grupo armado União dos Patriotas Congolezes (UPC), na região de Ituri. Em julho, o julgamento quase malogrou diante da recusa do procurador em cumprir a ordem dos juizes do TPI para que revelasse aos advogados de defesa a identidade de um intermediário. A junta de apelações decidiu em outubro pelo prosseguimento do julgamento.

■ Em 11 de outubro, as autoridades francesas prenderam Callixte Mbarushimana, secretário das FDLR, cumprindo um mandado de prisão emitido pelo TPI. Ele vivia como refugiado na França.

■ Em outubro, o ministro da Justiça da RDC reiterou a recusa do governo a entregar Bosco Ntaganda ao TPI. Ele estava sendo procurado desde 2006 pela acusação de recrutamento e uso de crianças.

■ O processo judicial perante o TPI contra Jean-Pierre Bemba, ex-vice-presidente da RDC, acusado de crimes contra a humanidade cometidos na República Centro-Africana, foi dominado por contestações à competência do TPI por parte dos advogados de defesa. O julgamento finalmente começou em 22 de novembro.

Visitas/relatórios da AI

📄 Representantes da Anistia Internacional visitaram o país em agosto e dezembro.

📄 Human rights defenders under attack in the Democratic Republic of the Congo (AFR 62/001/2010)

📄 DRC: Open Letter to His Excellency President Joseph Kabila – commission of inquiry on the death of Floribert Chebeya Bahizire (AFR 62/007/2010)

📄 Democratic Republic of the Congo: Mass rapes in Walikale – Still a need

for protection and justice in Eastern Congo (AFR 62/011/2010)

📄 UN troops must remain in the Democratic Republic of the Congo, 5 March 2010

📄 Democratic Republic of the Congo must investigate activist's death, 2 June 2010

📄 Human rights activists targeted in the Democratic Republic of the Congo, 29 June 2010

📄 Justice urged for murder of human rights defender in the Democratic Republic of the Congo, 30 July 2010

📄 Action needed to investigate decade of crimes in the Democratic Republic of the Congo, 1 October 2010

RÚSSIA

FEDERAÇÃO RUSSA

Chefe de Estado:	Dmitry Medvedev
Chefe de governo:	Vladimir Putin
Penal de morte:	abolicionista na prática
População:	140,4 milhões
Expectativa de vida:	67,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	18/14 por mil
Taxa de alfabetização:	99,5 por cento

Defensores dos direitos humanos e jornalistas independentes continuaram enfrentando ameaças, assédios e ataques, cujas investigações produziram poucos resultados concretos. A liberdade de reunião e de expressão continuou sofrendo ataques por meio da proibição de manifestações, da dispersão violenta de protestos e da perseguição de indivíduos conforme previsto na legislação antiextremismo. A situação da segurança no norte do Cáucaso continuou frágil. Ataques de grupos armados e persistentes violações de direitos humanos, incluindo assassinatos, desaparecimentos forçados e tortura, continuaram afetando a região. Em toda a Rússia, foram frequentes as denúncias de tortura e outros maus-tratos cometidos por agentes policiais.

Informações gerais

Ao final do ano, a Rússia parecia ter suportado bem a crise econômica, sem apresentar nenhuma convulsão social, econômica ou política importante. Houve certa

melhora nas relações com vários países vizinhos e ocidentais.

A liderança continuou enfatizando o compromisso com a modernização, inclusive por meio do reforço do Estado de direito e da reforma do sistema judiciário. Contudo, a corrupção generalizada e a separação ineficaz de poderes foram amplamente percebidas como obstáculos a essa agenda.

O ano foi marcado por atividades de diversos movimentos sociais em todo o país, muitas vezes em nível local, sobre uma série de questões, incluindo violações dos direitos civis e políticos, preocupações ambientais e importantes necessidades sociais. Os protestos realizados em Moscou, São Petersburgo e em outros lugares, em sua maioria, foram pacíficos, embora várias ações não-autorizadas tenham sido dispersadas com uso de força excessiva pela polícia.

O forte viés político dos meios de comunicação impressos e de telerádiodifusão foi motivo de preocupações; porém, os meios eletrônicos mostraram mais pluralismo. Redes sociais e de vídeo digital online foram utilizadas criativamente para mobilizar o ativismo social e expor violações dos direitos humanos. Veículos da imprensa estatal, em particular a televisão, foram frequentemente usados para desacreditar políticos da oposição, líderes de países vizinhos e ativistas da sociedade civil.

As autoridades russas não investigaram casos de violações dos direitos humanos perpetradas pelas forças armadas em agosto de 2008, durante o conflito com a Geórgia. A Rússia e as autoridades de *facto* da Ossétia do Sul não cooperaram com as investigações do Conselho da Europa sobre o destino de pessoas desaparecidas, nem permitiram o acesso da Missão de Observação da UE às zonas afetadas pelo conflito na Ossétia do Sul.

Tortura e outros maus-tratos

Denúncias de tortura e outros maus-tratos cometidos por agentes de aplicação da lei, supostamente com o objetivo de extrair confissões ou extorquir, continuaram generalizadas. Casos de corrupção e cumplicidade entre a polícia, investigadores e procuradores foram amplamente percebidos como fatores comprometedores da eficácia de investigações e capazes de obstruir processos. Detentos relataram com frequência a aplicação de punições disciplinares ilegais e a negação de cuidados médicos necessários.

■ Na noite de 31 de agosto, Nikita Kaftasyev, de 17 anos, e um amigo foram detidos pela polícia em Kstovo, na região de Nijni Novgorod. Nikita Kaftasyev afirmou que ele e o amigo foram agredidos pela polícia. Eles ficaram detidos por uma noite na delegacia, onde as agressões continuaram. Nikita Kaftasyev sofreu ferimentos graves na genitália. Ele relatou que foi levado para casa na manhã seguinte pelos policiais, que então tentaram fazer sua mãe assinar uma declaração de que nada constava contra a polícia.

Sistema de justiça

A reforma do sistema judiciário continuou sendo apresentada como uma prioridade do governo. As mudanças, entretanto, permaneceram fragmentadas e só tiveram um impacto limitado sobre as deficiências estruturais inerentes ao sistema. As principais causas dessa situação foram a influência política e a corrupção generalizada dentro do sistema judicial. Após críticas generalizadas sobre abuso policial, inclusive partindo de dentro das agências de aplicação da lei, o governo apresentou um novo projeto de lei sobre a polícia. Organizações de direitos humanos expressaram preocupação com o fato de a proposta não introduzir mecanismos eficazes para responsabilizar os agentes policiais por abusos e violações dos direitos humanos.

Em uma ação cujo objetivo foi aumentar a independência das investigações criminais, o governo anunciou em setembro que o Comitê de Investigação seria transformado, a partir de 2011, em um órgão independente de investigação. Ele seria subordinado diretamente ao Presidente, sendo retirado do controle do Ministério Público Federal. O Comitê foi criado originalmente em 2007 com o objetivo de separar as funções de investigação e acusação.

Uma preocupação generalizada com casos de mortes sob custódia decorrentes da negação de tratamento médico adequado levou a mudanças na lei que regula a prisão preventiva. Prisões domiciliares e restrições ao uso de prisão preventiva foram introduzidas para pessoas suspeitas de crimes contra a economia. O Ministério Público Federal concluiu que o tratamento médico inadequado foi a causa da morte, na prisão, do advogado Sergei Magnitsky, em novembro de 2009. Entretanto, ninguém foi processado por isso.

Aumentou a preocupação com a independência do Ministério Público e do Poder Judiciário no decorrer

do segundo julgamento de Mikhail Khodorkovsky e Platon Lebedev por acusações relacionadas ao roubo do petróleo produzido pela YUKOS. As acusações aparentavam ter motivações políticas. Em 30 de dezembro, eles foram condenados, cada um, a um total de 14 anos de prisão, após um julgamento injusto marcado por violações processuais, incluindo assédio de testemunhas e recusa do juiz em ouvir testemunhas-chaves da defesa. Os dois deveriam, portanto, ser libertados em 2017, tendo em conta o tempo já passado na prisão.

Liberdade de reunião

A repressão contra o ativismo social continuou, especialmente contra grupos que levantaram questões polêmicas, que foram capazes de mobilizar a dissidência pública ou foram financiados a partir do exterior. Organizadores de mobilizações muitas vezes foram alvos de assédio e intimidação, inclusive por parte de policiais e de membros de organizações pró-governo. Várias manifestações pacíficas em Moscou e São Petersburgo foram declaradas não-autorizadas e dispersadas à força, resultando em dezenas de manifestantes detidos e mantidos sob custódia policial por várias horas. Alguns foram condenados a vários dias de detenção apenas por exercerem o direito à liberdade de reunião.

Em outubro, os ativistas que se reuniram no movimento “Estratégia 31” foram finalmente autorizados a organizar uma manifestação pacífica em prol da liberdade de reunião na praça Triumfalnaya, em Moscou. Em pelo menos 10 ocasiões, desde maio de 2009, o movimento teve negada a permissão para se reunir na praça.

Protestos públicos generalizados contra a construção de uma rodovia cortando a floresta Khimki, perto de Moscou, levaram à interrupção do projeto por alguns meses, ao mesmo tempo em que ativistas enfrentaram intimidações e assédio. Konstantin Fetisov, um dos manifestantes pacíficos contrários ao projeto, foi atacado por desconhecidos em novembro e ficou gravemente ferido.

Em outubro, numa decisão sem precedentes, um tribunal em São Petersburgo declarou que a interdição de uma parada de ativistas dos direitos LGBT pelo conselho municipal havia sido ilegal. Mais tarde, naquele mês, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos decidiu que a proibição das paradas pelas autoridades da cidade de Moscou em 2006, 2007 e

2008 havia violado o direito à liberdade de reunião pacífica e que os organizadores foram discriminados em função da orientação sexual.

Liberdade de expressão

Jornalistas, ativistas ecológicos, membros da oposição política e defensores dos direitos humanos enfrentaram perseguições, intimidações e ataques. As autoridades continuaram enviando mensagens contraditórias sobre a liberdade de expressão. Prometeram maior respeito e proteção aos jornalistas e ativistas da sociedade civil, ao mesmo tempo em que lançaram, ou não conseguiram conter, campanhas de difamação contra notórios críticos do governo.

Em novembro, o jornalista Oleg Kashin foi violentamente atacado em Moscou. O ataque provocou indignação generalizada e uma promessa do Presidente Medvedev de que o ato seria diligentemente investigado.

Investigações sobre ataques e assassinatos de outros proeminentes defensores dos direitos humanos e jornalistas produziram poucos resultados. O Comitê de Investigação continuou nomeando as mesmas pessoas como suspeitas do assassinato de Anna Politkovskaya, jornalista e defensora dos direitos humanos assassinada a tiros em outubro de 2006, apesar de eles terem sido absolvidos por falta de provas.

Definições vagas sobre a lei de combate ao extremismo foram frequentemente exploradas para restringir a liberdade de expressão.

■ Em janeiro, a Suprema Corte do Tartaristão confirmou a sentença de Irek Murtazin, ex-assessor de imprensa do presidente do Tartaristão, condenado em 2009 a 18 meses de prisão em uma colônia aberta por incitar o ódio contra o governo. Ele havia publicado um livro criticando as autoridades do Tartaristão.

■ Em julho, Andrei Yerofeev e Yuri Samodurov foram condenados e multados por incitar o ódio contra a Igreja ortodoxa. Em 2007, eles organizaram uma exposição intitulada “Arte Proibida 2006”, mostrando peças de arte contemporânea que haviam sido retiradas dos museus e exposições por causa do conteúdo polêmico.

■ Um membro das Testemunhas de Jeová foi julgado no final do ano na região de Gorny-Altai, sob a acusação de incitar o ódio depois de distribuir panfletos da denominação religiosa a que pertencia.

Defensores dos direitos humanos

O ambiente permaneceu difícil para defensores dos direitos humanos e ONG independentes.

Continuaram as ameaças, agressões, assédios administrativos e ataques públicos ao seu caráter e integridade, com a intenção de impedir seu trabalho e minar sua credibilidade perante o público.

■ Em abril, o Comitê de Investigação anunciou que havia identificado o assassino de Natalia Estemirova, defensora dos direitos humanos da Chechênia morta em 15 de julho de 2009. De acordo com a comissão de inquérito, os assassinos eram membros de um grupo armado, explicação amplamente posta em dúvida.

■ Em maio, Aleksei Sokolov, defensor dos direitos humanos, foi condenado a cinco anos de prisão por furto e roubo. Houve denúncias, na época, de que o processo judicial havia sido tendencioso. Em agosto, a sentença foi reduzida para três anos. Aleksei Sokolov foi transferido da região de Sverdlovsk, sua terra natal, para Krasnoyarsk, na Sibéria, para cumprir lá sua pena. Segundo consta, ele foi espancado e maltratado na viagem para Krasnoyarsk. Amigos e colegas permaneceram preocupados com o fato de a denúncia contra ele ter sido forjada para frustrar suas atividades relacionadas à proteção dos detentos.

■ Começou em setembro o julgamento de Oleg Orlov, chefe do centro de direitos humanos Memorial. Ele enfrentava acusações de calúnia após ter questionado a responsabilidade do presidente da Chechênia no assassinato da colega Natalia Estemirova, em julho de 2009.

Racismo

A violência motivada por questões raciais continuou sendo um problema sério. De acordo com dados preliminares do Centro SOVA de Informação e Análise, 37 pessoas morreram em consequência de crimes de ódio. Em abril, Eduard Chuvashov, juiz de Moscou, foi morto por indivíduos supostamente pertencentes a um grupo extremista, depois de ter condenado vários autores de crimes de ódio a longas penas de prisão. Em outubro, Vasilii Krivets, de 22 anos, foi condenado à prisão perpétua pelo assassinato de 15 pessoas de aparência não-eslava. A detenção de dois suspeitos do assassinato do advogado Stanislav Markelov e da jornalista Anastasia Baburova em janeiro de 2009 foi prorrogada até o final do ano. O inquérito anunciou que os dois suspeitos pertenciam a um grupo de extrema-direita e

planejaram matar Stanislav Markelov depois de ele ter representado a família de um militante antifascista assassinado.

Insegurança no norte do Cáucaso

A situação da segurança no norte do Cáucaso permaneceu instável, com a violência se alastrando continuamente além da Chechênia para as regiões vizinhas do Daguestão, Inguchétia, Cabardino-Balcária e Ossétia do Norte. As autoridades do governo reconheceram publicamente que as medidas tomadas para combater a violência armada não foram eficazes. Um grande número de policiais foi morto em ataques de grupos armados que também visaram civis indiscriminadamente em atentados suicidas. Em setembro, consta que um carro-bomba matou pelo menos 17 pessoas e deixou mais de 100 feridas em Vladikavkaz, na Ossétia do Norte.

Por todo o norte do Cáucaso, policiais foram acusados de violações dos direitos humanos. Dentre as acusações estão detenção ilegal, tortura e, em alguns casos, execução extrajudicial de pessoas suspeitas de pertencer a grupos armados. Houve uma completa falta de investigações eficazes e de responsabilizações por essas violações dos direitos humanos. Jornalistas e ativistas de direitos humanos que relataram tais violações enfrentaram intimidações e assédio.

Em sessão no mês de junho, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa debateu a eficácia dos mecanismos legais de combate a violações dos direitos humanos no norte do Cáucaso. O órgão exortou as autoridades russas a implementarem as decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e a se absterem de cometer atos ilegais no transcorrer da luta contra os grupos armados e o terrorismo.

Chechênia

Os parentes de pessoas suspeitas de serem combatentes armados continuaram denunciando estarem sendo perseguidos. Jornalistas e organizações da sociedade civil enfrentaram controles rigorosos e intimidações por parte das autoridades. Autoridades do governo dificultaram as investigações sobre desaparecimentos forçados, tortura e detenção ilegal, ao se recusarem a cooperar com as autoridades investigadoras.

■ Em fevereiro, pelo menos quatro civis chechenos teriam sido deliberadamente mortos pelos órgãos de

segurança enquanto colhiam alho selvagem na fronteira entre a Chechênia e a Inguchétia. As autoridades afirmaram que haviam matado combatentes armados, numa operação realizada em território restrito, mas os sobreviventes do grupo de catadores de alho contaram uma versão diferente. Pelo menos uma das vítimas foi esfaqueada; outras, fuziladas à queima-roupa.

■ Islam Umarpashaev, de Grozny, foi liberado em abril, após ter sido mantido incomunicável e acorrentado a um radiador, em local desconhecido, desde dezembro de 2009. Acredita-se que os responsáveis fossem integrantes dos órgãos de aplicação da lei. Ele não foi acusado de crime algum. Sua família entrou com uma queixa de detenção ilegal junto às autoridades e ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Islam Umarpashaev teve que passar a se esconder depois de libertado. Ele e sua família sofreram forte pressão para que retirassem as queixas. Em mais um sinal das crescentes restrições à liberdade de expressão das mulheres chechenas, foram relatados vários casos de mulheres sendo atingidas por armas de *paintball*, aparentemente por não usarem véu.

Daguestão

Segundo as autoridades, o número de ataques a policiais e a funcionários públicos aumentou em 20 por cento, enquanto organizações russas de direitos humanos relataram crescimento das detenções arbitrárias e dos desaparecimentos forçados. Advogados, jornalistas e defensores dos direitos humanos enfrentam ataques e assédios cada vez maiores.

■ Em junho, a advogada Sapiyat Magomedova foi supostamente espancada por policiais quando visitava um cliente que estava detido em uma delegacia na cidade de Khasavyurt. Ela foi posteriormente acusada de insultar funcionários públicos.

■ Em julho, outra advogada, Dzhamilya Tagirova, foi supostamente agredida por um investigador dentro de uma delegacia de polícia na capital Makhachkala, ao se opor à deturpação das declarações de seu cliente no relatório do interrogatório elaborado pelo policial. Mais duas advogadas do Daguestão teriam sido agredidas por policiais no cumprimento de seus deveres como representantes legais.

■ Em 03 de junho de 2010, a Suprema Corte do Daguestão condenou Rasil Mamedrzaev a 15 anos de prisão pelo assassinato de Farid Babaev, chefe da

sucursal do partido “Yabloko” no Daguestão. Farid Babaev, que denunciou muitas violações dos direitos humanos no Daguestão e disputou eleições para o parlamento russo, foi assassinado em novembro de 2007.

■ Em julho, aos 14 anos, Makhmud Akhmedov foi detido pela polícia. Ele afirmou que, ao passar a noite sob custódia da polícia, foi torturado e sofreu outros maus-tratos, infligidos para extrair uma confissão de que ele teria roubado uma furadeira elétrica. Uma investigação criminal foi aberta, e quatro policiais foram formalmente acusados em dezembro.

Inguchétia

Apesar dos esforços do presidente da Inguchétia para promover o diálogo com as organizações independentes de direitos humanos, sérias violações continuaram, com jornalistas e ativistas dos direitos humanos sofrendo ameaças e ataques.

■ Em junho, os irmãos de Beslan e Adam Tsechoev foram detidos em sua casa por um grupo de policiais mascarados. Depois disso, sofreram maus-tratos e foram mantidos incomunicáveis por seis dias no departamento de polícia do distrito de Malgobek. Beslan Tsechoev permanecia detido no fim do ano. Apesar da natureza bem documentada de seus ferimentos, contando com o trabalho do Comissário dos Direitos Humanos da Inguchétia, o Ministério Público se recusou a abrir uma investigação criminal.

■ Em julho, consta que Mustafa Mutsolgov e Vakha Sapraliev foram executados extrajudicialmente por policiais que supostamente tiraram os dois do carro que estavam dirigindo, algemando-os antes de atirar à queima roupa. Em agosto, agentes mascarados de aplicação da lei espancaram e maltrataram Alikhan Mutsolgov, pai de Mutstafa Mutsolgov, e levaram seu irmão Magomed, de 15 anos de idade, depois submetido a torturas e outros maus-tratos, para forçá-lo a envolver o irmão falecido em atividades ilegais. Até o final do ano, os membros da família ainda aguardavam confirmação de que as queixas prestadas estavam sendo investigadas.

Visitas/relatórios da AI

🗺 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Inguchétia em novembro.

📄 Federação Russa: Briefing to the UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women (EUR 46/022/2010)

SÍRIA

REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

Chefe de Estado:	Bashar al-Assad
Chefe de governo:	Muhammad Naji al-'Otri
Penal de morte:	retencionista
População:	22,5 milhões
Expectativa de vida:	74,6 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	21/16 por mil
Taxa de alfabetização:	83,6 por cento

As autoridades continuaram intolerantes com os dissidentes. Pessoas que criticavam o governo, incluindo as que defendem direitos humanos, foram submetidas à prisão e detenção após processos injustos de julgamento, além de serem proibidas de viajar ao exterior. Algumas delas eram prisioneiras de consciência. As ONGs de direitos humanos e os partidos políticos de oposição não obtiveram permissão legal para funcionarem. As forças de segurança do Estado e a polícia seguiram praticando impunemente a tortura e outros maus-tratos, sendo que ocorreram pelo menos oito mortes suspeitas sob custódia. O governo não elucidou o destino de 49 prisioneiros desaparecidos desde o violento incidente ocorrido em 2008, na Prisão Militar de Saydnaya, e não se dispôs a prestar contas pelas milhares de vítimas de desaparecimentos forçados de anos anteriores. As mulheres foram submetidas à discriminação e à violência de gênero; pelo menos 22 pessoas, a maioria mulheres, foram vítimas dos chamados crimes de honra. Os membros da minoria curda continuaram a ser privados de acesso igualitário aos direitos econômicos, sociais e culturais. Pelo menos 17 pessoas foram executadas, incluindo uma mulher que teria sido vítima de violência física e sexual.

Informações gerais

A Síria segue sob estado de emergência nacional, em vigor desde 1963, o qual confere às autoridades poderes arbitrários de prisão e detenção.

Em janeiro, foi adotada uma legislação progressista que proíbe e criminaliza o tráfico de pessoas.

Em julho, o Ministério da Educação Superior proibiu as mulheres de usarem o *niqab* (véu que cobre o rosto) nas universidades.

Em setembro, o relator especial da ONU sobre o

direito à alimentação manifestou preocupação com a estimativa de que entre 2 e 3 milhões de pessoas na Síria viviam em situação de “extrema pobreza” e insistiu com o governo para que desenvolva uma ampla estratégia nacional com o objetivo de efetivar o direito a uma alimentação adequada. Em outubro, mandados de prisão foram expedidos contra 33 cidadãos libaneses e de outras nacionalidades, em resposta a uma ação iniciada por Jamil al-Sayyed, um dos quatro servidores públicos libaneses de alto escalão detidos por mais de três anos no Líbano, sem acusação ou julgamento, em conexão com a investigação do assassinato do ex-primeiro-ministro libanês, Rafic Hariri, em 2005. Os quatro tinham sido libertados pelas autoridades libanesas em 2009, depois que o promotor do Tribunal Especial para o Líbano (TEL) confirmou que esse tribunal não teria condições de indiciá-los dentro dos prazos legais.

Houve informações de que estaria sendo cogitada uma nova legislação voltada a intensificar o controle sobre os meios de comunicação na internet.

Repressão às diferenças de opinião

As autoridades seguiram utilizando os poderes consentidos pelo estado de emergência para punir e silenciar quem critica o governo, incluindo ativistas políticos, pessoas que defendem direitos humanos, defensores das minorias curdas e editores de blogs críticos. Várias dessas pessoas foram arbitrariamente presas e detidas por longos períodos sem julgamento ou encarceradas após julgamentos injustos, seja perante a Suprema Corte da Segurança do Estado (SCSE) ou tribunais militares ou criminais. As ONGs de direitos humanos não conseguiram obter licenças para operar, expondo seus membros advogados a ações disciplinares por parte da Ordem dos Advogados, controlada pelo governo. Centenas de pessoas consideradas dissidentes, incluindo ex-prisioneiros políticos e seus familiares, foram impedidas de viajar para fora do país; algumas foram impedidas de trabalhar no setor público.

■ Muhannad al-Hassani, um destacado advogado na área de direitos humanos, foi sentenciado a três anos de prisão, em junho, após ser condenado pelo Tribunal Penal de Damasco por “enfraquecer o sentimento nacionalista” e disseminar “notícias falsas” ao publicar na internet informações sobre julgamentos injustos perante a SCSE. Ele cumpre pena na prisão de Adra,

próxima a Damasco, onde, em outubro, foi atacado por outro preso que fora transferido para sua cela.

■ Haytham al-Maleh, de 79 anos, um advogado defensor de direitos humanos e crítico do governo, foi sentenciado, em julho, a três anos de prisão, após ser condenado por “enfraquecer o sentimento nacionalista” e disseminar “notícias falsas”, em razão de comentários que fez durante uma entrevista concedida por telefone, em setembro de 2009, a um canal estrangeiro de TV via satélite. Ele se encontra preso na prisão de Adra, onde teme-se por sua saúde; ele sofre de diabetes e de outras doenças.

■ Três dirigentes do partido curdo não autorizado Yekiti seguem detidos em regime incomunicável na prisão de Adra, enquanto transcorre o julgamento perante a SCSE. Hassan Saleh, Marouf Mulla Ahmed e Muhammad Ahmed Mustafa foram acusados de “visarem à separação de parte das terras sírias” e de “se unirem a uma organização internacional social ou política”. Se condenados, terão que cumprir longas penas de prisão. Eles foram presos pouco depois de terem supostamente clamado por autonomia nas áreas curdas da Síria, durante uma conferência do Partido Yekiti, em dezembro de 2009.

■ Raghdah Said Hassan, escritora, foi presa em fevereiro, mantida sob detenção em regime incomunicável por três meses e, só então, acusada de “enfraquecer o sentimento nacionalista” e disseminar “notícias falsas”. Ao final de 2010, ela seguia detida no presídio feminino de Douma, enquanto transcorria o julgamento perante um tribunal penal militar.

■ Radeef Mustafa, advogado e figura destacada do não-autorizado *Comitê Curdo para os Direitos Humanos na Síria* (RASED), está respondendo a procedimentos disciplinares da Ordem dos Advogados da Síria por se engajar em tais atividades e por criticar o estado de emergência em artigos que publicou na internet; ele corria o risco de ser proibido de atuar como advogado.

■ Suhair Atassi, presidenta do *Fórum Jamal Atassi*, um grupo não-autorizado de discussão pró-democracia, foi uma entre pelo menos sete pessoas defensoras de direitos humanos e ativistas políticas impedidas de viajar para o exterior.

Segurança e combate ao terrorismo

Supostos islamistas e supostos membros da proscribita Irmandade Muçulmana foram submetidos à prisão arbitrária, detenção prolongada, tortura e outros

maus-tratos, assim como a julgamentos injustos, em geral perante a SCSE, que raramente impõe sentenças de prisão inferiores a cinco anos. Os acusados de pertencerem à Irmandade Muçulmana foram sentenciados à morte, mas suas sentenças foram imediatamente comutadas para 12 anos de prisão. Centenas de prisioneiros islamistas condenados estão presos na Prisão Militar de Saydnaya, onde as condições são precárias.

■ O destino e paradeiro de Nabil Khilioui, suspeito de ser islamista e detido por agentes da Inteligência Militar em agosto de 2008, continuam ignorados; ele foi vítima de desaparecimento forçado.

■ Usra al-Hassani foi presa em 2 de janeiro e mantida incomunicável por vários meses. No final do ano, ela continuava sob detenção, sem acusação, na prisão de Adra. Ela já havia sido detida em regime incomunicável, por quase um ano, antes de julho de 2009, por contatar uma organização internacional a respeito da detenção de seu marido por autoridades estadunidenses na Baía de Guantánamo. Ziad Ramadan, que fora colega de trabalho de um suspeito do assassinato do ex-primeiro-ministro Rafic Hariri, em 2005, segue detido, desde julho de 2005, sem acusação e em precárias condições, no Departamento Palestino da Inteligência Militar em Damasco, apesar de o TEL ter informado às autoridades sírias que não via razão para sua detenção.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos foram utilizados indiscriminada e impunemente em delegacias de polícia e centros de detenção das agências de segurança. Segundo relatos, supostos islamistas e membros das minorias curdas foram submetidos aos piores abusos. Tanto a SCSE quanto outros tribunais, com frequência condenaram réus com base em “confissões” que teriam sido extraídas mediante tortura ou outras coações.

■ Abdelbaqi Khalaf, um ativista sírio-curdo pró-democracia, preso em setembro de 2008, segundo relatos, permaneceu por oito dias algemado pelos pulsos a uma parede, foi torturado e sofreu outros maus-tratos ao longo de mais de um ano em que esteve detido incomunicável. Segundo consta, em agosto de 2010, ele foi torturado para que “confessasse” ter matado dois membros das forças de segurança. Ele segue preso na prisão de Adra.

Em maio, o Comitê contra a Tortura da ONU manifestou preocupações com relação a “inúmeros,

contínuos e consistentes” informes de tortura praticada pelos próprios agentes policiais e investigadores, ou com seu incentivo ou conivência, particularmente nas unidades de detenção. O Comitê criticou ainda a vigência “quase permanente” do estado de emergência, que “permite a suspensão de direitos e liberdades fundamentais”. O governo não deu resposta e, até o final de 2010, não havia implementado nenhuma das várias recomendações do Comitê.

Mortes sob custódia

Há informações de que oito mortes ocorreram sob custódia, possivelmente resultantes de tortura. Não há informação de que qualquer uma delas tenha sido investigada pelas autoridades.

■ Jalal al-Koubaisi morreu sob custódia da Segurança Penal poucos dias depois de sua prisão, ocorrida em 27 de maio, aparentemente por estimular pessoas a comprar em um determinado estabelecimento. Ele foi mantido incomunicável. No dia 1º de junho, sua família foi informada de que deveria ir até o hospital para recolher seu corpo, que apresentava hematomas e outras marcas que indicavam tortura. Não se tem conhecimento de qualquer investigação oficial sobre o fato.

Impunidade

As autoridades não se dispuseram a prestar contas sobre as milhares de pessoas, na maioria islamistas, que desapareceram no final dos anos 70 e início dos 80. Tampouco sobre outras pessoas desaparecidas no Líbano por ação de forças sírias ou de milícias libanesas e palestinas pró-Síria, que posteriormente as entregaram às forças sírias, nos anos que antecederam sua retirada do Líbano, em abril de 2005. O governo também não esclareceu os fatos ocorridos na Prisão Militar de Saydnaya, em julho de 2008, quando, conforme relatos, 17 prisioneiros e cinco outras pessoas foram mortas. Desde então, nenhuma informação foi divulgada, nem se tem conhecimento de contatos com os 49 prisioneiros que lá estavam na ocasião. Em maio, o Comitê contra a Tortura da ONU insistiu que o governo realizasse uma investigação independente e que “informasse às famílias daqueles prisioneiros se eles estavam vivos e ainda na prisão”.

■ Nizar Ristnawi, um prisioneiro de consciência e um dos 49 presos de Saydnaya cujo destino seguiu

desconhecido, deveria ter sido libertado em 18 de abril de 2009, quando sua sentença de quatro anos expirou. Em março de 2009, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias declarou arbitrária a sua detenção e insistiu que o governo “tomasse as medidas necessárias para remediar sua situação”.

Discriminação e violência contra mulheres e meninas

As mulheres enfrentaram discriminação na lei e na prática, além de altos índices de violência, especialmente no âmbito familiar. Continuam vigentes as leis que conferem às mulheres status inferior ao dos homens, especialmente a Lei do Status Pessoal que regula o casamento e sua dissolução, herança e outras questões. Tal discriminação é reforçada pelos costumes.

As mulheres e as meninas não recebem proteção adequada contra a violência doméstica: o Código Penal prescreve penas mais leves para assassinato e outros crimes violentos cometidos contra mulheres quando a defesa da família e da “honra” é considerada um fator atenuante. Houve relatos de que pelo menos 16 mulheres, dois homens e quatro adolescentes menores de 18 anos foram vítimas dos chamados crimes de honra. Em novembro, um estudo conjunto realizado pelo governo e pelo Fundo de População das Nações Unidas constatou que uma em cada três mulheres sofre violência doméstica na Síria. Foi informado que o governo estaria planejando instituir uma Unidade Nacional de Proteção da Família e um Observatório Nacional da Violência Doméstica.

Discriminação – minoria curda

Os curdos, que compõem cerca de 10 por cento da população e vivem majoritariamente no nordeste, continuaram a sofrer discriminações com base em sua identidade, inclusive restrições contra o uso de sua língua e a expressão de sua cultura. Dezenas de milhares de sírios curdos são efetivamente apátridas, o que restringe ainda mais seu acesso aos direitos sociais e econômicos.

■ Luqman Ibrahim Hussein e outras três pessoas foram detidas por 39 dias, aparentemente por aderirem a um protesto de um minuto de silêncio, em 10 de setembro, em Amudah. Eles estavam protestando contra o Decreto Legislativo 49, de 2008, que amplia as restrições aos direitos à moradia e à

propriedade em áreas de fronteira, inclusive as áreas da fronteira nordeste, predominantemente habitadas pelos curdos. No dia 9 de novembro, enquanto estavam em liberdade condicional, os quatro foram sentenciados a um mês de prisão; porém, não foram detidos porque já haviam estado presos por um mês.

Refugiados e requerentes de asilo

A Síria continuou recebendo centenas de milhares de refugiados iraquianos, que ganharam acesso às infraestruturas de educação e de saúde, mas que continuam tendo negado o direito ao trabalho.

Em 1º de fevereiro, as autoridades e as agências da ONU fecharam permanentemente o já deserto campo de Al Tanf, na área de fronteira entre o Iraque e a Síria, onde tinham vivido refugiados palestinos que durante longo tempo residiram no Iraque. Dos 1.300 refugiados palestinos que, em diferentes épocas, viveram neste campo, cerca de 1.000 foram realocados para um terceiro país, enquanto os demais foram temporariamente transferidos para o campo de Al Hol, no nordeste da Síria.

Pena de morte

Sentenças de morte continuaram a ser impostas e pelo menos 17 pessoas foram executadas, embora os números reais possam ter sido muito maiores. As autoridades raramente divulgam informação sobre execuções.

■ Eliaza al-Saleh foi executada juntamente com Ahmed al-Abbas e Mazen Bassouni, em 4 de novembro. A mulher e os dois homens haviam sido condenados pelo assassinato do marido dela. As evidências de que, durante anos, Eliaza sofrera violência física e sexual por parte do marido foram aparentemente ignoradas no julgamento e na apelação. Sua família soube da execução três dias depois de ocorrida. Em dezembro, a Síria estava entre uma minoria dos Estados-membros que votaram contra uma resolução da Assembleia Geral da ONU pedindo uma moratória mundial das execuções.

Visitas/relatórios da AI

👤 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Síria em junho para investigações sobre os direitos das mulheres. A delegação se reuniu com o vice-ministro do Bem-Estar Social.

📄 'Your son is not here', Disappearances from Syria's Saydnaya Military Prison (MDE 24/012/2010)

SRI LANKA

REPÚBLICA SOCIALISTA DEMOCRÁTICA DO SRI LANKA

Chefe de Estado e de governo:	Mahinda Rajapaksa
Penal de morte:	abolicionista na prática
População:	20,4 milhões
Expectativa de vida:	74,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	21/18 por mil
Taxa de alfabetização:	90,6 por cento

Além de não ter sido eficiente no combate à impunidade para violações de direitos humanos cometidos no passado, o governo do Sri Lanka continuou submetendo cidadãos a tortura, desaparecimentos forçados e outros maus-tratos. Várias restrições à liberdade de expressão, de associação e de reunião foram impostas pelas autoridades. Milhares de cidadãos tãmeis suspeitos de vínculos com os Tigres de Libertação da Pátria Tamil (Tigres Tameis) permaneceram detidos sem acusação. Os dois lados do conflito que terminou em maio de 2009 foram acusados de crimes de guerra. A Anistia Internacional pediu uma investigação internacional independente.

Informações gerais

O presidente Mahinda Rajapaksa foi eleito para um segundo mandato em janeiro, quando ocorreu a primeira eleição em tempos de paz em 26 anos. Seu principal adversário, Sarath Fonseka, ex-chefe do Estado Maior do Exército do Sri Lanka, foi preso após a eleição, acusado de envolvimento em atividades políticas enquanto atuava no serviço militar e de corrupção em um contrato de compra de armas, pelo que recebeu uma pena de prisão de 30 meses em setembro. Sarath Fonseka também enfrentou acusações criminais, incluindo a de ter publicado falsas denúncias, em um jornal local, de que o secretário de Defesa do Sri Lanka havia ordenado o assassinato de membros dos Tigres Tameis que já haviam se rendido, em maio de 2009. Jornalistas e sindicalistas suspeitos de apoiarem a oposição foram vítimas de atos de repressão pós-eleitoral.

Em março, o secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, anunciou que planejava criar um Painel de Especialistas para aconselhá-lo sobre questões relativas à prestação de contas no Sri Lanka. O Presidente Rajapaksa protestou contra o anúncio e

nomeou uma Comissão (*ad hoc*) de Lições Aprendidas e Reconciliação para analisar o fracasso do cessar-fogo de 2002. No entanto, nos termos de referência da comissão especial não constou nenhuma menção a prestação de contas por violações dos direitos humanos ou do direito humanitário. Em agosto, o Sri Lanka perdeu o acesso preferencial ao mercado europeu por não ter conseguido corresponder a um conjunto de exigências definidas pela Comissão Europeia para tentar resolver as deficiências do país no tocante à aplicação das três convenções da ONU sobre direitos humanos.

O resultado das eleições parlamentares de abril, as subsequentes nomeações ministeriais e a nova legislação do país consolidaram o poder nas mãos da família Rajapaksa, que controlava cinco dos principais ministérios e mais de 90 instituições públicas. Em setembro, uma emenda constitucional removeu o limite de dois mandatos presidenciais e deu ao presidente controle direto sobre nomeações para importantes instituições de proteção dos direitos humanos, dentre as quais a Comissão Nacional de Polícia, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Serviços Judiciários.

As autoridades continuaram impedindo a entrada de organizações de direitos humanos e outros observadores independentes para conduzir investigações no país. Em outubro, a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e o International Crisis Group recusaram um convite para depor perante a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação, apontando deficiências graves da comissão, dentre as quais a inadequação de seu mandato, garantias insuficientes de independência e falta de proteção a testemunhas.

Desalojados internos

Cerca de 20 mil das cerca de 300 mil pessoas deslocadas pelo conflito armado em 2009 permaneceram em acampamentos para desalojados mantidos pelo governo na região norte do país. Abrigos e postos de saúde continuaram se deteriorando. O ministro da Defesa do Sri Lanka continuou controlando o acesso humanitário a esses acampamentos e a áreas de reassentamento. Muitas das famílias que deixaram os campos ainda viviam em condições precárias e continuaram dependendo de ajuda para se alimentar. Dezenas de milhares

permaneceram com famílias hospedeiras e cerca de 1.400 foram mantidas em locais de transição.

Abusos cometidos por grupos armados aliados do governo

Grupos armados tãmeis aliados ao governo continuaram operando no Sri Lanka e cometendo abusos e violações, como ataques a críticos, sequestro de reféns por resgate, desaparecimentos forçados e assassinatos.

■ Em março, o ex-parlamentar Suresh Premachandran acusou membros do Partido Democrático Popular do Eelam em Jaffna pelo assassinato de Thiruchelvam Kapilthev, de 17 anos. Segundo Suresh Premachandran, a polícia ignorou as declarações de amigos da vítima que comprometiam o partido. Ele disse, ainda, que os assassinos foram protegidos devido às eleições parlamentares que logo seriam realizadas.

Desaparecimentos forçados

Houve denúncias de desaparecimentos forçados e de sequestros motivados por resgates, orquestrados por membros das forças de segurança, em várias partes do Sri Lanka, especialmente em Colombo e no norte e leste do país. Centenas de membros dos Tigres Tãmeis que, segundo consta, não foram mais vistos após sua rendição ao exército, em 2009, continuaram desaparecidos.

■ Em depoimento à Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação em agosto, uma testemunha ocular disse aos membros da comissão que parentes dela, incluindo duas crianças, se renderam ao exército na área de Vadduvaikkal, em maio de 2009. Da última vez que ela os viu, as pessoas rendidas estavam sendo conduzidas em 16 ônibus pela estrada de Mullaitivu. Ela disse que procurou pelos familiares em prisões e centros de detenção, mas nunca conseguiu localizá-los. Dois padres que encorajaram as pessoas a se renderem também estão desaparecidos.

Prisões e detenções arbitrárias

O governo do Sri Lanka continuou se amparando na Lei de Prevenção ao Terrorismo e em normas de exceção para garantir às autoridades amplos poderes para prender e deter suspeitos e, ainda, para contornar procedimentos normais de proteção contra prisões e detenções arbitrárias. Em abril, a Anistia Internacional apelou ao novo Parlamento do Sri Lanka

para que suspendesse o estado de emergência, em vigor quase continuamente desde 1971, e que abolisse a Lei de Prevenção ao Terrorismo e outras legislações e regulamentos de segurança associados. Em maio, as autoridades suspenderam algumas das normas de exceção que restringiam a liberdade de expressão e de associação e permitiram o registro de domicílio, mas outras leis contendo disposições semelhantes permaneceram em vigor.

Milhares de pessoas suspeitas de ligações com os Tigres Tameis foram detidas sem acusação ou julgamento para investigações ou “reabilitação”. Cerca de 6 mil, dentre as mais de 11 mil pessoas detidas arbitrariamente em 2009 para “reabilitação”, permaneceram em campos de detenção, sem acesso a advogados, a tribunais ou ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Muitos deles tiveram acesso limitado às suas famílias no decorrer do ano. Houve também evidências de detenções secretas no norte do país. Segundo fontes oficiais, entre 700 e 800 pessoas detidas, mantidas separadas e identificadas pelo Estado como membros “extremistas” dos Tigres Tameis, seriam investigadas pelas autoridades com vistas a eventuais processos. Outras centenas de pessoas foram detidas sem acusação em carceragens policiais e nas prisões do sul do país com base na Lei de Combate ao Terrorismo e em normas de exceção. Algumas delas permanecem há anos nessa situação. A maioria dos detidos era tâmil, outros eram cidadãos cingaleses.

■ Em outubro, um advogado representando quatro homens cingaleses acusados de apoiar os Tigres Tameis afirmou que seus clientes foram detidos sem acusação por quase três anos. Os cidadãos estavam entre os 25 ativistas sindicais e jornalistas sequestrados em fevereiro de 2007 e, mais tarde, localizados sob custódia da Divisão Policial de Investigação contra o Terrorismo. Desses, 21 cidadãos acabaram libertados pelos tribunais, sem acusação.

Tortura e outros maus-tratos

A polícia e os militares continuaram torturando, ou pelo menos maltratando, as pessoas detidas. Dentre as vítimas se encontram cidadãos tãmeis detidos por suspeita de ligações com os Tigres Tameis e indivíduos presos por suspeita de infrações “corriqueiras”. Algumas pessoas morreram na prisão após serem torturadas pela polícia.

■ Em um depoimento gravado em vídeo e disponibilizado pela ONG Janasansadaya, do Sri

Lanka, Samarasinghe Pushpakumara contou que foi detido, em 10 de novembro, e torturado pela polícia de Beruwala, depois de um policial ter fingido querer contratá-lo como motorista para, em seguida, prendê-lo por roubo. Samarasinghe Pushpakumara disse ter sido agredido, ameaçado com denúncias criminais por porte de drogas ou bombas e ameaçado de morte. Ele foi vendado e amarrado a uma cama por dois dias antes de ser liberado sem acusação pela polícia, mas com uma advertência para se manter calado sobre o tratamento recebido.

Execuções extrajudiciais

Prosseguiram os relatos de homicídios policiais de supostos delinquentes em “confrontos” ou tentativas de “fuga” aparentemente forjados. Muitas vezes, as descrições fornecidas pela polícia para tais ocorrências foram notavelmente semelhantes.

■ A ONG *Comissão Asiática de Direitos Humanos* informou que três homens, de diferentes localidades, haviam morrido sob custódia em setembro: Suresh Kumar, de Matale; Ranmukage Ajith Prasanna, de Embilipitiya; e Dhammala Arachchige Lakshman, de Hanwella. Em cada um dos casos a polícia alegou que a vítima havia sido levada da delegacia para que identificasse um esconderijo de armas, tentou fugir e foi baleada.

Impunidade

Não houve nenhum progresso aparente nas investigações sobre violações dos direitos humanos cometidas pela polícia, por militares e por outras entidades oficiais e privadas; processos judiciais não progrediram. Autoridades militares e civis rejeitaram as denúncias de que as forças do Sri Lanka haviam violado o direito internacional humanitário na fase final do conflito armado, encerrado em maio de 2009, e fizeram repetidas declarações públicas afirmando que o índice de morte de civis foi “zero”.

Em 6 de julho, o ministro Wimal Weerawansa liderou uma manifestação que fechou temporariamente o escritório da ONU em Colombo, em uma tentativa mal sucedida de forçar o secretário-geral Ban Ki-Moon a afastar o painel de especialistas.

Centenas de pessoas que buscam notícias de parentes que desapareceram depois de presos pelo exército tentaram depor perante a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação, quando sessões foram realizadas, a partir de agosto, no norte e no

leste do país. Poucas conseguiram falar com os integrantes e, segundo alegam, as testemunhas foram fotografadas e ameaçadas. O relatório interino da comissão fez recomendações úteis para garantir os direitos dos detidos e para lidar com outros descontentamentos da população, mas não conseguiu abordar a necessidade de prestação de contas.

Suspeitos de violações dos direitos humanos continuam ocupando cargos de confiança no governo.

Em novembro, o governo investigou denúncias de que os Tigres Tameis mataram soldados capturados enquanto o exército avançava em direção a Kilinochchi, mas continuou rejeitando as alegações de que suas próprias forças mataram civis e adversários capturados durante o conflito armado.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos continuaram a ser presos, sequestrados, agredidos e ameaçados de forma arbitrária no país.

■ Pattani Razeek, diretor da ONG *Community Trust Fund*, do Sri Lanka, desapareceu em 11 de fevereiro ao viajar da cidade de Polonnaruwa para a cidade de Valaichchenai, no leste do país. A família prestou queixa à polícia local na cidade onde ele morava, Puttalam, e também relatou seu desaparecimento forçado à Comissão de Direitos Humanos do Sri Lanka; porém, seu paradeiro não foi localizado. Um indivíduo suspeito, que teria conexões políticas e que foi acusado de exigir resgate, continuava em liberdade.

Jornalistas

Jornalistas foram agredidos fisicamente, sequestrados, intimidados e assediados, tanto por funcionários e membros do governo quanto por grupos armados aliados. Pouco foi feito para investigar os ataques ou levar os infratores à justiça.

■ Prageeth Eknaligoda, crítico ferrenho do governo do Sri Lanka, desapareceu em 24 de janeiro. Ele conduziu reportagens sobre as eleições presidenciais de 26 de janeiro e havia concluído uma análise que favoreceu o candidato da oposição, Sarath Fonseka. Segundo a polícia, as investigações não revelaram nada sobre o paradeiro ou as circunstâncias do desaparecimento do jornalista. Um pedido de habeas corpus impetrado por sua família na Suprema Corte de Colombo foi submetido a sucessivos atrasos.

■ Em maio, o ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka anunciou que o governo perdoaria J. S. Tissainayagam, o primeiro jornalista a ser condenado no país no âmbito da Lei de Prevenção ao Terrorismo. Em janeiro, após recurso, ele foi libertado sob fiança e, em junho, abandonou o Sri Lanka.

SUDÃO

REPÚBLICA DO SUDÃO

Chefe de Estado e de governo:	Omar Hassan Ahmed Al Bashir
Pena de morte:	retencionista
População:	43,2 milhões
Expectativa de vida:	58,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	117/104 por mil
Taxa de alfabetização:	69,3 por cento

Em Darfur e no Sudão do Sul, centenas de milhares de civis continuaram a sofrer os impactos do conflito armado e do acesso restrito à ajuda humanitária. O conflito em Darfur se ampliou, incluindo ataques a vilarejos, que resultaram em outros milhares de pessoas desalojadas. A violência sexual contra mulheres continuou frequente dentro e nos arredores dos campos para desalojados. Também cresceu o número de sequestros e de ataques a comboios humanitários. As violações de direitos humanos, principalmente por parte do Serviço Nacional de Informações e Segurança (SNIS), continuaram a ocorrer impunemente. Pessoas vistas como críticas do governo foram presas, torturadas ou maltratadas e processadas por exercerem seus direitos à liberdade de expressão, associação e reunião. Sentenças de morte foram proferidas, inclusive contra adolescentes. Mulheres, meninas e homens foram presos e açoitados no norte do país por causa de sua “vestimenta” ou “comportamento” em lugares públicos.

Informações gerais

Em abril, aconteceram eleições presidenciais e parlamentares. O Presidente Al Bashir foi reeleito em meio a denúncias de fraude e de manipulação de

votos, que levaram alguns dos principais partidos de oposição a se retirarem das eleições.

Os preparativos para o referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, agendado para 9 de janeiro de 2011, foram marcados por litígios entre o Partido do Congresso Nacional e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (MPLS). Questões polêmicas incluíram o registro de eleitores e a demarcação das fronteiras, especialmente na área de Abyei, uma região rica em petróleo e uma das três áreas de transição (junto com o Nilo Azul e Cordofão do Sul).

Em fevereiro, foram retomadas as negociações entre o governo e alguns grupos armados darfurianos, preparativas às conversações de paz em Doha, no Qatar, sob os auspícios da mediação conjunta da UA-ONU e do governo do Qatar. Um acordo-quadro para solucionar o conflito em Darfur, similar ao assinado em 2009, foi firmado em Doha, em 23 de fevereiro, pelo governo e pelo grupo armado de oposição Movimento por Justiça e Igualdade (MJI).

Em 1º de outubro, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renovou o mandato do perito independente sobre a condição dos direitos humanos no Sudão. Em outubro, uma delegação do Conselho de Segurança da ONU visitou o Sudão em razão dos preparativos para o referendo.

Uma conferência internacional de doadores e investidores para o leste do Sudão foi realizada em dezembro, no Kuwait. Essa região continua sendo marginalizada e enfrenta a proliferação de armas e a insegurança. Além disso, centenas de refugiados chegavam a cada mês de países vizinhos, como Eritreia, Etiópia e Somália.

Justiça internacional

Em 8 de fevereiro, o Tribunal Penal Internacional (TPI) decidiu não manter as acusações contra Bahar Idriss Abu Garda, líder da Frente Unida de Resistência, um grupo armado com base em Darfur. O Tribunal o havia citado com relação a três crimes de guerra ocorridos durante um ataque contra forças de paz da Missão da União Africana no Sudão (AMIS), em Haskanita, em 2007. Em 18 de maio de 2009, ele compareceu voluntariamente perante o TPI. Em 23 de abril de 2010, a câmara de instrução preliminar rejeitou o recurso do Promotor do TPI e se recusou uma vez mais a manter as acusações.

Em 17 de junho, Abdallah Banda Abbaker Nourein, comandante em-chefe da liderança coletiva

do MJI, e Saleh Mohammed Jerbo Jamus, ex-chefe do estado maior da Unidade – facção do Exército de Libertação do Sudão –, que então aderira ao MIJ, compareceram perante o TPI. A audiência de confirmação das acusações contra eles foi realizada em 8 de dezembro.

Em 12 de julho, o TPI emitiu outra ordem de prisão contra o Presidente Al Bashir por genocídio. A câmara de instrução considerou que havia razões suficientes para acreditar que o Presidente Al Bashir era culpado em três acusações de genocídio contra as comunidades étnicas dos fur, dos massalit e dos zaghawa.

A Assembleia da UA reafirmou em julho sua decisão de não cooperar com o TPI no que concerne à prisão e rendição do Presidente Al Bashir. A Assembleia solicitou que os Estados-membros da UA acatassem a decisão. Em julho e agosto, o Presidente Al Bashir visitou o Chade e o Quênia, ambos Estados-partes do Estatuto de Roma.

O governo sudanês não cooperou com o TPI. As três pessoas contra as quais o TPI havia emitido ordens de prisão – o Presidente Al Bashir, Ahmed Haroun, governador do Cordofão do Sul desde maio de 2009, e Ali Kushayb, ex-líder da milícia Janjaweed, que opera em Darfur – também permaneceram livres de processos no Sudão.

Conflito armado – Darfur

Em fevereiro, enquanto em Doha se discutia a possibilidade de um acordo de paz entre o governo e diversos grupos armados de Darfur, o governo lançou uma ofensiva militar nessa região. Confrontos armados entre tropas do governo e a facção Abdel Wahid do Exército de Libertação do Sudão (ELS), especialmente na área de Jebel Marra, em Darfur Ocidental, levou ao deslocamento de cerca de 100 mil pessoas entre fevereiro e junho. A Missão Conjunta da UA-ONU em Darfur (UNAMID) e organizações humanitárias tiveram seu acesso à área de Jebel Marra negado por vários meses. Também se agravaram os conflitos entre várias comunidades, exacerbados por cisões internas nos grupos armados. Em enfrentamentos intercomunitários e confrontos envolvendo tropas do governo, a facção Abdel Wahid do ELS e o MJI provocaram a morte de centenas de civis.

O acordo-quadro firmado em Doha incluiu uma troca de presos, e, em fevereiro, o governo libertou 57 supostos prisioneiros do MJI. Cinquenta deles haviam

sido sentenciados à morte por tribunais especiais antiterrorismo, depois do ataque do MJI a Cartum, em maio de 2008.

Os governos do Sudão e do Chade formaram uma força conjunta para patrulhar suas fronteiras, e o governo do Chade negou acesso ao seu território a Khalil Ibrahim, líder do MIJ, que tinha suas principais bases no leste do Chade. Sendo assim, Khalil Ibrahim se refugiou na Líbia e o MJI voltou a Darfur. O acordo entre o MJI e o governo sudanês fracassou, provocando enfrentamentos militares, como os que ocorreram na área de Jebel Moon.

No campo de Kalma, em Darfur Meridional, confrontos armados ocorridos em julho entre partidários e opositores do processo de paz de Doha levaram a dezenas de mortes entre os residentes e forçaram metade deles a deixarem o campo. Por várias semanas, o governo negou o acesso à ajuda humanitária aos habitantes do local, enquanto aqueles que deixaram o campo não eram facilmente localizados pelas agências humanitárias.

Em setembro, o governo adotou uma nova estratégia para controlar o conflito em Darfur, estimulando o retorno “voluntário” das pessoas desalojadas internamente (PDIs) para suas áreas de origem e planejando substituir ações de recuperação por ações de desenvolvimento. A nova estratégia foi rejeitada por diversos grupos armados e por partidos políticos que alegaram que o governo estava tentando desmontar os campos e forçar as pessoas a voltar para seus vilarejos, enquanto buscava uma solução militar para o conflito.

■ Em julho, a polícia e o SNIS prenderam várias pessoas no campo de Kalma. Há informações de que pelo menos duas delas foram torturadas e permaneciam sob detenção incomunicável, sem acusação, no final do ano. Após as prisões, seis residentes do campo, dentre eles uma mulher, buscaram refúgio no centro de policiamento comunitário da UNAMID. Apesar de, segundo relatos, o governo ter apresentado à UNAMID ordens de prisão contra os cinco homens, a entidade se recusou a entregá-los sem garantias de sua segurança, inclusive de que eles não seriam torturados nem condenados à pena de morte.

■ Quatro PDIs do campo de Abushok, em Darfur Setentrional, que foram presas em agosto de 2009, com base na Lei de Emergência e Segurança Pública de 1997, continuavam sob detenção sem acusação.

Ao todo, treze PDIs foram presas após o assassinato de um xeque no campo. Sete foram libertadas em fevereiro e outras duas em setembro. Ainda que as acusações contra todas elas tenham sido retiradas após as primeiras investigações, os detidos foram transferidos para a prisão de Shalla e ficaram presos sem acesso a seus familiares ou a um advogado. Darfur Setentrional tem se mantido sob estado de emergência desde 2006, o que confere poderes extraordinários ao governador do estado e a outras autoridades para prender e deter pessoas sem acusação.

■ Em 1º de dezembro, uma consulta à sociedade civil, no contexto das negociações de Doha, foi realizada na Universidade de Zalingei, em Darfur Ocidental, com a presença do mediador qatariense e do mediador-chefe conjunto da UA-ONU, Djibril Bassolé. No lado de fora da universidade, estudantes que pediam prestação de contas pelos crimes em Darfur entraram em choque com estudantes que apoiavam o Partido do Congresso Nacional. Depois que a delegação partiu, o SNIS abriu fogo contra os manifestantes. Dois homens, um deles estudante, foram mortos e pelo menos nove pessoas ficaram feridas.

Conflito armado – Sudão do Sul

A população do Sudão do Sul e das três áreas de transição continuaram a ser afetadas pelos conflitos intercomunitários por questões relativas a criações de gado, a terras e a recursos naturais, embora a escala da violência tenha decrescido ao longo do ano. A proliferação de armas de pequeno porte e dos abusos contra os direitos humanos por parte de vários grupos, inclusive por soldados do Exército Popular de Libertação do Sudão, continuou a afetar as comunidades e os trabalhadores humanitários.

Apesar disso, dezenas de milhares de PDIs e de refugiados retornaram ao Sudão do Sul, vindos do norte e de países vizinhos, principalmente Uganda.

O Exército de Resistência do Senhor atacou vilarejos no Sudão do Sul. Segundo o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, até agosto, 25 mil pessoas haviam deixado suas casas em Equatória Ocidental, por medo dos ataques do grupo. A escalada dos ataques limitou o acesso das populações aos campos e plantações e aumentou a insegurança alimentar.

Detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos

Uma nova Lei de Segurança Nacional aprovada em dezembro de 2009 passou a vigorar em fevereiro. A lei manteve os amplos poderes do SNIS de prender e manter pessoas sob detenção sem supervisão judicial por até quatro meses e meio.

O SNIS continuou a prender e a deter ativistas políticos e defensores de direitos humanos, a mantê-los incomunicáveis, torturá-los, maltratá-los e a processá-los por exercerem pacificamente seus direitos à liberdade de expressão, reunião e associação. Os agentes do SNIS continuaram tendo imunidade contra processos e medidas disciplinares por violações de direitos humanos.

Em decorrência dessas práticas, os defensores de direitos humanos continuaram a fugir do país e a limitar suas atividades no Sudão.

■ Mohammed Moussa Abdallah Bahr El Din, um estudante da Faculdade de Educação da Universidade de Cartum, foi detido por agentes do SNIS em 10 de fevereiro. Seu corpo foi encontrado um dia depois em Cartum, com marcas de tortura que, segundo informações, incluíam cortes e queimaduras nas mãos e nos pés. Uma autópsia confirmou os sinais de tortura. Nenhuma investigação independente foi conduzida sobre as circunstâncias de sua morte.

■ Entre 30 de outubro e 3 de novembro, 13 pessoas foram presas pelo SNIS em Cartum, entre elas um advogado, um jornalista e vários jovens ativistas. Em dezembro, familiares tiveram permissão para visitar alguns deles na prisão, mas os detidos ainda não tiveram acesso a advogados. Todos são cidadãos darfurianos.

Liberdade de expressão – prisioneiros de consciência

Entre maio e agosto, o SNIS retomou a censura prévia à imprensa no norte do país e fechou vários jornais. Alguns deles não tiveram permissão para ser impressos durante todo o período de censura.

Jornalistas foram presos em razão de suas atividades profissionais.

No Sudão do Sul, os jornalistas também sofreram assédio e prisões arbitrárias, especialmente em razão da cobertura das eleições. Forças de segurança e soldados do Exército Popular de Libertação do Sudão prenderam e usaram de violência contra jornalistas e também contra fiscais eleitorais e membros da

oposição. Eleitores também foram assediados e intimidados em zonas eleitorais no sul do país.

■ O jornal *Rai Al Shaab*, ligado ao Partido do Congresso Popular, da oposição, foi fechado em maio. Cinco membros da equipe foram presos. Em julho, Abuzar Al Amin, vice-editor-chefe, foi sentenciado a cinco anos de prisão, enquanto Ashraf Abdelaziz, um dos editores do jornal, e Al Tahir Abu Jawhara, chefe da editoria de política, foram sentenciados a dois anos. Segundo informações, os jornalistas foram torturados ou sofreram maus-tratos na prisão.

■ Em 23 de abril, Bonifacio Taban Kuich, um apresentador da rádio Bentiu FM, foi preso pelas forças de segurança no hospital de Bentiu. Ele estava cobrindo um protesto contra os resultados das eleições locais, no estado de Unity, durante o qual a polícia teria atirado contra a multidão, matando duas pessoas e ferindo quatro. Segundo relatos, Bonifacio Taban Kuich foi espancado e interrogado sobre seu trabalho. Ele foi libertado sem acusações em 6 de maio.

Penas cruéis, desumanas e degradantes

A polícia de ordem pública continuou a prender mulheres, meninas e homens no norte do país por se vestirem ou se comportarem de forma “indecente” ou “imoral”, e os tribunais emitiram várias sentenças de açoitamento durante o ano. Mais restrições sobre comportamento em público foram introduzidas e, segundo relatos, a polícia de ordem pública constituiu comitês a fim de determinar critérios para prender pessoas com base em comportamento ou indumentária “indecente”.

Antes das eleições de abril, o Presidente Al Bashir reiterou seu compromisso com o regime de ordem pública, o conjunto de leis e estruturas que autoriza detenções e açoitamentos no norte do Sudão. A polícia de ordem pública continuou a chantagear mulheres e assediá-las sexualmente no momento da prisão e durante a detenção, além de perseguir mulheres em condições de vulnerabilidade, inclusive aquelas que se encontram em situação de pobreza, as desalojadas internas e as mulheres eritreias e etíopes que vivem em Cartum.

■ Continuou pendente no Tribunal Constitucional o recurso interposto por Lubna Hussein, uma jornalista que desacatou o regime de ordem pública ao levar seu caso a um tribunal comum, e que foi condenada, em setembro de 2009, por vestir calças.

■ Em agosto, 19 jovens foram presos pela polícia de

ordem pública em Cartum por se travestirem e usarem maquiagem. Eles não tiveram permissão para consultar advogado e receberam 30 chicotadas perante uma plateia, segundo relatos, de cerca de 200 pessoas.

■ Em 14 de dezembro, dezenas de manifestantes se concentraram em Cartum, pedindo investigação sobre o açoitamento público de uma mulher por dois membros da polícia de ordem pública na presença de um juiz. O açoitamento havia sido filmado e foi amplamente divulgado. Mais de 60 homens e mulheres foram presos pelo SNIS e retidos até o anoitecer. Muitas mulheres foram espancadas ao serem detidas.

Pena de morte

Tanto no Sudão do Norte quanto no do Sul, os tribunais continuaram a proferir sentenças de morte, inclusive contra menores de idade. Ainda que 50 homens tenham sido libertados depois da assinatura do acordo-quadro pelas negociações de paz entre o MJI e o governo, em Doha, em fevereiro, 55 permaneceram na prisão aguardando os resultados de recursos contra suas sentenças de morte.

Acredita-se que oito dos 55 são menores de idade e, apesar de o governo ter assegurado que eles não seriam executados, até o final do ano suas sentenças não tinham sido comutadas.

■ Em 14 de janeiro, seis homens foram executados pelo assassinato de 13 policiais durante confrontos no campo de PDIs de Soba Aradi, ao sul de Cartum. A violência eclodiu depois que forças de segurança tentaram despejar os residentes do campo à força, em maio de 2005. Os seis homens obtiveram acesso a advogado apenas cinco meses depois de sua prisão. Segundo relatos, todos foram torturados para “confessar”. O Tribunal Constitucional manteve as sentenças de morte, apesar das denúncias de tortura.

■ Em 21 de outubro, um tribunal especial em Darfur sentenciou 10 homens à morte. Quatro deles, segundo informações, eram menores de 18 anos: Idriss Adam Abbaker, Abdallah Abdallah Daoud, Ibrahim Shareef Youssif e Abdelrazig Daoud Abdessed. Eles foram condenados por envolvimento em um ataque a uma caravana governamental escoltada, em Darfur Meridional. O julgamento não observou as normas internacionais para julgamentos justos. Apenas dois dos supostos adolescentes foram submetidos a exame médico para determinar sua idade. Idriss Adam

Abbaker foi confirmado como menor de idade e teve sua sentença comutada. Um exame médico confirmou que Abdallah Abdallah Daoud era menor de idade, mas um segundo exame determinou que ele tinha mais de 18 anos, o que foi aceito pelo tribunal.

Visitas/relatórios da AI

- Sudan: Briefing to international election observers (AFR 54/009/2010)
- Agents of fear: The National Security Service in Sudan (AFR 54/010/2010)
- Sudan: Doctors detained, risk of torture (AFR 54/020/2010)
- Sudan: Three journalists sentenced, one acquitted (AFR 54/025/2010)
- The chains remain: Restrictions on freedom of expression in Sudan (AFR 54/028/2010)
- Sudan: Activists held incommunicado in Sudan (AFR 54/036/2010)

TIMOR-LESTE

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR-LESTE

Chefe de Estado:	José Manuel Ramos-Horta
Chefe de governo:	Kay Rala Xanana Gusmão
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	1,2 milhões
Expectativa de vida:	62,1 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	92/91 por mil

Persistiu a impunidade para os responsáveis pelas graves violações dos direitos humanos cometidas no período da ocupação indonésia entre 1975 e 1999. A polícia e os militares estiveram envolvidos em denúncias de maus-tratos e de uso excessivo da força. Os índices de violência doméstica permaneceram elevados, apesar da promulgação de uma lei para reverter essa situação.

Informações gerais

Em fevereiro, o mandato da Missão Integrada da ONU no Timor-Leste (UNMIT) foi estendido por mais um ano.

Forças policiais e de segurança

A Polícia Nacional do Timor-Leste (PNTL) prosseguiu firme na retomada de suas atribuições policiais primárias, e os mecanismos disciplinares internos da

instituição foram fortalecidos. Entretanto, persistiam denúncias de que policiais e militares continuavam abusando dos direitos humanos, inclusive com maus-tratos e uso de força excessiva. Houve pelo menos 59 denúncias de violações de direitos humanos cometidas pela polícia nacional e 13 pelos militares.

Sistema de justiça

Os mecanismos judiciais e de prestação de contas permaneceram fracos. Foram lentas as iniciativas para fazer com que os responsáveis pela violência que eclodiu em 2006, após a exoneração de um terço do efetivo militar, prestassem contas de seus atos.

Em março, 23 indivíduos foram condenados por sua participação nos atentados de fevereiro de 2008 contra o Presidente e o Primeiro-ministro. Em agosto, porém, o Presidente indultou 23 deles, inclusive o ex-líder insurgente Gastão Salsinha. Organizações da sociedade civil manifestaram preocupação de que o indulto pudesse pôr em jogo a credibilidade do sistema de justiça.

■ Em 26 de março, Domingos Noronha (também conhecido como Mau Buti), ex-integrante da milícia Mahidi, foi sentenciado a 16 anos de prisão por diversos crimes graves cometidos em 1999. Ele foi condenado em três acusações de homicídio.

Violência contra mulheres e meninas

Em maio, foi aprovada uma Lei contra a Violência Doméstica, que proporciona um quadro de referência para o governo, a polícia e a comunidade lidarem com essa questão. A lei define a violência doméstica de forma abrangente, incluindo violência física, sexual, psicológica e econômica, e prevê uma variedade de serviços para as vítimas. Entretanto, muitos casos de violência doméstica continuaram sendo resolvidos através dos mecanismos “tradicionais” de justiça, que não oferecem reparação plena para as vítimas. Os índices de violência doméstica permaneceram elevados.

Impunidade

Em janeiro, a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste e a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Indonésia assinaram um memorando de entendimento sobre a implementação das recomendações da Comissão da Verdade e da

Amizade entre a Indonésia e o Timor-Leste (CVA) e da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR). O conteúdo do memorando não foi divulgado.

No início de julho, dois projetos de lei que previam a criação de um *Programa Nacional de Reparações* e de um *Instituto para a Memória*, ambos voltados a implementar as recomendações da CVA e da CAVR, foram apresentados para consulta pública. O Parlamento previa debater tais leis no final setembro. Porém, as discussões foram adiadas até fevereiro de 2011.

Pouco foi feito para enfrentar as graves violações de direitos humanos, inclusive crimes contra a humanidade, cometidas no período da ocupação indonésia do Timor-Leste (1975-1999). O Presidente Ramos-Horta rejeitou os apelos de ONGs nacionais e internacionais para que um tribunal internacional fosse estabelecido a fim de julgar os crimes do passado. Ele afirmou, porém, que não se oporia à criação do tribunal caso o Conselho de Segurança da ONU assim o determinasse. A Unidade dos Crimes Graves continuou a investigar as graves violações de direitos humanos cometidas em 1999.

Visitas/relatórios da AI

Timor-Leste: International Criminal Court – Justice in the shadow (ASA 57/001/2010)

VENEZUELA

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Chefe de Estado e de governo:	Hugo Chávez Frías
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	28 milhões
Expectativa de vida:	74,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	24/19 por mil
Taxa de alfabetização:	95,2 por cento

Pessoas que se opunham às políticas do governo foram alvos de ações judiciais politicamente motivadas. Defensores dos direitos humanos foram atacados e intimidados. Houve denúncias de

violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança. Pouco se avançou no combate à violência contra a mulher.

Informações gerais

Nas eleições parlamentares de setembro, o partido governante perdeu sua maioria de dois terços.

Durante todo o ano, foram realizadas diversas manifestações, na maioria dos casos, para pedir mudanças nos direitos trabalhistas e nos serviços públicos.

Em janeiro, o governo tirou do ar seis canais de televisão, suscitando temores de que a medida visasse a restringir o direito à liberdade de expressão. Cinco dos canais obtiveram permissão para retomar suas transmissões. Um recurso interposto pelo o sexto canal, a rede RCTV Internacional, ainda não havia sido julgado no fim ano.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos continuaram sendo atacados e ameaçados. Os responsáveis pelos ataques não foram levados à Justiça.

■ Em maio, após fazer críticas públicas a autoridades militares, Rocío San Miguel, presidenta de uma organização da sociedade civil denominada *Control Ciudadano*, foi seguida por um veículo com dois homens não identificados. Ela foi informada, mais tarde, sobre uma tentativa de emitir um mandado de prisão contra ela.

■ Em julho, quando Víctor Martínez distribuía panfletos na rua afirmando que a polícia estava envolvida na morte de seu filho, Mijail Martínez, em 2009, ele foi espancado por um homem não identificado. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça, nem pelo assassinato de Mijail Martínez, nem pela agressão sofrida por seu pai.

Repressão às diferenças de opinião

Pessoas críticas ao governo foram alvo de ações judiciais politicamente motivadas, que aparentavam ter a intenção de silenciá-las.

■ Em março, Oswaldo Álvarez Paz, membro de um partido de oposição e ex-governador do estado de Zulia, Guillermo Zuloaga, proprietário da rede de TV Globovisión, e Wilmer Azuaje, candidato opositorista ao governo do estado de Barinas, foram detidos durante vários dias com base em acusações inconsistentes. No fim do ano, as ações ainda não haviam sido julgadas.

■ Richard Blanco, prefeito de Caracas, foi libertado em abril, depois de passar quatro meses na prisão. Porém, continuou a enfrentar ações infundadas por incitar à violência e provocar lesões corporais em um policial, em 2009, durante uma manifestação contrária à nova lei de educação.

■ Em novembro, teve início o julgamento de Rubén González, secretário-geral do Sintraferrominera, o sindicato dos trabalhadores da empresa mineradora de ferro estatal CVG Ferrominera Orinoco, no estado de Bolívar. Em 2009, após participar de uma greve, ele foi acusado de incitação ao crime, restrição à liberdade de trabalho e violação de uma zona de segurança. Rubén González estava detido preventivamente havia mais de um ano, e as acusações contra ele pareciam desproporcionais.

Violência contra mulheres e meninas

Os crimes por questões de gênero continuaram sendo motivo de preocupação. Em outubro, o procurador-geral anunciou a criação de um número maior de procuradorias para lidar com esses crimes. Entre janeiro e agosto, o Ministério Público recebeu mais de 65 mil denúncias de violência baseada em gênero.

■ Seis anos depois de Alexandra Hidalgo ter sido sequestrada, estuprada e torturada por cinco homens, apenas dois dos suspeitos haviam sido processados. Apesar de as autoridades terem se comprometido a garantir que os responsáveis fossem levados à Justiça, não houve qualquer avanço com relação a esse caso durante o ano.

■ Em abril, Jennifer Carolina Viera foi morta a facadas por seu marido em Valencia. Em março, depois de Jennifer ter sido hospitalizada, ele foi preso em Mérida. Porém, acabou sendo solto mediante fiança, tendo que cumprir um mandado judicial que o proibia de se aproximar de sua esposa.

Forças policiais e de segurança

A segurança pública continuou sendo um grande foco de preocupações. Segundo os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, mais de 21 mil pessoas foram assassinadas em 2009 em todo o país. Houve denúncias de envolvimento da polícia com homicídios e com desaparecimentos forçados.

■ Em setembro, Wilmer José Flores Barrios se tornou o sexto membro da família Barrios a ser assassinado em

circunstâncias que indicavam o envolvimento de policiais do estado de Aragua. Até o fim do ano, a Venezuela não havia adotado medidas para proteger a família, nem havia ordenado uma investigação eficaz sobre tais crimes.

■ Em março, testemunhas presenciaram três trabalhadores – Gabriel Antonio Ramírez, José Leonardo Ramírez e Nedfrank Xavier Cona – sendo empurrados para dentro de um veículo sem identificação por um grupo de entre 17 e 20 policiais, na cidade de Barcelona, estado de Anzoátegui. No fim do ano, o paradeiro dos três ainda era desconhecido. Seis policiais foram presos por participação no incidente. Um policial mais graduado continuava em liberdade.

Independência do Judiciário

A juíza María Lourdes Afiuni Mora continuava presa aguardando julgamento. Ela havia sido detida, em dezembro de 2009, com base em acusações infundadas. Três relatores especiais da ONU caracterizaram sua prisão como um golpe contra a independência de magistrados e advogados na Venezuela e exigiram que ela fosse libertada imediata e incondicionalmente. A juíza recebeu ameaças dos internos, alguns dos quais foram condenados em julgamentos que ela havia presidido. Ela relatou ainda ter sido impossibilitada de receber tratamento médico adequado.

Condições prisionais

Em novembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestou preocupação com o número de mortes e lesões corporais nas prisões venezuelanas. Entre janeiro e novembro, segundo organizações de direitos humanos nacionais, foram registradas 352 mortes e 736 casos de lesões corporais.

Além disso, a Comissão também reiterou sua preocupação com as condições da penitenciária de Yare I, em Caracas, após uma rebelião ocorrida em maio e que resultou em dezenas de mortos e feridos, e com as denúncias recebidas em novembro sobre a violência entre os internos na prisão de Uribana, estado de Lara.

ZIMBÁBUE

REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE

Chefe de Estado e de governo:	Robert Mugabe retencionista
Penal de morte:	
População:	12,6 milhões
Expectativa de vida:	47 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	100/88 por mil
Taxa de alfabetização:	91,4 por cento

A polícia continuou a prender e a deter arbitrariamente defensores dos direitos humanos e jornalistas que realizavam seu trabalho legítimo de defesa dos direitos humanos. Houve certo abrandamento das restrições aos meios de comunicação e o Parlamento debateu um projeto de lei para reformar a Lei de Segurança e Ordem Pública (POSA, na sigla em inglês). Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros foram perseguidos. As vítimas dos despejos forçados de 2005 continuaram vivendo em condições deploráveis; algumas delas poderiam ser novamente despejadas e outras receberam ameaças de despejo.

Informações gerais

As tensões no governo de coalizão continuaram prejudicando a implementação de alguns aspectos do Acordo Político Global mediado em setembro de 2008 pelos líderes da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Em agosto de 2010, durante a cúpula da SADC na Namíbia, realizou-se uma reunião para tentar superar o impasse dentro do governo de unidade nacional (GUN). Apesar das várias visitas ao Zimbábue da equipe de mediação sul-africana indicada pela SADC, pouco foi feito nesse sentido.

O Presidente Mugabe tomou várias decisões unilaterais que infringiram as disposições do Acordo Político Global e da Constituição que obrigavam a consulta ao Primeiro-ministro. Em março, o Presidente distribuiu as pastas ministeriais, deixando sem responsabilidades específicas alguns ministros afiliados aos dois diferentes partidos do Movimento por Mudança Democrática (MDC). Em outubro, o Presidente Mugabe renomeou 10 governadores de províncias, todos de seu partido, o ZANU-PF, violando um acordo anterior que previa a divisão dos governos provinciais. Do mesmo modo foram redistribuídos

embaixadores e nomeados juizes. Além disso, o Presidente continuou se recusando a empossar Roy Bennett, do MDC liderado pelo primeiro-ministro Morgan Tsvangirai, como vice-ministro da agricultura.

O ZANU-PF decidiu não fazer quaisquer concessões no âmbito do Acordo Político Global, a menos que as sanções impostas pela UE e pelos EUA fossem suspensas. Na ocasião de sua reunião de cúpula, em agosto, a SADC decidiu que se integraria à comunidade internacional na questão das sanções.

Em março, foram apontados os integrantes da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Imprensa e da Comissão Eleitoral do Zimbábue. Porém, até o fim do ano, a Comissão de Direitos Humanos ainda não estava funcionando.

O processo de redação de uma nova Constituição iniciou a fase de consultas públicas, embora alguns encontros tenham sido cancelados devido à violência e aos transtornos provocados principalmente pelos apoiadores do ZANU-PF. Pelo menos uma pessoa morreu em Harare depois de ser atacada por indivíduos que se acreditava serem simpatizantes do ZANU-PF, durante um episódio de violência ocorrido depois que uma reunião de consulta constitucional foi interrompida por tumultos em setembro. Não houve progressos na reforma do setor de segurança.

A economia continuou a apresentar sinais de melhoras, apesar da taxa de desemprego oficial ter se mantido acima dos 80 por cento e de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas necessitarem de ajuda alimentar.

Declarações do Presidente Mugabe, do Primeiro-ministro Tsvangirai e do facilitador da SADC, o presidente sul-africano Jacob Zuma, sobre a possibilidade de se realizar eleições em 2011, acirraram o clima de tensão no país. Nas áreas rurais, aumentaram os relatos de hostilidades e intimidações contra pessoas que se acreditava serem opositoras do ZANU-PF. Agentes de segurança do Estado implicados na violência política ocorrida em 2008 estariam auxiliando o ZANU-PF a reerguer suas estruturas.

Defensores dos direitos humanos

A polícia continuou a prender e a deter arbitrariamente defensores dos direitos humanos e jornalistas devido ao seu trabalho legítimo de defesa dos direitos humanos. Os defensores envolvidos no processo de redação da Constituição ou nos debates sobre prestação de contas por violações dos direitos

humanos no passado foram alvos específicos de perseguição. Pelo menos 186 membros das organizações *Mulheres do Zimbábue Levantem* (WOZA) e *Homens do Zimbábue Levantem* (MOZA) foram presos em 2010.

■ No dia 25 de janeiro, 11 ativistas da MOZA e da WOZA foram presos em Bulawayo, após uma passeata pacífica para entregar um relatório sobre a situação da educação no município. A passeata foi levada à força para um quartel do exército, onde os participantes foram agredidos pela polícia com cassetetes, sendo soltos, depois disso, sem acusações contra eles.

■ No dia 24 de fevereiro, Gertrude Hambira, secretária-geral do *Sindicato Geral dos Trabalhadores da Agricultura do Zimbábue* (GAPWUZ), teve que se esconder para, em seguida, fugir do país, depois que seis agentes do Departamento de Investigações Criminais da polícia nacional efetuaram uma incursão nos escritórios do GAPWUZ em Harare procurando por ela. Antes da batida policial, em 19 de fevereiro, Gertrude havia sido intimada a participar de uma reunião na sede da polícia em Harare, com um grupo de 17 oficiais graduados das áreas de segurança da polícia, do exército, da força aérea e dos serviços de informações. Ela foi interrogada junto com outros dois sindicalistas a respeito do relatório e do vídeo produzidos pelo GAPWUZ chamando atenção sobre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e sobre a permanente situação de violência nas fazendas. Gertrude Hambira foi ameaçada de prisão. Até o fim do ano, ela ainda não havia retornado ao país.

■ Okay Machisa, diretor nacional da *Associação dos Direitos Humanos do Zimbábue* (ZimRights), teve que fugir temporariamente do país após ter sido detido pela polícia, no dia 23 de março, por ter participado de uma mostra fotográfica sobre a violência política ocorrida em 2008 no país. A polícia confiscou pelo menos 65 fotografias da exposição, e somente devolveu-as à ZimRights após uma ordem da Corte Superior. Apesar da decisão judicial, nas cidades de Masvingo, Gweru e Chinhoyi a polícia impediu a realização de mostras semelhantes. Em Masvingo, o diretor regional da ZimRights, Joel Hita, foi preso e teve que passar a noite detido, sendo libertado sob fiança no dia seguinte.

■ No dia 26 de março, Owen Maseko, um artista residente em Bulawayo, foi preso após montar uma exibição em que mostrava as atrocidades cometidas na região de Matabeleland, no oeste do Zimbábue, durante a década de 1980. Com base na Lei de

Segurança e Ordem Pública, ele foi acusado de “comprometer a autoridade do Presidente”, “incitar a violência pública” e de “ofender os integrantes de uma tribo, raça ou religião particulares”. Ele foi libertado sob fiança no dia 29 de março.

■ Em 15 de abril, Jenni Williams, Magodonga Mahlangu, Clara Manjengwa Celina Madukani, todas membros da WOZA, foram presas pela polícia quando participavam de uma manifestação pacífica em Harare contra os aumentos no preço da eletricidade. Elas foram detidas junto com outras 61 pessoas, sendo soltas depois que o ministério público se recusou a processá-las.

■ No dia 3 de junho, Farai Maguwu, diretor do *Centro para a Pesquisa e o Desenvolvimento*, com sede na cidade de Mutare, foi preso por expor as violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança nas minas de diamantes de Marange. Ele foi formalmente acusado de “publicar ou comunicar informações falsas prejudiciais ao Estado”, e permaneceu detido provisoriamente até 12 de julho. Em 21 de outubro, o governo retirou as acusações contra ele. Farai Maguwu foi preso depois de ter se reunido com Abbey Chikane, monitor no Zimbábue do Processo de Kimberley para certificação da origem de diamantes, segundo informações, na presença de agentes do serviço de inteligência estatal.

■ No dia 24 de junho, dois integrantes do *Projeto de Monitoramento Independente da Constituição* (ZZZICOMP), Godfrey Nyarota e Tapiwa Mavherevhedze, além de seu motorista, Cornelius Chengu, foram presos em Mutare. Eles foram acusados de praticarem o jornalismo sem credenciais, sendo então libertados mediante fiança. Outro ativista, Enddy Ziyera, também foi detido em Mutare por várias horas, sem acusações, em 25 de junho, depois de ter levado comida para os três detidos.

■ No dia 27 de junho, Paul Nechishanu, Artwel Katandika e Shingairayi Garira, monitores do ZZZICOMP, foram levados por apoiadores do ZANU-PF até uma fazenda no distrito de Makonde, província de Mashonaland Oeste, onde foram espancados com pedaços de pau. Shingairayi Garira teve trauma no tímpano, enquanto Paul Nechishanu e Artwel Katandika foram feridos na cabeça.

■ No dia 20 de setembro, 83 ativistas da WOZA e da MOZA foram presos em Harare quando a polícia dispersou uma manifestação pacífica. Os ativistas faziam parte de um grupo de aproximadamente 600

integrantes da WOZA e da MOZA que saíram em passeata até o Parlamento para protestar contra os abusos da polícia e a falta de segurança em suas comunidades. Quando a polícia começou a prender alguns dos manifestantes, os outros passaram a se entregar em solidariedade. Eles ficaram duas noites detidos na delegacia de polícia central de Harare, em condições deploráveis, antes de serem acusados de “perturbação criminosa” e soltos mediante o pagamento de fiança. Nesse mesmo dia, Jenni Williams, coordenadora nacional da WOZA, foi presa e detida por várias horas em um tribunal de Harare quando ela tentava identificar quais dos ativistas soltos necessitavam de cuidados médicos. Ela foi acusada de “dirigir-se a um grupo reunido em um tribunal” e foi libertada somente depois de ter assinado, sob protesto, uma declaração de advertência.

■ Em outubro, a polícia tentou reabrir um processo contra 14 ativistas da WOZA que haviam sido presos, em maio de 2008, depois de tentarem entregar uma petição na Embaixada da Zâmbia, em Harare. Porém, apenas uma das 14 ativistas, Clara Manjengwa, recebeu intimação. Quando ela compareceu ao tribunal, no dia 21 de outubro, não encontrou qualquer informação sobre o processo, que não constava dos registros do tribunal. Não havia protocolo do processo, testemunhas e sequer a polícia havia comparecido. O magistrado arquivou o caso.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica

Em 26 de novembro, a Corte Suprema decidiu que a prisão, em 2008, e a posterior detenção das dirigentes da WOZA Jenni Williams e Magodonga Mahlangu, após uma manifestação pacífica, foram ilegítimas e que seus direitos e liberdades fundamentais haviam sido violados. O tribunal também determinou que o Estado não as havia protegido de sofrer abusos.

Houve uma reforma parcial dos meios de comunicação, acabando com o monopólio estatal sobre a imprensa diária. Em maio, a Comissão dos Meios de Comunicação do Zimbábue concedeu licenças a quatro diários independentes, entre os quais o *Daily News*, que havia sido proscrito em 2002. No entanto, não houve avanços na concessão de licenças a emissoras de rádio e televisão privadas.

Em fevereiro e outubro, o Parlamento debateu um projeto de lei, apresentado em caráter individual por

um deputado, para modificar a Lei de Segurança e Ordem Pública. O projeto, proposto em novembro de 2009 por Innocent Gonese, do Movimento por Mudança Democrática-Tsvangirai (MDC-T), propunha alterar os artigos que estavam sendo utilizados para restringir a liberdade de associação e de reunião pacífica. Caso entrasse em vigor, a legislação limitaria os poderes da polícia para proibir manifestações de modo arbitrário e melhoraria a prestação de contas policial, ao exigir que a polícia informasse ao ministro do Interior e aos organizadores da reunião quando recorresse ao uso da força.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

No dia 21 de maio, a polícia efetuou uma batida nos escritórios da organização *Gays e Lésbicas do Zimbábue* (GALZ), em Harare, e prendeu dois funcionários, Ellen Chademana e Ignatius Mhambi. Os dois permaneceram detidos até 27 de maio, quando foram libertados mediante o pagamento de fiança. Ambos foram acusados formalmente de estarem em posse de material proibido. Ignatius Mhambi foi absolvido em julho e Ellen Chademana em dezembro.

Despejos forçados

Em maio, completaram-se cinco anos dos despejos forçados em massa executados em 2005 e que ficaram conhecidos como Operação Murambatsvina. Depois de todo esse tempo, o governo ainda não havia oferecido soluções efetivas para os sobreviventes, que estavam vivendo em condições desoladoras em terrenos alocados pelo governo como parte da Operação Garikai/Hlalani Kuhle, um programa oficial criado para realojar algumas das vítimas da Operação Murambatsvina.

Na maioria dos assentamentos, os sobreviventes ainda viviam nas tendas já deterioradas que lhes haviam sido fornecidas como abrigos temporários pelas organizações humanitárias. Nesses locais, geralmente não havia acesso a água potável, saneamento, serviços de saúde, educação ou meios de subsistência. A maior parte dos sobreviventes da Operação Murambatsvina perdeu também seus meios de vida nos despejos forçados realizados em massa, os quais atingiram diretamente 700 mil pessoas.

■ No assentamento de Hopley, um dos bairros criados pela Operação Garikai em Harare, as péssimas

condições de vida e a falta de acesso a serviços básicos, como assistência médica adequada, aumentavam ainda mais os riscos para a saúde das mulheres grávidas e dos recém-nascidos. As sobreviventes relataram que a incidência de mortalidade neonatal era bastante elevada, ocasionada por fatores como a falta de serviços de saúde materna e neonatal e de meios de transporte para as mulheres em trabalho de parto, além dos preços proibitivos que essas pessoas tinham que pagar para receber atenção médica.

Havia o risco de as autoridades, mais uma vez, despejarem à força os sobreviventes da Operação Murambatsvina.

■ Em junho, o Ministério do Governo Local e do Desenvolvimento Urbano e Rural ameaçou desalojar aproximadamente três mil arrendatários e suas famílias, cerca de 15 a 20 mil pessoas, da área de Hatcliffe Extension, caso não renovassem seu contrato de arrendamento até 30 de setembro. A maioria das famílias não tinha condições de pagar as taxas de renovação. O governo retirou a ameaça de despejo graças à enorme quantidade de apelos lançados pela Anistia Internacional e por organizações nacionais de direitos humanos, que ajudaram algumas das pessoas afetadas a entrarem com ações judiciais.

■ No dia 25 de agosto, cerca de 250 pessoas que moravam num assentamento informal em Gunhill, uma próspera zona residencial de Harare, foram despejadas à força pela polícia sem aviso prévio. Pouco antes da meia noite, policiais armados e com cachorros chegaram ao assentamento e ordenaram que as pessoas saíssem de suas casas. As vítimas informaram que os policiais lhes deram apenas 10 minutos para saírem antes que suas casas fossem incendiadas. Alguns dos pertences dos moradores acabaram sendo queimados, pois nem todos conseguiram retirá-los a tempo. A polícia prendeu 55 pessoas, inclusive cinco crianças, e as manteve detidas na delegacia de polícia central de Harare. Elas ficaram encarceradas por várias horas até serem soltas sem acusações, por intervenção de advogados. A polícia não deu qualquer justificativa para a ação. A comunidade foi desalojada à força apesar de o prefeito de Harare, em dezembro de 2009, ter dado garantias por escrito de que isso não aconteceria. Ele negou ter qualquer envolvimento com os despejos de agosto.

Visitas/relatórios da AI

✈ A Anistia Internacional visitou o Zimbábue em março, maio-junho e novembro-dezembro. Em maio, os representantes da organização se reuniram com o Primeiro-ministro Tsvangirai, com o ministro da Habitação Nacional e dos Serviços Sociais, Fidelis Mhashu, e com o ministro da Educação, Esportes e Cultura, senador David Coltart. Em novembro-dezembro, os delegados da AI se reuniram com o vice-primeiro-ministro Thokozani Khupe, com o ministro da Saúde e Bem-estar Infantil, Henry Madzorera, e com o prefeito de Harare, Muchadeyi Masunda.

📄 Submission for consideration by the Constitutional Parliamentary Committee on the death penalty provisions in the Constitution (AFR 46/016/2010)

📄 No chance to live – newborn deaths at Hopley, Harare Zimbabwe (AFR 46/018/2010)

📄 Zimbabwe must release 83 activists detained at peaceful demonstration, 19 September 2010

📄 Zimbabwe: stop harassing opponents of former government, 10 May 2010

📄 Submission for consideration by the Constitutional Parliamentary Committee recommending the inclusion of economic, social and cultural rights in the Constitution (AFR 46/022/2010)



© Oren Ziv/Activestills.org

Mulher beduína do vilarejo de Al Araqib, sul de Israel, assiste sua casa ser demolida pelas autoridades israelenses, setembro de 2010. Dezenas de povoados beduínos, onde vivem dezenas de milhares de pessoas, não são reconhecidos pelas autoridades do país.





Migrante hondurenho se segura em um trem de carga a caminho da fronteira dos Estados Unidos, em Orizaba, México, novembro de 2010. Dezenas de milhares de migrantes irregulares que se lançam nessa jornada correm o risco de ser sequestrados, estuprados e mortos por grupos criminosos.





INFORME 2011 - ANISTIA INTERNACIONAL

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

Em 2010, ativistas e jornalistas usaram novas tecnologias para defender os direitos humanos de modo inovador e criativo. Eles estão se organizando no mundo virtual para que a busca por uma vida digna seja uma demanda realmente global.

O *Informe 2011 da Anistia Internacional*, em sua versão integral, documenta o estado dos direitos humanos em 157 países e territórios em 2010. Para a edição em língua portuguesa, selecionamos 40 países em que a ação dos brasileiros pode ter uma influência crucial sobre a situação dos direitos humanos. O relatório revela um mundo em que as pessoas continuam desafiando a opressão e confrontando quem comete abusos contra os direitos humanos, mesmo diante do poderoso arsenal de medidas repressivas mobilizado contra elas.

O Informe mostra que as comunidades mais afetadas por abusos dos direitos humanos são a verdadeira força motriz da luta por esses direitos. Sua determinação e persistência serviram de inspiração para milhões de pessoas, e fizeram com que seja cada vez mais difícil para os Estados ignorar o clamor crescente por mudanças fundamentais e irreversíveis. Este relatório é dedicado à coragem dessas pessoas.

A Anistia Internacional foi fundada em 1961 com uma missão clara: criar um movimento de solidariedade internacional para lutar contra a injustiça em todos os cantos do mundo. Passados 50 anos, o mundo está muito mudado, mas a necessidade de as pessoas se unirem, onde quer que estejam, para proteger os direitos humanos, isso não mudou. Essa necessidade é mais forte do que nunca.

Junte-se a nós em amnesty.org

Acesse o Informe completo em
<http://thereport.amnesty.org>

ISBN 9780862104658



9 780862 104658 >

ANISTIA
INTERNACIONAL

